458



ANUARIO DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANO PRIMEIRO 1935

273 -

O. Anuário da Câmara Municipal de Lisboa

Ano I – 1935

Volume I

A ACTUAÇÃO CAMARÁRIA

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

S. Industriais da C. M. L.
1936

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Comissão Administrativa

PRESIDENTE

General Daniel Rodrigues de Sousa

VICE-PRESIDENTE

Álvaro Salvação Barreto

1.º SECRETÁRIO

Álvaro Nunes Frade

2.º SECRETÁRIO

António Cortez Lobão

VOGAIS

Dr. António Ribeiro Ferreira

Manuel de Beires Junqueira

José Maria S. Pereira Coelho

Arquitecto Paulino Montez

Dr. José Maria Dias Ferrão

Por proposta de S. Ex.ª o Presidente da Comissão Administrativa aprovada por deliberação municipal de 5 de Março de 1936, foi encarregada da organização e publicação dêste «Anuário» uma comissão assim composta: Vereador do Pelouro dos Serviços Culturais; Chefe da 8.ª Repartição — substituido, posteriormente, pelo Dr. Semtob Dreiblatt Sequerra (Chefe da Secção do Património) — e o técnico-estatístico Dr. Ribeiro Salgado, especialmente incumbido da compilação dos elementos fornecidos pelos diversos Pelouros, da elaboração da maioria dos dados estatísticos e dos respectivos estudos comparativos.

PALAVRAS PRELIMINARES
ORGANIZAÇÃO E QUADROS
ACTUAÇÃO BUROCRÁTICA
ACTUAÇÃO ADMINISTRATIVA
ACTUAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA
TRABALHOS EM CURSO E ASPIRAÇÕES
ANEXOS
PALAVRAS FINAIS
ÍNDICES

Palavras Preliminares

De há muito se reconheceu a utilidade de estabelecer, na administração do primeiro município do país, um espírito de continuïdade, que nem sempre tem sido adoptado — muitas vezes com graves prejuízos de planos já estudados e até iniciados — devido especialmente à falta de uma exposição periódica, documentada e concreta da obra municipalista.

A essa utilidade alia-se, porém, a necessidade de se iniciar e, continuamente, impulsionar os serviços de estatística municipal para que sirvam de estímulo e orientação permanente aos diversos departamentos camarários.

Acrescidas estas primaciais razões da conveniência de se proporcionar, às entidades superiores e aos munícipes, o conhecimento pormenorizado do que tem sido a gerência da Comissão Administrativa actual no sentido de bem se desempenhar da honrosa missão que lhe foi confiada, sobejamente fica justificada a publicação dum «Anuário Municipal», sobretudo se atendermos a que de há muito o fazem as capitais da importância da nossa que, só agora, e pela primeira vez, o edita.

A especial missão dêste «Anuário», será completada, a partir de 1937, com a publicação, de início trimestral, do «Boletim Cultural e Estatístico da C. M. L.», igualmente aprovado em sessão de 5 de Março de 1936.

*

* *

Justamente porque se trata da primeira publicação no género feita pela Câmara da Capital, tal trabalho deve apresentar muitas e inevitáveis deficiências, tanto mais que os Serviços Municipais não estavam, naturalmente, preparados para apresentarem em tão curto prazo de tempo, como foram os quatro meses que se estabeleceram para a elaboração desta obra, os elementos necessários para a sua redacção definitiva. Todavia, entendeu-se que não se devia demorar, por êsse facto, o início desta publicação. O seu volume II, o «Anexo Estatístico», será distribuido algumas semanas depois da aparição do presente. As edições anuais que, subseqüentemente, vierem a público já poderão ser mais perfeitas, e realizarem, dessa forma, por completo, a função a que se destinam.

Enquanto tal objectivo não fôr atingido, a Comissão Administrativa autorizou a publicação separada dos relatórios dos diversos serviços municipais cuja especial actuação mais interessa conhecer em pormenor: — Secretaria Geral, Batalhão de Sapadores Bombeiros, Repartição de Finanças, Repartição de Engenharia, Serviços Industriais, Repartição de

Limpeza Urbana, Repartição do Matadouro e Abastecimento de Carnes, Serviço de Inspecção Sanitária e Serviço de Saúde.

Tais publicações completam, detalhadamente por assim dizer, o que a respeito dos mencionados serviços municipais consta dêste «Anuário», necessàriamente mais omisso do que as mesmas, pelo que se alongaram um pouco mais os relatos dos restantes departamentos camarários que não expozeram dessa maneira o resultado da sua actuação.

*

* *

Através dêste trabalho ficará assinalado o esfôrço que esta Comissão Administrativa procura consagrar aos serviços a seu cargo, em completa integração com os actuais princípios orientadores do Estado, que tão alto têm erguido o nome prestigioso de **Portugal.**

A Comissão Administrativa da C. M. L.



Edifício dos Paços do Concelho



Parque Eduardo VII — Palácio de Festas e Exposições

PARTE I

Organização e Quadros

CAPÍTULO I

Organização dos Serviços Municipais

a) — Distribuïção dos Serviços por Pelouros

A actual distribuïção dos Serviços Municipais regula-se pelas disposições da proposta, aprovada em sessão da Comissão Administrativa realizada em 28 de Novembro de 1935, tendente a harmonizar a constituïção dos quadros e a distribuïção do pessoal da Câmara com o disposto no decreto-lei n.º 26.115.

Essa distribuïção, por Pelouros, é a seguinte:

Pelouro da Presidência

Secretaria Geral (1.ª Repartição).
Batalhão de Sapadores Bombeiros.
Polícia Municipal.

Pelouro de Finanças

2.ª Repartição-Finanças.

Pelouro de Engenharia

3.ª Repartição-Engenharia.
Serviços Industriais.

Pelouro de Urbanização

4.ª Repartição-Edificações Urbanas.
Serviço da Planta da Cidade e Expropriações.
Serviço de Arquitectura.

Pelouro dos Serviços Culturais, Cemitérios e Jardins

5.ª Repartição-Cemitérios e Jardins.
8.ª Repartição-Serviços Culturais.

Pelouro de Limpeza Urbana

6.ª Repartição-Limpeza Urbana.

Pelouro do Matadouro e Abastecimento de Carnes

7.ª Repartição-Matadouro e Abastecimento de Carnes

Pelouro dos Serviços Sanitários e Mercados

9.ª Repartição-Inspecção Sanitária e Mercados.
Serviço de Saúde Municipal.

Pelouro de Ouvidoria

Serviços de Ouvidoria.

b) — Constituïção dos Serviços

Como conseqüência da mesma proposta, aprovada em 28 de Novembro de 1935, os diversos Serviços Municipais encontram-se, presentemente, constituídos da seguinte forma:

I — Repartições

1.ª Repartição — Secretaria Geral

1.ª Secção — Expediente Geral e Contabilidade Privativa.
2.ª Secção — Actas, Boletim e «Diário Municipal».
3.ª Secção — Escrivania e Alvarás.
4.ª Secção — Pessoal.
5.ª Secção — Arquivo Geral.

2.ª Repartição — Finanças

1.ª Secção — Expediente.
2.ª Secção — Contabilidade Central.
3.ª Secção — Orçamento.
4.ª Secção — Património Municipal.
5.ª Secção — Impostos e Licenças.
Tesouraria.

3.ª Repartição — Engenharia

1.ª Secção — Expediente.
2.ª Secção — Contabilidade Privativa.
3.ª Secção — Pavimentos.

4.ª Secção — Esgôtos e Canalizações.
5.ª Secção — Edificações Municipais.
6.ª Secção — Iluminação e Sinalização.
7.ª Secção — Aferições.

4.ª Repartição — Edificações Urbanas

1.ª Secção — Expediente e Contabilidade Privativa.
2.ª Secção — Projectos e Licenças.
3.ª Secção — Fiscalização das obras particulares e da ocupação da via pública.

5.ª Repartição — Cemitérios e Jardins

1.ª Secção — Expediente e Contabilidade Privativa.
2.ª Secção — Serviços Técnicos dos Jardins e Cemitérios.

6.ª Repartição — Limpeza Urbana

Secção de Expediente e Contabilidade Privativa.
Serviços Técnicos e de Via Pública.

7.ª Repartição — Matadouro e Abastecimento de Carnes

1.ª Secção — Expediente.
2.ª Secção — Contabilidade Privativa.
3.ª Secção — Serviços Técnicos.
Almoxarifado.

8.ª Repartição — Serviços Culturais

Secção de Expediente e Contabilidade Privativa.
Bibliotecas e Museus.
Propaganda.

9.ª Repartição — Inspecção Sanitária e Mercados

Secção de Expediente e Contabilidade Privativa.
Mercados Abastecedores.
Postos, Zonas e Mercados de Consumo.

II — Serviços

Serviço de Ouvidoria.
Serviço de Arquitectura.
Serviço da Planta da Cidade e Expropriações.
Serviço de Saúde Municipal.
Serviços Industriais.
Batalhão de Sapadores Bombeiros.
Polícia Municipal.

c) — Classificação dos Serviços

Compete à Câmara Municipal de Lisboa a administração superior de todos os Serviços Municipais. Êstes dividem-se em:

Serviços Gerais;

Serviços Especiais e Técnicos.

Os Serviços Gerais — Secretaria Geral, Batalhão de Sapadores Bombeiros e Polícia Municipal — estão directamente subordinados à Presidência da Câmara, e os Serviços Especiais e Técnicos — constituídos por todos os demais — aos restantes Vereadores, em número de oito.

*
* *

Consideram-se como *trabalhos burocráticos* os de expediente dos diversos Serviços Municipais.

Consideram-se como *trabalhos administrativos* os provenientes da arrecadação de receitas, os destinados a criar ou desenvolver os rendimentos municipais e os de fixação, regulação e fiscalização de despesas.

Finalmente, consideram-se como *trabalhos técnicos* todos os que não estejam compreendidos nos anteriores e que demandem preparação especial.

*
* *

Cuidando-se, no presente Volume, de dar conhecimento público da «Actuação camarária em 1935», adoptou-se, como base da sua elaboração, a classificação dos trabalhos camarários que fica exposta, pelo que as suas 2.ª, 3.ª e 4.ª Partes se referem, respectivamente, à

«Actuação Burocrática», à «Actuação Administrativa» e à «Actuação Técnico-Administrativa» da C. M. L. em 1935.

A sistematização-expositiva dos diversos assuntos versados em cada uma dessas três Partes obedece, tanto quanto possível, à «Coordenação dos trabalhos camarários», ou seja, à distribuïção dos diversos Serviços Municipais pelos nove Pelouros que compõem a C. M. L.

CAPÍTULO II

Fixação dos Quadros do Pessoal Camarário

Pelos seus flagrantes aspectos, moral e profissional, merece êste importantíssimo Capítulo da «Actuação Camarária» um especial relêvo.

Reconhecendo-se a urgência da especial e justiceira fixação dos quadros do pessoal camarário, foi determinado pelo Presidênte da C. M. L., Sr. General Daniel de Sousa, em Ordem de Serviço, de 24 de Julho de 1935, o seguinte:

«Para os devidos efeitos se publica que em 15 de Julho corrente foi determinado pela Presidência que os Ex.^{mos} Vice-Presidente Sr. Major Salvação Barreto e Secretário Geral, interino, da Câmara, Dr. Joaquim da Silva Pinto, estudassem a reorganização dos Serviços Municipais e a fixação dos quadros do pessoal camarário.»

Com a publicação do Decreto-lei n.º 26.115, de 23 de Novembro de 1935, aproveitou-se a oportunidade para harmonizar a determinação da Presidência da C. M. L. com o disposto no mesmo Decreto-lei.

a) — Como se realizou a fixação dos quadros do pessoal civil

Do «Boletim da Câmara Municipal de Lisboa», ano IX, n.º 466, páginas 14, se transcreve a Proposta apresentada pelo Sr. Major Álvaro Salvação Barreto e aprovada em sessão da mesma data.

«Deu-me o nosso Ex.mo Presidente, o honroso encargo, confirmado pela Ordem de Serviço n.º 35, de elaborar a reorganização dos Serviços Municipais e de proceder ao estudo dos quadros do pessoal desta Câmara, por forma a regularizar a situação dos funcionários e mais empregados, de harmonia com o Decreto 23.826, de 7 de Maio de 1934, que definiu as bases indispensáveis para, sem prejuizo dos interesses municipais e até com seu benefício, atender a situações que a falta de movimento nos quadros tornára precárias.

«Ao mesmo tempo recomendou S. Ex.ª, que se estabelecessem normas que tornassem absolutamente impossível a repetição de abusos verificados na admissão do pessoal, freqüentemente caracterizados por diferenças de critério, e que chegavam como injustiças flagrantes, ao conhecimento do público.

«O trabalho a realizar não deveria perder de vista a circunstância de estar para breve a publicação do novo Código Administrativo, não se podendo, portanto, criar situações que viessem a ser reconhecidas, de futuro, como inconciliáveis com quaisquer disposições daquele diploma.

«Procurei corresponder à confiança de V. Ex.ª, encarando a lei e o interesse municipal, atendendo na medida que reputei justa, aos direitos dos funcionários e mais empregados ao serviço da Câmara, mas distribuindo por todos, sem excepção, a parte de responsabilidades

que lhes compete no desempenho de funções que, por serem de serviço público, representam honra, a que é necessário corresponder com seriedade e com o sentimento dessa mesma responsabilidade.

«Assim, começou-se por deslocar de funções burocráticas, para que não tinham preparação conveniente, aqueles escriturários assalariados, que a Câmara utilizou em outros serviços mais compatíveis com as suas habilitações, sempre que as informações dos respectivos chefes permitiram que continuassem a ter assegurado o ganho indispensável a quem quer trabalhar.

«A seguir e observando rigorosamente os quadros estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 23.826. — Quadro Geral do Pessoal Burocrático, Quadro do Pessoal Menor, Quadro do Pessoal Técnico e Quadro do Pessoal dos Serviços Especiais, — distribuiu-se o pessoal camarário pelos diversos Serviços, conforme consta dos mapas que tenho a honra de apresentar à aprovação da Ex.ma Comissão Administrativa.

«Dentro dos limites fixados nos referidos Quadros, foi já aprovado pela Câmara o movimento de acesso que está em curso relativamente ao Pessoal Burocrático e ao Pessoal Menor, devendo oportunamente ser propostas medidas idênticas quanto ao Pessoal Técnico e ao dos Serviços Especiais.

«Para o preenchimento das vagas existentes no Quadro Burocrático, por forma a realizar a necessária selecção do pessoal, preparam-se concursos documentais e de provas práticas de habilitação, para o desempenho de funções de categoria superior, aos quais foram sujeitos os funcionários a quem cabia o direito de concorrer, isto com o intúito justo de vedar aos incompetentes o acesso a funções para que não estavam, porventura, habilitados, alguns até, talvez, desmoralizados por um longo estágio na mesma categoria.

«Qualquer prejuízo que de tal medida resultar para êstes funcionários, tem por base, portanto, a sua falta de preparação, que devem ter interêsse em suprir com um estudo cuidado que lhes proporcione melhor futuro.

«Neste momento, em que estão decorrendo ainda os prazos marcados para a prestação de provas, tenho a convicção de que existe no funcionalismo o sentimento das responsabilidades das funções que exerce e o acatamento das normas justas que o hão de elevar, em última análise, no conceito dos munícipes e no dos chefes com quem serve. — — A êste pertence oferecer o amparo do seu conselho e a orientação

da sua inteligência em benefício de aqueles que sob as suas ordens devem concorrer com êles para o prestígio da classe e do Município, que tem a honra de servir.

«No estudo a que se procedeu, considerou-se dispensável o preenchimento de algumas vagas, pelo que entendo que devem ser tidas como inexistentes nos quatro referidos Quadros, todas as que não figurem nos mapas que apresento. — Não se abrange, evidentemente, nesta disposição, o pessoal do Quadro Provisório, porque tratando-se de um quadro que vai sendo reduzido à medida que os funcionários, a êle pertencentes, deixem de desempenhar as respectivas funções, não há motivo para prever a supressão ou o preenchimento de vagas.

«O enorme desenvolvimento porém, dos serviços camarários, verificado a partir de 14 de Maio de 1928, não é compatível em certas categorias de funcionários, com o limite restrito dos quadros fixados por lei, necessitando a Câmara, por conseqüência, de manter, ao seu serviço pessoal estranho aos quadros, considerado indispensável, mas cuja admissão e vencimentos têm de ser estabelecidos por normas convenientes.

«Assim, considera-se na relação de pessoal adventício, o número de empregados estritamente indispensável a cada um dos Serviços. — — Esta relação deverá ser sujeita a revisão periódica dentro dos dez primeiros dias de Novembro de cada ano, feita por uma comissão, constituida por um Vereador e por dois funcionários Chefes de Serviço da Câmara.

«Desta forma se definem os limites e amplitude convenientes ao número de empregados adventícios, que só por deliberações camarárias poderá ser alterado, incluíndo os casos de urgência que a Câmara julgue atendíveis, os quais depois de sério estudo, serão resolvidos em sessão pública, mas sempre com caracter acidental e assegurado préviamente o excesso de despesa, que porventura dêles resultar pela creação de receita correspondente.

«Regularizou-se a situação, em face da lei, de certos serviços, criados ou ampliados, posteriormente a 14 de Maio de 1928, e cuja manutenção se reconheceu indispensável, como, por exemplo, a Inspecção das Bibliotecas e Museus, e a Secção de Propaganda e Turismo, que passam a ser centralizadas numa Repartição, que substituirá a antiga Repartição de Instrução.

«Teve-se ainda em atenção, a necessidade de fazer regressar, imediàtamente, aos serviços camarários, os funcionários dos quadros, que se encontravam desempenhando funções extra-municipais, os quais deverão ser substituídos por pessoal assalariado.

«Outra questão que deverá ser resolvida pela Câmara, é a que se refere à conveniência, a bem dos interêsses municipais, de fixar, em normas rígidas, os limites dos quadros do pessoal dos Serviços Industriais, da Caixa de Socorros e Reformas dos Operários e Assalariados, e da Caixa de Aposentações dos Funcionários da Câmara, trabalho êste, que espero apresentar, brevemente, a V. Ex.as

«Através do estudo realizado, reconheceu-se, finalmente, a indispensabilidade de moralizar a distribuição de gratificações por intensificação de serviço e outras, concedendo-as apenas aos funcionários que efectivamente as mereçam, pela sua comprovada dedicação e rendimento de trabalho. Oportunamente apresentarei, a V. Ex.as, uma proposta neste sentido.

«Feitas estas considerações, cuja essência será objecto de disposições regulamentares;

«Tenho a honra de propôr:

1.º — Que os Serviços Municipais, sejam distribuidos pelos seguintes Pelouros: *(Segue-se a matéria constante da alínea* b) *págs. 19).*

2.º — Que os Serviços Municipais, sejam constituidos da seguinte forma: *(Segue-se a matéria constante da alínea* c) *pags. 21).*

3.º — Que se considerem aprovados os mapas de distribuïção dos funcionários dos Quadros Burocrático, Técnico, de Serviços Especiais e do Pessoal Menor, que junto a esta proposta, os quais foram elaborados com a rigorosa observância dos limites fixados no decreto-lei n.º 23.826, de 7 de Maio de 1934.

4.º — Que seja aprovado, sem prejuízo das disponibilidades orçamentais de cada Serviço, o mapa anexo do pessoal adventício, cujo número de empregados não poderá ser excedido, sob qualquer pretexto, sem deliberação camarária, fundada em proposta fundamentada e subscrita por mais de três Vereadores, e orçamentada prèviamente a respectiva despesa.

5.º — Que sôbre o mapa do pessoal adventício incida revisão anual, feita nos dez primeiros dias de Novembro de cada ano, sem prejuízo do estabelecido no número anterior desta proposta.

6.º — Que o preenchimento das vagas existentes, dentro dos limites fixados nos mapas anexos, e o das que forem ocorrendo, uma vez que se considere indispensável, fique dependente de proposta a apresentar oportunamente, e em que serão estabelecidas as condições de admissão ao serviço.

7.º — Que sejam tidas como não existentes, nos quadros fixados por lei, em 14 de Maio de 1928, as categorias, e dentro destas o número de funcionários que não tiverem sido considerados nos mapas anexos a esta proposta.

8.º — Que qualquer dos empregados adventícios a que se refere o mapa anexo possa ser dispensado do serviço por despacho da Ex.ma Presidência, mediante proposta do respectivo Vereador, fundada em infracção disciplinar ou manifesta incompetência profissional.

9.º — Que todos os funcionários do quadro, que se encontrem desempenhando funções extra-municipais, regressem com a maior brevidade possível aos serviços camarários, sendo substituídos por escriturários assalariados de 2.ª classe.

Quadro geral do pessoal burocrático

A

Designação dos serviços	Chefes de Repartição	Chefes de Secção	1.os Oficiais	2.os Oficiais	3.os Oficiais	Dactilógrafas
1.ª Repartição — Secretaria Geral	1	5	8	11	28	4
2.ª Repartição — Finanças	1	5	5	10	30	1
3.ª Repartição — Engenharia	—	2	2	6	20	1
4.ª Repartição — Edificações Urbanas	—	1	3	5	9	1
5.ª Repartição — Cemitérios e Jardins	1	1	1	5	21	—
6.ª Repartição — Limpeza Urbana	—	1	1	3	10	—
7.ª Repartição — Matadouro e Abastecimento de Carnes	—	2	2	6	15	1
8.ª Repartição — Serviços Culturais	1	1	1	2	3	2
9.ª Repartição — Inspecção Sanitária e Mercados	—	1	1	3	9	1
Serviço de Ouvidoria	—	—	1	1	3	1
Serviço da Planta da Cidade e Expropriações	—	1	1	1	3	—
Serviço de Arquitectura	—	—	—	1	3	—
Serviço de Saúde	—	—	—	1	4	—
Total	4	20	26	55	158	12

Quadro do pessoal menor

D

Designação dos serviços	Chefe	Sub-Chefe	Continuos	Porteiros	Serventes
1.ª Repartição — Secretaria Geral	1	1	9	2	17
2.ª Repartição — Finanças	—	—	3	—	11
3.ª Repartição — Engenharia	—	—	3	—	6
4.ª Repartição — Edificações Urbanas	—	—	2	—	7
5.ª Repartição — Cemitérios e Jardins	—	—	1	—	7
6.ª Repartição — Limpeza Urbana	—	—	1	—	1
7.ª Repartição — Matadouro e Abastecimento de Carnes	—	—	2	3	3
8.ª Repartição — Serviços Culturais	—	—	4	1	9
9.ª Repartição — Inspecção Sanitária e Mercados	—	—	2	—	3
Serviço de Ouvidoria	—	—	1	—	1
Serviço da Planta da Cidade e Expropriações	—	—	1	—	1
Serviço de Arquitectura	—	—	1	—	1
Serviço de Saúde	—	—	1	—	3
Total	1	1	31	6	70

Quadro do pessoal técnico

B

Designação dos serviços	Chefes de Repartição	Chefes de Serviço	Engenheiro de 1.ª classe	Engenheiros de 2.ª classe	Agrónomos
Repartição de Engenharia	1 Eng.º de 1.ª classe	—	—	4	—
Repartição de Edificações Urbanas	1 Eng.º de 1.ª classe	—	—	2	—
Repartição de Cemitérios e Jardins	—	—	—	—	1
Repartição de Limpeza Urbana	1 Eng.º, Médico ou Veterinário	—	—	—	—
Repartição do Matadouro e Abastecim.º de Carnes	1 Veterinário de 1.ª classe	—	1	—	—
Repartição de Inspecção Sanitária e Mercados	1 Veterinário de 1.ª classe	—	—	—	—
Serviço de Ouvidoria	—	1 Advogado	—	—	—
Serviço da Planta da Cidade e Expropriações	—	1 Eng.º de 1.ª classe	—	—	—
Serviço de Arquitectura	—	1 Arqt.º de 1.ª classe	—	—	—
Serviço de Saúde	—	1 Médico	—	—	—
Serviços Industriais	—	1 Eng.º de 1.ª classe	—	—	—
Batalhão de Sapadores Bombeiros	—	—	—	—	—
Total			1	6	1

Médicos	Solicitador	Veterinários de 1.ª classe	Veterinários de 2.ª classe	Veterinários de 3.ª classe	Ajudantes de Fiscalização Sanitária	Agentes Técnicos de Engenharia de 1.ª classe	Agentes Técnicos de Engenharia de 2.ª classe	Agentes Técnicos de Engenharia de 3.ª classe	Topógrafos	Desenhadores de 1.ª classe	Desenhadores de 2.ª classe	Medidores	Encarregado de electricista	Arquitecto de 2.ª classe	Arquitectos de 3.ª classe	Fiscais de obras particulares de 1.ª classe	Fiscais de obras particulares de 2.ª classe	Fiscais de jardins
—	—	—	—	—	—	2	3	4	2	3	6	3	1	—	1	—	—	—
—	—	—	—	—	—	2	3	—	—	1	1	—	—	—	—	5	10	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	4
—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	2	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	3	6	13	22	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	1	1	3	3	6	4	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	3	—	—	1	2	—	—	—
3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
5	1	3	8	17	22	4	7	5	5	10	16	7	1	1	3	5	10	4

Quadro do pessoal dos serviços especiais

c

Designação dos serviços	Informadores (agentes externos)	Telefonistas	Fiéis	Tesoureiro	Tesoureiro-Ajudante	Pagadores	Recebedores	Cobradores	Aferidor-Chefe	Aferidores	Fiscal-Chefe de Contribuições	Fiscais de Contribuições
1.ª Repartição — Secretaria Geral	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2.ª Repartição — Finanças	—	—	1	1	1	5	3	2	—	—	1	10
3.ª Repartição — Engenharia	—	—	1	—	—	—	—	—	1	14	—	—
4.ª Repartição — Edificações Urbanas	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
5.ª Repartição — Cemitérios e Jardins	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6.ª Repartição — Limpeza Urbana	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7.ª Repartição — Matadouro e Abastecim.º de Carnes	—	1	1	—	—	1	1	1	—	—	—	—
8.ª Repartição — Serviços Culturais	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
9.ª Repartição — Inspecção Sanitária e Mercados	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Total	2	3	4	1	1	6	4	3	1	14	1	10

Apontador-Chefe	Apontadores de 1.ª classe	Apontadores de 2.ª classe	Fiscal-Chefe de Ocupação de Via Pública	Fiscais de Via Pública	Administradores dos Cemitérios de 1.ª classe	Administradores dos Cemitérios de 2.ª classe	Administradores dos Cemitérios de 3.ª classe	Inspectores de Divisão	Inspectores de Zona	Fiéis de Estação	Almoxarife	Conservadores de 1.ª classe	Conservador de 2.ª classe	Fiscais-Chefes dos Mercados	Fiscais de 1.ª classe dos Mercados	Fiscais de 2.ª classe dos Mercados	Fiscais de 3.ª classe dos Mercados	Chefes de Estação de 1.ª classe	Chefes de Estação de 2.ª classe	Fiscal-Chefe dos Lavadouros	Revisores dos Lavadouros	Guarda-cobradores dos Lavadouros
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1	5	9	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	1	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	3	5	—	—	2	3	1	—	(a)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	2	10	7	—	—	—	—	—	—	—	2	2	1	2	19
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	(b)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	1	(c)	(d)	(e)	—	—	—	—	—	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	7	25	47	—	—	—	—	—
1	8	14	1	5	2	3	1	2	10	7	1	3	1	5	7	25	47	2	2	1	2	19

(a) — Existem, presentemente, dois Inspectores-Ajudantes, além dos limites do Quadro fixado pelos Decretos n.ºs 15.465 e 23.826.
(b) — Há, actualmente, um Bibliotecário, cujo lugar não se encontra previsto nos Quadros fixados pelos Decretos n.ºs 15.465 e 23.826.
(c) — Existe, actualmente, um Fiscal-Chefe, além dos limites do Quadro estabelecido pelos Decretos n.ºs 15.465 e 23.826.
(d) — Há, presentemente, um Fiscal de 1.ª classe, além dos limites do Quadro estabelecido pelos Decretos n.ºs 15.465 e 23.826.
(e) — Existem, actualmente, dois fiscais de 2.ª classe, além dos limites do Quadro estabelecido pelos Decretos n.ºs 15.465 e 23.826.

Pessoal adventício

Designação das categorias	REPARTIÇÕES									SERVIÇOS						Totais
	1.ª Secretaria Geral	2.ª Finanças	3.ª Engenharia	4.ª Edificações Urbanas	5.ª Cemitérios e Jardins	6.ª Limpeza Urbana	7.ª Matadouros e Abastecimento de Carnes	8.ª Serviços Culturais	9.ª Inspecção Sanitária e Mercados	Ouvidoria	Arquitectura	Planta da Cidade e Expropriações	Saúde	Extra-Municipais	Da Comissão Administrativa	
Encarregado da Organização do Arquivo do Arco do Cego	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Dactilografas ou dactilografos	3	—	1	—	2	1	—	—	—	2	—	—	—	—	—	9
Escriturários de 1.ª classe	3	15	5	4	3	3	6	1	1	1	1	1	1	—	—	45
Escriturários de 2.ª classe	7	24	9	9	7	6	11	1	3	1	1	1	1	14	—	95
Conservadora do Museu Bordalo Pinheiro	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Agente Técnico de Propaganda	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Agente Técnico de Engenharia de 3.ª classe	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Conservador	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Engenheiro de 3.ª classe	—	—	2	3	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	8
Regentes Agrícolas	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	3
Engenheiro Agrónomo	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1
Médico	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1
Topógrafo	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Desenhadores de 2.ª classe	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	4
Arquitecto de 3.ª classe	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1
Fiscal de jardins	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Ouvidor-adjunto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
Notário	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
Assistente Técnico de Finanças	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
Adjunto para o Serviço de Inquéritos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1
Enfermeiros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	6
Telefonistas	—	—	1	—	—	3	1	—	2	—	—	—	—	—	—	7
Fieis	—	—	6	—	3	—	1	1	2	—	—	1	—	—	—	14
Auxiliares de fiscais de contribuições	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Auxiliares de fiscais de mercados	—	—	—	—	—	—	—	—	20	—	—	—	—	—	—	20
Zeladores de 1.ª classe	—	—	—	—	—	—	—	—	15	—	—	—	—	—	—	15
Zeladores de 2.ª classe	—	—	—	—	—	—	—	—	22	—	—	—	—	—	—	22
Condutores de automóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	(a)9
Porteiros	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1
Serventes	6	—	—	—	—	2	—	8	—	—	—	—	2	—	—	18
Guardas de sentinas	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4
Auxiliares de desenhadores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	4
Auxiliares de medidores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	—	—	4
Sómas	24	41	29	16	16	15	19	15	69	8	3	15	11	14	9	304

(a)—Para efeito estatístico, em quadros ulteriores, ficam adstritos à 1.ª Repartição.

Como complemento dos mapas referentes ao pessoal dos Quadros Burocrático, Técnico, de Serviços Especiais e do Pessoal Menor, foi publicada, a seguir aos mesmos quadros, uma «Relação actualizada do pessoal do quadro provisório», nominal e com indicação das suas categorias que são, com o respectivo número de funcionários, as seguintes:

Agentes externos	3
Ajudantes de medidor	2
Aparelhadores de calçadas	3
Aparelhador de obras	1
Chefes de cantoneiros	2
Chefe de Oficinas (Higiene)	1
Costureiras	2
Coveiros	8
Electricista-Chefe	1
Electricista	1
Encarregado de Transportes Mecânicos	1
Escriturários de 1.ª classe	64
Fiel de Depósito de Senhas	1
Fiscal (Arquitectura)	1
Fiscal-Chefe de Contribuições	1
Fiscais de Impostos	6
Guardas	3
Guarda-sentinas	2
Medidor de 2.ª classe	1
Moços de Mercados	12
Oficial de diligências	1
Porteiros	2
Professora	1
Serventes	5
Telefonistas	2
Total dos funcionários do Quadro Provisório	127

Desde a publicação desta Relação (28 de Novembro de 1935), até ao fim dêste ano transitaram, por concurso, para o Quadro Burocrático, três funcionários e reformou-se um coveiro, pelo que o total baixou para cento e vinte e três funcionários, à data de 31 de Dezembro de 1935.

b) — Como se realizou a fixação dos quadros do pessoal militarizado

I — Batalhão de Sapadores Bombeiros

Prosseguindo na tarefa de regularizar a situação moral e material do pessoal ao serviço da C. M. L., a Comissão Administrativa, em sessão de 4 de Julho de 1935, por proposta do seu Presidente, resolveu:

Remodelar os quadros do B. S. B. — Mapa n.º 1;

Inhabilitar, aposentando-os, trinta e seis bombeiros pertencentes a seis categorias diferentes, a partir de 1 de Julho de 1935;

Hierarquizar o pessoal do B. S. B.;

Adoptar novas tabelas de vencimentos, para pôr côbro a determinadas anomalias resultantes dos então em vigor, estabelecendo as necessárias equivalências, como se segue:

Designação proposta (actual)		Designação antiga
Pessoal superior	Chefes de 1.ª classe	Ajudante
Pessoal subalterno	Chefes de 2.ª classe	Chefe de Divisão
	Chefes de 3.ª classe	Chefe de Secção
Praças	Sub-Chefe	—
	Ajudante de 1.ª classe	Bombeiro de 1.ª classe
	Ajudante de 2.ª classe	—
	Cabo de 1.ª classe	Bombeiro de 2.ª classe
	Cabo de 2.ª classe	—
	Bombeiro	Bombeiro de 3.ª classe
	Recruta-bombeiro	—

Comparando a hierarquização actual do pessoal do quadro privativo do B. S. B. com as categorias que, semelhantemente, se encontram estabelecidas no Exército, verifica-se a sua perfeita correspondência. Assim, a de Chefe de 1.ª classe corresponde à de capitão, ou seja o oficial que desempenha as funções de ajudante dum regimento — pelo que é considerado como pertencente ao pessoal superior do B S. B., constituido pelos oficiais do Exército em comissão e pelos medicos contratados. Os chefes de 2.ª e 3.ª classes (pessoal subalterno do B. S. B.), corresponderão aos subalternos do Exército — tenentes e alferes. O sub-chefe corresponderá a sargento-ajudante; os ajudantes de 1.ª e 2.ª classe, respectivamente, a 1.º e 2.º sargentos; os cabos de 1.ª e 2.ª classe, igualmente, a 1.º e a 2.º cabos; o bombeiro a soldado, e o recruta-bombeiro a soldado-recruta.

Completando a remodelação que fica exposta a Comissão Administrativa da C. M. L. resolveu modificar, também, o Regulamento do Plano de Uniformes e o Regulamento de promoções para o pessoal do Quadro Privativo do B. S. B.

II — Polícia Municipal

Em sessão de 31 de Outubro de 1935, e também por proposta do seu Presidente, a Comissão Administrativa da C. M. L. aprovou a fixação do quadro da Polícia Municipal, até então sucessivamente aumentado, por várias deliberações camarárias, para satisfazer as necessidades do Município. Igualmente fôram fixados os vencimentos e gratificações do mesmo pessoal.

O Quadro Privativo da Polícia Municipal, actualmente em vigor, é o que consta do Mapa n.º 1 — «Mapa do pessoal militarizado ao serviço da C. M. L., no fim dos anos de 1934 e 1935». Pela observação do mesmo se verifica o movimento havido durante o ano de 1935.

Mapa do pessoal militarizado ao serviço

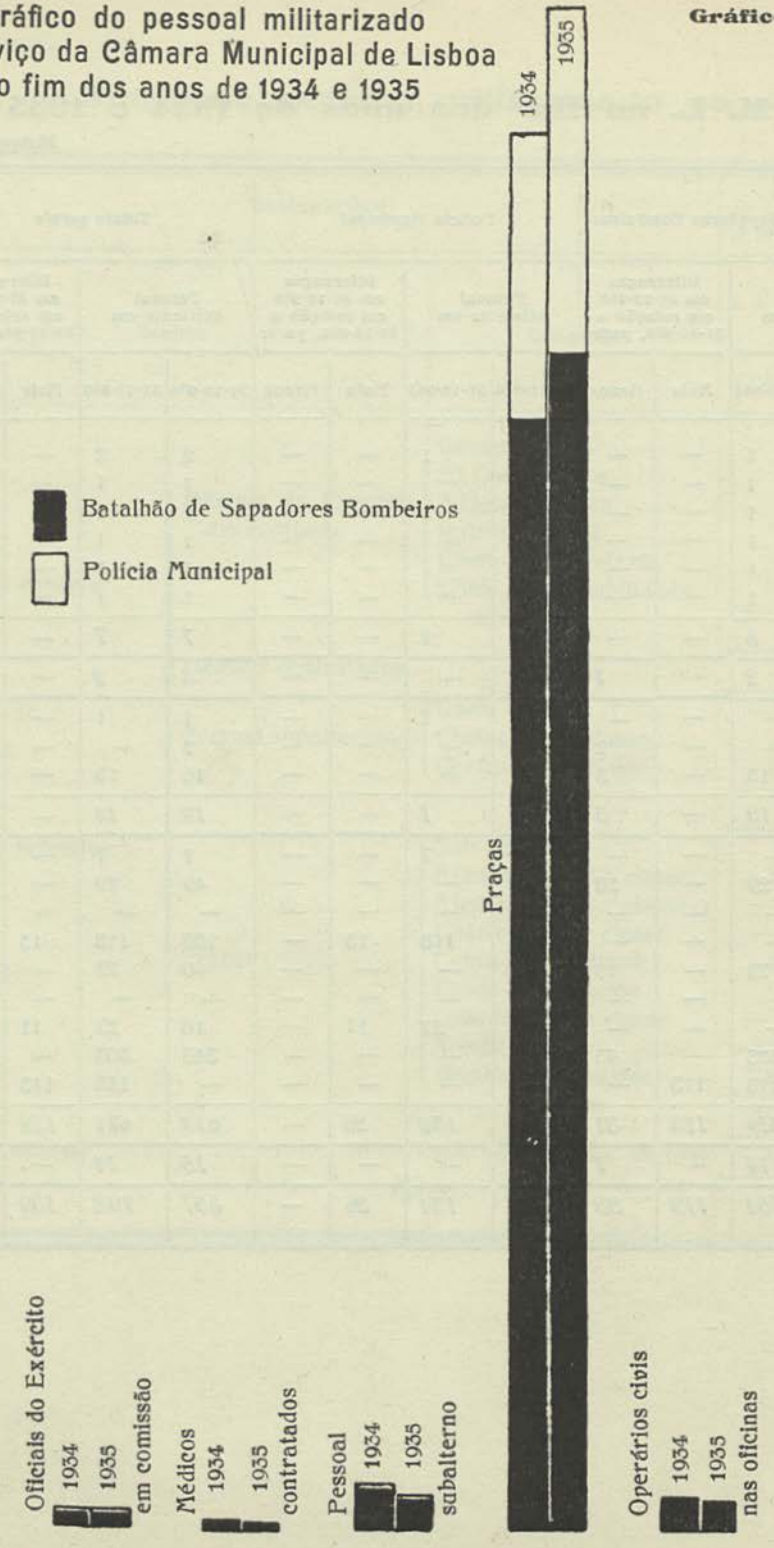
Número de ordem	DESIGNAÇÕES			Quadros aprovados e orçamentados	
	Quadros		Categorias	B. S. B. 4-7-935	31-10-935 P. M.
1	Pessoal superior	Oficiais do Exército em comissão	Comandante	1	1
2			2.º Comandante	1	—
3			Adjunto-técnico	1	—
4			Instrutor-geral	1	—
5			Chefe de Secretaria	1	—
6			Chefe de Contabilidade	1	—
7			*Soma*	*6*	*1*
8		Médicos contratados		*2*	—
9	Quadro privativo	Pessoal subalterno	Chefe	—	1
10			Chefes de 2.ª classe	5	—
11			Chefes de 3.ª classe	12	—
12			*Soma*	*17*	*1*
13		Praças	Sub-chefes	7	7
14			Ajudantes de 1.ª classe	27	—
15			Ajudantes de 2.ª classe	45	—
16			Guardas de 1.ª classe	—	118
17			Cabos de 1.ª classe	48	—
18			Cabos de 2.ª classe	54	—
19			Guardas de 2.ª classe	—	27
20			Bombeiros	260	—
21			Bombeiros-recrutas	80	—
22			*Soma*	*521*	*152*
23	Operários civis		Em serviço nas oficinas	*16*	—
24			*Totais*	*562*	*154*

da C. M. L. no fim dos anos de 1934 e 1935

Mapa n.º 1

Batalhão de Sapadores Bombeiros				Polícia Municipal				Totais gerais				Número de ordem
Pessoal existente em		Diferenças em 31-12-935 em relação a 31-12-934, para:		Pessoal existente em		Diferenças em 31-12-935 em relação a 31-12-934, para:		Pessoal existente em		Diferenças em 31-12-935 em relação a 31-12-934, para:		
31-12-934	31-12-934	Mais	Menos	31-12-934	31-12-935	Mais	Menos	31-12-934	31-12-935	Mais	Menos	
1	1	—	—	1	1	—	—	2	2	—	—	1
1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	2
1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	3
1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	4
1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	5
1	1	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	6
6	*6*	—	—	*1*	*1*	—	—	*7*	*7*	—	—	7
3	*2*	—	*1*	—	—	—	—	*3*	*2*	—	*1*	8
—	—	—	—	1	1	—	—	1	1	—	—	9
2	—	—	2	—	—	—	—	2	—	—	2	10
16	13	—	3	—	—	—	—	16	13	—	3	11
18	*13*	—	*5*	*1*	*1*	—	—	*19*	*14*	—	*5*	12
—	—	—	—	7	7	—	—	7	7	—	—	13
49	29	—	20	—	—	—	—	49	29	—	20	14
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15
—	—	—	—	103	118	15	—	103	118	15	—	16
90	72	—	18	—	—	—	—	90	72	—	18	17
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18
—	—	—	—	16	27	11	—	16	27	11	—	19
348	305	—	43	—	—	—	—	348	305	—	43	20
—	113	113	—	—	—	—	—	—	113	113	—	21
487	*519*	*113*	*81*	*126*	*152*	*26*	—	*613*	*671*	*139*	*81*	22
15	*14*	—	*1*	—	—	—	—	*15*	*14*	—	*1*	23
529	*554*	*113*	*88*	*128*	*154*	*26*	—	*657*	*708*	*139*	*88*	24

Gráfico do pessoal militarizado ao serviço da Câmara Municipal de Lisboa no fim dos anos de 1934 e 1935



c) — Pessoal jornaleiro ao serviço da C. M. L.

Além do pessoal pertencente aos quadros fixados, e vencendo mensalmente, a C. M. L. tem ao seu serviço uma média de cinco mil operários, vencendo semanalmente, os quais se encontram repartidos pelos diversos Serviços Municipais em conformidade com o enunciado no Mapa n.º 2.

Além dêsse pessoal, pago pelos seus cofres, a C. M. L. mantém, ao serviço do Pelouro de Engenharia, algumas centenas de operários, subsidiados pelo Comissariado do Desemprêgo, em obras por êste organismo comparticipadas, cujo número varia conforme a importância dessa comparticipação.

Vê-se assim que a Câmara, procurando dotar a Cidade com os melhoramentos que as suas possibilidades permitem, dá ao mesmo tempo trabalho a muita gente, o que igualmente interessa aos munícipes porque, quanto menos desempregados houver, menos fome atormentará os lares e mais alegria se espalhará pela nossa linda Capital.

Mapa do pessoal jornaleiro (recebendo no fim dos anos

Número de ordem	REPARTIÇÕES E SERVIÇOS CAMARÁRIOS	
1	Engenharia	Pelouro de Engenharia.....
2	Serviços Industriais	
3	Serviço da Planta da Cidade..	- Pelouro de Urbanização..... -
4	Cemitérios	Pelouro de Cemitérios e Jardins.....
5	Jardins.....	
6	Limpeza Urbana	- Pelouro de Limpeza Urbana ..... -
7	Matadouro Municipal	Pelouro do Matadouro e Abastecimento de Carnes...
8	Talhos Municipais.....	
9	Mercados	Pelouro dos Serviços Sanitários e Mercados.....
10	Fiscalização Sanitária	
11		*Soma* .....
12		

à semana) ao serviço da C. M. L. de 1934 e 1935

Mapa n.º 2

Pessoal camarário				Pessoal subsidiado pelo Comissariado do Desemprêgo				Totais gerais				Número de ordem
Existente em		Diferenças em 31-12-935 em relação a 31-12-934, para:		Existente em		Diferenças em 31-12-935 em relação a 31-12-934, para:		Existente em		Diferenças em 31-12-935 em relação a 31-12-934, para:		
31-12-934	31-12-935	Mais	Menos	31-12-934	31-12-935	Mais	Menos	31-12-934	31-12-935	Mais	Menos	
1.516	1.538	22	—	417	326	—	91	1.933	1.864	—	69	1
566	545	—	21	6	4	—	2	572	549	—	23	2
7	9	2	—	—	—	—	—	7	9	2	—	3
168	240	72	—	—	—	—	—	168	240	72	—	4
656	646	—	10	—	—	—	—	656	646	—	10	5
1.306	1.364	58	—	—	—	—	—	1.306	1.364	58	—	6
437	438	1	—	—	—	—	—	437	438	1	—	7
54	52	—	2	—	—	—	—	54	52	—	2	8
154	165	11	—	—	—	—	—	154	165	11	—	9
42	50	8	—	—	—	—	—	42	50	8	—	10
4.906	5.047	174	33	423	330	—	93	5.329	5.337	152	104	11
		+ 141				— 93				+ 48		12

Gráfico II

Gráfico do pessoal jornaleiro ao Serviço da Câmara Municipal de Lisboa no fim dos anos de 1934 e 1935

d) — Considerações estatísticas

No intuito de deixar bem patenteado, sob o ponto de vista estatístico, o movimento dos funcionários e empregados civis da C. M. L., durante o ano de 1935, coligiu-se a variada série de elementos que constituem os mapas estatísticos n.^{os} 3 e 4 — êste último dizendo respeito, sómente, aos existentes nos Serviços Municipais, no fim dos anos de 1934 e 1935.

Na elaboração dêstes dois mapas teve-se em vista, não sómente a coordenação dos totais referentes ao pessoal em função dos seus quatro quadros orgânicos, aprovados em sessão de 28 de Novembro de 1935, mas também a situação especial que o mesmo pessoal ocupa em relação à natureza da sua prestação de serviços à C. M. L., isto é, se o mesmo pertence ao Quadro (efectivo ou provisório), ou se é considerado como Adventício, e, portanto, sujeito a outra ordem de regalias legais.

Inúmeras poderão ser as conclusões ou comparações de ordem estatística, resultantes da análise do mapa n.º 4 facilitadas pelos números relativos que constituem a sua 2.ª parte. Dada a índole dêste volume, essas considerações ficam limitadas às que resultam da circunstância dos novecentos e oitenta e quatro funcionários, presentes ao serviço em 31 de Dezembro de 1935, sómente haverem gosado 16.555 dias de licenças especiais e disciplinar, em vez dos 29.520 que normalmente lhes poderia competir (984×30) se prestassem serviço os 1.252 funcionários que comportam os quadros orgânicos, aprovados em 28

de Novembro de 1935, e se as faltas ao serviço registadas (1.333) e as provenientes de doença (4.696), não houvessem restringido a regalia dos trinta dias de licença disciplinar aos diversos funcionários — especialmente aos do Quadro Burocrático — e ao Pessoal Menor. Falham os elementos estatísticos para se poder avaliar se, sob êste particular aspecto, o funcionalismo do Estado foi tão sacrificado como o da C. M. L. É muito provável, porém, que tal precalço não haja sucedido àqueles também prestimosos servidores do Estado.

*
* *

O «Mapa geral do pessoal ao serviço da C. M. L. no fim dos anos de 1934 e 1935» é suficientemente elucidativo, quer em relação aos diversos Quadros em que o mesmo desempenha as suas funções, quer em relação à sua situação, quer, finalmente, em relação à síntese do seu movimento durante o ano de 1935.

Pela análise da parte final dêste Mapa, o n.º 5, verifica-se que: o montante do pessoal civil, durante o ano de 1935, diminuíu de quarenta e duas unidades; o total do pessoal militarizado, inversamente, aumentou de cinqüenta e uma unidades, devido às exigências duma mais eficiente segurança dos haveres dos munícipes (actuação do B. S. B.) e dos interêsses do Município (actuação da P. M.); o pessoal jornaleiro, ou assalariado, pago pela C. M. L. aumentou, também, de cento e cinqüenta unidades por exigências dos próprios serviços; o total dos operários subvencionados pelo Comissariado do Desemprêgo diminuíu de noventa e três unidades devido à redução das obras comparticipadas — pelo que o aumento efectivo do pessoal ao serviço da C. M. L., no fim do ano de 1935 em relação a igual data de 1934, foi de cinqüenta e sete unidades, incluindo as nove que se anotaram no pessoal recebendo mensalmente.

*
* *

Terminada esta breve exposição estatística verifica-se, finalmente, que, a-pesar-do extraordinário desenvolvimento havido na actuação dos diversos Serviços Municipais, conseqüência do progresso

Os quadros, a situação e o movimento do funcionalismo municipal em 1935

I — Totais absolutos

a) — Referentes aos diversos quadros do funcionalismo

Mapa n.º 3

Designação dos quadros e das situações nos mesmos, do funcionalismo	Quadros do pessoal aprovado em 28-11-935	Pessoal existente em 31-12-934	Movimento do funcionalismo da C. M. L., efectuado em 1935														Ocorrências em 1935, referentes ao pessoal presente em 31-12-935							
			Pessoal existente em 31-12-935					Aumentos			Abates								Faltas ao serviço			Licença especial				
			Total do existente	Entregue à Assistência aos Funcionários Tuberculosos	Suspensos	Presos e em comissão	Presentes ao serviço	Promovidos e nomeados (a)	Transferidos de Repartições	Total	Demitidos	Dispensados	Incapazes	Reformados	Falecidos	Transferidos de Repartições	Total	Justificadas	Não justificadas	Doença	Com vencimento	Sem vencimento	Licença disciplinar	Castigos, multas e suspensões	Total dos dias de ausência ao serviço
Pessoal do Quadro Burocrático	*536*	*437*	*407*	11	2	3	391	(b) 17	16	*33*	3	2	2	32	7	(d) 17	*63*	695	335	2.021	842	125	5.208	43	*9.269*
Pessoal do Quadro Técnico	*209*	*182*	*179*	—	2	1	176	7	4	*11*	1	—	—	9	—	4	*14*	68	45	549	156	138	3.478	27	*4.461*
Pessoal do Quadro do Serviço Especial	*349*	*283*	*273*	1	—	—	272	1	5	*6*	1	1	3	4	2	5	*16*	103	29	1.033	270	10	4.745	5	*6.195*
Pessoal Menor	*158*	*146*	*147*	2	—	—	145	12	9	*21*	—	—	1	7	3	9	*20*	26	32	1.093	174	23	1.386	56	*2.790*
Somas	*1.252*	*1.048*	*1.006*	14	4	4	984	(b) 37	34	*71*	5	3	6	52	12	35	*113*	892	441	4.696	1.442	296	14.817	131	*22.715*

b) — Referentes às diversas situações do funcionalismo

Pessoal Efectivo	*754*	(c) *484*	*453*	4	4	1	444	(b) 2	13	*15*	2	—	2	36	5	(d) 14	*59*	272	45	2.124	228	126	9.011	40	*11.846*
Pessoal do Quadro Provisório	*123*	(c) *156*	*123*	4	—	—	119	—	2	*2*	2	—	—	16	2	2	*22*	81	61	441	89	—	2.218	—	*2.890*
Pessoal Adventício	*375*	*408*	*430*	6	—	3	421	35	19	*54*	1	3	4	—	5	19	*32*	539	335	2.131	1.125	170	3.588	91	*7.979*
Somas	*1.252*	*1.048*	*1.006*	14	4	4	984	37	34	*71*	5	3	6	52	12	35	*113*	892	441	4.696	1.442	296	14.817	131	*22.715*

II — Totais relativos

Pessoal do Quadro Burocrático	*42,82*	*41,69*	*40,46*	78,58	50,00	75,00	39,64	45,94	47,06	*46,48*	60,00	66,66	33,33	61,54	58,34	48,57	*55,75*	77,91	75,97	43,04	58,40	42,23	35,15	32,83	*40,80*
Pessoal do Quadro Técnico	*16,69*	*17,37*	*17,79*	—	50,00	25,00	17,88	18,93	11,70	*15,49*	20,00	—	—	17,30	—	11,43	*12,39*	7,63	10,20	11,69	10,82	46,63	23,48	20,61	*19,64*
Pessoal do Quadro do Serviço Especial	*27,88*	*27,00*	*27,13*	7,14	—	—	27,63	2,70	14,77	*8,46*	20,00	33,34	50,00	7,70	16,66	14,28	*14,15*	11,65	6,58	21,99	18,72	3,37	32,02	3,82	*27,28*
Pessoal Menor	*12,61*	*13,94*	*14,62*	14,28	—	—	14,85	32,43	26,47	*29,57*	—	—	16,67	13,46	25,00	25,72	*177 1*	2,81	7,25	23,28	12,06	7,77	9,35	42,74	*12,28*
Totais	*100,00*	*100,00*	*100,00*	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	*100,00*	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	*100,00*	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	*100,00*
Pessoal Efectivo	*60,22*	*46,19*	*45,03*	28,58	100,00	25,00	45,12	5,41	38,23	*21,12*	40,00	—	33,34	69,23	41,67	40,00	*52,22*	30,49	10,20	45,23	15,81	42,56	60,82	30,54	*52,15*
Pessoal do Quadro Provisório	*9,82*	*14,88*	*12,23*	28,57	—	—	12,09	—	5,88	*2,82*	40,00	—	—	—	16,66	5,71	*19,47*	9,09	13,84	9,39	6,18	—	14,97	—	*12,73*
Pessoal Adventício	*29,96*	*38,93*	*42,74*	42,85	—	75,00	42,79	94,59	55,89	*76,06*	20,00	100,00	66,66	30,77	41,67	54,29	*28,31*	60,42	75,96	45,38	78,01	57,44	24,21	69,46	*35,12*
Totais	*100,00*	*100,00*	*100,00*	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	*100,00*	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	*100,00*	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	*100,00*

OBSERVAÇÕES: — *(a)* Não se inclui a promoção de cinqüenta e cinco funcionários do Quadro Burocrático, quarenta e dois efectivos e treze do Quadro Provisório, por o seu movimento não alterar o total do mesmo Quadro. *(b)* Incluída a promoção ao Quadro Efectivo de um escriturário e de um bibliotecário. Os restantes trinta e cinco adventícios foram nomeados, sendo vinte e sete para os Serviços Industriais da C. M. L. *(c)* A diferença de treze unidades que se nota nêste balanço, provém dos treze funcionários do Quadro Provisório que foram promovidos por concurso para o Quadro Efectivo. *(d)* Inclui o escriturário adventício que foi promovido para o Quadro Efectivo.

citadino, nos últimos anos — ao qual não tem correspondido, proporcionalmente, o indispensável reforço de funcionários — a C. M. L. tem-se esforçado por zelar os interesses dos seus munícipes, exigindo dos seus funcionários, empregados e operários um mais eficiente e duro esfôrço, à custa, evidentemente, dessa flagrante desproporção. Outro tanto, ousa-se afirmar, não tem sucedido noutras épocas de renovação política e social — quer em Portugal, quer no estrangeiro — em que se não tem atendido devidamente aos fundamentais aspectos que caracterizam o ingente problema duma mais eficiente actuação do funcionalismo municipal: a sua quantidade e, especialmente, a sua qualidade, aliadas ao requisito da idade legal à data da sua admissão.

*
* *

Exposta a maneira como se procedeu durante o ano de 1935, para solucionar êste importante problema — o dos servidores do Município — segue-se a exposição sumária da «actuação camarária em 1935» considerada sob os seus três fundamentais aspectos: Burocrático, Administrativo e Técnico-Administrativo, constituindo as três primeiras Partes dêste Volume. A Parte final do mesmo concretizará «os planos e as aspirações da Comissão Administrativa da C. M. L.»

Como complemento dêste Volume será editado, a seguir, outro, constituído por tôda a documentação estatística que serviu de base à que consta do presente Volume — pelo que êsse «Anexo Estatístico» agirá como se fôra um «Anuário Estatístico» da C. M. L. — 1935.

Mapa do Funcionalismo da C. M. L.

I — Quadros

Número de ordem	Repartições, Serviços e Pelouros Camarários		Burocrático			
			Existente em		Diferenças em 1935 em relação a 1934, para:	
			31-12-934	31-12-935	Mais	Menos
		Pelouros de:				
1	1.ª Repartição-Secretaria Geral	Presidência	72	54	—	18
2	2.ª Repartição-Finanças	Finanças	91	90	—	1
3	3.ª Repartição-Engenharia	Engenharia	51	44	—	7
4	Serviços Industriais	Engenharia	44	53	9	—
5	4.ª Repartição-Edificações Urbanas	Urbanização	26	26	—	—
6	Serviço da Planta da Cidade	Urbanização	6	5	—	1
7	Serviço de Arquitectura	Urbanização	2	2	—	—
8	5.ª Repartição-Cemitérios e Jardins	Serv.os Culturais	34	29	—	5
9	8.ª Repartição-Serviços Culturais	Cemitérios e Jardins	10	11	1	—
10	6.ª Repartição-Limpeza Urbana	Limpeza Urbana	32	28	—	4
11	7.ª Repartição-Matadouro	Mat.º e Ab.º de Carnes	35	30	—	5
12	9.ª Repartição-Inspec. Sanit. e Merc.os	Serviços Sanitários e Mercados	14	15	1	—
13	Serviço de Saúde Municipal	Serviços Sanitários e Mercados	6	6	—	—
14	Serviço de Ouvidoria	Ouvidoria	5	5	—	—
15	Serviços Extra-Municipais		9	9	—	—
16		*Sómas*	437	407	11	41
17					— 30	

ao serviço no fim dos anos de 1934 e 1935

do Funcionalismo

Mapa n.º 4

Técnico				Serviços especiais				Pessoal menor				Número de ordem
Existente em		Diferenças em 1935 em relação a 1934, para:		Existente em		Diferenças em 1935 em relação a 1934, para:		Existente em		Diferenças em 1935 em relação a 1934, para:		
31-12-934	31-12-935	Mais	Menos	31-12-934	31-12-935	Mais	Menos	31-12-934	31-12-935	Mais	Menos	
—	—	—	—	15	15	—	—	38	39	1	—	1
—	—	—	—	25	24	—	1	21	20	—	6	2
48	43	—	5	30	30	—	—	12	6	—	1	3
10	11	1	—	1	1	—	—	1	11	10	—	4
31	29	—	2	5	5	—	—	10	10	—	—	5
19	21	2	—	1	—	—	1	2	2	—	—	6
6	6	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	7
8	7	—	1	11	9	—	2	22	21	—	1	8
—	—	—	—	6	5	—	1	14	15	1	—	9
4	4	—	—	49	47	—	2	6	5	—	1	10
4	4	—	—	5	6	1	—	4	4	—	—	11
44	46	2	—	123	121	—	2	5	4	—	1	12
4	4	—	—	10	8	—	2	7	6	—	1	13
4	4	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	14
—	—	—	—	1	1	—	—	3	3	—	—	15
182	179	5	8	283	273	1	11	146	147	12	11	16
		— 3				— 10				+ 1		17

Mapa do Funcionalismo da C. M. L.

II — Situações

Número de ordem	Repartições e Serviços Camarários	Pessoal efectivo			
		Existente em		Diferenças	
		31-12-934	31-12-935	Mais	Menos
1	1.ª Repartição-Secretaria Geral	61	57	—	4
2	2.ª Repartição-Finanças	54	52	—	2
3	3.ª Repartição-Engenharia	67	53	—	14
4	Serviços Industriais	5	2	—	3
5	4.ª Repartição-Edificações Urbanas	25	24	—	1
6	Serviço da Planta da Cidade e Expropriações	12	10	—	2
7	Serviço de Arquitectura	7	7	—	—
8	5.ª Repartição-Cemitérios e Jardins	28	21	—	7
9	8.ª Repartição-Serviços Culturais	9	8	—	1
10	6.ª Repartição-Limpeza Urbana	57	52	—	5
11	7.ª Repartição-Matadouro e Abastecimento de Carnes	20	19	—	1
12	9.ª Repartição-Inspecção Sanitária e Mercados	141	138	—	3
13	Serviço de Saúde Municipal	4	3	—	1
14	Serviço de Ouvidoria	3	3	—	—
15	Serviços Extra-Municipais	4	4	—	—
16	*Somas*	497	453	—	44
17				— 44	

ao serviço no fim dos anos de 1934 e 1935

do Funcionalismo

Mapa n.º 4-A

Pessoal do Quadro Provisório				Pessoal adventício				Totais gerais do funcionalismo				Número de ordem
Existente em		Diferenças		Existente em		Diferenças		Existente em		Diferenças em 1935 em relação a 1934, para:		
31-12-934	31-12-933	Mais	Menos	31-12-934	31-12-935	Mais	Menos	31-12-934	31-12-935	Mais	Menos	
16	6	—	10	48	45	—	3	*125*	*108*	—	*17*	1
24	24	—	—	59	58	—	1	*137*	*134*	—	*3*	2
24	21	—	3	50	49	—	1	*141*	*123*	—	*18*	3
4	3	—	1	47	71	24	—	*56*	*76*	*20*	—	4
9	8	—	1	38	38	—	—	*72*	*70*	—	*2*	5
3	3	—	—	13	15	2	—	*28*	*28*	—	—	6
1	1	—	—	1	1	—	—	*9*	*9*	—	—	7
21	20	—	1	26	25	—	1	*75*	*66*	—	*9*	8
2	2	—	—	19	21	2	—	*30*	*31*	*1*	—	9
4	3	—	1	30	29	—	1	*91*	*84*	—	*7*	10
13	10	—	3	15	15	—	—	*48*	*44*	—	*4*	11
13	13	—	—	32	35	3	—	*186*	*186*	—	—	12
1	1	—	—	22	20	—	2	*27*	*24*	—	*3*	13
2	2	—	—	5	5	—	—	*10*	*10*	—	—	14
6	6	—	—	3	3	—	—	*13*	*13*	—	—	15
143	123	—	20	408	430	31	9	*1.048*	*1.006*	*21*	*63*	16
		— 20				+ 22				— *42*		17

Gráfico III

Quadros do funcionalismo

Gráfico IV

Situações do funcionalismo

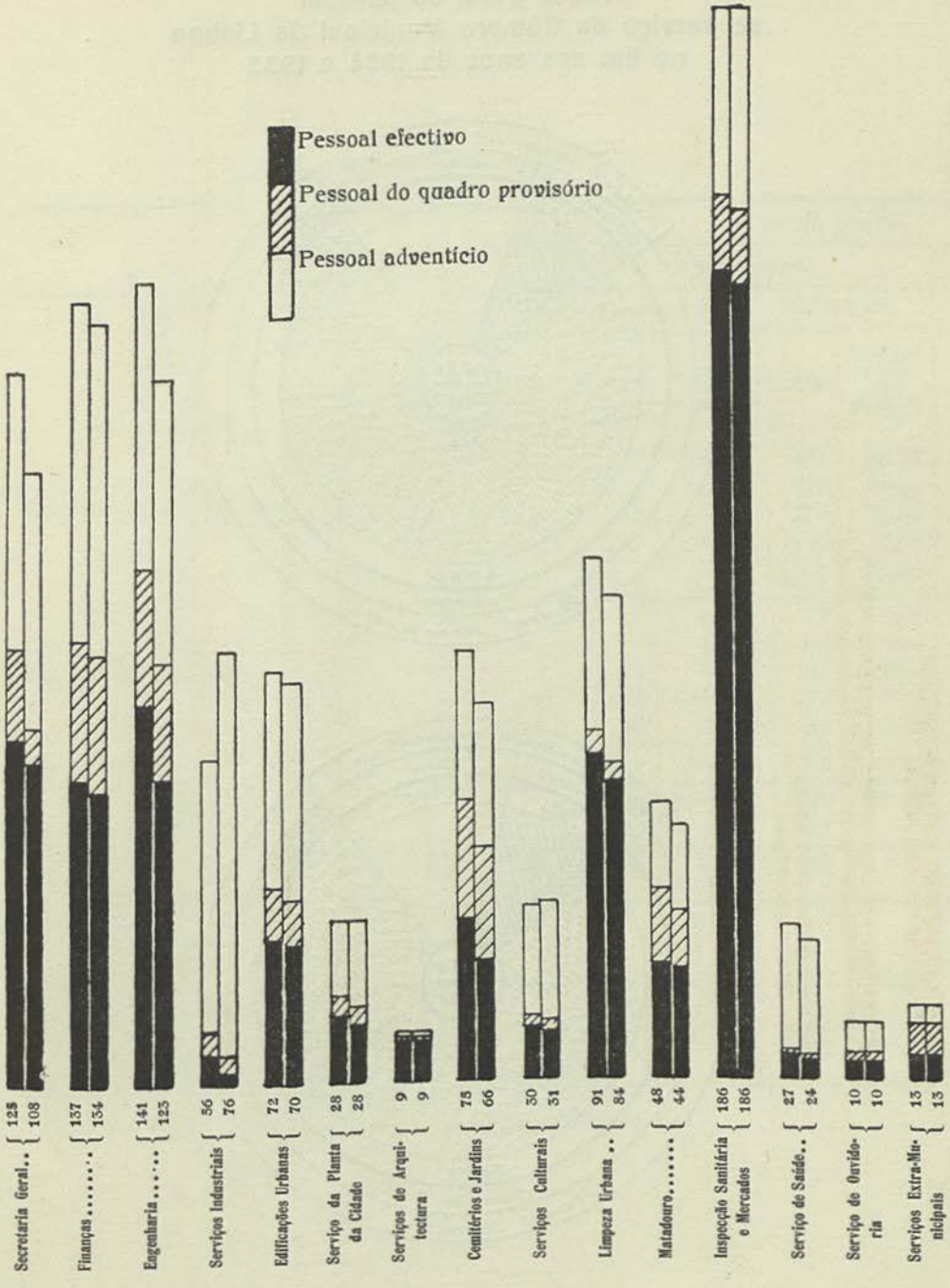
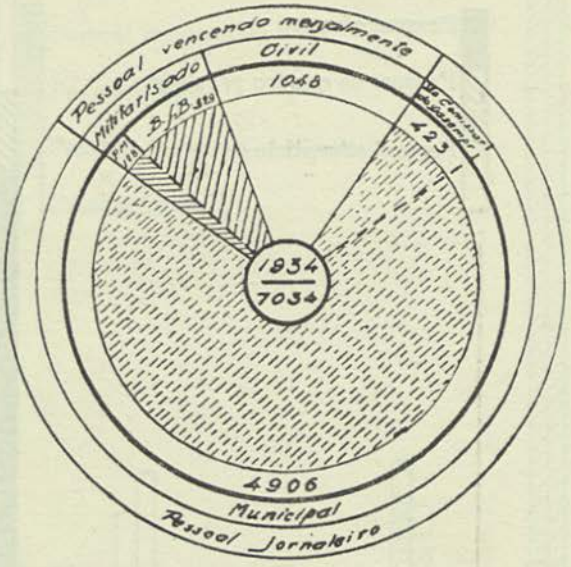
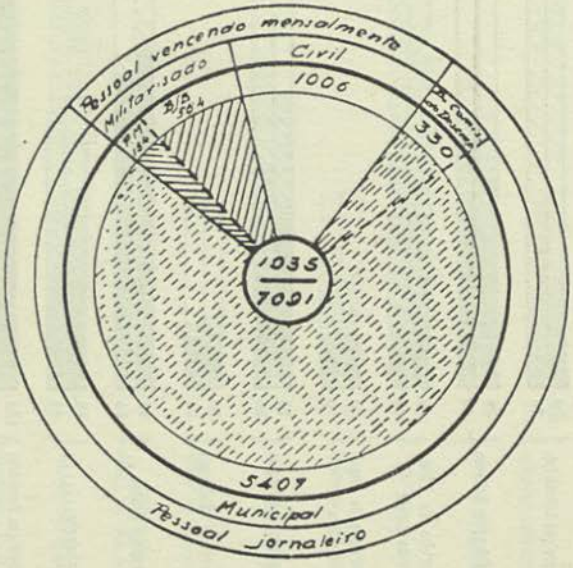


Gráfico geral do pessoal ao serviço da Câmara Municipal de Lisboa no fim dos anos de 1934 e 1935





Mapa geral do pessoal ao serviço da C. M. L. no fim dos anos de 1934 e 1935

Mapa n. 5

DESIGNAÇÕES		Quadros aprovados em 1935 e orçamentados para 1936		SITUAÇÕES DO PESSOAL												TOTAIS GERAIS					
				Pessoal civil								Pessoal militarizado				Pessoal existente				Diferenças em 31-12-935 em relação a 31-12-934	
				Funcionários						Trabalhadores		Bombeiros		Polícias		Em 31-12-934		Em 31-12-935			
				Efectivos		Quadro Provisório		Adventícios													
Situações	Quadros	Unidades	% sôbre o total das unidades	31-12-934	31-12-935	31-12-934	31-12-935	31-12-934	31-12-935	31-12-934	31-12-935	31-12-934	31-12-935	31-12-934	31-12-935	Unidades	% sôbre o total das unidades	Unidades	% sôbre o total das unidades	Mais	Menos
Pessoal civil (funcionários)	Burocrático	536	27,23	139	123	81	61	217	223	—	—	—	—	—	—	*437*	25,63	*407*	*23,75*	—	30
	Técnico	209	10,62	96	86	9	9	77	84	—	—	—	—	—	—	*182*	10,68	*179*	*10,44*	—	3
	Serviço Especial	349	17,73	191	183	34	34	58	56	—	—	—	—	—	—	*283*	16,59	*273*	*15,92*	—	10
	Pessoal menor	158	8,04	71	61	19	19	56	67	—	—	—	—	—	—	*146*	8,57	*147*	*8,58*	1	—
	Somas	*(a) 1.252*	*63,62*	*497*	*453*	*143*	*123*	*408*	*430*	—	—	—	—	—	—	*1.048*	*61,47*	*1.006*	*58,69*	*1*	*43*
Pessoal militarizado	Pessoal superior — Oficiais em comissão	7	0,36	—	—	—	—	—	—	—	—	6	6	1	1	*7*	0,41	*7*	*0,41*	—	—
	Pessoal superior — Médicos contratados	2	0,10	—	—	—	—	—	—	—	—	3	2	—	—	*3*	0,17	*2*	*0,12*	—	1
	Quadro privativo — Pessoal subalterno	18	0,91	—	—	—	—	—	—	—	—	18	13	1	1	*19*	1,12	*14*	*0,82*	—	5
	Quadro privativo — Praças	673	34,20	—	—	—	—	—	—	—	—	487	519	126	152	*613*	35,96	*671*	*39,14*	58	—
	Operários civis (nas oficinas)	16	0,81	—	—	—	—	—	—	—	—	15	14	—	—	*15*	0,87	*14*	*0,82*	—	1
	Somas	*716*	*36,38*	—	—	—	—	—	—	—	—	*529*	*554*	*128*	*154*	*657*	*38,53*	*708*	*41,31*	*53*	*7*
Totais gerais para o pessoal recebendo mensalmente		*1.968*	*100,00*	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	*1.705*	*100,00*	*1.714*	*100,00*	59	50
Pessoal jornaleiro		—	—	—	—	—	—	—	—	5.329	5.377	—	—	—	—	*5.329*	—	*5.377*	—	48	—
Totais gerais do pessoal existente		—	—	*497*	*453*	*143*	*123*	*408*	*430*	*5.329*	*5.377*	*529*	*554*	*128*	*154*	*7.034*	—	*7.091*	—	*107*	*50*
Resumo:																					
Pessoal pago pelos cofres camarários (pessoal municipal)		—	—	497	453	143	123	408	430	4.906	5.047	529	554	128	154	*6.611*	93,99	*6.761*	*95,35*	150	—
Pessoal subsidiado pelo Comissariado do Desemprêgo		—	—	—	—	—	—	—	—	423	330	—	—	—	—	*423*	6,01	*330*	*4,65*	—	93
Totais		—	—	*497*	*453*	*143*	*123*	*408*	*430*	*5.329*	*5.377*	*529*	*554*	*128*	*154*	*7.034*	*100,00*	*7.091*	*100,00*	*150*	*93*

(a) Êste total é susceptível de modificação pelo facto de os quadros referentes aos Serviços Industriais ainda não terem sido aprovados definitivamente. Mantem-se com o carácter provisório e reportam-se aos existentes em 31-12-935.

PARTE II

Actuação Burocrática

Pelouro da Presidência

Vereador-Presidente: General Daniel Rodrigues de Sousa

Secretaria Geral

Chefe-interino: Dr. Joaquim da Silva Pinto

A) — Organização e principais atribuïções

Por deliberação camarária de 28 de Novembro de 1935 foram ampliadas as já numerosas e complexas funções que pela Organização dos Serviços Municipais eram atribuidas a êste importantíssimo departamento.

Pelo quadro sinótico que adiante se publica, se fará uma idéia de conjunto da Organização dos Serviços da Secretaria Geral.

*
* *

A Secretaria Geral é um departamento com funções de natureza pròpriamente burocrática, constituindo, por direito próprio, a *primeira* Repartição da C. M. L. Note-se, porém, que funções de natureza pròpriamente burocrática, não significam o méro expediente de recepção e expedição de documentos. Assim, para se poder avaliar da importância e complexidade das atribuïções que competem à Secretaria Geral, basta a enumeração das que pertencem ao Secretário da Câmara, e das que incumbem às cinco Secções que compõem êste departamento municipal. Essas atribuïções são as seguintes:

a) — SECRETÁRIO GERAL DA CÂMARA: — A êste categorizado funcionário compete exercer, principalmente, as seguintes funções, cuja importância, constante esfôrço e responsabilidade, são bem evidentes:

1) — Submeter a despacho da Presidência tôda a correspondência dirigida à C. M. L., e, depois de devidamente organizados os res-

pectivos processos, promover a sua distribuìção pelas Repartições e Serviços que devem estudar e solucionar os assuntos nela versados;

2) — Verificar se, nos processos remetidos pelas várias Repartições e Serviços, se guardam todos os preceitos legais e regulamentares, devolvendo-os, em caso contrário, com indicação das faltas ou deficiências encontradas nas informações ou pareceres;

3) — Recusar os documentos dirigidos à Câmara que não satisfaçam a todos os preceitos legais e regulamentares, e, bem assim, aqueles que, pela redacção inconveniente, agressiva ou insultuosa, ofendam a dignidade e o bom nome da Câmara ou dos seus funcionários;

4) — Preparar o expediente e as informações necessárias para a resolução da Câmara, submetendo a despacho da Presidência todos os processos devidamente completados;

5) — Secretariar as sessões da Câmara, promovendo que se tome nota de tudo o que se tratar ou deliberar, e que se elaborem as actas que, na sessão imediata, apresentará, em minuta, para aprovação, após a qual as fará lançar no livro respectivo;

6) — Secretariar a hasta pública referente a alienações, aquisições, arrematações de rendimentos e impostos indirectos, empreitadas e fornecimentos, em que é interessada a Câmara;

7) — Certificar e autenticar todos os documentos e actos oficiais da Câmara, tendo, para tanto, à sua guarda e responsabilidade, o sêlo em branco;

8) — Promover a abertura de concursos para o preenchimento das vagas nos quadros do funcionalismo camarário e a distribuìção do pessoal pelas diferentes Repartições e Serviços;

9) — Promover a execução de todos os serviços respeitantes a eleições; rubricar e subscrever os cadernos eleitorais;

10) — Dirigir os serviços do protocolo da C. M. L.;

11) — Dirigir os trabalhos da Secretaria Geral, em conformidade com as resoluções da Câmara e ordens da Presidência;

12) — Superintender directamente nos serviços a cargo do Chefe do Pessoal Menor.

b) — 1.ª SECÇÃO — EXPEDIENTE GERAL E CONTABILIDADE PRIVATIVA: — A esta Secção compete fundamentalmente:

1) — A recepção e o registo de entrada dos requerimentos, correspondência e quaisquer documentos, versando assuntos de carac-

ter geral, entregues ou enviados à Câmara pelos munícipes ou por entidades oficiais;

2) — A distribuição pelas Repartições e Serviços Municipais, e ainda pelas quatro restantes Secções da Secretaria Geral, de tôda a correspondência que lhes diga respeito, a-fim-de ser devidamente informada, e a recepção dos processos conclusos para despacho da Presidência;

3) — A elaboração e expedição de avisos aos munícipes, a-fim-de que apresentem os necessários elementos para a resolução de assuntos cujos processos, sem os mesmos, não podem ter andamento;

4) — A execução de todos os serviços referentes a eleições;

5) — A redacção de tôda a correspondência geral que deva ser assinada pela Presidência da Câmara ou pelo Secretário Geral;

6) — A organização de todo o expediente referente à Contabilidade Privativa da Secretaria Geral;

7) — A elaboração do inventário privativo da Secretaria Geral e dos salões do andar nobre dos Paços do Concelho;

8) — A remessa de todos os processos findos ao Arquivo Geral.

c) — 2.ª SECÇÃO — ACTAS, BOLETIM E DIÁRIO MUNICIPAL: — A esta Secção incumbe, principalmente:

1) — A recepção e o registo, em livros e cadernos adequados, da entrada e saída de todos os documentos e processos que lhes são enviados pelas restantes Secções da Secretaria Geral;

2) — A recepção dos elementos para as actas das sessões da Câmara e a redacção das respectivas minutas;

3) — O registo das actas e publicação do *Boletim* e *Diário Municipal*;

4) — O arquivo das propostas apresentadas nas sessões da Câmara e organização dos respectivos índices remissivos;

5) — Colher a assinatura das actas das sessões;

d) — 3.ª SECÇÃO — ESCRIVANIA E ALVARÁS: — Compete especialmente a esta Secção:

1) — A recepção e o registo de entrada de processos para a realização de actos de escrivania;

2) — A extracção de certidões de informações, pareceres e de quaisquer documentos;

3) — A elaboração de têrmos de declaração de opção de nacionalidade, de domicílio, de fiança, de entrega de documentos, de posse

de funcionários municipais, e das praças realizadas para alienações, aquisições, empreitadas ou fornecimentos;

4) — O registo de diplomas de funções públicas dos funcionários municipais, de minas, nascentes de águas e de títulos de jazigos;

5) — O averbamento de jazigos dos Cemitérios Municipais e de alvarás sanitários;

6) — A recepção, o registo e processamento de documentos respeitantes a alvarás sanitários;

7) — A emissão e concessão de alvarás sanitários;

8) — A emissão de guias de receita referentes a actos de escrivania e de alvarás;

9) — A elaboração e expedição de ofícios e postais aos munícipes, sôbre assuntos de escrivania e alvarás.

e) — 4.ª SECÇÃO — PESSOAL: — Compete especialmente a esta Secção:

1) — A recepção e o registo de entrada de requerimentos, correspondência e quaisquer documentos referentes ao pessoal camarário;

2) — A elaboração e expedição de todos os documentos respeitantes ao pessoal camarário;

3) — A organização de processos especiais e gerais;

4) — A organização de processos individuais de todos os funcionários e empregados, em que se agrupem, por ordem cronológica, tôdas as peças justificativas de nomeações, promoções, transferências, louvores, castigos, gratificações, comissões de serviço e de quaisquer outros elementos que se relacionem com a biografia do pessoal camarário, devendo tôdas as fôlhas dêstes processos ser numeradas e rubricadas.

f) — 5.ª SECÇÃO — ARQUIVO GERAL: — Compete fundamentalmente a esta Secção:

1) — A guarda, arrumação, catalogação e conservação de todos os livros e documentos devidamente ordenados que lhe sejam enviados pelas Repartições e Serviços Municipais, para a devida arquivação;

2) — A entrega, mediante requisições devidamente assinadas, de processos ou documentos arquivados, para consulta ou para anexação de nova documentação;

3) — O registo de entrada e expedição de processos que sejam enviados para informação;

4) — A elaboração de verbetes das espécies arquivadas e de ofícios sôbre os assuntos da sua competência.

Quadro Sinótico da Organização da 1.ª Repartição e da sua Actuação Burocrática

Capítulo I da Parte II do *Anuário* — Secretaria Geral

- Direcção do Serviço — Com as atribuições classificadas de I a XII, no texto.
- Secções .....
  - 1.ª — Expediente Geral e Contabilidade Privativa
    - Expediente Geral do Município
      - Processos: Recepção; Organização; Expedição.
      - Correspondência: Recebida; Expedida.
    - Contabilidade da Repartição.
    - Inventário privativo da Repartição e do andar nobre dos Paços do Concelho;
    - Execução dos serviços referentes a eleições.
  - 2.ª — Actas, Boletim e Diário Municipal
    - Actas;
    - Boletim da C. M. L.;
    - Diário Municipal;
    - Expediente privativo.
  - 3.ª — Escrivania e Alvarás
    - Escrivania;
    - Alvarás;
    - Expediente privativo.
  - 4.ª — Pessoal camarário
    - Expediente, referente ao pessoal camarário.
    - Organização de processos: Especiais; Individuais.
  - 5.ª — Arquivo Geral
    - Arquivação: Documentos; Processos.
    - Informação por: Requisição de documentos; Cedência de publicações;
    - Expediente privativo.

B) — Actuação

I — Algumas considerações preliminares

Perante a necessidade imperiosa de se dar maior eficiência aos serviços das cinco Secções da Secretaria Geral foram êstes gradualmente aperfeiçoados, após uma experiência cuidadosamente observada, graças à boa vontade de todos os seus funcionários, sem distinção de categorias, e ao sacrifício e constante tenacidade de alguns, entre os quais os Chefes de Secção. O volume e a natureza do trabalho realizado o demonstra, se atendermos à circunstância de, sendo mais amplos e complexos os serviços atribuidos à Repartição pela deliberação camarária de 28 de Novembro de 1935, ter diminuido o número de funcionários — o seu total baixou de cento e sessenta em 1934, para cento e onze em 1935.

Os serviços a cargo da Secretaria Geral funcionavam em acanhados compartimentos, construídos com o fim de servirem de gabinetes e não de Repartições ou Secções. Eram instalações impróprias, onde os funcionários trabalhavam nas mais precárias condições de higiene. A maior parte do mobiliário das Secções encontrava-se em péssimas condições de conservação.

Estas deficiências, como é natural, reflectiam-se na boa ordem dos serviços e comprometiam o prestígio da Secretaria Geral e da própria Câmara.

Para obviar a êstes inconvenientes demoliram-se paredes, modernizaram-se e tornaram-se amplas todas as salas, deram-se aos serviços instalações condignas e melhoraram-se as condições de trabalho do funcionalismo.

Foi, ainda, adquirido mobiliário novo, uniformizado aquêle que se encontrava disperso, e outro reparado convenientemente.

II — Movimento da Secretaria Geral

a) — 1.ª SECÇÃO — EXPEDIENTE GERAL DO MUNICÍPIO: — No cumprimento das suas atribuïções teve esta Repartição o seguinte movimento, durante o ano de 1935:

Atribuïção I—Processos organizados e constituidos por:

Requerimentos	12.888	
Ofícios	8.743	21.631

Atribuïção II—Processos enviados aos diversos Serviços Municipais:

Secretaria Geral:

2.ª Secção	6.076		
3.ª Secção	2.081		
4.ª Secção	6.416		
5.ª Secção:			
Para informar	79		
Para arquivar	7.612	22.264	
2.ª Repartição-Finanças		3.011	
3.ª Repartição-Engenharia		1.487	
4.ª Repartição-Edificações Urbanas		2.841	
5.ª Repartição-Cemitérios e Jardins		1.861	
6.ª Repartição-Limpeza Urbana		328	
7.ª Repartição-Matadouro		133	
8.ª Repartição-Serviços Culturais		18	
9.ª Repartição-Inspecção Sanitária e Mercados		926	
Total para as Repartições			32.869
Serviço de Ouvidoria		1.195	
Serviço de Arquitectura		9	
Serviço da Planta da Cidade		1.159	
Serviço de Saúde Municipal		1	
Serviços Industriais		132	
Batalhão de Sapadores Bombeiros		394	
Polícia Municipal		2.868	
Total para os Serviços			5.758
A transportar			38.627 21.631

	Transporte	38.627	21.641
	Comissão de Trânsito	96	
	Ministério do Interior	35	
	Inspecção de Saúde	585	
	Comissão de Estética Citadina	10	
	Junta Urbana de Higiene	1	
	Total para as diversas entidades	727	
	Total geral		39.354
Atribuïção	III—Expedição de avisos para andamento de processos		195
Atribuïção	IV—Serviço de eleições—Cadernos eleitorais elaborados, contendo 72.336 nomes de eleitores		62
Atribuïção	V—Serviço de redacção—Ofícios, notas de serviço, editais e anúncios expedidos		6.942
Atribuïção	VI—Expediente referente à Contabilidade Privativa da Secretaria Geral (documentos expedidos)		1.127
Atribuïção	VII—Remessa de processos findos ao Arquivo Geral		7.609
	Total geral dos documentos movimentados		76.920

b) — 2.ª SECÇÃO — SERVIÇO RELATIVO ÀS SESSÕES, BOLETIM E DIÁRIO MUNICIPAL:

Atribuïção	I—Documentos tombados em acta		7.161
Atribuïção	II—Minutas das actas elaboradas		53
Atribuïção	III—Laudas manuscritas como registo das 53 minutas das actas	3.316	
	Boletins da C. M. L., publicados	53	
	Exemplares distribuídos	24.374	
	Diário Municipal, números publicados	154	
	Exemplares distribuídos	27.566	
	Documentos publicados no Boletim, além dos constantes das actas	605	
	Idem, idem, idem, no Diário Municipal	12.341	68.409
Atribuïção	IV—Arquivo das propostas apresentadas nas Sessões	689	
	Verbetes dos respectivos índices remissíveis	547	1.236

c) — 3.ª SECÇÃO — AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTOS, PASSAGENS DE CERTIDÕES, ALVARÁS E SERVIÇOS ANALOGOS:

Atribuïção	I—Entrada de processos para a realização de actas e escrivania	3.270
Atribuïção	II—Extracção de certidões de informações, pareceres, etc.	3.169

Atribuïção III—Termos de opção de nacionalidade (sendo oito do sexo feminino)			33	
Termos de fiança			16	
Termos de entrega de documentos			96	
Termos de praça: empreitadas		7		
Fornecimentos		38		
Alienações		11		
			56	
Termo de registo de minas			1	
				202
Atribuïção IV—Autos de posse ao funcionalismo municipal			72	
Registo de mina e nascente de água			1	
Registo de títulos de jazigos			243	
				316
Atribuïção V—Averbamentos de jazigos nos cemitérios municipais			243	
Alvarás sanitários			47	
				290
Atribuïção VI—Processos organizados acêrca de alvarás				908
Atribuïção VII—Alvarás concedidos				276
Atribuïção VIII—Guias de receita referentes a actos de escrivania e alvarás emitidos				4.425
Atribuïção IX—Expedição de ofícios e postais aos munícipes sôbre assuntos de escrivania e alvarás				3.680
Editais elaborados e afixados			196	
Informações prestadas			475	
				671

d)—4.ª SECÇÃO—SERVIÇO RELATIVO AO FUNCIONALISMO MUNICIPAL:

Atribuïção I—Correspondência recebida:				
Requerimentos			2.385	
Ofícios			3.041	
Propostas camarárias			75	
Participações de doença			197	
Boletins do Serviço de Saúde			316	
Cartas			149	
Notas de ocorrência			256	
Mapas			20	
Ordens de serviço			4	
Anúncio			1	
				6.446
Atribuïção II—Correspondência expedida:				
Ofícios			823	
Comunicações			835	
Informações			93	
Partes de doente			275	
Bilhetes de identidade			125	
				2.151

Atribuïção	III—Processos especiais, organizados	67	
	Processos gerais, organizados	1.197	1.264
Atribuïção	IV—Os processos devidamente organizados já vão além de 1.100.		

e)—5.ª SECÇÃO—SERVIÇO RELATIVO AO ARQUIVO GERAL:

Atribuïção	I—Documentação entrada para arquivação	10.125	
	Processos enviados pela Secção de Expediente para arquivação.....	7.609	17.734
Atribuïção	II—Requisições enviadas ao Arquivo Geral pelos diversos serviços municipais.....	915	
	Publicações cedidas para venda e consulta.....	197	1.113
Atribuïção	III—Processos registados e informados		132
Atribuïção	IV—Ofícios expedidos sôbre assuntos da competência do Arquivo. Verbetes das espécies arquivadas (alguns milhares).		204

PARTE III

Actuação Administrativa

Quadro sinótico da Actuação Administrativa da C. M. L.

- Parte III do *Anuário*
  - *Capítulo I*
  - A actuação exercida pela 2.ª Repartição-Finanças
    - Situação económico-financeira. (Balanço Geral da C. M. L.)
      - Situação financeira
        - Grau de vitalidade do Município;
        - Fundos de circulação;
        - Relação entre os débitos e créditos do Município;
        - Relação do potencial das imobilizações com a Dívida Municipal.
      - Situação económica
        - Grau económico;
        - Grau dos compromissos.
      - Potencial das Imobilizações
        - Património Municipal.
      - Dívida Municipal.
    - Execução orçamental
      - Resultados do Exercício 1934/35
        - Receita;
        - Despesa.
      - Receitas .....
        - No Orçamento;
        - Nas contas.
      - Despesas .....
        - No Orçamento;
        - Nas contas.
      - Como foram efectuadas as despesas
        - Em função das suas classes;
        - Em função dos Serviços Municipais.
    - Síntese-comparativa dos orçamentos de 1934/35 e 1936
      - Resumo Geral das Receitas e Despesas Próprias
        - Por Classes e Capítulos;
        - Por Serviços Municipais.
      - Resumo das Despesas Próprias
        - Por Classes;
        - Por Serviços Municipais.
      - Pagamento a diversas entidades por consignação de Receitas.
      - Resumo Geral das Receitas e Despesas Extraordinárias.

Parte III do *Anuário*

- *Capítulo II* — A actuação exercida pela Polícia Municipal
  - Fiscalização das Posturas Municipais;
  - Cobrança de taxas aos vendedores ambulantes;
  - Serviço de apanha, na via pública, de cães e gatos;
  - Mandados de intimação aos proprietários por obras a efectuar;
  - Repressão de construções clandestinas;
  - Repressão do comércio ilícito de produtos sem inspecção sanitária.
- *Capítulo III* — A actuação proveniente da exploração dos
  - Serviços Municipais (Comerciais)
    - Cemitérios e Jardins;
    - Limpeza Urbana (Serviços de Higiene);
    - Serviço de Abastecimento de Carnes;
    - Exploração de Mercados.
  - Serviços Industriais — (Lucros havidos da sua exploração).

CAPÍTULO I

Pelouro das Finanças

Vereadores:

De Janeiro a Março: Gaspar Marques de Oliveira

Desta data em diante: Dr. António Ribeiro Ferreira

2.ª Repartição — Finanças

Chefe interino: Francisco Caetano Dias

A) — Organização e principais atribuïções

Pela deliberação camarária de 28 de Novembro de 1935, foi posta em vigor a remodelação dos Serviços da 2.ª Repartição-Finanças, da qual se fará uma ideia de conjunto pelo quadro sinótico, que mais adeante se publica.

*
* *

A Repartição de Finanças é um serviço de natureza municipal, com funções especialmente administrativas, porquanto provê à arrecadação de receitas, e fixa, regula e fiscaliza as despesas camarárias. As principais atribuïções que estão cometidas às cinco secções e à Tesouraria Municipal, que compõem êste departamento camarário, são as seguintes:

a) — 1.ª SECÇÃO — EXPEDIENTE GERAL E CONTABILIDADE PRIVATIVA: — A esta Secção compete fundamentalmente:

1) — O expediente geral da Repartição e sua distribuïção pelas Secções;

2) — Registar tôda a documentação, inclusivé processos, e organizar as respectivas fichas;

3) — Elaborar mapas e mais serviço de dactilografia;

4) — Elaborar fôlhas de vencimento do pessoal da Repartição;

5) — Emitir guias de receita e requisições de fundos, bem como o seu registo;

6) — Elaborar balancetes mensais da receita e despesa e ainda da rubrica «Reposições».

b) — 2.ª SECÇÃO — CONTABILIDADE GERAL: — A esta Secção compete especialmente:

1) — Contabilizar o movimento geral da Câmara de forma a poder controlar o de todos os Pelouros;

2) — Elaborar os balancetes mensais do livro Razão e auxiliares, e bem assim organizar semanalmente o balancete sôbre o movimento da Tesouraria a-fim-de serem submetidos à aprovação da Câmara;

3) — Emitir guias de receita e requisições de fundos, relativas à Dívida Municipal, Devedores e Crédores da Câmara, e Depósitos e Cauções;

4) — Elaborar guias de entrega e autorizações de pagamento sôbre abonos em conta corrente com os serviços da Câmara;

5) — Manter de uma forma detalhada o movimento geral do Depósito de Senhas a-fim-de poder conferir os balancetes enviados mensalmente pelos Serviços;

6) — Organizar a estatística do movimento geral bem como mapas e gráficos que completem a leitura do Balanço Geral do Município;

7) — Elaborar anualmente o Balanço Geral da Câmara;

8) — Arquivar os documentos da Secção;

9) — O expediente privativo da Secção;

c) — 3.ª SECÇÃO — ORÇAMENTO: — Compete a esta Secção:

1) — Conferir e reverificar tôda a documentação da receita e despesa enviada à Repartição, tendo em vista o cumprimento do Orçamento, leis tributárias em vigor, e as deliberações camarárias;

2) — Conferir e registar as guias de receita e ordens de pagamento emitidas pelos Serviços;

3) — Elaborar balancetes mensais da despesa contraida, liquidada e paga, bem como os da receita liquidada e cobrada;

4) — Elaborar os orçamentos ordinários e suplementares, assim como registar e anotar tôdas as alterações aprovadas em sessão;

5) — Organizar a estatística da receita e despesa, bem como os mapas e gráficos necessários para completa ilucidação da gerência financeira do Município;

6) — O expediente privativo da Secção;



Capela de Santo António



Bairro Municipal «Presidente Carmona» — Um aspecto



Bairro Municipal «Presidente Carmona» — Aspecto da parte que deita sôbre a Rua Carvalho Araujo

d) — 4.ª SECÇÃO — PATRIMÓNIO MUNICIPAL: — A esta Secção compete, especialmente:

1) — Promover e escriturar o inventário dos bens móveis e imóveis da Câmara e sua classificação;

2) — Exercer contrôle sôbre os valores imobilizados dos Pelouros;

3) — Manter o movimento respeitante à compra, venda, troca ou cedência de terrenos ou outras imobilizações prediais;

4) — Emitir os recibos das rendas das propriedades municipais;

5) — Cuidar dos seguros das propriedades urbanas e dos estabelecimentos da Câmara, etc.;

6) — Promover o expediente relativo aos empréstimos municipais e títulos de crédito, bem como o respeitante a legados, pensões e subsídios a cargo da Câmara;

7) — Organizar a estatística, bem como mapas e gráficos respeitantes ao movimento da Secção;

8) — Elaborar o balancete mensal das imobilizações a fornecer à Secção de Contabilidade;

9) — Fornecer, mensalmente, a esta Secção, os elementos respeitantes aos encargos da Dívida Municipal, bem como o balancete;

10) — O expediente privativo da Secção.

e) — 5.ª SECÇÃO — IMPOSTOS E LICENÇAS: — Compete, especialmente, a esta Secção:

1) — Emissão de conhecimentos dos impostos e licenças municipais, registo da receita dêles proveniente para contrôle com a Tesouraria Municipal;

2) — Fiscalização das posturas e regulamentos municipais;

3) — Remessa à Secção de Expediente e Contabilidade Privativa dos elementos de receita diária, para emissão de guias de receita;

4) — Avisar os contribuíntes das suas obrigações fiscais;

5) — Manter actualizado o cadastro dos contribuíntes;

6) — Elaborar o balancete mensal das receitas liquidadas e das cobradas, e, bem assim, o inventário das liquidadas por cobrar;

7) — Propôr a criação de novos impostos, bem como qualquer alteração aos existentes;

8) — Efectuar, com a Tesouraria, a verificação diária das receitas cobradas;

9) — Informar todos os processos que digam respeito a impostos e licenças;

10) — O expediente privativo da Secção;

f) — TESOURARIA: — Compete a êste Serviço camarário, especialmente, o seguinte:

1) — Registar tôda a documentação de receita e despesa que lhe seja enviada, promovendo o seu recebimento e pagamento;

2) — Elaborar o balancete diário do movimento da Tesouraria e escriturar o mesmo no «Borrador do Caixa»;

3) — Remeter à Contabilidade relação das guias de receita e ordens de pagamento, por satisfazer no fim de cada mês;

4) — Informar do atrazo da cobrança das guias de receita;

5) — O expediente privativo do serviço.

*
* *

Segue-se, devidamente adaptada, a matéria preambular, constante do Relatório da 2.ª Repartição (Finanças), bem como os elementos estatísticos-comparativos, pelo mesmo organizados para êste *Anuário*.

Quadro sinótico da Organização da 2.ª Repartição

Capítulo I da Parte III do *Anuário*
Repartição de Finanças

- Direcção do Serviço.
- Secções:
  - 1.ª — Expediente Geral e Contabilidade Privativa → Expediente da Repartição; Contabilidade da Repartição.
  - 2.ª — Contabilidade Geral do Município.
  - 3.ª — Orçamento.
  - 4.ª — Património Municipal → Património Municipal; Dívida Municipal.
  - 5.ª — Impostos e Licenças → Impostos municipais; Licenças municipais.
- Tesouraria.

B) — Actuação da gerência de 1934/35

I — Situação económica e financeira

a) — Situação financeira

A situação estática do Município de Lisboa, é revelada pelo seu Balanço Geral, fechado em 31 de Dezembro de 1935, que mostra:

Activo	208.894.165$28
Passivo	127.749.858$74
O excedente constitui a Situação Líquida Activa de	81.144.306$84

Esta situação líquida decompõe-se:

Património líquido do Município	79.822.193$22
Excesso das receitas sôbre as despesas da execução orçamental de 1934/1935, a aplicar na despesa no 1.º Orçamento Suplementar, nos termos do n.º 2, do § 3.º, do art. 36.º, do Decreto n.º 22.521	1.322.113$32
	81.144.306$54

Pela análise qualitativa do referido balanço, verifica-se:

1) — Grau da vitalidade do Município:

Potencial financeiro	21.536 contos
Débitos do Município	16.298 contos

o que dá o grau da vitalidade 1,321. Indica êste grau que a situação financeira do Município é boa, considerando que o grau mínimo esta-

belecido é dado pela relação de 1,3:1, e que a legislação inglesa — — Bankruptcy — considera um organismo económico em péssima situação financeira quando a relação é inferior a 1:2.

2) — Fundos de circulação:

Da comparação do «Potencial financeiro», com os «Débitos do Município» (a curto e médio prazo), verifica-se que aquele excede êste em cinco mil duzentos e trinta e oito contos, tendo o Município representado no seu potencial financeiro, em numerário, seis mil quinhentos e setenta e seis contos, o que demonstra o cuidado que houve em se dispender consoante as receitas, de forma a poder satisfazer as despesas obrigatórias.

3) — Relação entre os débitos e crédito do Município:

Débitos (a curto e médio prazo)	16.298	contos
Crédito	14.441	contos
Excedente dos compromissos em	1.857	contos

4) — Relação do potencial das imobilizações com a Dívida Municipal:

Potencial das imobilizações	157.282	contos
Dívida Municipal	77.977	contos
A Dívida Municipal está garantida por um excesso do potencial de imobilizações, de	79.305	contos

Conclui-se que a situação financeira do Município é boa, o que resulta da disciplina do equilíbrio orçamental e da parcimónia com que foram aplicadas as receitas às despesas.

b) — Situação económica

1) — Grau económico:

Total do Activo	208.894,1	
Total do Passivo	127.749,7	
Activo Líquido	81.144	contos

Comparando-se o Activo Líquido com o Potencial das Imobilizações, obtem-se o grau económico de 51 %. Como se sabe, quanto menor êste fôr, pior é a situação económica, visto uma capacidade económica baixa não permitir desenvolver devidamente os serviços.

2) — Grau dos compromissos:

Potencial financeiro	21.536		
Potencial das Imobilizações	157.282	178.818	contos
Débitos do Município	16.298		
Dívida Municipal	77.977	94.275	
		84.543	contos

O grau dos compromissos é pois de 89,6, e quanto maior fôr êste grau, melhor situação económica indica.

Das comparações feitas, infere-se que a situação económica do Município não permite uma actuação mais desenvolvida, visto a Câmara apenas poder actuar com as suas receitas próprias, que não dão margem a grandes empreendimentos.

c) — Potencial das Imobilizações

O valor dos Bens do Domínio Privado do Município, constante do Balanço, não representa, com precisão, o inventário geral, porquanto êste, apesar de tôdas as instruções dadas, apresenta omissões. Para corrigir e uniformizar em todos os serviços a organização dos respectivos inventários, foi publicado, em 31 de Outubro de 1935, o Regulamento do Património, pelo que só na vigência do ano de 1936 se poderá obter um inventário geral que mais apróximadamente represente a situação exacta do valor dos Bens do Município.

A variação do valor dos Bens do Domínio Privado do Município no ano de 1934/35 (18 meses), foi a seguinte:

Inventário em 30 de Junho de 1934	149.002	
Aumento ao inventário de 1 de Julho de 1934 a 31 de Dezembro de 1935	16.102	
Soma	165.104	
Abater em igual período	7.822	
Inventário em 31 de Dezembro de 1935	157.282	contos

d) — Dívida Municipal

Os encargos da Dívida Municipal, no ano económico de 1934/35 (18 meses), foram:

Juros	6.805.942$04	
Amortização	2.196.084$49	9.002.026$53

Posição da Dívida Municipal:

Valor nominal dos empréstimos	71.699 contos
Valor da dívida em 31 de Dezembro de 1934	69.304 contos
Valor da dívida em 31 de Dezembro de 1935	67.977 contos

No ano de 1935, foi contraido o empréstimo de dez mil contos, cuja importância foi, integralmente, entregue ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, para cumprimento do Decreto-Lei n.º 23.052, de 23 de Dezembro de 1933.

Por efeito dêste empréstimo, a Dívida Municipal passou a ser de setenta e sete mil novecentos e setenta e sete contos.

Da Dívida Municipal, Esc. 77.959.060$26 foram contraidos na Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, e os restantes correspondem a «Padrões».

A taxa de juro que a Câmara paga à Caixa Geral de Depósitos, é de 6,5 % para todos os empréstimos, excepto para o de dez mil contos, destinado como acima se disse, ao Estado para casas económicas, cuja taxa é de 5 %. A Câmara é reembolsada pelo Estado à taxa de 4 %, donde lhe resulta no fim de vinte anos, prazo dêsse empréstimo, um encargo de mil trezentos e cinqüenta contos.

Balanço Geral da C. M. L. em 31 de Dezembro de 1935

Mapa n.º 6

A) — Activo

I — Potencial Financeiro:			
Em numerário:			
Caixa	69.569$03		
Caixa Geral de Depósitos c/depósito	6.507.375$54	6.576.944$57	
Em disponibilidades:			
Títulos de Crédito		517.347$55	
Em créditos do Município:			
Devedores e Credores:			
Devedores Gerais	12.400.551$26		
Concessionários	73.144$25		
Ministério das Finanças	241.998$69	12.715.694$20	
Contas a Liquidar:			
Dívidas Activas		1.726.330$46	21.536.316$78
II — Potencial Económico:			
Em senhas:			
Depósito de Senhas	518.615$00		
Devedores por Senhas a Liquidar	5.434.992$55		5.953.607$55
III — Potencial das Imobilizações:			
Bens do Domínio Privado do Município:			
Bens Móveis		19.448.922$88	
Bens Imóveis		127.760.969$19	
Bens Semoventes		10.071.046$55	
Fóros		1.106$20	157.282.044$82
IV — Regularização de Contas:			
Regularização dos Débitos do Município:			
Crédores Gerais		1.819.979$52	
Crédores por Compra de Propriedades		7.181.523$15	
Fornecedores		130.957$93	
Serviço de Dívida Municipal		184.978$07	9.317.438$67
V — Contas de Ordem:			
Valores de Conta Alheia		3.299.589$49	
Devedores por valores Diversos		11.505.167$97	14.804.757$46
Total			208.894.165$28

B) — Passivo

I — Débitos do Município:			
Devedores e Crédores:			
Crédores Gerais	1.819.979$52		
Crédores por Compra de Propriedades	7.181.523$15		
Fornecedores	130.957$93	9.132.460$60	
Contas a Liquidar:			
Dívidas Passivas		6.886.226$21	
Contas Correntes c/os Serviços		94.935$50	
Dívida Municipal:			
Serviço da Dívida		184.978$07	16.298.600$38
II — Encargos a Longo Prazo:			
Dívida Municipal:			
Capital Emprestado			77.977.199$15
III — Regularização de Contas:			
Regularização dos Débitos do Município:			
Devedores Gerais		12.400.551$26	
Concessionários		73.144$25	
Ministério das Finanças		241.998$69	12.715.694$20
IV — Contas de Transição:			
Senhas a Liquidar			5.953.607$55
V — Contas de Ordem:			
Crédores por valores de Conta Alheia:			
Crédores por Depósitos e Cauções	2.975.092$27		
Cauções em Numerário	113.000$00		
Cauções em Títulos de Crédito	211.497$22	3.299.589$49	
Crédores por valores Diversos		11.505.167$97	14.804.757$46
Total			127.749.858$74

C) — Situação Líquida Activa

Património Municipal		79.822.193$22	
Resultados da Execução Orçamental de 1934/1935:			
Excesso das Receitas sôbre as Despesas		1.322.113$32	81.144.306$54
Total			208.894.165$28

Mapa comparativo do Património Municipal, referido a 31 de Dezembro de 1934 e 1935

Mapa n.º 7

RUBRICAS	1934	1935	DIFERENÇA EM 1935	
			Para mais	Para menos
A) — Bens Imóveis:				
1 — Propriedades urbanas de rendimento	15.635.352$07	14.945.878$17	-$-	689.473$90
2 — Propriedades urbanas sem rendimento	225.872$02	67.472.393$04	67.246.521$02	-$-
3 — Propriedades ocupadas por Serviços Camarários	64.510.974$89	-$-	-$-	64.510.974$89
4 — Propriedades ocupadas por serviços Extra-Camarários	668.000$00	-$-	-$-	668.000$00
5 — Propriedades rústicas para arruamentos	2.585.314$48	8.495.376$26	5.910.061$78	-$-
6 — Propriedades rústicas para transacionar	8.285.766$99	8.098.816$46	-$-	186.950$53
7 — Cemitérios Municipais	27.425.051$68	27.425.051$68	-$-	-$-
8 — Museus Municipais	714.995$25	115.487$95	-$-	599.507$30
9 — Propriedades para construções	-$-	924.594$48	924.594$48	-$-
10 — Barracões e telheiros	-$-	238.371$15	238.371$15	-$-
11 — Fornos da cal	-$-	45.000$00	45.000$00	-$-
			74.364.548$43	66.654.906$62
B) — Bens Semoventes:	*120.051.327$38*	*127.760.969$19*	*7.709.641$81*	
1 — Aves	13.290$00	13.290$00	-$-	-$-
2 — Solípedes	952.558$17	1.014.472$49	61.914$32	-$-
3 — Viaturas mecânicas (incluindo material inerente)	8.536.552$32	9.043.284$06	506.731$74	-$-
4 — Viaturas hipomóveis	611.447$30	-$-	-$-	611.447$30
			568.646$06	611.447$30
C) — Bens Móveis:	*10.113.847$79*	*10.071.046$55*		*42.801$24*
1 — Máquinas, maquinismos e utensílios inerentes	-$-	3.845.474$78	3.845.474$78	-$-
2 — Aparelhos, instrumentos de precisão e utensílios subsidiários	3.749.356$60	7.500$00	-$-	3.741.856$60
3 — Ferramentas e utensílios inerentes	-$-	259.595$45	259.595$45	-$-
4 — Mobiliário, armações e utensílios	2.146.219$44	2.280.786$11	134.566$67	-$-
A transportar	5.895.576$04	6.393.356$34	4.239.636$90	3.741.856$60

RUBRICAS	1934	1935	DIFERENÇA EM 1935	
			Para mais	Para menos
Transporte	5.895.576$04	6.393.356$34	4.239.636$90	3.741.856$60
5 — Planta da Cidade	2.788.270$00	2.788.270$00	-$-	-$-
6 — Livros	249.522$10	265.182$35	15.660$25	-$-
7 — Quadros e objectos de Arte	1.199.934$35	1.227.864$35	27.930$00	-$-
8 — Instalações eléctricas (só parte móvel).....	119.283$62	75.303$62	-$-	43.980$00
9 — Material eléctrico de iluminação pública.....	6.353.863$46	6.353.713$46	-$-	150$00
10 — Material de ornamentação	93.055$75	105.398$75	12.343$00	-$-
11 — Material topográfico	-$-	-$-	-$-	-$-
12 — Material tipográfico	152.593$80	172.434$90	19.836$10	-$-
13 — Material sanitário.....	10.782$02	13.455$95	2.673$93	-$-
14 — Material veterinário	10.626$54	10.201$50	-$-	425$04
15 — Material de combate de incêndio.....	727.648$85	529.895$80	-$-	197.753$05
16 — Material de instrução	21.225$42	11.536$60	-$-	9.688$82
17 — Instrumentos de música..	63.632$12	90.221$00	26.588$88	-$-
18 — Equipamentos	571.747$93	236.059$08	-$-	335.688$85
19 — Redes telefónicas	497.460$25	521.804$00	24.343$75	-$-
20 — Viaturas de tracção braçal	-$-	-$-	-$-	-$-
21 — Hipomóveis (viaturas)	-$-	580.890$73	580.890$73	-$-
22 — Arreios e utensílios hipomóveis	-$-	73.334$45	73.334$45	-$-
23 — Barcos e utensílios inerentes.....	-$-	-$-	-$-	-$-
24 — Moldes e formas	24.110$60	-$-	-$-	24.110$60
			5.023.237$99	4.353.652$96
	18.779.337$85	*19.448.922$88*	*669.585$03*	
D) — Fóros:				
1 — Finanças	1.106$20	1.106$20	-$-	-$-
	1.106$20	*1.106$20*	-$-	-$-
E) — Títulos de Crédito:				
1 — Acções.....	62.423$05	245.423$05	183.000$00	-$-
2 — Obrigações	271.924$50	271.924$50	-$-	-$-
			183.000$00	-$-
	334.347$55	*517.347$55*	*183.000$00*	
Total geral.....	*149.279.966$77*	*157.799.392$37*	*8.519.425$60*	*-$-*

O Regulamento do Património Municipal foi aprovado por deliberação camarária de 31 de Outubro de 1935, pelo que se está a actualizar os respectivos inventários e a proceder à sua organização completa. As alterações de rubricas de um ano para o outro, foram devidas à aplicação do referido Regulamento.

PLANTA DA CIDADE DE LISBÔA



Plano de Urbanização

(trabalhos em curso e aspirações a realizar oportunamente)

a que se refere o Capitulo IV da Parte V, do Anuario da C. M. L.—1935

LEGENDA

——— ..... Projectada

– – – – ..... Em projecto

I

1.º — Prolongamento da *Avenida da Liberdade*	De A a B, de B a C e de B a D.
2.º — Prolongamento da *Rua da Palma*	De E a F.
3.º — Prolongamento da *Avenida da India*	De G a H.
4.º — Aeroporto da Cidade de Lisboa.....	
5.º — Prolongamento da Avenida Alferes Malheiros.....	De I a J, de J a Y, de J a K, de J a L, de J a M e de J a N.
6.º — Prolongamento da Avenida Almirante Reis.....	De O a J.
7.º — Parque Florestal da Serra do Monsanto	

II

a) — Avenida de Roma	De P a Q.
b) — Avenida de Ceuta	De R a B.
c) — Avenida de Berne	De S a T.
d) — Alameda D. Afonso Henriques.....	De U a V.
e) — Avenida D. João II	De X a Z.
f) — Avenida General Roçadas.....	De A-1 a A-2.
g) — Bairro da Picheleira	De A-2 a A-3 e de A-2 a A-4.

III

a) — Prolongamento da Rua Alexandre Herculano.....	De X-1 a X-2.
b) — Prolongamento da Rua Camilo Castelo Branco	De X-3 a X-4.
c) — Prolongamento da Rua Filipe Folque.....	De X-5 a X-6.
d) — Prolongamento da Rua Nova de Santo Antonio.....	De X-7 a X-8.
e) — Prolongamento da Rua Pinheiro Chagas.....	De X-9 a X-10.
f) — Prolongamento da Rua Vasco da Gama	De X-11 a X-12.

IV

a) — Avenida D. Afonso III	De Y-7 a Y-8.
b) — Alargamento da Rua Visconde de Santarem.....	De Y-9 a Y-10.
c) — Alargamento da Calçada dos Mestres	De Y-11 a Y-12.
d) — Prolongamento da Rua Joaquim Antonio de Aguiar.	De Y-13 a Y-14.
e) — Avenida de ligação da Rua Joaquim Antonio de Aguiar com Campolide	De Y-14 a Y-15.
f) — Avenida de ligação da Rua Joaquim Antonio de Aguiar com a Rua Ferreira Borges.....	De Y-14 a Y-16.

V

Construção de ligação da Rua Tenente Valadim — Hospital da Estrela — (Avenida Tenente Valadim).....	De Z-1 a Z-2.

Situação do Património Municipal, referente

Número de ordem	SERVIÇOS	Bens Imóveis
	Referente a 31 de Dezembro de 1934	
1	Paços do Concelho	-$-
2	Secretaria Geral	-$-
3	Repartição de Contabilidade Central	91.911.280$45
4	Serviços de Engenharia	-$-
5	Serviços Industriais	-$-
6	Conselho de Arte e Arquitectura	-$-
7	Cemitérios e Jardins	27.425.051$68
8	Serviço de Higiene	-$-
9	Abastecimento de Carnes	-$-
10	Serviço de Ouvidoria	-$-
11	Mercados	-$-
12	Bombeiros	714.995$25
13	Serviços Extra-Municipais	-$-
14		120.051.327$38
	Referente a 31 de Dezembro de 1935	
15	1.ª Repartição	-$-
16	2.ª Repartição	99.012.463$93
17	3.ª Repartição	-$-
18	4.ª Repartição	-$-
19	5.ª Repartição	*(a)* 27.425.051$68
20	6.ª Repartição	-$-
21	7.ª Repartição	924.594$48
22	8.ª Repartição	-$-
23	9.ª Repartição	-$-
24	Serviços de Ouvidoria	-$-
25	Serviço de Arquitectura	-$-
26	Serviço da Planta da Cidade e Expropriações	-$-
27	Serviço de Saúde Municipal	-$-
28	Serviços Industriais	283.371$15
29	Batalhão de Sapadores Bombeiros	115.487$95
30	Polícia Municipal	-$-
31		127.760.969$19

(a) Incluindo o valor dos terrenos dos Cemitérios.

Resumo:

Referente a 31 de Dezembro de 1934	149.279.967$77
Referente a 31 de Dezembro de 1935	157.799.392$37
Diferença para mais em 1935	8.519.424$60

a 31 de Dezembro dos anos de 1934 e 1935

Mapa n.º 8

Bens Móveis	Bens Semoventes	Títulos de Crédito	Fóros	Totais	Número de ordem
840.341$60	-$-	-$-	-$-	840.341$60	1
976.068$41	41.600$00	-$-	-$-	1.017.668$41	2
152.408$61	-$-	334.347$55	1.106$20	92.399.142$81	3
11.326.426$97	128.418$00	-$-	-$-	11.454.844$97	4
1.591.562$71	1.555.348$60	-$-	-$-	3.146.911$31	5
38.823$50	-$-	-$-	-$-	38.823$50	6
260.113$58	42.960$96	-$-	-$-	27.728.126$22	7
156.940$26	2.570.294$45	-$-	-$-	2.727.234$71	8
411.191$75	849.585$50	-$-	-$-	1.260.777$25	9
22.941$40	-$-	-$-	-$-	22.941$40	10
90.672$70	-$-	-$-	-$-	90.672$70	11
2.728.571$90	4.925.640$28	-$-	-$-	8.369.207$43	12
183.275$46	-$-	-$-	-$-	183.275$46	13
18.779.338$85	10.113.847$79	334.347$55	1.106$20	149.279.967$77	14
1.862.303$71	43.090$00	-$-	-$-	1.905.393$71	15
137.502$00	-$-	517.347$55	1.106$20	99.668.419$68	16
8.605.154$87	128.418$00	-$-	-$-	8.733.572$87	17
370$00	-$-	-$-	-$-	370$00	18
391.099$67	26.924$16	-$-	-$-	27.843.075$51	19
591.445$89	2.321.173$62	-$-	-$-	2.912.619$51	20
415.663$49	943.259$00	-$-	-$-	2.283.516$97	21
43.807$50	-$-	-$-	-$-	43.807$50	22
121.430$35	-$-	-$-	-$-	121.430$35	23
24.110$10	-$-	-$-	-$-	24.110$10	24
53.458$57	-$-	-$-	-$-	53.458$57	25
2.788.270$00	-$-	-$-	-$-	2.788.270$00	26
-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	27
1.828.957$06	1.393.831$77	-$-	-$-	3.506.159$98	28
2.374.975$21	5.172.750$00	-$-	-$-	7.663.213$16	29
210.374$46	41.600$00	-$-	-$-	251.974$46	30
19.448.922$88	10.071.046$55	517.347$55	1.106$20	157.799.392$37	31

Situação da Dívida Municipal, referida a 31 de Dezembro dos anos de 1934 e 1935

Mapa n.º 9

Designação dos Empréstimos	Data em que foram contratados	Valor nominal — Empréstimo	POSIÇÃO DA DÍVIDA	
			31-12-934	31-12-935
1) — Empréstimo de 1879 (cédulas)	Decreto de 7 de Abril de 1886	21.800$00	-$-	-$-
1) — Empréstimo de 1879 (obrigações)	Despacho ministerial de 30/5/1897	48.300$00	-$-	-$-
1) — Empréstimo de 1880 (cédulas)	Decreto de 7 de Abril de 1886	17.340$00	-$-	-$-
1) — Empréstimo de 1880 (obrigações)	Despacho ministerial de 30/5/1897	10.500$00	-$-	-$-
1) — Empréstimo de 1881	Decreto de 7 de Abril de 1886	395.820$00	-$-	-$-
1) — Empréstimo da Câmara do exinto Concelho dos Olivais N.º 33-A	Decreto de 21 de Abril de 1890	16.445$83,5	5.147$09	-$-
1) — Empréstimo da Câmara do exinto Concelho dos Olivais N.º 78-A	Decreto de 21 de Abril de 1890	16.526$85,9	6.308$86	-$-
1) — Empréstimo da Câmara do exinto Concelho dos Olivais N.º 97-A	Decreto de 21 de Abril de 1890	16.577$60,6	6.851$51	-$-
1) — Empréstimo de 1890	Despacho ministerial de 25/2/1890	95.770$00	-$-	-$-
Empréstimo da Caixa Geral dos Depósitos	Escritura de 4 de Março de 1933	49.994.361$70	48.778.539$77	47.856.896$77
Empréstimo da Caixa Geral dos Depósitos	Escritura de 4 de Março de 1933	21.000.000$00	20.489.297$21	20.102.163$49
2) — Empréstimo da Caixa Geral dos Depósitos	Decreto n.º 23.052 de 23/8/1935	10.000.000$00	-$-	10.000.000$00
Padrões	—	65.921$77	18.138$89	18.138$89
		81.699.363$77,0	69.304.283$33	77.977.199$15

1) Resgatado por deliberação camarária de 11 de Outubro de 1934, por aplicação do saldo positivo das contas do ano de 1933/34.

2) Empréstimo contraído nos termos do art. 55.º do Decreto-lei n.º 23.052, de 23 de Setembro de 1933 — Casas Económicas — e aplicado pela entrega integral ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

Gráfico VI

Gráfico demonstrativo do Balanço Geral da Câmara Municipal de Lisboa, referido a 31 de Dezembro de 1935

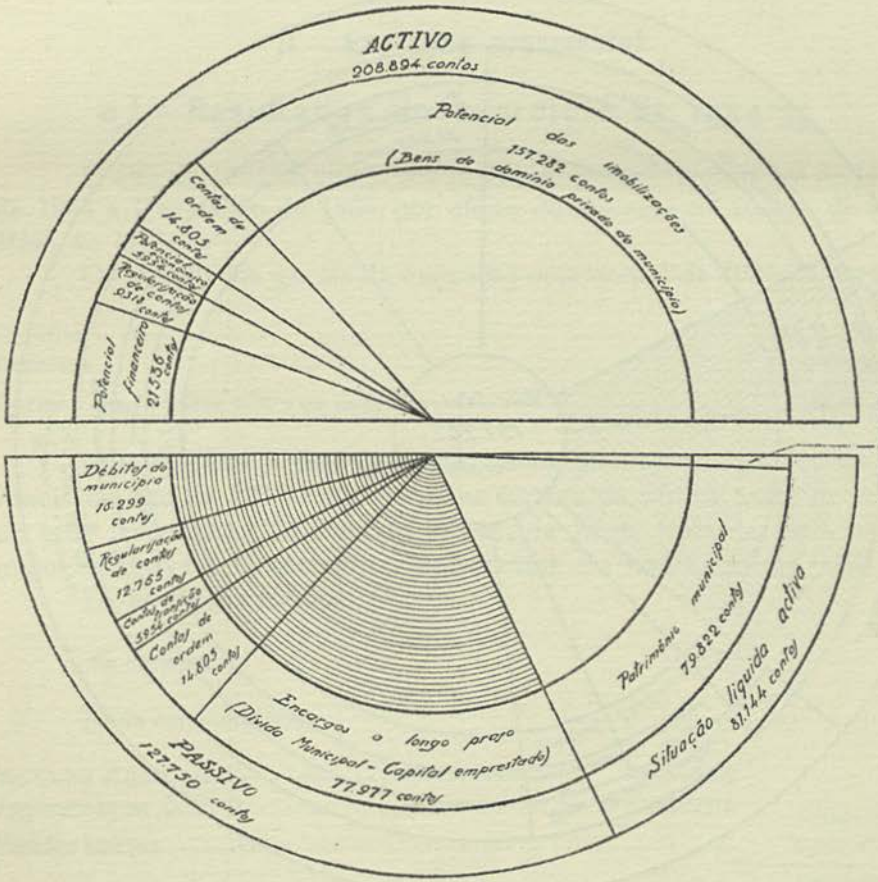
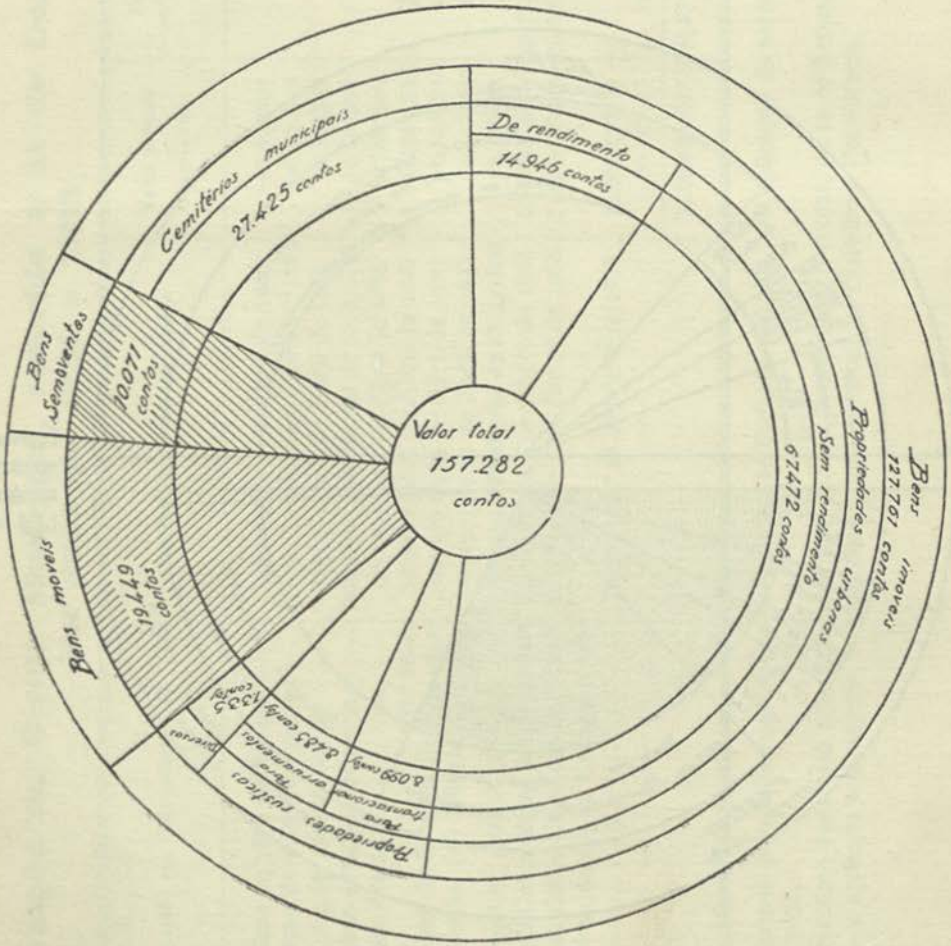


Gráfico VII

Gráfico demonstrativo do Património Municipal referido a 31 de Dezembro de 1935



II — Execução orçamental

a) — Resultados do exercício de 1934/35

O ano de 1934/35 compreende dezóito meses decorridos de Julho de 1934 a Dezembro de 1935, por efeito do Decreto n.º 25.299, de 6 de Maio de 1935.

Os resultados gerais da execução orçamental de 1934/35, foram:

Receitas	222.319.720$02
Despesas	220.997.606$70
Excesso das receitas sôbre as despesas	1.322.113$32

Nas receitas e nas despesas, estão incluidos os saldos de gerência do ano de 1933-1934, que, nos termos da última parte do n.º 3, do § 3.º do art. 36.º do Decreto 22.521, de 13 de Maio de 1933, foram incluidos no 1.º Orçamento Suplementar ao ordinário de 1934/35.

Esses saldos foram:

Na receita:

Saldo em numerário:

No Cofre Municipal	426.193$39	
Depositado na C. G. D.	4.256.439$12	4.682.632$51
Dívidas activas		1.884.973$85
		6.567.606$36

Na despesa:

Dívidas passivas	3.606.348$55
Excesso da receita sôbre a despesa de 1933/34	2.961.257$81
	6.567.606$36

b) — Receitas

I — Receitas no orçamento

As receitas previstas para 1934/35 (18 meses), foram de.....			contos	234.226
A esta previsão deve-se deduzir, para comparação com as receitas nas contas, as importâncias:				
1) — Do art. 23.º — Talhos Municipais, previsão a mais feita com contra-partida na despesa no art. 176.º, n.º 2, que representa o movimento dos referidos talhos.....	contos	3.918		
2) — De consignação de receitas, previsão a mais feita com contra-partida na despesa.....	contos	3.541		
3) — De receita estraordinária, previsão com contra-partida na despesa:				
a) — Liquidação do Bairro Social do Arco do Cego..... contos 3.000				
b) — Casas económicas nos termos do Decreto 23.052..... contos 719				
		3.719	contos	11.178
Receita no orçamento...			contos	223.048

II — Receita nas contas

1) — Cobradas, incluindo o que foi recebido da gerência anterior ..			contos	220.593
2) — A cobrar por:				
a) — Consignações de receita, do fundo do movimento dos Serviços Industriais	contos	1.444,6		
b) — Das casas económicas, por efeito do Decreto-Lei 23.052	contos	281,3	contos	1.726
Receitas nas contas.....			contos	222.319

Da comparação das receitas no orçamento com as receitas nas contas, verifica-se uma previsão superior à arrecadação de setecentos e trinta contos, que tem a justificação seguinte:

No capítulo 3.º — Taxas — Rendimento de diversos serviços — — no art. 49.º, «Viação dentro do Concelho», foi a menos cobrada do

Estado a importância de Esc. 1.237.131$81, por efeito do despacho de Sua Ex.ª o Sub-Secretário de Finanças, transmitido a esta Câmara, pelo ofício 2.893, de 9 de Setembro de 1935, da Direcção Geral da Contabilidade Pública, e que se transcreve: «a importância abonada pelo Estado para rendas das casas das escolas e de habitações dos professores e para subsidio para renda de casa dos professores que não tenham moradia no edifício escolar e cujo encargo pertence ao Município, nos termos do art. 3.º do Decreto 20.181, de 24 de Julho de 1931, será deduzida na compensação a entregar à Câmara, nos termos do Decreto 17.813, de 30 de Dezembro de 1930, e respeitante ao semestre de Julho a Dezembro do ano de 1935».

A Câmara não consignou no orçamento da despesa verba alguma para os encargos com o ensino primário na Cidade de Lisboa, por o Decreto 20.181, estabelecer:

§ 3.º do art. 3.º: — *A efectivação dos encargos que se refere êste artigo, em relação às escolas da Cidade de Lisboa, será regulada em diploma especial*».

A Câmara informou Sua Ex.ª o Sub-Secretário do Estado de Finanças e a Direcção Geral de Contabilidade Pública, que aguardava a publicação do diploma citado no Decreto 20.181, para conhecer qual seria o encargo a consignar no orçamento, pois só poderia efectuar despesas que estivessem orçadas.

Só depois de conhecido êsse encargo, a Câmara poderia consignar a respectiva verba no orçamento de despesa e fazer-lhe face por meio do imposto municipal para a instrução primária lançado sôbre as contribuições gerais directas do Estado, cuja taxa é variável entre vinte e seis e trinta e dois por cento, nos termos do n.º 1, do art. 46.º, do Decreto, com fôrça de lei, n.º 5.787-B, de 10 de Maio de 1919.

A Câmara não lançou o referido imposto municipal para a instrução primária, por ainda desconhecer os encargos a regular no diploma a que se refere o § 3.º do art. 3.º do Decreto 20.181.

A Direcção Geral de Contabilidade Pública, no cumprimento do citado despacho, deduziu, às receitas a entregar à Câmara e previstas no orçamento, a importância de Esc. 1.237.131$81. Se não tivesse havido esta dedução a menor arrecadação de receitas de setecentos e trinta contos, transformar-se-ía numa maior arrecadação, em função à prevista, de cêrca de quinhentos e dez contos, o que demons-

tra o cuidado que se teve nos cálculos do orçamento das receitas, como se verifica no mapa seguinte:

Capitulos das Receitas	Orçamento de 1934/1935 (18 meses) — Contos	Contas de 1934/1935 (18 meses) — Contos	Diferença nas contas	
			Para mais	Para menos
Saldo em numerário	4.682	4.682	—	—
1.º Capítulo — Impostos Directos	19.055	19.196	141	—
2.º Capítulo — Impostos Indirectos	3.670	3.910	240	—
3.º Capítulo — Taxas — Rendimento de diversos serviços	*(a)* 62.821	64.139	1.318	—
4.º Capítulo — Indústrias da Câmara e lucro dos Serviços Municipalizados	10.660	10.933	273	—
5.º Capítulo — Rendimento de Bens Próprios, Capitais, Acções e Obrigações de Bancos e Companhias	690	710	19	—
6.º Capítulo — Reembolsos e Reposições (incluindo Dívidas Activas).....	12.590	10.184	—	2.406
7.º Capítulo — Consignação de Receitas	*(b)* 98.470	98.266	—	204
Receitas extraordinárias...	*(c)* 10.408	10.293	—	113
Total	223.046	222.313	1.991	2.723

(a) — Deduzia-se a receita orçada em três mil novecentos e dezóito contos, referente ao movimento dos Talhos Municipais, que tem contra-partida na despesa, por efeito de comparação.

(b) — Deduz-se a importância de três mil quinhentos e quarenta e um contos, por igualmente se fazer o mesmo na despesa.

(c) — Idem, de três mil setecentos e dezanove contos, idem, idem, idem.

Foi devido a essa dedução imposta, que o excesso das receitas sôbre as despesas, foi de mil trezentos e vinte e dois contos, quando deveria ser de dois mil quinhentos e cinqüenta e nove contos, se não tivesse sido feita a inesperada dedução de mil duzentos e trinta e sete contos.

c) — Despesas

I — Despesas no orçamento

As despesas autorizadas para 1934/35 (18 meses), foram..... contos 234.226

As despesas orçadas devem-se deduzir para comparação com as despesas nas contas, por igual procedimento se ter tomado quando da análise das receitas:

1) — Ao art. 176.°, n.° 2 — Talhos Municipais, importância do seu fundo movimento não despendido.....	contos	2.883		
2) — A pagamento por consignações de receitas a mais, orçada (com contra-partida na receita)	contos	3.541		
3) — Á Despesa Extraordinária a menos efectuada por menos cobrada.....	contos	3.719	contos	10.143
Despesas no Orçamento.....				224.083

II — Despesas nas contas

As despesas nas contas figuram:

1) — Efectuadas, incluindo as dívidas da gerência anterior.....			contos	214.111
2) — A pagar:				
a) — Dívidas Passivas por obras novas, grandes reparações e expropriações em curso.....	contos	4.686,2		
b) — Depósitos de garantia e cauções a entregar	contos	2.182,2		
c) — Pagamentos por consignações de receitas a realizar a diversos.....	contos	17,6		6.886
Despesas nas contas			contos	220.997

Da comparação das despesas no orçamento com as despesas nas contas, verifica-se a economia na despesa de 3.086 contos, assim constituida:

Capítulos da Despesa	Orçamento de 1934/1935 (18 meses) — Contos	Contas de 1934/1935 (18 meses — Contos	Economia na Despesa
Obrigações Gerais do Município:			
Capítulo I — Dívida Municipal	9.191	9.051	140
Capítulo II — Despesas. Pensões e Reformas.....	3.241	3.231	10
Capítulo III — Representação Municipal.....	475	456	19
A transportar.....	12.907	12.738	169

Capítulos da Despesa	Orçamento de 1934/1935 (18 meses) — Contos	Contas de 1934/1935 (18 meses) — Contos	Economia na Despesa
Transporte	12.907	12.738	169
Serviços Gerais:			
Capítulo IV — Secretaria Geral	1.374	1.343	31
Capítulo V — Serviços de Estatística e do Funcionalismo Municipal	169	160	9
Capítulo VI — Serviços de Informações	—	—	—
Capítulo VII — Corpo de Salvação Pública	6.860	6.812	48
Capítulo VIII — Serviço da Polícia Municipal	2.090	2.073	17
Pelouro de Finanças:			
Capítulo IX — Secretaria Privativa do Pelouro ...	113	106	7
Capítulo X — Repartição de Finanças	1.297	1.265	32
Capítulo XI — Repartição de Contabilidade Central	9.329	8.499	830
Capítulo XII — Inspecção de Contabilidade e Finanças	40	40	—
Pelouro de Engenharia:			
Capítulo XIII — Serviços Industriais	80	80	—
Capítulo XIV — Serviços de Engenharia	34.242	34.193	48
Pelouro de Urbanização — Edifícios Urbanos:			
Capítulo XV — Direcção dos Serviços da Planta da Cidade e Expropriações	4.621	4.395	226
Capítulo XVI — Serviço de Edificações Urbanas ..	991	984	7
Pelouro dos Serviços Culturais:			
Capítulo XVII — Conselho de Arquitectura	171	167	4
Capítulo XVIII — Inspecção dos Museus, Bibliotecas e Arquivo Histórico	466	457	9
Capítulo XIX — Administração dos Cemitérios e Jardins	6.278	6.246	32
Capítulo XX — Secção de Propaganda e Turismo ..	396	347	49
Pelouro de Higiene e Salubridade Pública:			
Capítulo XXI — Secretaria Privativa do Pelouro ..	152	141	11
Capítulo XXII — Serviço de Limpeza Urbana	13.118	12.743	375
A transportar	94.694	92.789	1.904

Capítulos da Despesa	Orçamento de 1934/35 (18 meses) — Contos	Contas de 1934/1935 (18 meses) — Contos	Economia na Despesa
Transporte	94.694	92.789	1.904
Capítulo XXIII — Serviço de Inspecção Sanitária..	1.015	999	16
Capítulo XXIV — Serviço de Saúde Municipal.....	257	252	5
Pelouro de Abastecimento de Carnes:			
Capítulo XXV — Serviço do Matadouro	14.103	13.201	902
Pelouro dos Serviços de Ouvidoria:			
Capítulo XXVI — Ouvidoria.....	222	207	15
Pelouro dos Mercados:			
Capítulo XXVII — Mercados	3.463	3.405	58
Capítulo XXVIII — Serviços Extra-Municipais	1.451	1.383	68
Capítulo XXIX — Pagamento a Diversas Entidades por Consignação de Receitas	98.470	98.470	—
Capítulo XXX — Despesas Extraordinárias	10.408	10.291	117
	224.083	220.997	3.085

d) — Como foram efectuadas as despesas

1 — As receitas cobradas foram aplicadas às despesas, com a distribuïção seguinte

Despesa	Em contos	Relação %
Pessoal	36.025	32
Material.....	36.873	32,90
Pagamento de Serviços	8.982	8
Diversos Encargos.....	15.386	13,70
Anos Económicos Findos.....	2.232	2
Dívida Municipal.....	9.051	8,10
Pensões e Reformas.....	3.231	2,90
Representação Municipal	456	0,40
Soma	112.236	100,00
Pagamento por Consignações de Receitas	98.470	—
Despesa Extraordinária.....	10.291	—
Soma total	220.997	100,00

Á verba das Festas da Cidade deve aumentar-se 1.133 contos, importância em que se excedeu a despesa orçada, e que nela não foi incluida em virtude de ter sido determinado, por deliberação camarária de 15 de Agosto de 1935, que os Serviços Industriais, liquidassem as contas que ultrapassem a verba orçada, devendo a Câmara incluir no Orçamento Suplementar ao Ordinário de 1936, e por fôrça do saldo proveniente do excesso das receitas sôbre as despesas de 1934/35, a verba necessária para pagamento daquêle débito aos Serviços Industriais.

II — As despesas, segundo o plano administrativo, tiveram a aplicação seguinte

Designação da Despesa	Em contos	Relação %
Aquisição de Imóveis	3.850	3,43
Aquisição de Móveis, Utensílios, etc.	1.364	1,30
Amortização da Dívida Municipal	9.051	8,06
Cemitérios e Jardins	6.195	5,52
Bibliotecas, Museus e Propaganda	545	0,48
Festas da Cidade	1.600	1,43
Higiene e Salubridade Pública	12.740	11,36
Ruas da Cidade (Pavimentação, esgôtos, iluminação, etc.)	34.106	30,39
Estética da Cidade (Edificações Urbanas, Planta da Cidade, Arquitectura, etc.)	1.628	1,45
Abastecimento da Cidade (Matadouros, Talhos e Mercados)	16.270	14,50
Segurança da Cidade (Bombeiros e Polícia Municipal)	8.682	7,74
Subsídios	977	0,84
Pensões e Reformas	3.251	2,90
Encargos Gerais (Manutenção dos Serviços Camarários, Representação Municipal)	10.514	9,37
Serviços do Estado, com encargos por lei à Câmara (Tribunais, Conservatórias, Administrações dos Bairros, Repartições de Finanças do Estado, Recenseamento Militar e Eleitoral	1.383	1,20
Soma	112.236	100
Despesas por Consignação de Receitas	98.470	—
Despesa Extraordinária	10.291	—
Soma total	220.997	100

C) — Síntese-comparativa dos orçamentos de 1934/1935 e 1936
Sumário dos seus resumos estatísticos

I — Resumo Geral das Receitas e Despesas Próprias:

a) — Por Classes e Capítulos ..... Mapa n.º 10
b) — Por Serviços Municipais ..... Mapa n.º 11

II — Resumo das Despesas Próprias:

a) — Por Classes ..... } Mapa n.º 12
b) — Por Serviços Municipais ..... }

III — Pagamento a Diversas Entidades por Consignação de Receitas ..... Mapa n.º 13

IV — Resumo Geral das Despesas e Receitas Extraordinárias ..... Mapa n.º 14

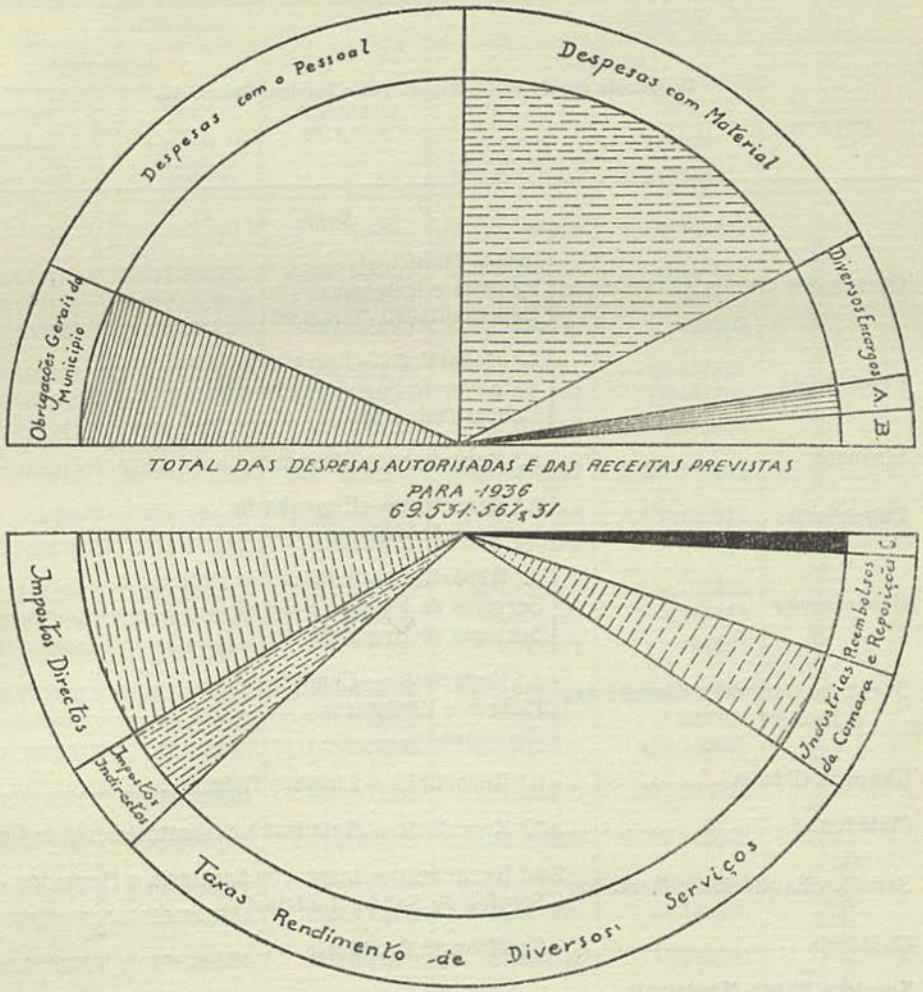
Resumo geral das Despesas e Receitas da Câmara Municipal de Lisboa

Mapa n.º 10

DESIGNAÇÕES das Classes das Despesas e dos Capítulos das Receitas	DESPESAS			RECEITAS		
	EFECTUADAS			COBRADAS		
	1934/35 — 12 meses (Julho de 1934 a Junho de 1935)	1935 — 6 meses (Julho a Dezembro)	Autorizadas para 1936	1934/35 — 12 meses (Julho de 1934 a Junho de 1935)	1935 — 6 meses (Julho a Dezembro)	Previstas para 1936
Saldo	-$-	-$-	-$-	3.121.755$00	1.560.877$50	-$-
Obrigações Gerais do Município	8.492.392$04	4.246.196$02	8.812.847$17	-$-	-$-	-$-
Despesas com Pessoal	24.016.551$78	12.008.275$88	25.461.456$08	-$-	-$-	-$-
Despesas com Material	24.581.860$55	12.290.930$27	24.917.650$00	-$-	-$-	-$-
Pagamento de Serviços	5.987.931$36	2.993.965$68	1.210.364$70	-$-	-$-	-$-
Diversos Encargos	10.257.323$53	5.128.661$76	9.104.149$36	-$-	-$-	-$-
Despesas nos anos económicos findos	2.232.610$28	-$-	25.100$00	-$-	-$-	-$-
Impostos Directos	-$-	-$-	-$-	12.797.562$35	6.398.781$17	13.180.000$00
Impostos Indirectos	-$-	-$-	-$-	2.606.923$53	1.303.461$77	2.600.000$00
Taxas — Rendimento de Diversos Serviços	-$-	-$-	-$-	42.759.834$57	21.379.917$29	41.025.300$00
Indústrias da Câmara	-$-	-$-	-$-	7.289.303$36	3.644.651$69	6.475.000$00
Rendimento de Bens Próprios	-$-	-$-	-$-	473.769$16	236.884$58	418.152$31
Reembolsos e Reposições	-$-	-$-	-$-	6.789.743$86	3.394.871$93	5.833.115$00
Total	75.568.669$54	36.668.029$61	69.531.567$31	75.838.891$83	37.919.144$93	69.531.567$31

Gráfico VIII

Despesas autorizadas



Receitas previstas

A. — Pagamento de Serviços.
B. — Despesas nos anos económicos findos.
C. — Rendimento de Bens Próprios.

Designação dos Pelouros, Repartições e Serviços Camarários	
	Saldo .....
Obrigações Gerais do Município	Dívida Municipal .....
	Pensões e Reformas .....
	Representação Municipal .....
Presidência	1.ª Repartição — Secretaria Geral .....
	Batalhão de Sapadores Bombeiros .....
	Polícia Municipal .....
Finanças	2.ª Repartição — Finanças .....
Engenharia	3.ª Repartição — Engenharia .....
	Serviços Industriais .....
Urbanização	4.ª Repartição — Edificações Urbanas .....
	Serviços da Planta da Cidade .....
	Serviços de Arquitectura .....
Serviços Culturais, Cemitérios e Jardins	5.ª Repartição — Cemitérios .....
	Museus e Bibliotecas .....
	Propaganda .....
Limpeza Urbana	6.ª Repartição — Limpeza Urbana .....
Matadouro	7.ª Repartição — Matadouro e Abastecimento de Carnes
Serviços Sanitários e Mercados	9.ª Repartição — Inspecção Sanitária e Mercados .....
	Serviço de Saúde Municipal .....
Ouvidoria	Serviços de Ouvidoria .....
Serviços Extra-Municipais	

no ano 1934/35, por Serviços Camarários

Mapa n.º 11

DESPESAS			RECEITAS		
EFECTUADAS			COBRADAS		
1934/1935 — 12 meses (Julho 1934 a Junho 1935)	1935 — 6 meses (Julho a Dezembro)	Autorizadas para 1936	1934/35 — 12 meses (Julho 1934 a Junho 1935)	1935 — 6 meses (Julho a Dezembro)	Previstas para 1936
-$-	-$-	-$-	3.121.755$00	1.560.877$50	A previsão de Receitas, é classificada por Capítulos e não por Repartições ou Serviços.
6.034.149$83	3.017.074$91	6.589.765$62	2.995$60	1.497$80	
2.154.178$43	1.077.089$16	1.865.981$55	1.292$50	646$25	
304.063$82	152.031$91	357.100$00	844$00	422$00	
1.002.152$07	501.076$03	1.268.500$00	182.875$70	91.437$85	
4.541.503$80	2.270.751$40	4.742.479$70	57.966$18	28.983$09	
1.382.273$45	691.136$72	1.485.148$52	1.387.741$14	693.870$57	
7.350.668$14	2.559.029$55	4.147.252$76	39.707.980$30	19.854.110$12	
22.795.924$08	11.397.962$04	14.989.159$96	3.159.914$36	1.579.957$18	
53.333$34	26.666$66	125.000$00	1.499$82	749$91	
655.722$83	327.861$41	1.082.050$00	1.824.250$66	912.125$33	
2.929.851$98	1.464.925$98	4.653.828$00	8.696$66	4.348$33	
111.130$64	55.565$31	250.300$00	1.448$46	724$23	
4.163.770$50	2.081.885$24	4.703.500$00	2.098.925$00	1.049.462$34	
304.364$90	152.182$45	437.100$00	3.775$30	1.887$65	
231.300$40	115.650$20	263.233$50	262.279$70	131.139$85	
8.589.459$91	4.294.729$95	9.992.600$00	750.207$50	375.103$75	
8.800.497$80	4.400.248$90	7.975.594$70	13.498.237$94	6.749.118$97	
2.936.305$74	1.468.152$87	3.305.043$40	9.673.947$16	4.836.973$73	
168.072$64	84.036$31	262.500$00	64.961$46	32.480$73	
138.117$08	69.058$54	255.600$00	24.471$44	12.235$72	
921.828$16	460.914$07	779.829$60	2.826$06	1.413$03	
75.568.669$54	36.668.029$61	69.531.567$31	75.838.891$94	37.919.565$93	

Desenvolvimento das Despesas próprias a cada Pelouro e respectivos da C. M. L., por classes e referentes Serviços Municipais

(Das liquidadas no ano de 1934/35 (12 meses) e das autorizadas para 1936)

Mapa n.º 12

Designação dos Pelouros e Serviços Municipais	Pessoal		Material		Pagamento de serviços		Diversos encargos		Despesas dos anos económicos findos		Totais anuais	
	1934/35 — (12 meses)	1936	1934/35 — (12 meses)	1936	1934/35 — (12 meses)	1936	1934/35 — (12 meses)	1936	1934/35 — (12 meses)	1936	1934/35 — Julho 1934 a Junho 1935	1936
Presidência:												
Secretaria Geral — 1.ª Repartição	839.686$02	1.104.000$00	120.201$06	139.000$00	35.940$89	5.500$00	-$-	-$-	6.324$10	20.000$00	*1.002.152$07*	*1.268.500$00*
Batalhão de Sapadores Bombeiros	-$-	-$-	200.000$00	-$-	-$-	-$-	4.341.503$80	4.742.479$70	-$-	-$-	*4.541.503$80*	*4.742.479$70*
Polícia Municipal	983.510$14	1.097.148$52	31.129$96	46.000$00	347.633$35	342.000$00	-$-	-$-	-$-	-$-	*1.382.273$45*	*1.485.148$52*
Finanças:												
2.ª Repartição — Finanças	1.459.818$88	1.323.800$00	111.549$86	132.750$00	1.297.031$36	120.730$00	2.362.895$41	2.569.972$76	2.119.372$63	-$-	*7.350.668$14*	*4.147.252$76*
Engenharia:												
3.ª Repartição — Engenharia	2.186.939$20	2.056.159$96	18.222.500$18	12.631.000$00	182.650$46	252.000$00	2.203.834$24	50.000$00	-$-	-$-	*22.795.924$08*	*14.989.159$96*
Serviços Industriais	-$-	-$-	53.333$34	125.000$00	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	*53.333$34*	*125.000$00*
Urbanização:												
4.ª Repartição — Edificações Urbanas	637.489$40	888.000$00	11.821$25	12.750$00	6.412$18	181.300$00	-$-	-$-	-$-	-$-	*655.722$83*	*1.082.050$00*
Serviço da Planta da Cidade e Expropriações	288.457$42	539.908$00	2.633.076$96	4.075.000$00	8.317$60	38.920$00	-$-	-$-	-$-	-$-	*2.929.851$98*	*4.653.828$00*
Serviço de Arquitectura	106.832$92	244.800$00	4.060$66	3.500$00	237$06	2.000$00	-$-	-$-	-$-	-$-	*111.130$64*	*250.300$00*
Serviços Culturais, Cemitérios e Jardins:												
5.ª Repartição — Cemitérios e Jardins	3.906.850$26	4.328.200$00	252.369$76	368.000$00	4.550$48	7.300$00	-$-	-$-	-$-	-$-	*4.163.770$50*	*4.703.500$00*
8.ª Repartição — Serviços Culturais	256.838$00	404.400$00	200.892$27	243.400$00	56.559$55	35.200$00	21.375$48	17.333$50	-$-	-$-	*535.665$30*	*700.333$50*
Limpeza Urbana:												
6.ª Repartição — Limpeza Urbana	6.583.541$36	6.648.200$00	1.878.377$88	3.256.000$00	65.178$47	88.400$00	2.400$00	-$-	59.962$20	-$-	*8.589.459$91*	*9.992.600$00*
Matadouro e Abastecimento de Carnes:												
7.ª Repartição — Matad.º e Abast.º de Carnes	4.073.097$36	3.646.400$00	690.745$11	3.694.000$00	3.889.147$18	30.094$70	100.556$80	600.000$00	46.951$35	5.100$00	*8.800.497$80*	*7.975.594$70*
Serviços Sanitários e Mercados:												
9.ª Repartição — Inspecção Sanit.ª e Mercados	2.302.591$96	2.616.239$60	152.494$64	159.500$00	73.177$94	98.970$00	408.041$20	430.333$80	-$-	-$-	*2.936.305$74*	*3.305.043$40*
Serviço de Saúde Municipal	154.365$92	236.000$00	12.869$20	19.150$00	837$52	7.350$00	-$-	-$-	-$-	-$-	*168.072$64*	*262.500$00*
Ouvidoria:												
Serviço de Ouvidoria	124.037$24	227.400$00	6.438$42	12.600$00	257$32	600$00	7.384$10	15.000$00	-$-	-$-	*138.117$08*	*255.600$00*
Serviços Extra-Municipais:												
Despesas	112.495$70	100.800$00	-$-	-$-	-$-	-$-	809.332$46	679.029$60	-$-	-$-	*921.828$16*	*779.829$60*
Obrigações Gerais do Município:												
Despesas	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	-$-	8.492.392$08	8.817.847$17	-$-	-$-	*8.492.392$08*	*8.812.847$17*
Somas	24.016.551$78	25.461.456$03	24.581.860$55	24.917.650$00	5.987.931$36	1.210.364$70	18.749.715$57	17.916.996$53	2.232.610$28	25.100$00	*75.568.669$54*	*69.531.567$31*

Pagamento a diversas entidades por consignação de receitas

Mapa n.º 13

Número dos artigos	Designação da despesa a que se refere o Capítulo XXII do Orçamento da Despesa	Despesa autorizada em 1934 35 — (12 meses)	Despesa fixada para 1936	DIFERENÇA PARA		Importância cobrada em 1934/35
				Mais	Menos	
	Receita emolumentar					
	Para o Cofre Privativo da Fiscalização Sanitária	62.000$00	-$-	-$-	62.000$00	50.398$00
151	**Dos adicionais, taxas e multas destinadas ao Estado**					
	1) Para a Inspecção de Pesos e Medidas	130.000$00	130.000$00	-$-	-$-	104.232$85
	2) Para o Ministério das Finanças, relativo a aferições	40.000$00	50.000$00	10.000$00	-$-	39.298$00
152	**Das receitas cobradas por conta do Estado**					
	1) Imposto de Salvação Pública	1.000.000$00	1.000.000$00	-$-	-$-	507.346$15
	2) Imposto do Sêlo	1.350.000$00	1.350.000$00	-$-	-$-	1.018.649$85
	3) Imposto de Rendimento	180.000$00	200.000$00	20.000$00	-$-	155.901$40
	4) Desconto para a Assistência aos Funcionários Civis Tuberculosos ..	80.000$00	120.000$00	40.000$00	-$-	99.558$40
	5) Imposto do Desemprêgo	120.000$00	150.000$00	30.000$00	-$-	116.694$70
	6) Descontos diversos com destino aos cofres do Estado	1.500.000$00	1.000.000$00	-$-	500.000$00	60.444$21
153	**Das receitas cobradas por conta de diversas entidades**					
	1) Para a Caixa de Aposentações	200.000$00	500.000$00	300.000$00	-$-	215.745$82
	2) Para a Caixa de Socorros e Reformas do Pessoal Operário e Assalariado	1.500.000$00	1.500.000$00	-$-	-$-	1.548.559$58
	3) Para o Cofre de Previdência do Ministério das Finanças	8.000$00	20.000$00	12.000$00	-$-	10.233$00
	4) Para a Comissão Venatória Regional do Sul	37.400$00	50.000$00	12.600$00	-$-	26.676$50
	5) Para a Lutuosa dos Funcionários da Câmara	40.000$00	50.000$00	10.000$00	-$-	38.241$40
	A transportar	6.247.400$00	6.120.000$00	434.600$00	562.000$00	3.991.977$86

Número dos artigos	Designação da despesa a que se refere o Capítulo XXII do Orçamento da Despesa	Despesa autorizada em 1934/35 — (12 meses)	Despesa fixada para 1936	DIFERENÇA PARA		Importância cobrada em 1934/35
				Mais	Menos	
	Transporte	6.247.400$00	6.120.000$00	434.600$00	562.000$00	3.991.997$86
	6) Para assinaturas da Companhia Carris de Ferro de Lisboa.....	150.000$00	150.000$00	-$-	-$-	107.365$36
	7) Descontos diversos com destino a diversas entidades	1.050.000$00	100.000$00	-$-	950.000$00	695.973$36
	8) Para os aferidores	250.000$00	250.000$00	-$-	-$-	215.136$65
	9) Depositantes por contratos e cauções	-$-	900.000$00	900.000$00	-$-	-$-
154	**Do fundo do movimento**					
	1) Para o Serviço de Abastecimento de Carnes.....	47.285.000$00	47.016.076$50	-$-	318.000$00	41.228.652$90
	2) Para os Talhos Municipais	-$-	4.987.923$50	5.037.000$00	-$-	-$-
	3) Para os Serviços Industriais	13.419.156$90	9.000.000$00	-$-	4.419.156$90	8.362.262$02
155	**Do Ministério das Finanças**					
	Amortização e juros dos Empréstimos de Abril e Novembro de 1886, a cargo da Junta de Crédito Público, Decreto com fôrça de lei de 2 de Março de 1895.					
	1) *Empréstimo de Abril de 1886 :*					
	a) Juros.....	113.691$60	113.691$60	-$-	-$-	-$-
	b) Amortização	25.920$00	25.920$00	-$-	-$-	-$-
	2) *Empréstimo de Novembro de 1886 :*					
	a) Juros.....	260.154$00	260.154$00	-$-	-$-	-$-
	b) Amortização	59.040$00	59.040$00	-$-	-$-	-$-
		68.860.362$50	68.982.805$60	6.371.600$00	6.249.156$90	54.601.368$15
	Diferença para mais.....			122.443$10		

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

Receita e Despesa Extraordinária da C. M. L.

Mapa n.º 14

RECEITA				DESPESA			
DESIGNAÇÃO	1934/35 Julho de 1934 a Dezembro de 1935 — (18 meses)	1935 Julho a Dezembro — (6 meses)	1936 (12 meses) — Orçamental	DESIGNAÇÃO	1934/35 Julho de 1934 a Dezembro de 1935 — (18 meses)	1935 Julho a Dezembro — (6 meses)	1936 — (12 meses) — Orçamental
Casas Económicas:				**Casas Económicas:**			
Reembolso pela Repartição de Casas Económicas, dos pagamentos efectuados por esta Câmara, com a aquisição de terrenos para Casas Económicas, nos termos do art. 23.º do Decreto-Lei n.º 23.052 de 23 de Setembro de 1933	-$-	10.281.710$15	1.000.000$00	Aquisição de terrenos para Casas Económicas, nos termos do art. 23.º do Decreto-Lei n.º 23.052 de 23 de Setembro de 1933	-$-	10.281.710$15	1.000.000$00
Venda de terrenos:				**Venda de terrenos:**			
Pela venda de terrenos municipais.....	13.230$50	-$-	100.000$00	Pela venda de terrenos municipais.....	9.475$18	-$-	100.000$00

CAPÍTULO II

Pelouro da Presidência

Vereador-Presidente: General Daniel Rodrigues de Sousa

Polícia Municipal

Comandante: Capitão de Infantaria Eduardo Gonçalves Galhardo

A) — Sua organização e principais atribuïções

viços Gerais da C. M. L. — .ª Repartição) e o Batalhão ectamente subordinados à

entes dos restantes serviços à sua administração.

organizado militarmente, ı de Segurança Pública, e, ivativos desta Corporação. «como se realizou a fixação cia Municipal» — ficou indi-) do respectivo movimento

Errata

A págs. 121, onde se lê: *Comandante: Capitão de Infantaria Eduardo Gonçalves Galhardo;* deve lêr-se: *Comandante: Capitão de Infantaria Eduardo de Brito Galhardo.*

Independentemente de outras atribuïções que, por lei, lhe caibam, à Polícia Municipal, compete:

1) — A fiscalização do cumprimento das Posturas Municipais;

2) — A cobrança de taxas para vendas a efectuar por vendedores ambulantes;

3) — O auxílio no serviço de apanha de animais de raças felina e canina;

Polícia Municipal

Comandante: Capitão de Infantaria Eduardo Gonçalves Galhardo

A) — Sua organização e principais atribuïções

A Polícia Municipal faz parte dos Serviços Gerais da C. M. L. — — conjuntamente com a Secretaria Geral (1.ª Repartição) e o Batalhão de Sapadores Bombeiros (B. S. B.) — directamente subordinados à Presidência.

Os seus serviços internos são independentes dos restantes serviços da C. M. L., salvo na parte que diz respeito à sua administração.

O Corpo de Polícia Municipal, está organizado militarmente, com elementos do Quadro adido da Polícia de Segurança Pública, e, portanto, regendo-se pelos regulamentos privativos desta Corporação.

No n.º III da Introdução, alínea *c)* — «como se realizou a fixação dos quadros do pessoal militarizado, 2: Polícia Municipal» — ficou indicado o quadro do seu efectivo, bem como o do respectivo movimento em 1935.

*
* *

Independentemente de outras atribuïções que, por lei, lhe caibam, à Polícia Municipal, compete:

1) — A fiscalização do cumprimento das Posturas Municipais;

2) — A cobrança de taxas para vendas a efectuar por vendedores ambulantes;

3) — O auxílio no serviço de apanha de animais de raças felina e canina;

4) — A intimação aos proprietários de prédios, por ordem da Presidência, para fazerem as obras de que os mesmos prédios careçam, e as obras de iluminação de pátios, vilas e ruas, conforme as indicações dadas para tal fim, pelos respectivos serviços técnicos;

5) — A repressão de construções clandestinas;

6) — O policiamento dos cemitérios, durante as horas que estão abertos ao público, e, bem assim, o dos mercados, parques e jardins municipais;

7) — O policiamento dos edifícios da Câmara, das Oficinas Municipais, Repartição de Aferições, Matadouro, Postos Sanitários, etc.;

8) — Todo o serviço policial que lhe fôr determinado pela Presidência da C. M. L.

Também, e por solicitação da Direcção Geral de Segurança Pública do Ministério do Interior, ficou a cargo da Polícia Municipal a descoberta e prisão de candongueiros exercendo o comércio ilícito de carnes de reses abatidas clandestinamente nas áreas dos Concelhos limitrofes.

B) — Actuação

Como conseqüência das suas especiais atribuïções, a Polícia Municipal exerceu a seguinte actuação — redutível a elementos estatísticos:

1) — Aplicou quatro mil novecentas e cinqüenta e oito multas, no desempenho da fiscalização do cumprimento das Posturas Municipais, às quais arbitrou a importância total de Esc. 699.442$35, em parte reduzida, posteriormente, por decisões judiciais.

2) — A cobrança de taxas para vendas a efectuar por vendedores ambulantes, rendeu a importância de Esc. 1.465.000$00.

3) — O auxílio prestado no serviço de apanha de animais de raças canina e felina, concretizou-se em mil e sessenta e nove cães e três mil quatrocentos e sessenta e dois gatos, apanhados na via pública, conforme os elementos fornecidos pela Repartição de Limpeza Urbana, a quem êste serviço está adstrito.

4) — Os mandados de intimação — seguidos das respectivas contra-fés de intimação, verificações e informações, cada uma destas operações em número igual à inicial — a proprietários de prédios para a realização de obras, totalizaram dois mil seiscentos e trinta e oito.

5) — A repressão de construções clandestinas, efectuada pela respectiva Brigada, concretizou-se na demolição de oitocentas e sessenta e nove construções. Esta Brigada policial aplicou ainda cento e oito multas, na importância de Esc. 28.160$00, a produtos sem inspecção sanitária, provenientes do comércio ilícito de carnes de reses abatidas clandestinamente nas áreas dos concelhos limítrofes.

A C. M. L. dispendeu, durante o ano de 1935, com a Polícia Municipal, a quantia de Esc. 1.450.819$84 — sendo Esc. 996.734$84, com o respectivo pessoal; Esc. 34.785$00, com material; e Esc. 419.300$00, com o pagamento de serviços. Para 1936, está autorizado o dispêndio total de Esc. 1.485.148$52, atendendo ao aumento do seu efectivo, proveniente das necessidades do Município.

CAPITULO III

Outros Pelouros

O «Orçamento Ordinário da C. M. L., para o ano de 1936», no seu mapa preambular I, apresenta, como Receitas ordinárias da C. M. L. (Capítulo III), as provenientes de «Serviços Municipais e Industriais» — ou sejam as constantes do mapa-estatístico-comparativo n.º 15, que se segue.

Dêste mapa, suficientemente elucidativo, constam não sómente as receitas previstas para 1936, mas também as que foram cobradas no ano económico de 1934/35 (18 meses).

*
* *

Dando ao conjunto das receitas cobradas pelas Repartições mencionadas no mapa n.º 15, o relêvo que tal facto merece, efectuou-se o seguinte apuramento contabilístico referente ao ano civil de 1935, o qual se destacou do do ano económico de 1934/35 (18 meses):

Repartições	Receitas cobradas	Despesas efectuadas
5.ª — Cemitérios e Jardins	2.269.596$30	4.417.942$77
6.ª — Limpeza Urbana	786.743$95	9.569.825$59
7.ª — Matadouro	9.658.912$64	9.498.185$17
e Abastecimento de Carnes (Serviços Comerciais)	4.732.907$10	
9.ª — Inspecção Sanitária	2.831.423$95	3.162.950$01
e Mercados	6.981.076$65	
Totais	27.260.660$59	26.648.903$54

Se ao saldo proveniente da diferença entre as receitas cobradas e as despesas efectuadas, de Esc. 611.757$05, se adicionarem as receitas provenientes da Secção de Propaganda (Esc. 72.463$35), dos Museus e Bibliotecas (Esc. 4.337$45) e do Serviço de Saúde (Esc.

77.085$20), obter-se-á o montante de Esc. 765.643$05 — que quási fará face às despesas efectuadas em 1935, com a 8.ª Repartição — Serviços Culturais (Esc. 601.314$68) e com o Serviço de Saúde (Esc. 181.964$45).

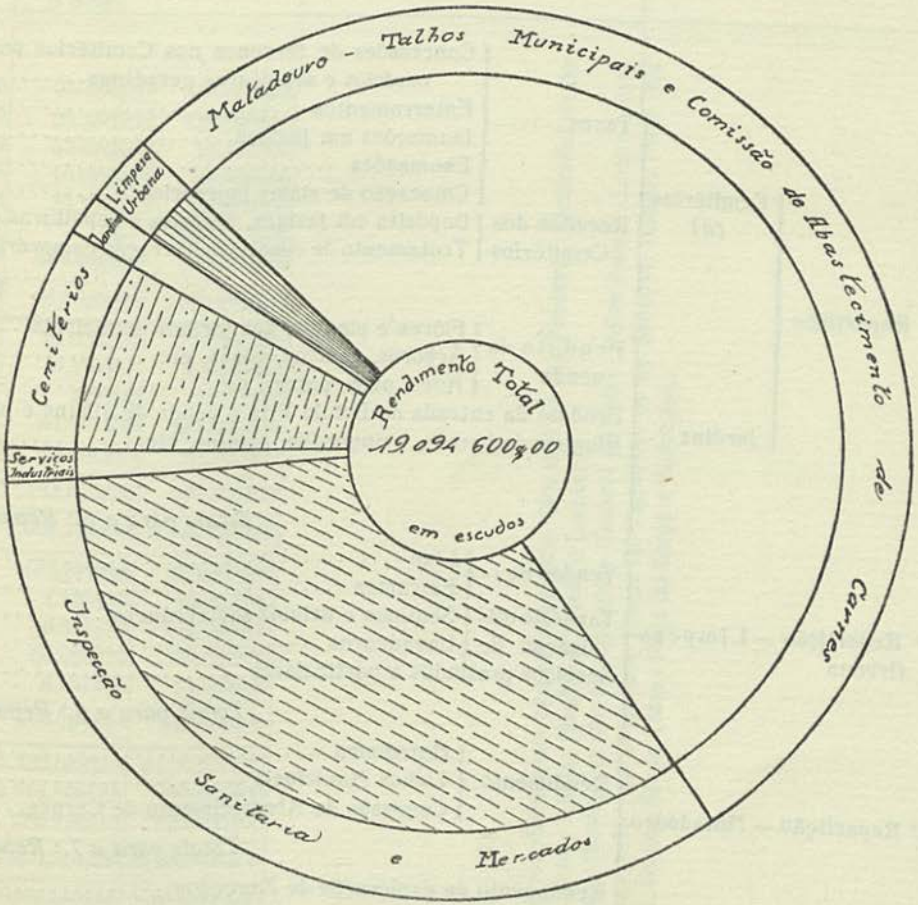
Os Serviços Culturais e a 5.ª Repartição, integram o Pelouro dos Serviços Culturais, Cemitérios e Jardins. O Serviço de Saúde Municipal e a 9.ª Repartição, integram o Pelouro dos Serviços Sanitários e Mercados.

Desta maneira pode concluir-se, em relação ao ano de 1935:

1.º — Que as receitas provenientes da actuação administrativa dos quatro Pelouros, mencionados parcialmente no mapa n.º 15 — Serviços Culturais, Cemitérios e Jardins; Limpeza Urbana; Matadouro e Abastecimento de Carnes, e Serviços Sanitários e Mercados — fazem face, no seu conjunto, justamente às despesas de ordem técnica e administrativa, que os mesmos Pelouros efectuaram com as suas respectivas actuações;

2.º — Que o conjunto das demais receitas ordinárias ou próprias, da C. M. L., igualmente fizeram face às despesas dos serviços municipais que integram os seus restantes cinco Pelouros — Presidência, Finanças, Engenharia, Urbanização e Ouvidoria, bem como às despesas provenientes da Representação Municipal e dos Serviços Extra-Municipais.

Gráfico IX


Matadouro - Talhos Municipais e Comissão de Abastecimento de Carnes
Limpeza Urbana
Cemitérios
Serviços Industriais
Inspecção Sanitária e Mercados
Rendimento Total
19.094.600$00
em escudos

A actuação administrativa da C. M. L., proveniente da exploração dos Serviços Municipais e Industriais

Mapa n.º 15

DESIGNAÇÕES			RECEITAS COBRADAS			Observações
Repartições e Serviços Municipais		Receitas	1934/35 — Julho a Junho (12 meses)	1935 — Julho a Dezembro (6 meses)	Receitas previstas para 1936	
5.ª Repartição — Cemitérios (a)	Taxas	Concessões de terrenos nos Cemitérios para jazigos, ossários e sepulturas perpétuas	158.883$40	93.834$20	151.000$00	a) — Os Cemitérios Municipais são os seguintes: Oriental ou dos Prazeres; Ocidental ou do Alto de S. João; Ajuda; Benfica; Olivais e Lumiar. b) — Os Mercados Municipais são os seguintes: Central de Peixe; Peixe Avulso; Lota e Lavagem; Abastecedor; 24 de Julho; Praça da Figueira; 31 de Janeiro; Belém; Pôço dos Mouros; S. Bento; Santa Clara; Pôço do Bispo e Xabregas.
		Enterramentos	206.493$10	94.486$00	177.000$00	
		Inumações em jazigos	74.316$30	37.970$00	72.100$00	
		Exumações	26.990$00	16.075$00	26.900$00	
		Colocação de sinais funerários	112.974$50	30.708$00	86.200$00	
	Receitas dos Cemitérios	Depósito em jazigos, ossários e sepulturas especiais	-$-	-$-	662.400$00	
		Tratamento de covais (Deliberação camarária de 8/8/935)	786.621$85	584.820$50	300.000$00	
		Somas	*1.366.279$15*	*857.895$70*	*1.475.600$00*	
	Jardins — Produto da venda	Flôres e plantas, dos jardins municipais	109.920$30	61.254$80	101.000$00	
		Árvores, caniços, ervas, etc	10.[illegible]06$25	1.751$00	10.000$00	
		Aves, ovos, peixes, etc	3.365$50	235$00	3.000$00	
		Produto da entrada na Estufa Fria e venda de albuns e postais	122.722$50	61.281$30	121.000$00	
		Aluguer de barcos, brinquedos, plantas, etc	36.987$40	23.762$15	35.000$00	
		Somas	*283.991$95*	*148.284$25*	*270.000$00*	
		Totais para a 5.ª Repartição	*1.650.271$10*	*1.006.179$95*	*1.745.600$00*	
6.ª Repartição — Limpeza Urbana	Vendas de	Lixo	226.857$20	103.777$45	209.000$00	
		Estrumes	11.178$75	1.163$75	10.000$00	
	Taxas de utilização de	Sentinas e urinois subterrâneos	106.257$90	56.361$70	102.000$00	
		Lavadouros	112.125$90	60.268$70	109.000$00	
	Serviços prestados a particulares		19.063$35	8.161$50	19.000$00	
		Totais para a 6.ª Repartição	*475.483$10*	*229.733$10*	*449.000$00*	
7.ª Repartição — Matadouro	Rendimento	Matadouro	6.805.639$59	4.520.682$24	9.600.000$00	
		Talhos Municipais	4.064.774$05	2.514.598$55	500.000$00	
		Comissão de Abastecimento de Carnes	366.730$20	255.224$50	325.000$00	
		Totais para a 7.ª Repartição	*11.237.143$84*	*7.090.505$29*	*10.425.000$00*	
9.ª Repartição — Inspecção Sanitária e Mercados (b)	Rendimento da exploração de Mercados		4.062.320$40	2.067.469$06	3.833.000$00	
	Venda de senhas		2.697.933$90	1.384.277$00	2.542.000$00	
		Totais para a 9.ª Repartição	*6.760.254$30*	*3.451.746$05*	*6.375.000$00*	
Serviços Industriais	Lucro líquido		-$-	-$-	*100.000$00*	
	Total geral da Receita proveniente de Serviços Municipais e Industriais		*20.123.152$34*	*11.778.164$39*	*19.094.600$00*	

PARTE IV

Actuação Técnico-Administrativa

Quadro sinótico da Actuação Técnico-Administrativa da C. M. L.

Parte III do *Anuário*

Pelouros	Repartições e Serviços	Secções e Serviços Técnicos e Técnico-administrativos	
Presidência (Capítulo I)	B. S. Bombeiros	Serviços prestados; Meios de acção empregados.	
Engenharia (Capítulo II)	Engenharia	Pavimentos.....	Obras executadas pela C. M. L.
		Esgôtos e canalizações	
		Edifícios Municipais	
		Iluminação e sinalização	
		Aferições.....	
		Pavimentos.....	Obras comparticipadas pelo Comissariado do Desemprêgo.
		Esgôtos	
	Serviços Industriais	Serviços administrativos; Serviços técnicos.	
Urbanização (Capítulo III)	Edificações Urbanas	Projectos e Licenças; Fiscalização de obras particulares e da Ocupação da Via Pública.	
	Serviço da Planta da Cidade e Expropriações	Planta da Cidade; Expropriações.	
	Serviço de Arquitectura	Apreciações de projectos; Estudos para melhoramentos.	
Serviços Culturais, Cemitérios e Jardins (Capítulo IV)	Cemitérios e Jardins	Serviços administrativos; Serviços técnicos de jardins.	
	Serviços Culturais	Bibliotecas e Museus; Propaganda Municipal.	
Limpeza Urbana (Capítulo V)	Limpeza Urbana	Serviços administrativos; Serviços Técnicos da Via Pública.	
Matadouro e Abastecimento de Carnes (Capítulo VI)	Matadouro e Abastecimento de Carnes	Serviços Industriais (Matadouro);	
		Serviços Comerciais	Abastecimento de Carnes; Talhos Municipais.

- Parte III do *Anuário*
  - Serviços Sanitários e Mercados (Capítulo VII)
    - Inspecção Sanitária e Mercados
      - Inspecção Sanitária;
      - Mercados (Serviço administrativo).
    - Serviço de Saúde Municipal
      - Inspecção Central;
      - Assistência Clínica;
      - Junta Médica Municipal.
  - Ouvidoria (Capítulo VIII)
    - Serviço de Ouvidoria
      - Serviço de Advocacia ou Judicial;
      - Serviço de Notariado;
      - Serviço de Solicitador.

CAPÍTULO I

Pelouro da Presidência

Vereador-Presidente: General Daniel Rodrigues de Sousa

Batalhão de Sapadores Bombeiros (B. S. B.)

Comandante: Major de Engenharia Frederico Vilar

Êste importante serviço municipal tem publicado com toda a regularidade os seus Relatórios-anuais, pelo que o relato que se segue será uma ligeira síntese-expositiva, subordinada ao seguinte

Quadro sinótico da actuação técnica do B. S. B. em 1935

- **Serviços prestados pelo B. S. B.**
  - De previsão técnica
    - Segurança contra o risco de incêndios
      - Organização do cadastro da propriedade urbana;
      - Fiscalização aos estabelecimentos mais sujeitos a incêndios;
      - Vistorias de habitações.
    - Segurança nas casas de espectaculos
      - Serviço de vigilância;
      - Rondas no Carnaval;
      - Extinção de fogos manifestados.
  - Assistência
    - Desastres pessoais conseqüentes de incêndios
      - Em pessoas estranhas ao B. S. B.
      - Em praças do B. S. B.
        - No trajecto para o fogo;
        - Durante os trabalhos de extinção.
    - Ás pessoas transportadas aos Hospitais, Farmácias ou Postos de Socorros.
    - Salvamentos
      - Nos incêndios;
      - De animais.
  - Socorros reclamados
    - Fogos
    - Falsos alarmes
    - Acidentes diversos
      - Segundo a sua classificação;
      - Área das Companhias, Estações ou Postos;
      - Freguesias de Lisboa;
      - Dias da semana.
  - Importância material de serviços prestados pelo B. S. B.
- **Meios de acção do B. S. B.**
  - Aquartelamentos.
  - Rêde telefónica e seus traçados.
  - Material existente
    - Ao serviço.
    - De reserva.
  - Serviço Fabril
    - Reparações.
    - Manufacturas.

A) — Serviços prestados pelo B. S. B.

I — De previsão técnica

a) — *Segurança contra o risco de incêndios.* — A Repartição Técnica do B. S. B., chefiada pelo Adjunto Técnico e cuja complexa organização consta dum elucidativo gráfico que ilustra o Relatório anual da Unidade prosseguiu, durante o ano de 1935, os serviços de organização do cadastro da propriedade urbana, notàvelmente desenvolvidos no decorrer do ano anterior, em que se chegou a totalizar cêrca de sete mil processos individuais, correspondentes a outras tantas propriedades, realizados por quatro brigadas, que actuaram, simultaneamente, nas áreas das 1.ª, 3.ª, 4.ª e 5.ª Companhias do B. S. B. Ao findar o ano de 1935, êsse total elevava-se a, aproximadamente, onze mil (11.000), processos.

Como conseqüência dêsse cadastro, a Comissão Administrativa da C. M. L. tomou diversas deliberações no sentido de se regulamentar convenientemente: *a) — a conservação e fiscalização das bôcas de incêndio — b) — a colocação de escadas de salvação — c) — a ocupação*, sempre perigosa e imprópria por deficientes, senão péssimas, condições de higiene e segurança, dos *cubículos e vestíbulos* de escada, bem como dos sótãos e das caves, assentando-se, de uma vez para sempre, na interdição pura e simples dos cubículos de escada nos prédios a construir.

Os elementos dêsse cadastro permitiram reconhecer que muitos dos estabelecimentos perigosos da Cidade não ofereciam as mais elementares condições de segurança contra o risco de incêndio, quer dos próprios, quer dos visinhos, pelo que se intensificaram os trabalhos de fiscalização e a todos os estabelecimentos nessas condições foram impostas as mínimas e indispensáveis obras de protecção. Para uniformizar o critério de apreciação, subordinando-o a uma unidade de vistas, disciplinando-o, foi cada tipo de estabelecimento, em detalhe, estudado, e elaboradas instruções que serviram de guia aos peritos.

Continua o B. S. B. a cooperar, como é de lei, nas vistorias de estabelecimentos para licenciamentos, quer por alvará municipal, nos termos da Portaria n.º 6.065, quer por alvará industrial, nos termos do Decreto n.º 8.363, de 25 de Agosto de 1922. Igualmente contínua



Batalhão de Sapadores Bombeiros — Sede do Comando e Aquartelamento da 1.ª Companhia
Parada Norte — Avenida Presidente Wilson

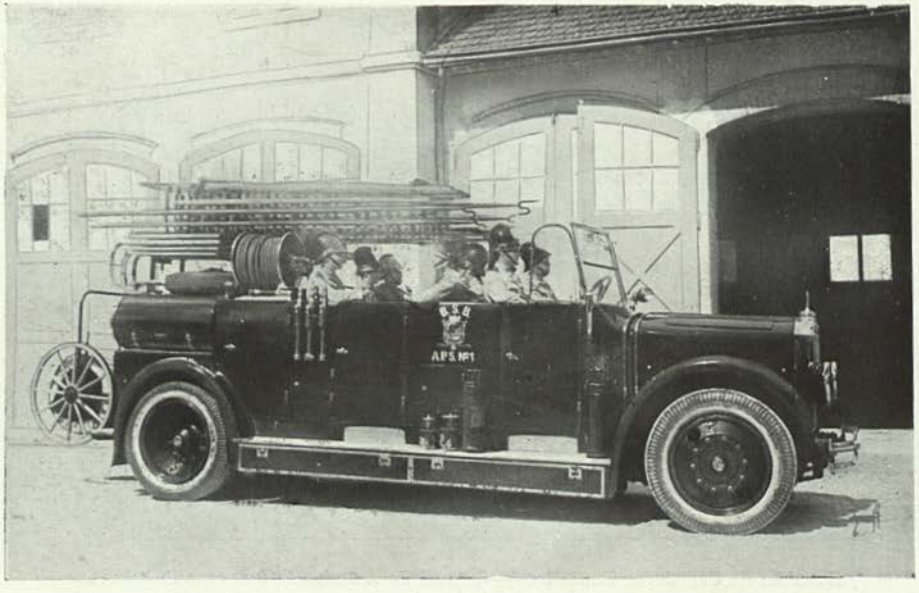


Batalhão de Sapadores Bombeiros — Quartel da Avenida Defensores de Chaves
(3.ª Companhia)

Batalhão
de
Sapadores Bombeiros
Estação da 2.ª Companhia
Bairro das Casas Económicas
da Ajuda



BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA



Auto pronto-socorro em serviço desde 1931

a colaboração do B. S. B. nas vistorias de habitação, iniciadas em Setembro de 1934.

Muito e muito haveria que dizer sôbre a segurança contra o risco de incêndio, mas a índole dêste volume força a reportar a atenção do seu leitor para os expressivos gráficos e mapas estatísticos, que constam dos Relatórios anuais do B. S. B.

b) — *Segurança nas casas de espectáculos.* — Êste importante serviço de previsão técnica, dada a grande responsabilidade que da sua execução advém para o Comando do B. S. B., continuou, em 1935, a merecer, do mesmo, a máxima vigilância.

Desde 1930, que as praças nomeadas, para o efeito, atingem os seguintes números globais e anuais: 39.149, em 1930; 34.341, em 1931; 42.090, em 1932; 48.240, em 1933; 44.626, em 1934 e 47.717, em 1935.

Reforçando o serviço normal de vigilância, durante quatro noites, em que os folguedos carnavalescos atingem o seu auge, por motivo duma tolerância quási absoluta, em que se usa de todos os processos e de nulos cuidados, é o B. S. B. todos os anos, por essa época, obrigado a um trabalho intenso de prevenção nas casas de espectáculo e sociedades de recreio, quer da parte das respectivas guardas, quer pelas constantes rondas que o pessoal superior e subalterno efectua desde o abrir ao encerrar da última dessas casas de diversão.

Durante o ano de 1935, verificaram-se treze começos de incêndio, em casas de espectáculo (dez em cinemas, um num circo e dois em teatros); cinco incêndios ao ar livre (quatro em pistas de automóveis e um num teatro) e um incêndio de chaminé num teatro. Na sua maioria, estas ocorrências, especialmente os começos de incêndio, produziram-se sem que tivessem chegado ao conhecimento dos espectadores, não se tendo, portando, manifestado qualquer pânico.

II — Assistência prestada pelo B. S. B.

Expostos os serviços de prevenção técnica do B. S. B. — talvez os mais importantes e, seguramente, os menos conhecidos — segue-se o relato estatístico dos diversos serviços prestados por esta Unidade directamente ao público, que dos mesmos careceu.

Durante o ano de 1935, foram socorridas trinta e oito pessoas estranhas ao B. S. B., que sofreram ferimentos e queimaduras, por

motivo de desastres pessoais, das quais faleceram no local duas; recolheram às enfermarias dos hospitais, seis; receberam curativo no banco dos hospitais, Postos de Socorros da Cruz Vermelha e em farmácias, as restantes trinta.

Em dezóito casos de incêndio houve dezanove componentes do B. S. B. que ficaram mais ou menos feridos ou queimados. *Durante os trabalhos de extinção*, foram sinistrados, com impossibilidade para o serviço, dez bombeiros, e sem impossibilidade para o mesmo, sete. *No trajecto para o fôgo*, foram sinistrados, com impossibilidade para o serviço, um bombeiro e sem impossibilidade outro. Durante o ano referido, em cinqüenta e três acidentes diversos, dos cento e oitenta e sete ocorridos, transportou o B. S. B. aos hospitais, farmácias e postos de socorros, as seguintes pessoas: nove que faleceram; vinte e seis que recolheram às enfermarias; vinte e uma que receberam curativo e uma que recolheu a sua casa para se tratar, por não carecer de curativo.

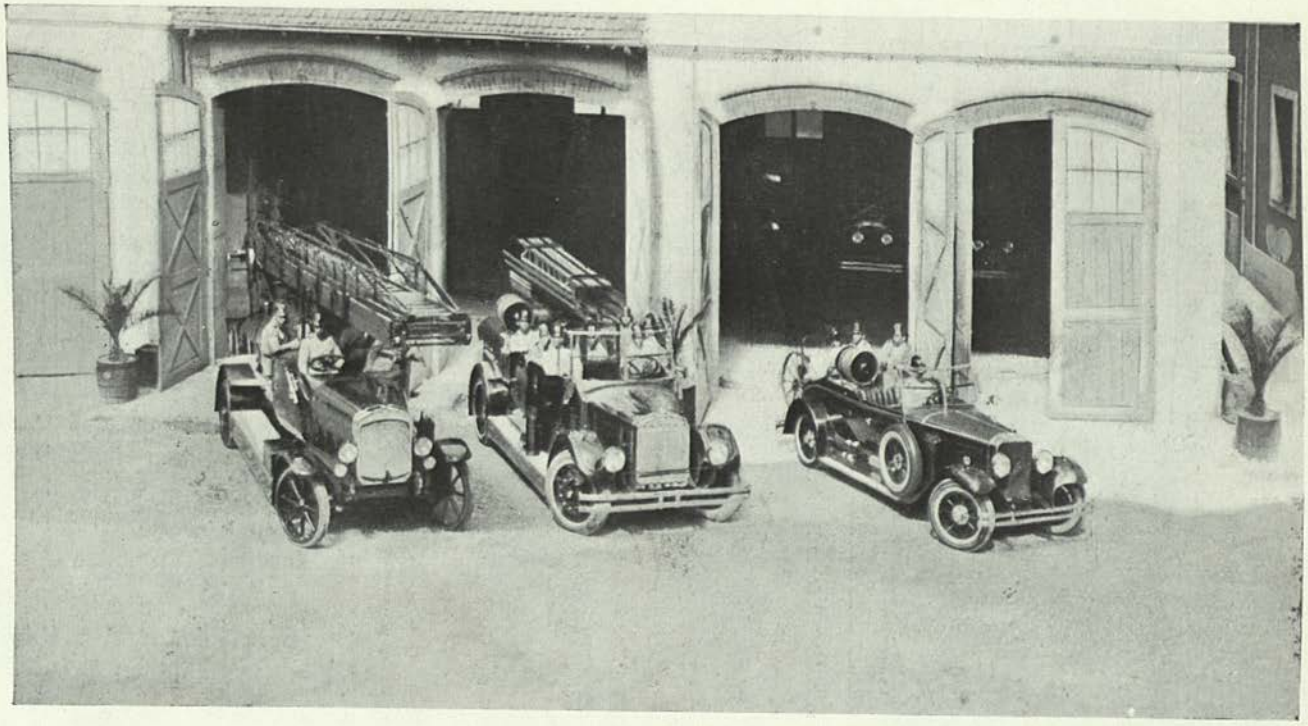
Também no mesmo ano, se efectuaram diversos *salvamentos durante os incêndios e acidentes diversos*, quer de pessoas quer de animais.

III — Socorros reclamados ao B. S. B. (ocorrências manifestadas)

a) — *Segundo a sua classificação*, foram as seguintes:

FOGOS	Chaminé	46	
	Ao ar livre	166	
	Começo (apagado com recursos diversos)	281	
	Sem importância (uma a duas agulhetas)	53	
	Pequenos (três a seis agulhetas a trabalho)	15	
	Médios (sete a dezasseis agulhetas a trabalho)	7	
	Grandes (mais de dezasseis agulhetas a trabalho)	2	570
Falsos alarmes			83
Acidentes diversos			187
	Total geral dos avisos		840

b) — *Segundo a área das Companhias, Estações e Postos.* — O mapa estatístico n.º 16, corresponde a êste requisito de ordem de estatística.



Batalhão de Sapadores Bombeiros —Primeiro alarme!



Batalhão de Sapadores Bombeiros — Sede da 4.ª Companhia (Largo da Graça)

BIBLIOTECA MUNICIPAIS DE LISBOA



Batalhão de Sapadores Bombeiros — 4.ª Companhia
Esqueleto de instrução

c) — *Segundo as freguesias da Cidade de Lisboa.* — Igualmente o gráfico X, corresponde a êste requisito estatístico.

d) — *Segundo os dias da semana em que se manifestaram as ocorrências.* — Também o gráfico XI, igualmente corresponde a êste requisito estatístico.

Durante o ano de 1935, o B. S. B., prestou os seus humanitários serviços em cento e oitenta e sete acidentes diversos, incluidos no quadro respeitante à classificação das ocorrências manifestadas nesse ano. As principais causas e quantidades dêsses acidentes foram as seguintes, pela ordem da sua importância numérica: animais em perigo, quarenta e dois; desastres diversos no trabalho, na via pública, etc., vinte e um; abastecimento de água, vinte; inundações, dezanove; desabamentos de prédios em ruina, etc., dezassete; perigo para os locatários ou transeuntes, dezasseis; atropelamento ou choque de viaturas, quinze; outros acidentes motivados por treze causas (em quantidades inferiores a dez) os restantes trinta e sete.

Finalmente o mapa n.º 18, indica, comparativamente, qual foi a actuação do B. S. B., no decorrer do decénio 1926/1935, bem como o respectivo gráfico XII.

IV — Importância material de serviços do B. S. B. (avaliada segundo os «valores segurados contra o risco de incêndios e prejuizos pagos pelas Companhias de Seguros»)

Á face dos elementos, amávelmente, fornecidos por cinqüenta e quatro Companhias de Seguros, verifica-se que as mesmas pagaram, em 1934, de prejuizos Esc. 1.400.805$32, correspondentes a Esc. 40.221.538$50, de «valores segurados contra o risco de incêndios». Nota-se, assim, que os valores salvos correspondem a 96,52 %, pelo que a média dos prejuizos pagos pelas Companhias, foi sómente de 3,48 %, tendo sido de 5,72 % em 1933, (Esc. 47.849.243$70, para Esc. 2.742.823$70, de prejuizos pagos).

Em 1934, não tiveram prejuizos treze Companhias, e foi paga por trinta e seis Companhias, a quantia de Esc. 130.419$04, proveniente de cento e nove sinistros, que se produziram na cidade e se liquidaram sem a interferência ou conhecimento do B. S. B.

B) — Meios de acção do B. S. B.

I — Aquartelamentos

O mapa estatístico n.º 16, indica a localização e a importância relativa dos aquartelamentos, situados nas áreas das diversas Companhias componentes do B. S. B.

Durante o ano de 1935, como nos anteriores, prosseguiram as obras de adaptação e beneficiação projectadas, as quais foram condicionadas às escassas verbas de que foi possível dispor orçamentàriamente.

Na parte final dêste volume, será abordado, com o possível detalhe, o problema dos aquartelamentos do B. S. B., cuja solução constitui a maior aspiração do Comando desta Unidade.

II — Rêde telefónica e seus traçados

A sua importância e desenvolvimento, verifica-se pela observação do gráfico XIII.

A sua conservação, remodelação e desenvolvimento, continua merecendo a atenção que lhe é devida, a bem da vida e dos haveres dos habitantes da Cidade de Lisboa.

III — Material existente

No decorrer do ano de 1935, o B. S. B., dispôs para o seu serviço das «viaturas e bombas de socorro contra incêndios e outros sinistros e respectivas situações», que constam do mapa estatístico n.º 17.

IV — Serviço Fabril

O gráfico XIV, indica o número de horas de trabalho consumidas em 1935, em reparações e manufacturas de: material, instalações eléctricas, móveis e utensílios, fardamentos e equipamentos e diversos.

Mapa das ocorrências

Conforme a área das Companhias, Estações ou Postos

Mapa n.º 16

ÁREAS		FOGOS								Falsos alarmes	Acidentes diversos	Total das ocorrências
		De chaminé	Ao ar livre	Começos	Sem importância	Pequenos	Médios	Grandes	Total			
1.ª Companhia ..	Quartel-Séde—R. Felinto Elísio	1	6	13	6	2	1	—	29	2	10	41
	Estação de 1.ª classe—B.º Econ.º da Ajuda	—	8	6	1	—	—	—	15	3	26	44
	Pôsto—R. Paulo da Gama	—	2	1	—	—	—	—	3	1	—	4
2.ª Companhia ..	Quartel-Séde—(Em projecto)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	Estação de 1.ª classe—Est. de Benfica.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
	Pôsto—(Em projecto).....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3.ª Companhia ..	Quartel-Séde—Av. Defensores de Chaves..	7	31	45	1	1	—	—	92	9	28	129
	Estação de 1.ª classe—Est. das Laranjeiras	—	12	3	1	1	2	—	19	4	5	28
	Pôsto—Campo 28 de Maio	—	5	3	—	—	—	—	9	1	10	20
4.ª Companhia ..	Quartel-Séde—Largo da Graça	4	16	37	—	—	—	—	63	7	24	94
	Estação de 1.ª classe—Rua do Assúcar ...	2	2	8	—	—	—	—	15	—	—	15
	Pôsto—P. da Viscondessa (Olivais).....	—	4	3	1	1	—	—	8	—	4	12
5.ª Companhia ..	Quartel-Séde—Av. Presidente Wilson.....	11	30	67	3	3	1		124	20	31	175
	Estação de 1.ª classe—Largo do Regedor..	14	33	67	5	5	1	1	131	31	29	191
	Pôsto—Rua Saraiva de Carvalho	7	17	28	—	—	2	—	59	5	19	83
Fóra da Cidade.....		—	—	28	—	2	—	1	3	—	—	—
Total.....		46	166	281	53	15	7	2	570	83	187	840

Material

Viaturas e bombas de socorro contra incêndios e outros sinistros e respectivas situações

Mapa n.º 17

DESIGNAÇÃO DO MATERIAL	Existência em 1934	Existência em 1935	Observações
Material automóvel			
Autos do Comando *Morris* (representação)	—	3	
Auto do 1.º Comandante *Mercedes*	1	1	
Auto do 2.º Comandante *Mercedes*	1	1	
Auto do Comandante de Companhia *Mercedes*	5	5	
Auto-bomba *Magirus* e *Fiat*	2	1	
Auto-bomba-tanque *Kelly*	4	4	
Auto-escadas *Renault*	1	1	
Auto-escadas *Magirus* (duas de 30m e quatro de 25m)	6	5	
Auto-oficina-reboque *Dion Bouton*	1	1	
Auto-projectores *Dietrich*	1	1	
Auto-primeiro-socorro *Fiat*, com moto-bomba *Delahaye*	1	1	
Auto-pronto-socorro *Mercedes*, com moto-bomba *Metz M. F. II*	12	12	
Auto-reforço de gasolina, óleos e mangueiras *Minerva*	1	1	
Auto-segundo-socorro *Fiat*	1	1	
Auto de subalterno de serviço *Mercedes*	5	3	
Auto-tanque *Mercedes*	2	2	
Auto-transporte de pessoal superior *Hudson*	1	1	
Auto-carro de pessoal *Ford*	5	4	
Camionetas (uma *Fiat* e outra *Ford)*	2	2	
Chassis Hudson m/915, para instrução (adaptação)	1	1	
Moto-bomba *Magirus*, tipo *Romania*	2	2	
Motocicleta com *side-car Harley-Davidson*	6	2	
Moto-bomba *Magirus*, tipo *Liliput* (grupo), a transportar em várias viaturas	1	1	
Moto-bomba *Delahaye* (grupo), a transportar em várias viaturas	5	5	
Material hipomóvel			
Breack	2	2	
Carro de escadas *Magirus*	5	3	
Carroças	5	3	
Char-à-bancs	1	1	
Coupé para transporte de doentes	1	1	
Galéras	5	4	

Ao serviço nos quartéis das Sedes, Estações e Postos

Os grupos moto-bomba *Delahaye* que estavam nos antigos autos-primeiro-socorro, foram distribuídos pelas Companhias, para serem utilizados nos rescaldos de fogos, no esgôto de águas, e, ainda nos fogos de carvão, palha, etc.

DESIGNAÇÃO DO MATERIAL	Existência em 1934	Existência em 1935	Observações
Aguardando serviço, nos quarteis e depósitos			
Material automóvel			
Auto-primeiro-socorro *Fiat*	3	1	
Auto-pronto-socorro, com moto-bomba *Metz M. F. II*	1	2	
Auto de subalterno de serviço *Mercedes*	—	1	
Auto-transporte de pessoal superior *Hudson*	—	1	
Camionetas *Morris*	—	6	
Material hipomóvel			
Bomba americana	1	1	
Bomba a vapor	5	5	
Bomba a vapor *Ortinton* (pulsómetro)	1	1	
Carrêta, com alçado, para corôas	1	1	
Carros de escadas italianas e de molas	6	6	
Carros de escadas *Magirus*	5	7	
Charrette com bomba *Flaud*	2	1	
Coupé	2	1	
Galéra	2	2	
Milord	1	—	

Mapa comparativo das ocorrências

para que foram reclamados os socorros nos anos de 1926 a 1935

Mapa n.º 18

CLASSIFICAÇÃO		ANOS 1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935
Fogos	De chaminé	78	76	60	61	44	59	39	47	52	46
	Ao ar livre	185	175	166	186	149	131	134	141	172	166
	Começos	324	307	335	331	308	290	274	258	292	281
	Sem importância	53	37	33	48	50	47	47	53	46	55
	Pequenos	9	13	14	13	12	9	11	11	9	15
	Médios	9	7	7	6	4	9	5	6	7	7
	Grandes	3	—	1	1	4	1	3	3	2	2
	Total	661	616	616	646	572	546	513	519	580	570
Falsos alarmes		85	92	78	83	77	61	68	61	67	83
Acidentes diversos		232	263	241	237	201	145	188	261	263	187
Total dos avisos		978	971	935	966	850	754	769	841	910	840

Gráfico X

Gráfico demonstrativo das ocorrências conforme as freguesias em que se manifestaram durante o ano de 1935

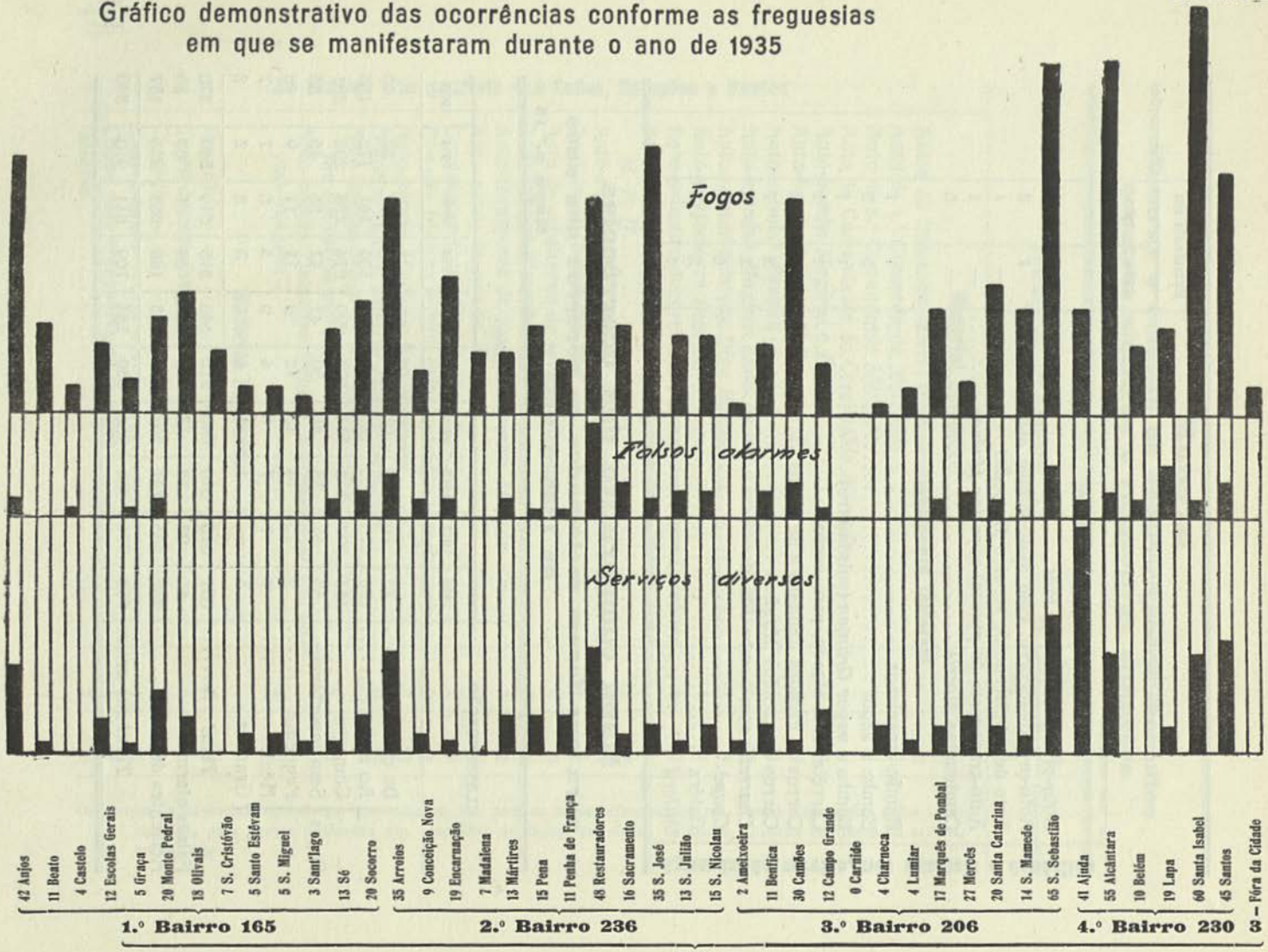


Gráfico demonstrativo das ocorrências conforme o dia da semana em que se manifestaram

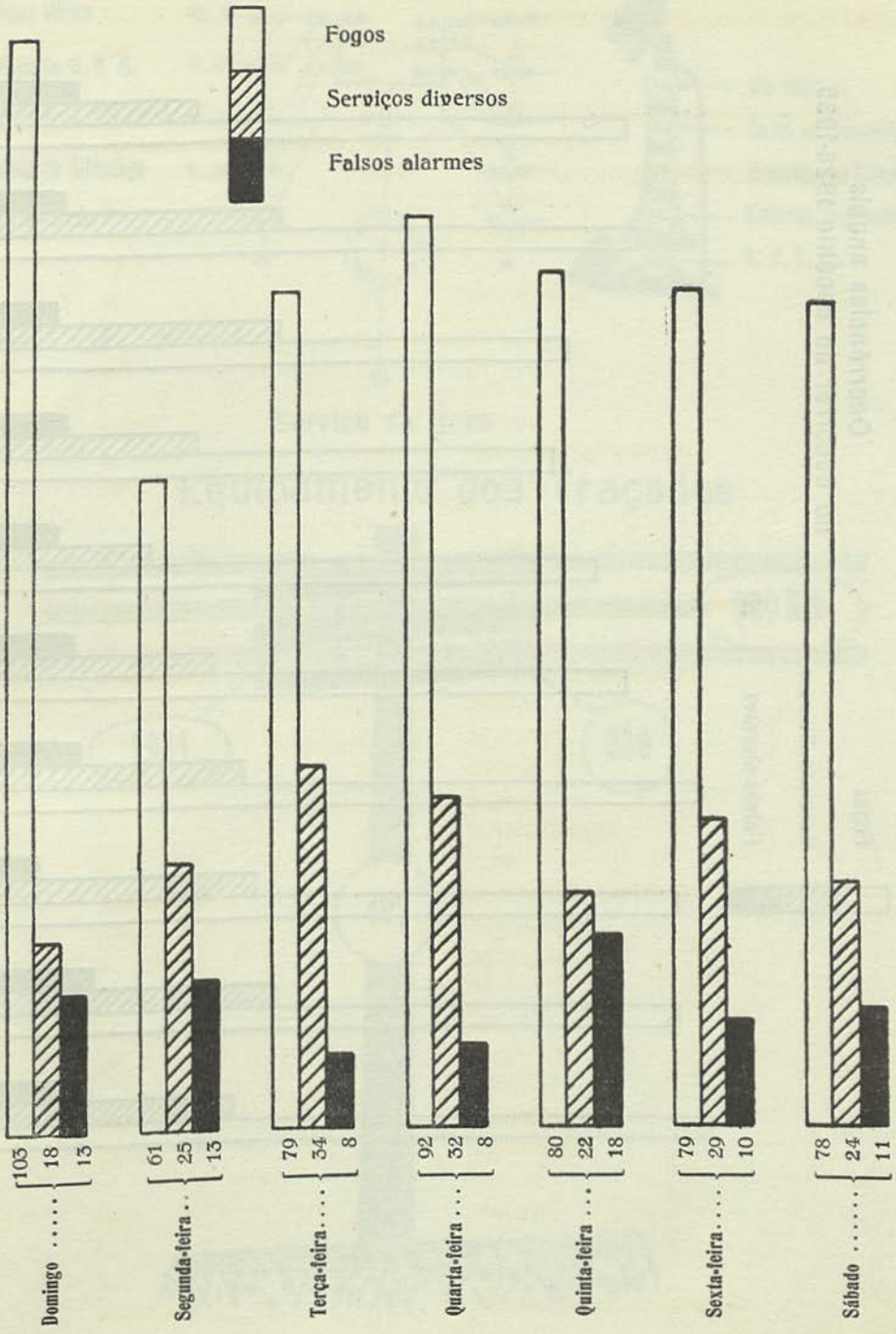
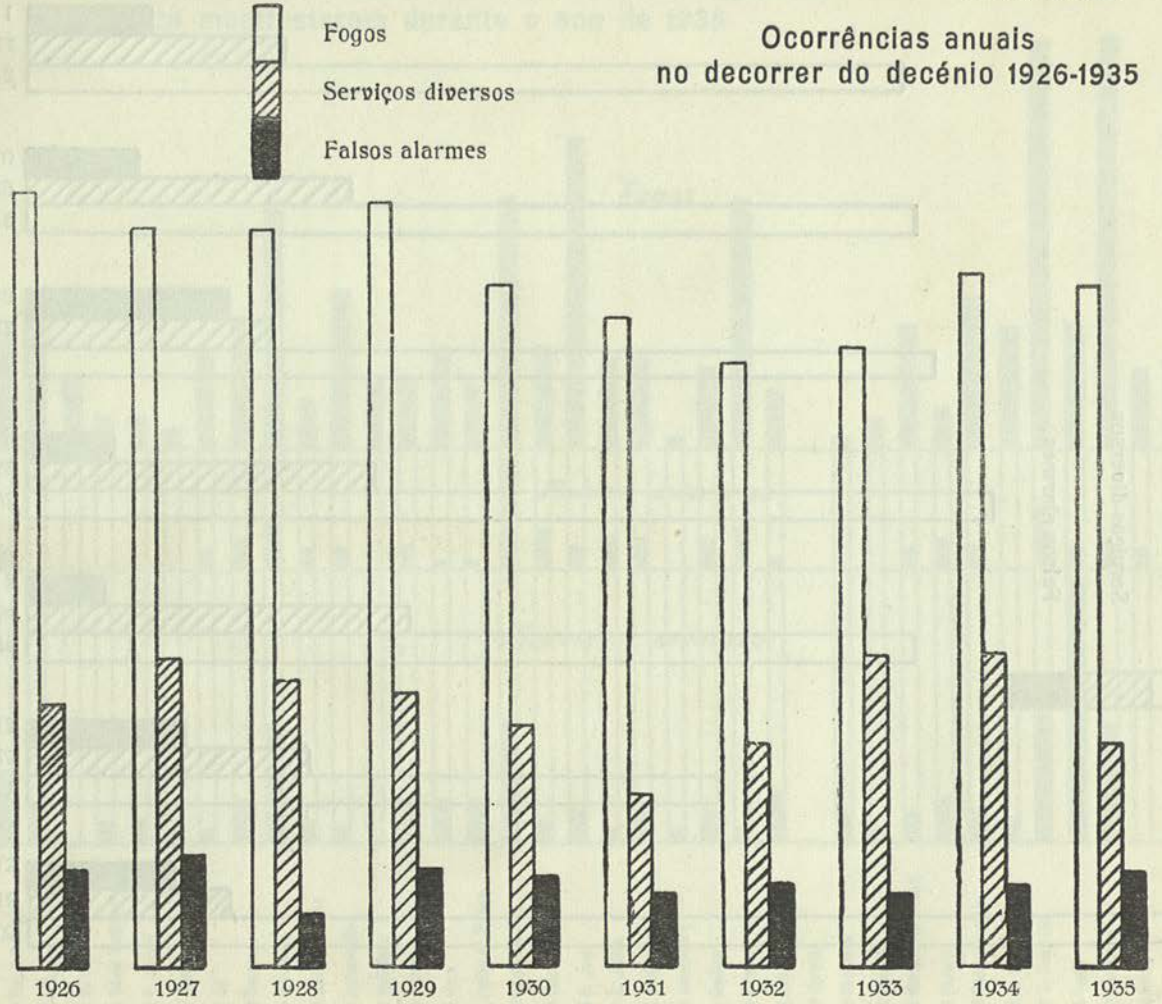
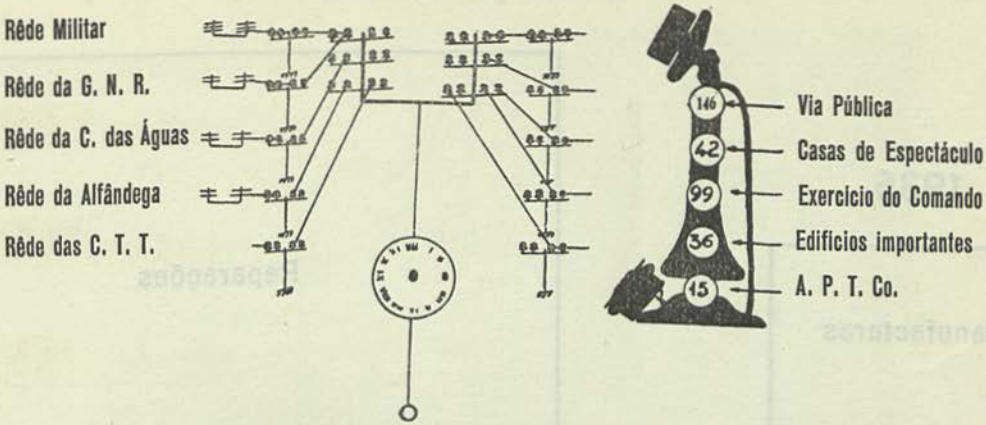


Gráfico XII

Ocorrências anuais no decorrer do decénio 1926-1935

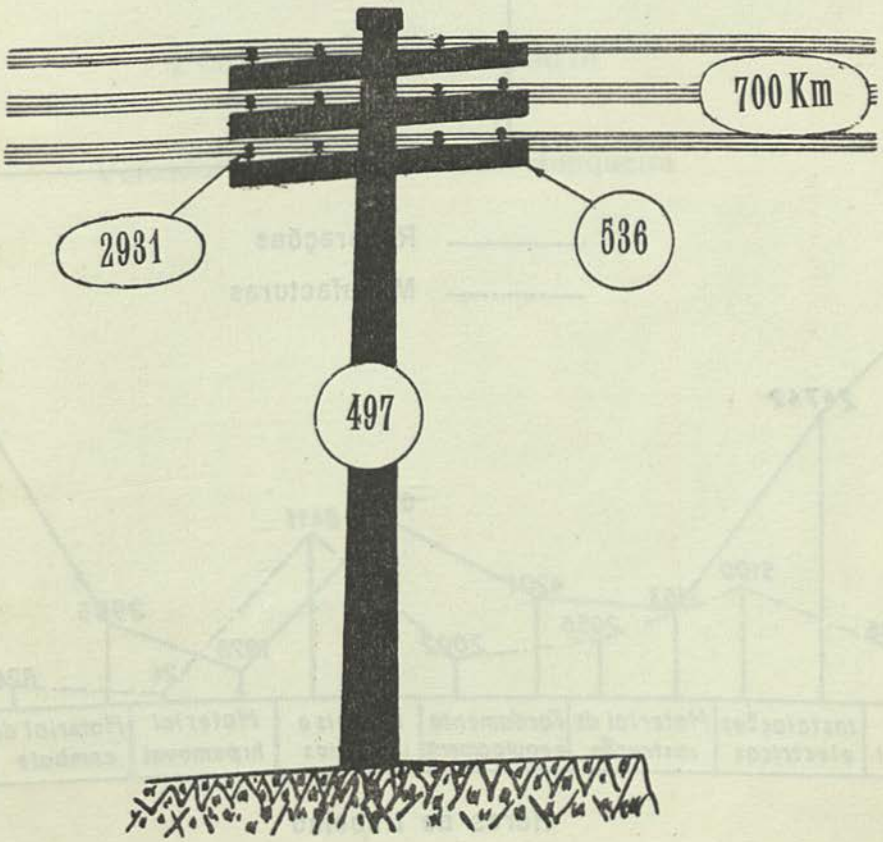


Serviço Telefónico



Serviço da Hora

Equipamento dos Traçados



Serviço Fabril

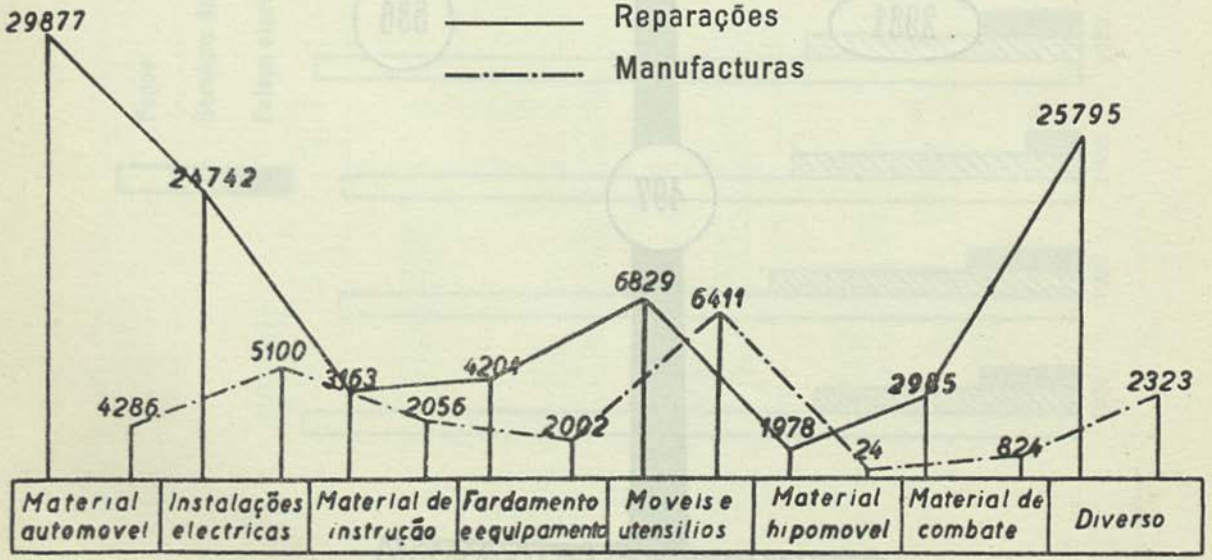
1935

Manufacturas

23.026 horas

Reparações

99.570 horas



Horas de trabalho

CAPÍTULO II

Pelouro de Engenharia

Vereador: Manuel de Beires Junqueira



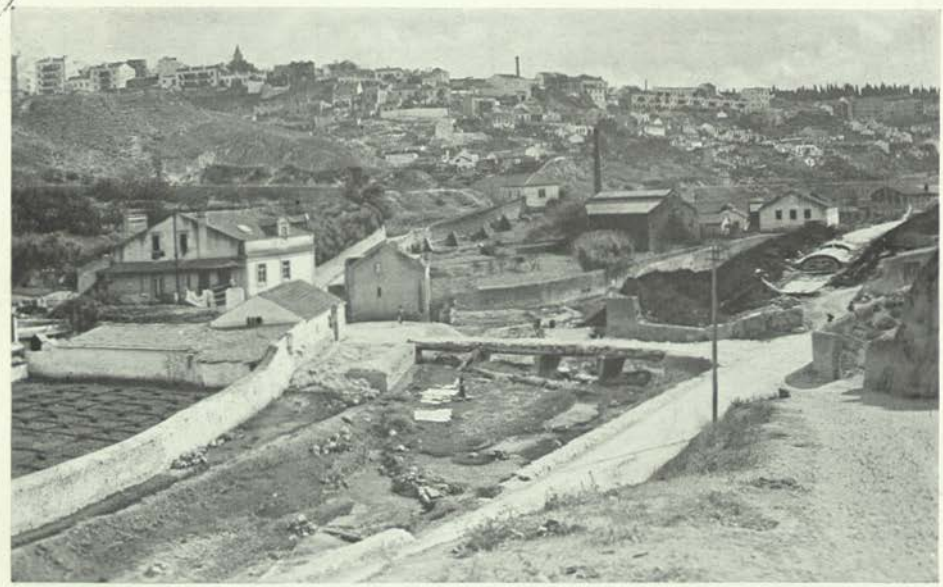
5.ª Repartição-Engenharia — Rua da Palma



Um aspecto da pavimentação da Rua do Quelhas — Trabalhos de cilindragem do macadame



Um aspecto de pavimentação a cubos de granito da Rua da Emenda



Aspecto das obras dum arco do colector para o leito da futura Avenida de Ceuta, eliminando-se o Caneiro de Alcântara na parte correspondente

SECÇÃO I

Repartição de Engenharia

Chefe-interino: Engenheiro Judah Bento Ruah

A) — Organização e principais atribuïções

A 3.ª Repartição-Engenharia, com funções características das suas especialidades, orientada para dispender em obras as receitas disponíveis do Município, *está organizada* em cinco Secção Técnicas: — 3.ª, Pavimentos; 4.ª, Esgôtos e Canalizações; 5.ª, Edificações Municipais; 6.ª, Iluminação e Sinalização e 7.ª, Aferições — e duas Secções Burocráticas subsidiárias (1.ª, Expediente e 2.ª, Contabilidade).

As Secções Técnicas estão subdivididas segundo a sua importância, quer sob o ponto de vista técnico, quer em função do valor da sua dotação orçamental.

A Repartição de Engenharia *tem por missão:*

Executar os novos planos de urbanização elaborados pelos Serviços da Planta da Cidade e Expropriações.

Fiscalizar o exacto cumprimento dos contratos entre a Câmara, Companhias ou outros no respeitante a assuntos das especialidades de Engenharia, dentro da missão da Repartição.

3.ª Secção — Reparar e conservar os pavimentos;

4.ª Secção — Reparar e conservar os esgôtos e canalizações;

5.ª Secção — Construir, reparar e conservar todos os edifícios municipais, bem como toda a propriedade municipal de interêsse público, tais como: balneários, lavadouros, chafarizes, sentinas, bebedouros, etc.;

6.ª Secção — Executar, reparar e conservar as instalações de iluminação e fôrça motriz das dependências do Município, e bem assim, as de iluminação pública;

7.ª Secção — Proceder ao afilamento dos pesos e medidas nos termos da Lei.

Quadro sinótico da Organização da 3.ª Repartição e da sua Actuação

Secção I do Capítulo II da Parte III do «Anuário» — Repartição de Engenharia

Direcção do Serviço

- **Serviços burocráticos (1.ª Secção)**
  - Expediente;
  - Cadastro do pessoal jornaleiro;
  - Inventário privativo;
  - Estatística do Serviço.
- **Serviços administrativos (2.ª Secção)**
  - Contabilidade Privativa.
- **Serviços Técnicos**
  - Execução dos novos planos de Urbanização;
  - Fiscalização do exacto cumprimento dos contratos-concessionários;
  - Superintendência dos Serviços das Secções Técnicas.

Secções Técnicas

Sub-Secção I

Obras executadas pelos Serviços Municipais

- **Pavimentos (3.ª Secção)**
  - Estados, projectos e orçamentos;
  - Conservação, reposição e fiscalização dos pavimentos;
  - Construção: Administração directa; Empreitadas;
  - Fiscalização: Obras feitas por particulares;
  - Zonas de trabalho (cinco) para dezóito Distritos.
- **Esgôtos e canalizações (4.ª Secção)**
  - Estados, projectos e orçamentos;
  - Conservação;
  - Construção: Administração directa; Empreitadas;
  - Fiscalização: Empreitadas; Canalizações; Obras particulares.
- **Edificações Municipais (5.ª Secção)**
  - Estados, projectos e orçamentos;
  - Conservação;
  - Construção: Administração directa; Empreitada;
  - Alinhamentos nos cemitérios;
  - Fiscalização: Construção de jazigos; Empreitadas.

- *Sub-Secção I* — Obras executadas pelos Serviços Municipais
  - Iluminação e sinalização (6.ª Secção)
    - Material de iluminação
      - Electricidade;
      - Gás.
    - Avarias em trânsito
      - Causador conhecido;
      - Causador desconhecido.
    - Energia consumida
      - Electricidade;
      - Gás.
  - Aferições (7.ª Secção)
    - Aferições e conferições;
    - Conferições;
    - Aferições....
      - Taxímetros;
      - Contadores...
        - Gás;
        - Água.
- *Sub-Secção II* — Obras comparticipadas pelo Comissariado do Desemprêgo
  - Pavimentos (5.ª Secção)
  - Esgôtos (4.ª Secção)

B) — Actuação Técnica

I — *Dotações orçamentais para o ano de 1936.* O orçamento de 1936, fixa as seguintes dotações:

Remunerações certas ao pessoal em exercício ...	2.050.159$96	
Outras despesas com pessoal	6.000$00	2.056.159$96
Despesas com material:		
Obras novas e grandes reparações.....	5.100.000$00	
Obras destinadas a Serviços Municipais.....	770.000$00	
Balneários, sentinas e obras diversas	780.000$00	6.650.000$00
Aquisições de utilização permanente		96.000.000$00
Despesas de conservação e aproveitamento de material.....		5.767.000$00
Material de consumo corrente.....		118.000$00
Pagamento de serviços		252.000$00
Diversos encargos.....		50.000$00
Total		14.989.159$96

Para comparação, registam-se as dotações dos últimos anos económicos:

1933/34 (doze meses).....	19.408.118$18	100	Índices comparativos.
1934/35 (dezóito meses).....	31.005.690$37	106	
1936 (doze meses)	14.989.159$96	77	

II — *Importâncias dispendidas no ano económico 1934/35, com a execução dos serviços prestados.* Durante os dezóito meses dispendeu-se a importância de Esc. 29.807.600$23, distribuidas por:

Despesas de Administração	3.740.119$55
Obras.....	25.897.962$81
Valores imobilizados.....	169.517$87
Total	29.807.600$23

A verba de Obras, sub-dividiu-se em:

Obras novas	17.861.435$62
Obras de conservação.....	8.036.527$19
Total	25.897.962$81

III — *Natureza dos serviços técnicos prestados pela Repartição de Engenharia, durante o ano económico 1934/35 (dezóito meses).* Nas sub-secções que se seguem, minuciosamente se descreve o que sôbre êste assunto consta do relatório desta Repartição, já publicado.

SUB-SECÇÃO I

Obras executadas

A) — Pavimentos

Esta Secção é o Serviço que dentro da 3.ª Repartição tem maior importância, debaixo do ponto de vista orçamental.

Em obras de pavimentos dispenderam-se 58 % da dotação da Repartição, para os dezóito meses do ano económico de 1934/35:

Obras novas	Por administração	5.108.226$04	
	Por empreitadas	7.233.083$18	12.341.309$22
Obras de conservação	Reparações	4.594.809$44	
	Reposições por conta de outrem	619.838$33	5.214.647$77
	Total		17.555.956$99

Em obras novas, durante o mesmo período, executaram-se as seguintes:

Espécies	Áreas em m. q.	Percentagem
Basalto	49.388,57	14,00
Granito	154.419,25	43,77
Betuminoso	118.233,02	33,51
Macadame	1.226,62	0,35
Calcáreo	29.228,29	8,28
Mosaico	309,62	0,09
Totais	352.807,37	100,00

Pelas percentagens obtidas nos últimos anos, constata-se a tendência marcada de eliminar os macadames e os basaltos, substituindo êstes pavimentos por granito e betuminoso, as quais, em 1932/33, foram, respectivamente, de 22,29 e 22,95 % — em prejuízo especialmente do basalto que baixou de 40,80, nesse ano, para 14 % em 1934/35.

Na execução de obras novas de pavimentos, a C. M. L., tomou a orientação de as executar de preferência por empreitadas, o que teve começo no ano de 1933/34, em que a respectiva percentágem atingiu 11, e no ano imediato (1934/35), 48 %, pelo que as respectivas obras executadas por administração baixaram, respectivamente, de 89 a 52 %.

Essa tendência manter-se-á, progressivamente, no decorrer do ano de 1936, promovendo-se a redução das execuções de obras por administração directa, organizando tarefas de mão de obra entre o pessoal municipal.

Em obras de conservação, o Município dispendeu a verba de Esc. 4.594.809$44, nos dezóito meses do ano económico de 1934/35, importância que parece elevada mas que é diminuta, tendo em atenção o estado actual dos pavimentos da cidade. Os pavimentos velhos necessitam de uma conservação mais cara que os pavimentos novos, e a Cidade de Lisboa só tem pavimentos velhos.

As canalizações no sub-solo de Lisboa têm dado orígem a inúmeras excavações nos pavimentos e respectivas reposições. Uma fiscalização eficiente tem reduzido, ao mínimo, o espectáculo produzido por êstes trabalhos, já diminuindo o tempo da concessão da licença, já obrigando a uma arrumação de materiais, já facilitando o trânsito.

No ano de 1934/35, passaram-se vinte e três mil quinhentas e quarenta e cinco licenças para reposições, que importaram em Esc. 1.585.272$80. Às Companhias Reunidas Gás e Electricidade foram concedidas nove mil cento e dezoito licenças; à Companhia das Aguas de Lisboa, cinco mil novecentos e cinqüenta e sete; à Companhia dos Telefones, mil e cinqüenta e duas; à Companhia Carris de Ferro de Lisboa, quinhentas e trinta, e as restantes seis mil oitocentas e oitenta e oito, aos particulares.

B) — Esgôtos e canalizações

Esta Secção é o Serviço que, dentro da Repartição de Engenharia, tem mais responsabilidade técnica. Êste Serviço tem-se limitado a reparar os colectores existentes, e a fazer, de novo, pequenos troços para substituïção de valas. É um trabalho ingrato, pela sua natureza e pela forma como se faz.

A sua acção, no ano de 1934/35, foi notável, em relação ao anterior, pela grande reparação feita nos colectores das ruas onde se melhoraram os pavimentos.

No ano de 1934/35, executaram-se:

Colectores tipo oval.	Em novos arruamentos.....	812m,00	
	Em substituïção de outros.....	3.523m,00	4.335m,00
Grandes reparações.....			18.742m,00
Total			23.077m,00

Reconhecido o péssimo estado em que se encontra o sub-solo da cidade, em que existem colectores funcionando como fóssas, outros sem declives para o escoante necessário, outros já em péssimo estado de conservação — autênticos ninhos de ratos, donde êstes partem atravez dos terrenos para os edifícios, causando imensos abatimentos — — avalia-se o valor do trabalho produzido. No ano de 1934/35, dispenderam em esgotos:

Obras novas.....	2.721.700$51
Obras de conservação.....	517.472$31
Total	3.239.172$82

Outrosim convém registar a comparação do trabalho produzido nos anos de 1933/34 e 1934/35:

Designação	1933/34	1934/35
Colectores novos	3.492m,50	4.335m,00
Manilhas	782m,00	3.865m,00
Reparação de colectores.....	—	14.877m,00
Total.....	4.274m,50	23.077m,00

C) — Edificações Municipais

Esta Secção é o Serviço, dentro da Repartição, de maior complexidade, devido à diversidade de trabalhos que se lhe exige.

O orçamento de 1936, dota êste Serviço com as seguintes verbas:

Obras novas		1.650.000$00
Obras de conservação e pequenas reparações:		
Edificações Municipais	490.000$00	
Abastecimento de águas	200.000$00	
Trabalhos especiais	265.000$00	955.000$00
Total		2.605.000$00

Pelo desenvolvimento da despesa efectuada em obras, no ano de 1934/35, verifica-se terem sido dispendidas as verbas seguintes:

Obras novas		2.641.051$18
Obras de conservação e pequenas reparações:		
Edificações Municipais	838.545$15	
Abastecimento de águas	377.609$50	
Trabalhos especiais	311.153$29	1.527.307$94
Total		4.168.359$12

OBRAS NOVAS:

Executadas por empreitada	503.341$54	
Executadas por administração	2.137.709$64	2.641.051$18

Por Repartições e Serviços, foram as mesmas divididas:

1.ª Repartição	20.630$27	
3.ª Repartição	247.693$48	
5.ª Repartição	602.693$41	
6.ª Repartição	217.128$11	
7.ª Repartição	26.853$80	
8.ª Repartição	11.477$83	
9.ª Repartição	441.316$33	
B. S. B.	474.174$79	
Obras de interêsse público	599.083$16	2.641.051$18

O minucioso Relatório da 3.ª Repartição, descrimina as obras realizadas, novas e de conservação, por freguesias da cidade. Havendo a necessidade de uma mútua colaboração entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, convém que se mostre aquilo que se realizou dentro da área de cada freguesia, porque nem sempre se presta a devida justiça à verdade.

A esta Secção compete, também, tratar do abastecimento de água às classes pobres, e, bem assim, a execução de balneários e sentinas.

Em Lisboa existem actualmente:

Urinóis...	De encôsto	19	
	De canto	2	
	Subterrâneos	3	
	Tipo francês antigo	24	
	Tipo francês moderno	29	
	Tipo francês de encôsto	11	
	Tipo francês de guarita	35	
			123
Sentinas com urinóis			22
Sentinas			24

Para a área e população de Lisboa, êstes números mostram a sua insuficiência. Nos últimos dois anos retiraram-se vinte mictórios de superfície, havendo uma grande corrente contra a sua existência, porque todo o munícipe deseja ter um urinol na altura em que sente necessidade de o utilizar, mas não o tolera fronteiro à sua habitação.

Estão em curso três mictórios subterrâneos na Avenida Duque Loulé, Escadinhas do Duque e Praça Luiz de Camões, e outros em estudo para execução. No entanto, deve-se salientar que os urinóis de superfície, existentes, devem continuar por não ser possível, debaixo do ponto de vista económico, a sua substituição total por subterrâneos na parte central da cidade, e, bem assim, alguns de superfície tipo moderno, nas áreas onde a densidade de população seja menor.

A necessidade de se dotar as classes pobres com água em quantidade para a sua alimentação e higiene, orientou a Comissão Administrativa em dotar a cidade com mais alguns chafarizes, e, assim, nos dois últimos anos económicos efectivou-se o aumento de vinte e duas unidades.

Em 31 de Dezembro de 1935, existiam:

Chafarizes	95
Chafarizes-bebedouros	89
Total	184

além de:

Marcos-fontenários	55
Lavadouros	25
Bebedouros	10

utilidades públicas de reconhecido alcance.

O consumo de água para o uso municipal segundo as contas da Companhia das Águas de Lisboa, foi de:

Ano de 1933	8.481.855^{m3}
Ano de 1934	8.476.577^{m3}

A água registada pelos contadores dos diversos Serviços Municipais, no decorrer do ano de 1935, foi de um milhão seiscentos e quarenta e um mil cento e quarenta metros cúbicos. A água consumida em regas, lavagens, incêndios, sentinas, chafarizes, etc., não foi registada por contadores.

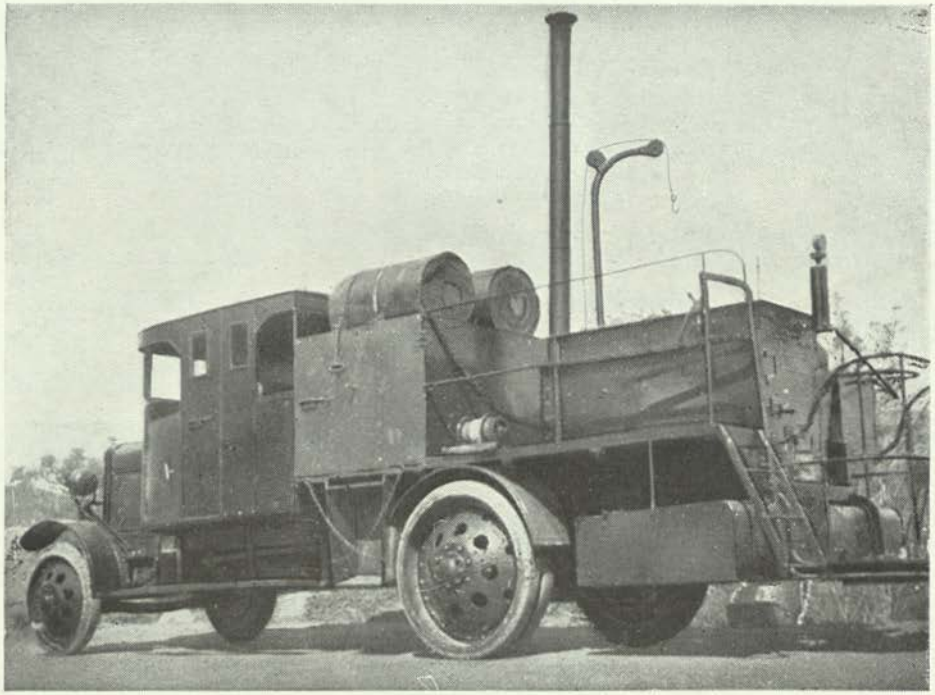


SERVIÇOS MUNICIPAIS DE LISBOA



Nova viatura ao serviço
da iluminação pública, estudada
e construida
nos
Serviços Industriais

VIATURA PARA TRABALHOS EM PAVIMENTOS BETUMINOSOS A QUENTE, ESTUDADA E CONSTRUIDA NOS SERVIÇOS INDUSTRIAIS



Transporta uma caldeira que pode ser aquecida em marcha — Três bidons de betume — Um metro cúbico de areia — Combustível — Ferramenta — Uma brigada de pessoal

D) — Iluminação e sinalização

Esta Secção tem como finalidade principal a conservação da iluminação pública da Cidade de Lisboa, para o que, nos termos do contrato com as Companhias Reunidas Gás e Electricidade, recebeu daquelas Companhias, durante o ano de 1934/35:

Em dinheiro	Esc. 1.533.092$35
Em electricidade	Kwh. 7.090.934,357
Em gás	277.431 m3,694

Em 31 de Dezembro de 1935, existiam em Lisboa 12.372 candeeiros de iluminação, tendo havido um aumento de duzentas e setenta e seis unidades durante o ano económico de 1934/35.

Se se considerar a existência em Novembro de 1929, data em que, por virtude do contrato, a C. M. L. recebeu o material de iluminação pública das Companhias Reunidas Gás e Electricidade, verifica-se um aumento de mil e oitenta e nove unidades — vinte e quatro nos candeeiros de gás (467 em 1929), e 1.065, nos de electricidade (10.816 em Novembro de 1929).

Os candeeiros, considerada a sua situação, estão sujeitos a avarias causadas pelo trânsito. Durante o ano de 1934/35 (dezóito meses), registaram-se duas mil cento e setenta e quatro avarias, na importância total de Esc. 215.512$85, das quais mil seiscentas e uma foram provocadas por causadores desconhecidos, na importância de Esc. 81.702$75. Os causadores conhecidos foram: Estado, com vinte e quatro avarias, na importância de Esc. 6.553$85; C. M. L., com dezassete, na importância de Esc. 2.979$05, e diversos com quinhentas e trinta e duas, na importância de Esc. 124.277$20.

A energia consumida, quer de gás, quer de electricidade, nos Serviços Municipais, representa-se pelos seguintes números:

Gás	22.088$74
Electricidade	422.718$20
Total	444.806$94

Durante o ano de 1934/35 melhorou-se a iluminação pública de nove artérias, substituindo os equipamentos antigos de cento e vinte e dois candeeiros, pelo tipo moderno de *Nova Lux*.

E) — Aferições

Êste Serviço tem características absolutamente diferentes de todos os outros Serviços da 3.ª Repartição. A sua função é garantir, por meio de fiscalização, a exactidão de todas as medidas de pesar e medir existentes na cidade de Lisboa. Como conseqüência desta fiscalização, efectua-se a aferição e conferição pelos aferidores em datas fixadas por Lei, além da fiscalização em tôda e qualquer outra época.

Durante o ano económico de 1934/35, efectuaram-se:

Aferições de utensílios de pesar e medir		34.812
Conferição de utensílios de medir		14.513
Aferições de taxímetros		3.478
Aferições de contadores:		
De gás	10.854	
De água	17.807	28.661
Total		81.464

O movimento supra-indicado, deu orígem a serem emitidos bilhetes respectivos no valor de:

Taxas de aferições e conferições de instrumentos de pesar e medir:

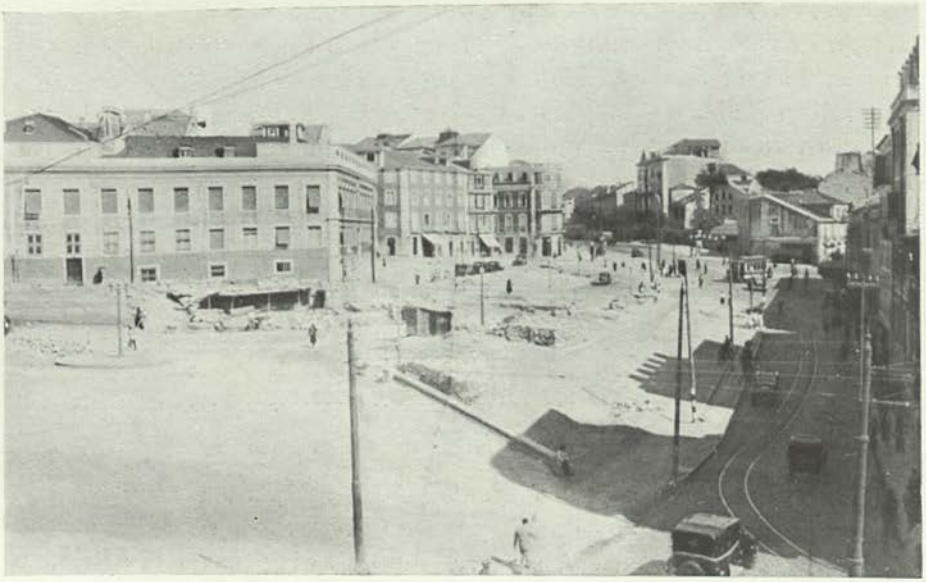
Para a Câmara	461.784$40
Para os aferidores	343.890$50
Total	905.674$90

Aferições de contadores de gás e água:

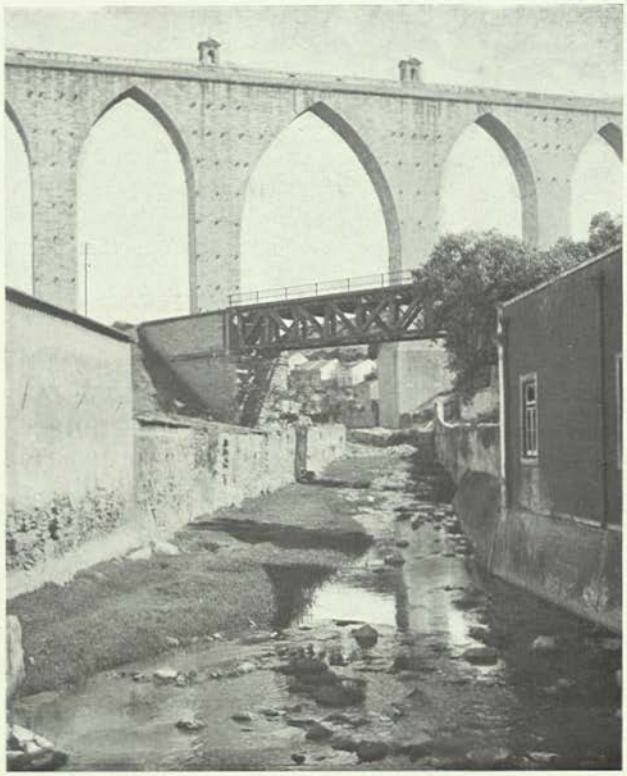
Taxas	12.604$50
Para os aferidores	2.625$81
Para a Câmara	748$00
Aferições de contadores de água	35.614$00
Para a Inspecção de Pesos e Medidas	175.448$25
Impressos	64.931$00
Emolumentos	225.199$20
Para o Ministério das Finanças	70.933$00
Total	1.393.778$66



Obras de urbanização resultantes da ampliação da Praça do Brasil



Outro aspecto da ampliação da Praça do Brasil



Um aspecto dum arco do Caneiro de Alcântara
na situação actual

SUB-SECÇÃO II

Obras comparticipadas pelo Comissariado do Desemprêgo

O Decreto n.º 21.699, de 30 de Setembro de 1932, criou o Comissariado do Desemprêgo e respectivo Fundo para Obras, com a dupla finalidade de dar trabalho aos desempregados e produzir obra útil ao País. De tôdas as modalidades usadas para combater o desemprêgo por êsse Mundo fora, a fórmula criada e posta em prática pelo Govêrno Português foi a mais humana, social e de boa moral. Convém portanto, num trabalho da natureza do presente, marcar o auxílio pelo Fundo do Desemprêgo, concedido pelo Govêrno ao Município:

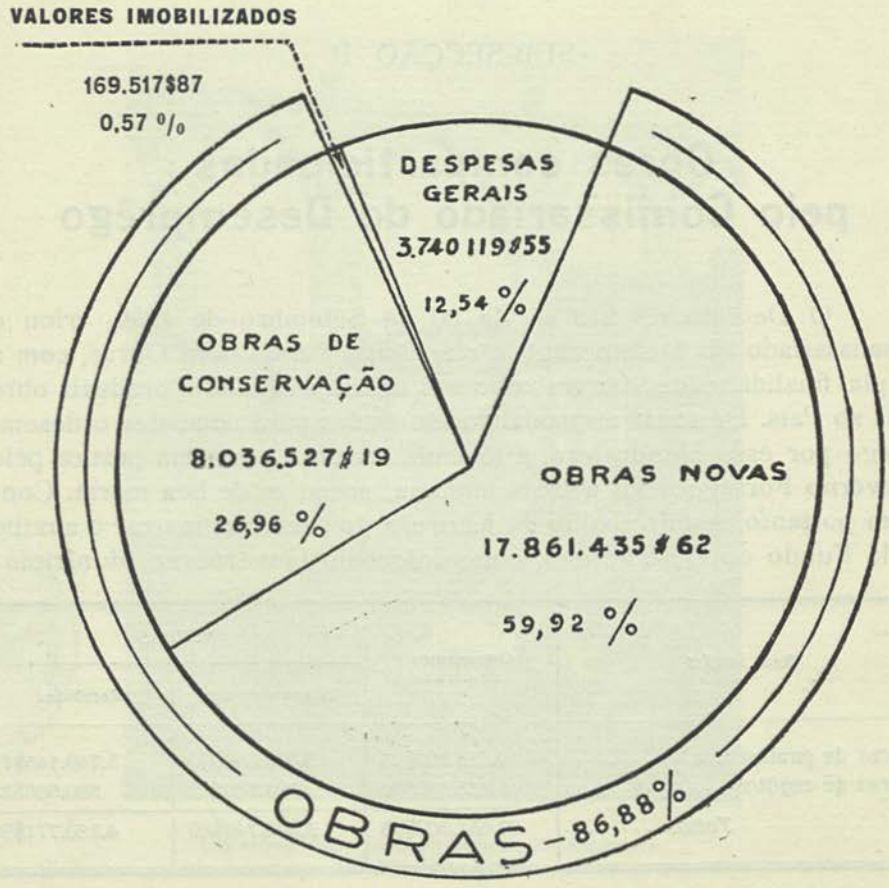
Anos 1933/35	Orçamentos de obras	VERBAS	
		Comparticipadas	Recebidas
Obras de pavimentos	19.528.309$93	5.000.000$00	3.740.145$17
Obras de esgôtos	8.123.000$00	994.586$42	580.626$22
Totais	27.651.309$93	5.994.749$89	4.320.771$39

Além dos orçamentos de obras já comparticipadas, foram presentes ao Govêrno para comparticipação, aguardando solução:

Obras de pavimentos	5.216.519$83
Obras de esgôtos	690.000$00
Total	5.906.519$83

Gráfico XV

Despesas efectuadas no ano de 1934/35
(18 meses)



Total — 29.207.600$23

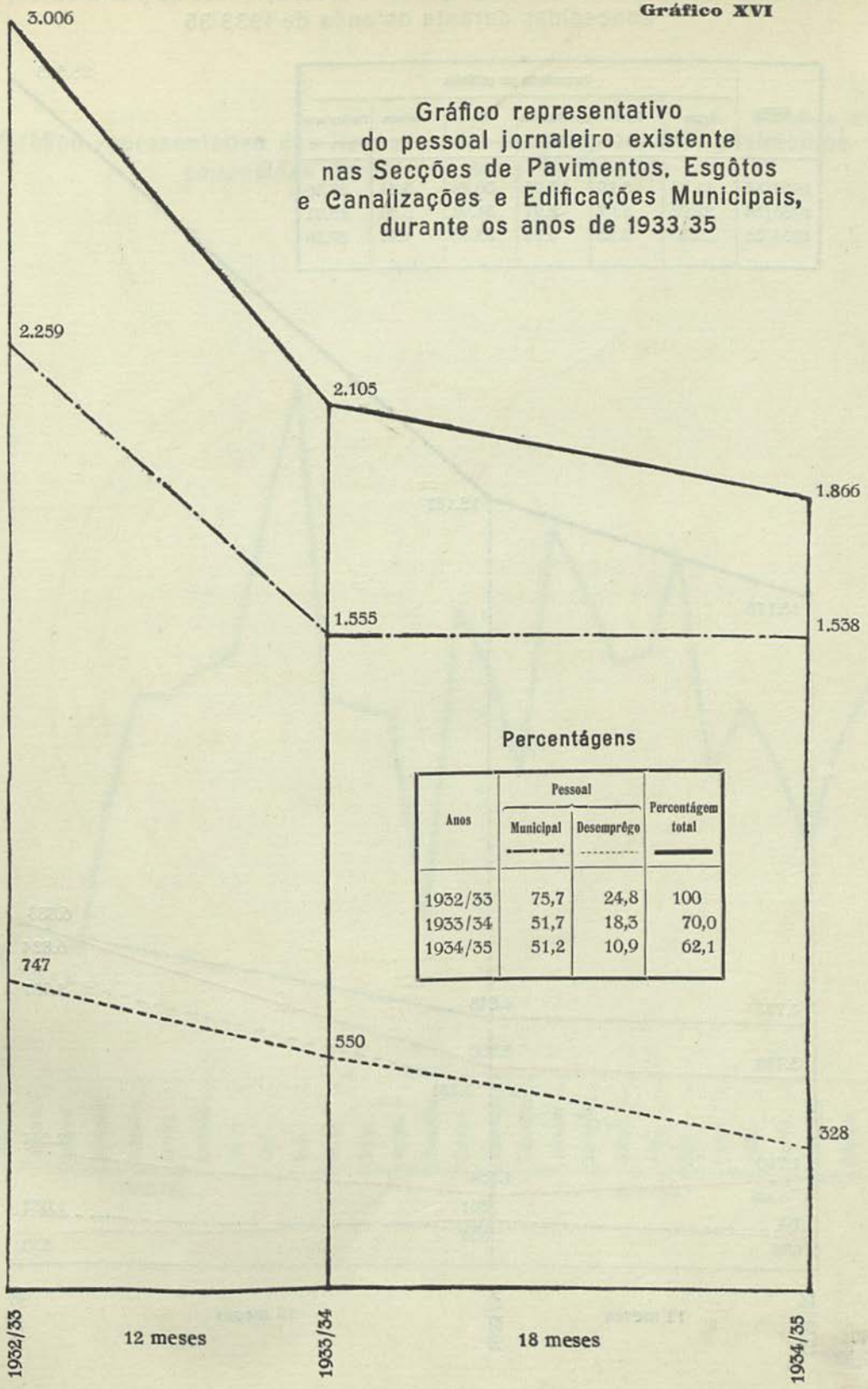


Gráfico representativo do pessoal jornaleiro existente nas Secções de Pavimentos, Esgôtos e Canalizações e Edificações Municipais, durante os anos de 1933/35

Percentágens

Anos	Pessoal		Percentágem total
	Municipal (-·-·-)	Desemprêgo (·····)	(——)
1932/33	75,7	24,8	100
1933/34	51,7	18,3	70,0
1934/35	51,2	10,9	62,1

Gráfico representativo das licenças para levantamento de pavimentos, concedidas durante os anos de 1933/35

Anos	Percentágem por entidades					
	Águas	Carris	Electricidade	Gás	Telefones	Particulares
1932/33	11.13	5.19	13.65	36.26	5.41	28.36
1933/34	22.92	5.67	8.91	31.92	5.51	25.07
1934/35	25.30	2.25	9.74	25.98	4.47	29.26

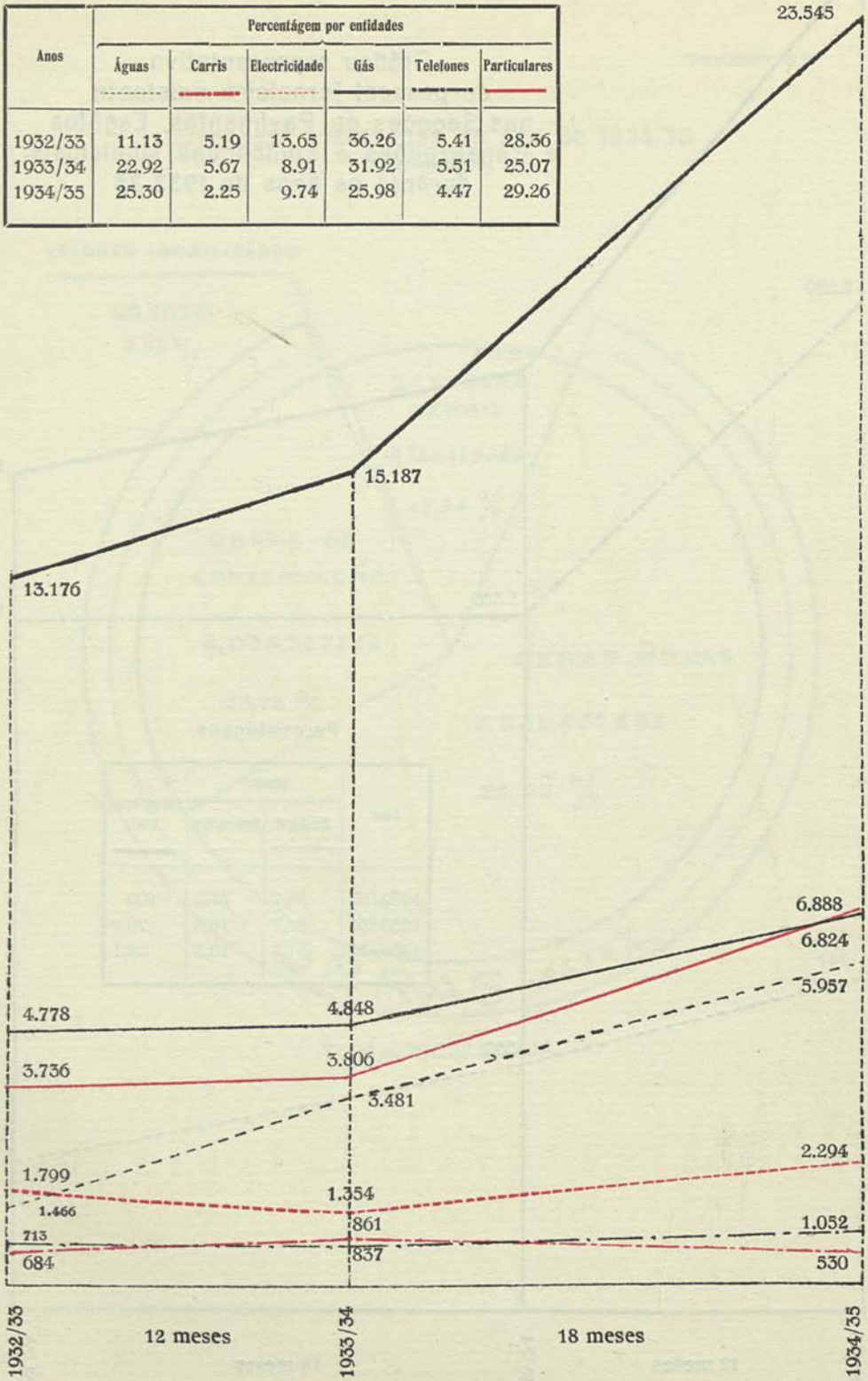


Gráfico XVIII

Gráfico representativo das licenças para levantamento de pavimentos concedidas durante os anos de 1933/35

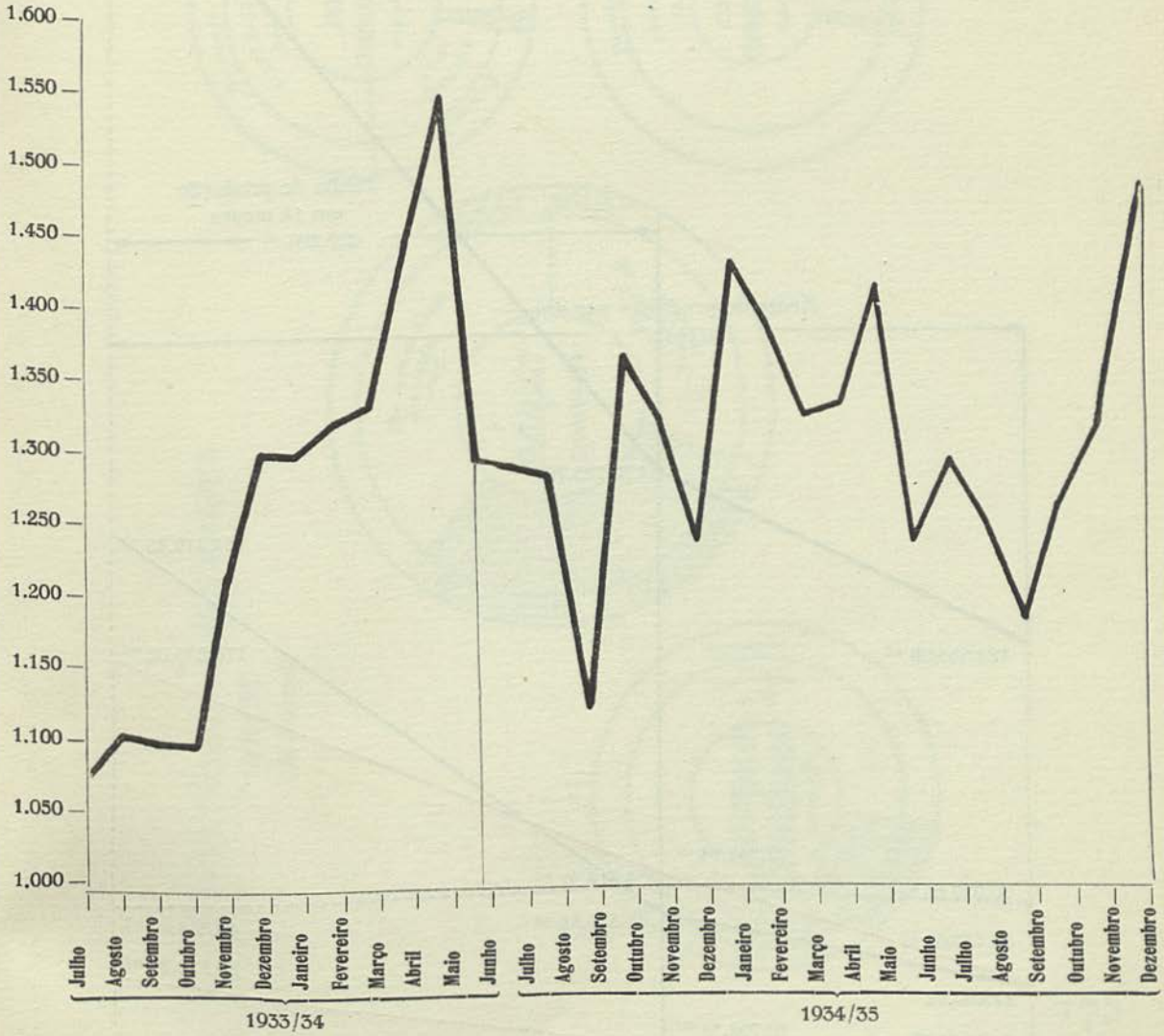
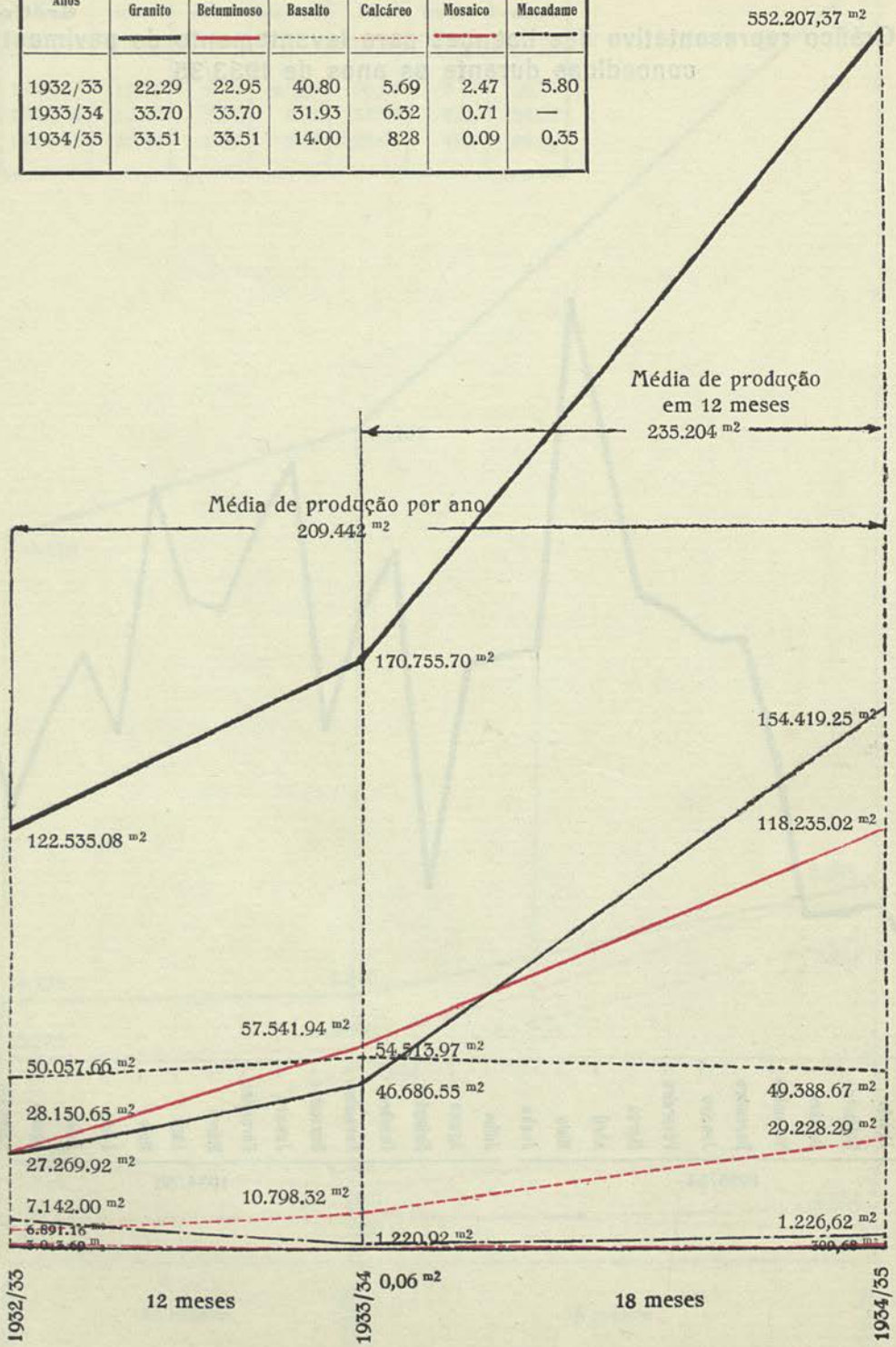


Gráfico representativo das áreas de pavimentação executadas durante os anos de 1933/35

Anos	Percentágens por espécie					
	Granito	Betuminoso	Basalto	Calcáreo	Mosaico	Macadame
1932/33	22.29	22.95	40.80	5.69	2.47	5.80
1933/34	33.70	33.70	31.93	6.32	0.71	—
1934/35	33.51	33.51	14.00	828	0.09	0.35



3.ª REPARTIÇÃO—ENGENHARIA

1934/35

(18 meses)

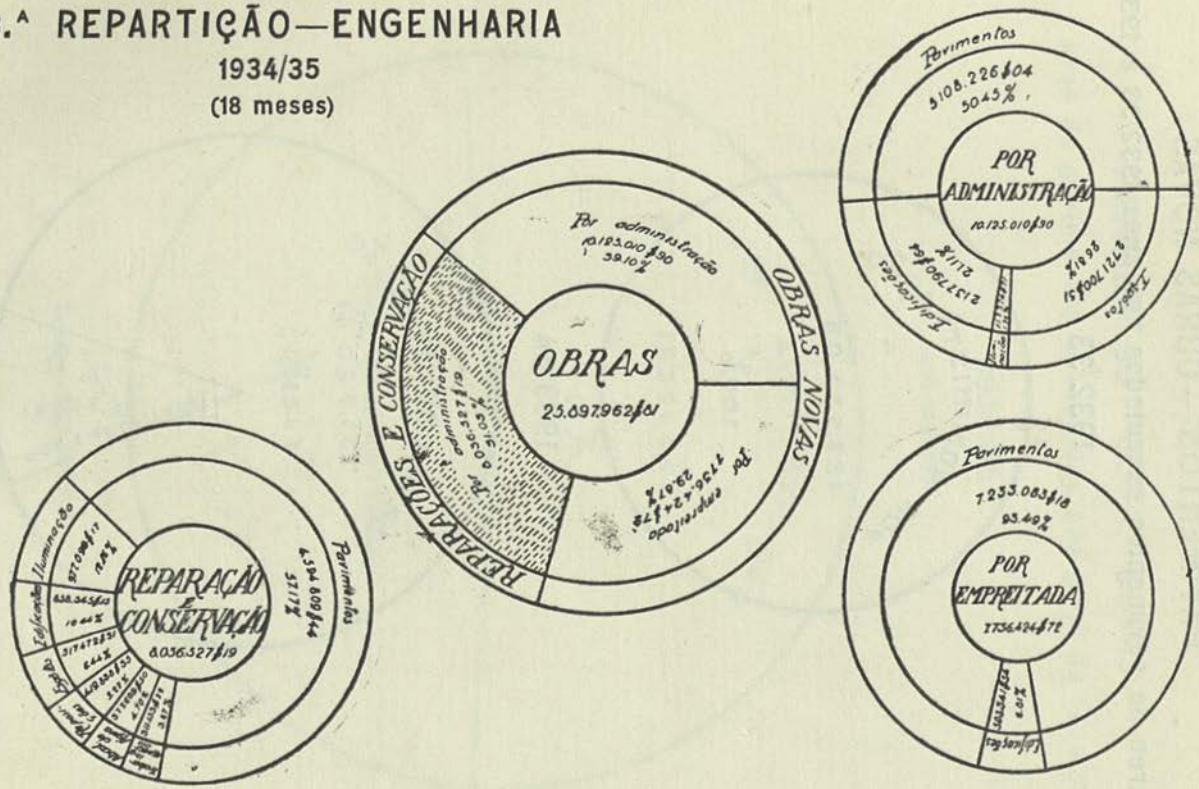


Gráfico XXI

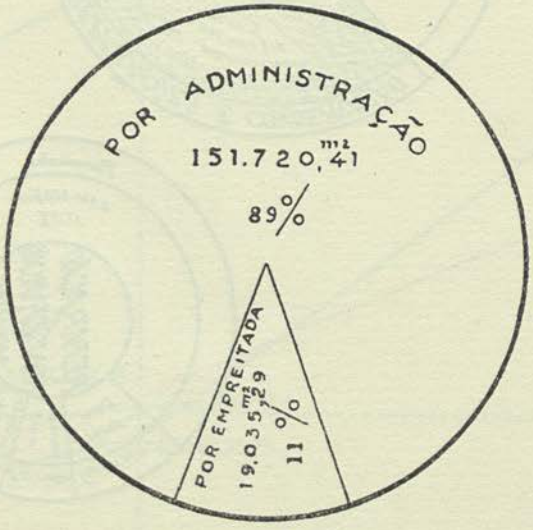
PAVIMENTOS — OBRAS NOVAS

Área de pavimentos executados nos anos 1932/33 e 1934

1932/33



1933/34



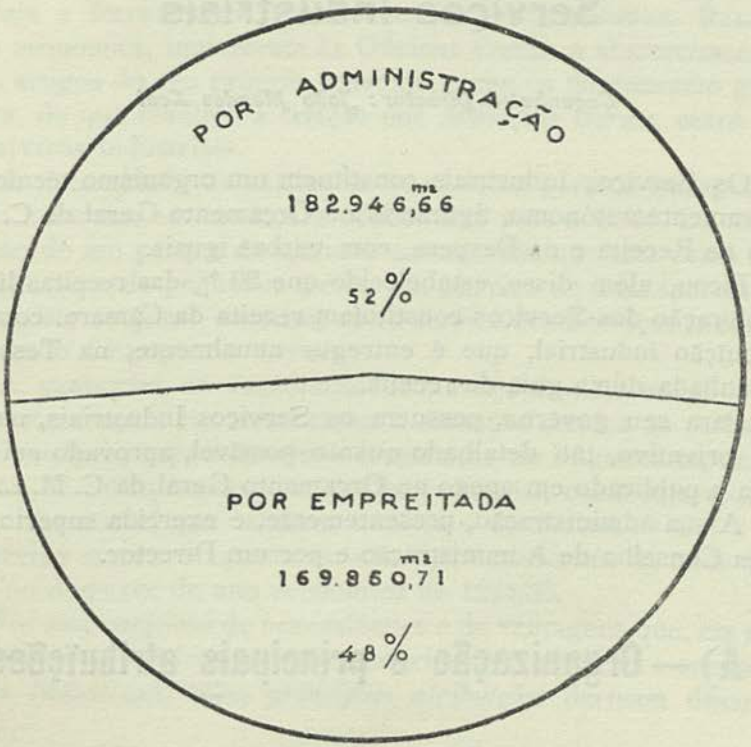
Total — 170.755m², 70

PAVIMENTOS — OBRAS NOVAS

Área de pavimentos executados nos anos de 1934/35

1934/35

(18 meses)



Total — 352.807m².37

SECÇÃO II

Serviços Industriais

Engenheiro-Director: João Mendes Leal

Os Serviços Industriais constituem um organismo técnica e financeiramente autónomo, figurando no Orçamento Geral da C. M. L., apenas na Receita e na Despesa, com verbas iguais.

Ficou, além disso, estabelecido que 20 % das receitas líquidas da exploração dos Serviços constituíam receita da Câmara, como uma contribuïção industrial, que é entregue anualmente, na Tesouraria, acompanhada duma guia de receita.

Para seu govêrno, possuem os Serviços Industriais, um orçamento privativo, tão detalhado quanto possível, aprovado em sessão pública e publicado em anexo ao Orçamento Geral da C. M. L.

A sua administração, presentemente, é exercida superiormente por um Conselho de Administração e por um Director.

A) — Organização e principais atribuïções

A *organização* dos Serviços Industriais da C. M. L., encontra-se esquematizada no quadro sinótico que a seguir se publica, o qual, igualmente, visa a dar uma ideia da sua actuação técnico-administrativa, devidamente desenvolvida no Relatório do ano económico 1934/35, por êstes Serviços já publicado e distribuído.

As suas *principais atribuïções* derivam da complexidade dos serviços camarários, que motivaram a conveniência de possuir instalações onde se façam ou reparem os mil e um artigos necessários à sua existência.

A satisfação dessas constantes e quási sempre urgentes necessidades de reparação e de conservação, e a vantagem de reünir, em bloco, todas as instalações às mesmas precisas, originaram a criação de *Oficinas Gerais*, um dos mais importantes departamentos dos Serviços Industriais.

Êstes Serviços, bem como os restantes Serviços Municipais, têm necessidade, para a sua laboração e actuação, de depósitos de materiais e ferramentas, convenientemente municiados. Rasões de ordem económica, impuzeram às Oficinas Gerais o abastecimento, não só dos artigos do seu próprio consumo, como os do consumo geral da Câmara, do que resultou a criação dos *Armazens Gerais*, outro núcleo dos Serviços Industriais.

A necessidade da existência de viaturas para os transportes de diversa natureza, em condições económicas para a C. M. L., originou a criação de um parque de viaturas automóveis, que tem como anexo, para o serviço de pequenos fretes, um Serviço de Transportes Hipomóveis. Êste conjunto constitui outro serviço dos Serviços Industriais, denominado *Transportes Gerais*.

A vantagem da exploração económica de determinados materiais de construção, tão necessários à actuação técnica de certos Serviços Municipais, especialmente a Repartição de Engenharia, originou a criação de outro importante serviço industrial, como seja o das *Pedreiras* e *Areeiros*, que também explora o de *Fornos de Cal a mato*. Êste serviço esteve integrado no das *Oficinas Gerais*, de onde foi separado no decorrer do ano económico de 1934/35.

Foi êste conjunto de necessidades e de vantagens que, em tempo oportuno, levou a administração municipal à concepção e criação dos *Serviços Industriais*, cujas *principais atribuïções* derivam dêsse conjunto.

Quadro sinótico da Organização e Actuação dos Serviços Industriais

Secção II do Capítulo II da Parte III do *Anuário*

- Serviços administrativos
  - Direcção e Secretaria.
  - Expediente
    - Expediente;
    - Compras.
  - Contabilidade
    - Centralização;
    - Contabilidade dos serviços.
- Serviços técnicos
  - Oficinas Gerais
    - Direcção
      - Escritório Técnico;
      - Mestre Geral.
    - Fabrico
      - Canalizadores;
      - Carpintaria;
      - Carroças;
      - Cimento armado;
      - Correeiros;
      - Electricistas;
      - Emulsão betuminosa;
      - Encadernação;
      - Fundição;
      - Funileiros;
      - Montagens e afinações;
      - Pintura;
      - Serralharia civil;
      - Serralharia mecânica;
      - Tipografia;
      - Soldadura.
  - Armazéns Gerais
    - Material
      - Em trânsito;
      - Armazenado
        - Construção;
        - Automóvel;
        - Eléctrico.
    - Madeiras;
    - Expediente e impressos.
  - Pedreiras e Areeiros
    - Pedreiras
      - Calcáreo;
      - Basalto.
    - Areeiros;
    - Fornos de cal a mato.
  - Transportes Gerais
    - Mecânicos;
    - Hipomóveis;
    - Exploração de máquinas;
    - Garagem;
    - Abegoarias.



Parque do Material Automóvel



Novas camionetas basculantes do Serviço de Transportes Gerais, carroçadas nos Serviços Industriais — Carga útil — 2.500 quilos

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

B) — Actuação

I — Resultados Gerais

Não obstante a compressão de despesas verificada em todos os Serviços Municipais, o rendimento dos Serviços Industriais melhorou sensivelmente no decorrer do ano económico 1934/35 (18 meses).

Houve uma baixa apreciável em todos os artigos produzidos por êstes Serviços, ou por êles fornecidos;

Armazéns Gerais — Diminuïção das percentagens de venda, de mais de 50 %;

Pedreiras e Areeiros — Diminuïção dos preços de venda dos materiais, de cêrca de 50 %;

Transportes Gerais — Diminuïção dos preços de fretes, de cêrca de 50 %;

Oficinas Gerais — Não é possível dizer em quanto se pode computar a diminuïção no preço da Obra, mas a Direcção dos Serviços Industriais indica que, de facto, a Obra é barata (desde que, evidentemente, se compare em qualidade), o que começa a ser verificado e confessado por quantos têm necessidade de recorrer a êstes Serviços.

E não obstante esta grande diminuïção de preços e de melhoria do pessoal ao serviço, em todas as escalas, o lucro líquido manteve-se nas proporções anteriores — 2 %, que subiria muito além se os preços se tivessem conservado iguais aos que eram anteriormente.

Uma parte dêste resultado deve-se à aquisição das novas viaturas, mas só uma estreita e boa colaboração entre os chefes dos Serviços Municipais, conjugada com uma grande vontade de acertar de todos os que trabalham nos Serviços Industriais, tornaram possível aquêle lisongeiro resultado.

Gráfico XXIII

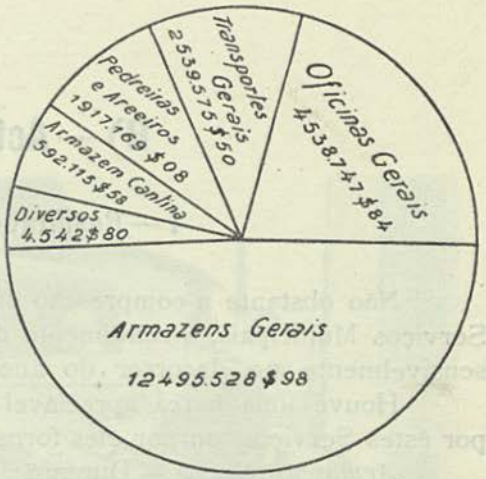
II — Movimento Geral dos Serviços Industriais

1934/1935

Como se distribuíram as receitas:

PERCENTAGEM:

Armazéns Gerais ...	56,57 %
Oficinas Gerais	20,55 %
Pedreiras e Areeiros	8,67 %
Transportes Gerais..	11,50 %
Armazém-Cantina ...	2,69 %
Diversos	0,02 %

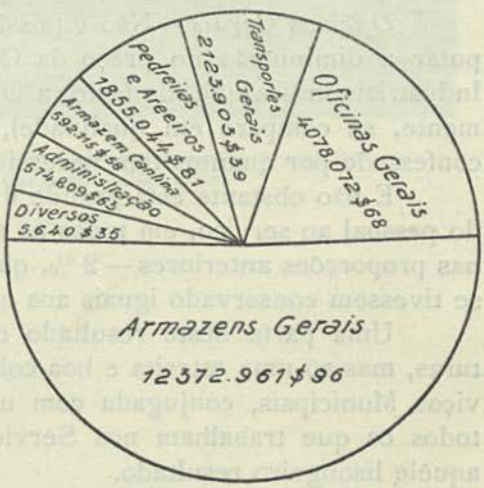


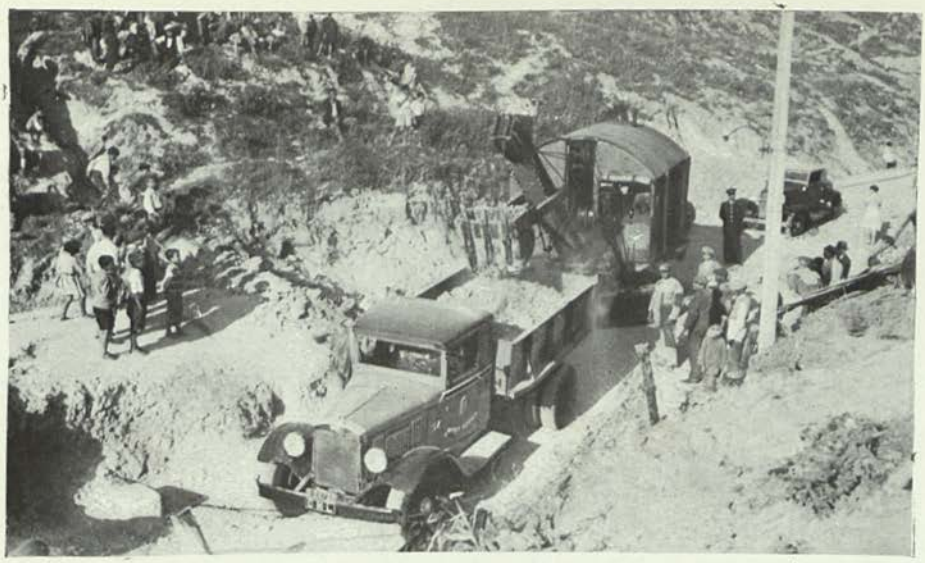
Receita total..	*22.087.679$78*
Despesa total	*21.602.548$40*
Lucro liquido	*— 2,19 s/Receita 485.131$38*

Como se distribuíram as despesas:

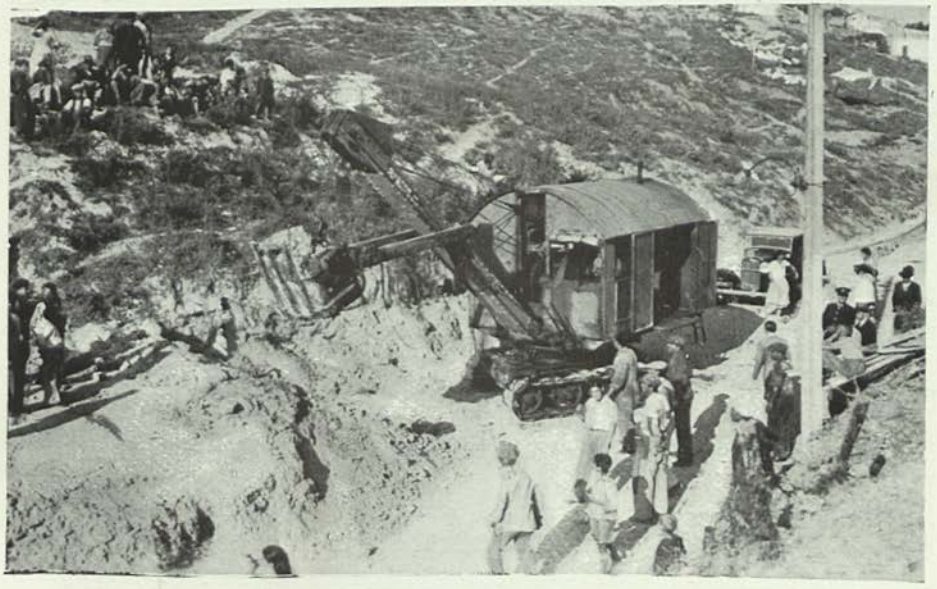
PERCENTAGEM:

Administração	2,67 %
Armazéns Gerais ...	57,21 %
Oficinas Gerais	18,88 %
Pedreiras e Areeiros	8,59 %
Transportes Gerais..	9,84 %
Armazém-Cantina ...	2,80 %
Diversos	0,01 %

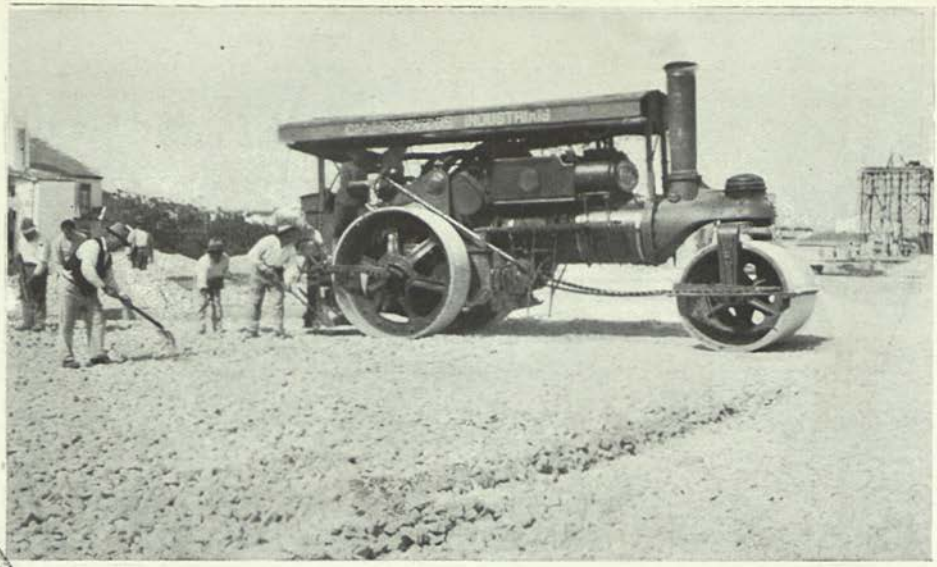




Escavadora mecânica



Escavadora mecânica



Cilindro compressor a vapor, de vinte toneladas



Novos camiões basculantes do Serviço de Trasportes Gerais carroçados nos Serviços Industriais — Carga útil, 5.000 quilos

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

Activo Imobilizado dos Serviços Industriais

Mapa n.º 19

DESIGNAÇÃO	1933/34	1934/35
Móveis	141.428$12	163.586$95
Imóveis	4.408.739$36	4.320.475$06
Armazéns Gerais	84.776$87	82.351$05
Oficinas Gerais:		
Máquinas, maquinismos e utensílios inerentes	650.835$55	789.317$60
Ferramentas e utensílios inerentes	101.160$03	164.497$70
Mobiliário, armação e utensílios	91.628$52	100.672$40
Material tipográfico	-$-	172.484$90
Material subsidiário	178.784$60	-$-
	1.022.408$70	1.226.922$60
Pedreiras e Areeiros:		
Barracões e telheiros	21.720$00	21.371$15
Fornos de cal	-$-	45.000$00
Máquinas, maquinismos e utensílios	66.000$00	82.957$92
Fornos e forjas	45.000$00	-$-
Ferramentas e utensílios inerentes	19.781$10	14.390$27
Mobiliário, armações e utensílios	14.390$32	11.044$39
Material subsidiário	1.479$17	-$-
Material circulante e fixo	12.969$00	-$-
	181.339$59	174.763$73
Transportes Gerais:		
Máquinas, maquinismos e utensílios inerentes	53.968$75	129.606$47
Ferramentas e utensílios inerentes	14.470$70	8.365$20
Mobiliário, armação e utensílios	14.537$81	17.257$76
Viaturas hipomóveis	37.100$00	37.100$00
Arreios e utensílios inerentes	34.700$00	47.874$45
Solípedes	38.964$60	44.033$32
Viaturas mecânicas	1.583.910$90	1.349.798$45
Material circulante e fixo	39.366$10	-$-
Material subsidiário	7.580$00	-$-
	1.824.598$86	1.634.035$65
Total dos valores imobilizados	**7.663.291$50**	**7.602.135$04**

Balanço Geral dos Serviços Industriais, em 31 de Dezembro de 1935

Mapa n.º 20

ACTIVO

I

Activo Realizável

Valores em Dívida:

Devedores Gerais	93.748$98	
Devedores Gerais do Armazém-Cantina	47.448$95	
C/C, com os Serviços Municipais	1.528.092$55	
Cauções	15.593$95	1.684.884$43

Valores de Existência:

Armazéns Gerais	2.271.924$08	
Armazém-Cantina	30.919$55	
Oficinas Gerais	125.303$35	
Pedreiras e Areeiros	29.658$98	
Transportes Gerais	3.591$38	2.461.397$34

Valores em Transição:

Salários a imputar no próximo Exercício		81.180$73

Trabalhos em Execução:

Em curso	106.461$00		
Em curso nas Oficinas	265.042$00	371.503$00	4.598.965$50

II

Activo não Realizável

Bens do Domínio Privado do Município:

Bens Imóveis	4.379.346$21	
Bens Móveis	1.828.957$06	
Bens Semoventes	1.393.831$77	7.602.135$04
		12.201.100$54

O ENCARREGADO DA CONTABILIDADE,

(a) *António Alberto Dias Gonçalves.*

PASSIVO

I

Passivo Exigível

Valores em Dívida:

Fundo de Movimento	1.444.620$31	
Crèdores Gerais	821.000$18	
Crèdores Gerais do Armazém-Cantina	41.000$88	
C/C, com os Serviços Municipais	63.335$53	
Contribuïção Industrial	36.248$98	2.406.205$58

Valores Alheios:

Cauções	15.593$95	2.421.799$83

II

Passivo não Exigível

Valores Próprios:

Município de Lisboa c/Património	7.771.428$35	
Fundo Privativo do Armazém-Cantina	37.367$62	
Renovação de Material	17.984$78	
Fundo de Reserva	839.590$62	
Multas	2.676$82	8.669.048$19

Bens do Domínio Privado do Município (Depreciações):

Bens Imóveis	183.521$25		
Bens Móveis	241.680$84		
Bens Semoventes	199.919$05	625.121$14	9.294.169$33

III

Resultados do Exercício

Lucro Líquido do Exercício	485.131$38
	12.201.100$54

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

(aa) *João Mendes Leal.*
Mário Maurício dos Santos.
António Alberto Dias Gonçalves.

Desenvolvimento Geral da Conta de Resultados de Exploração dos Serviços Industriais, no ano económico 1934/35

PREJUIZOS

I
Gastos Gerais

Despesas de Administração	574.809$63	
Armazéns Gerais	738.182$22	
Oficinas Gerais	534.564$26	
Pedreiras e Areeiros	776.992$31	
Transportes Gerais	466.613$38	3.091.162$00

II
Regularização de Contas

Armazéns Gerais	971$58	
Oficinas Gerais	46$00	
Transportes Gerais	2.479$31	3.496$89

III
Prejuizos de Exploração

Armazéns Gerais	6.576$51	
Oficinas Gerais	11.758$92	
Pedreiras e Areeiros	11.376$17	
Transportes Gerais	12.336$42	
Diversos	5.640$35	47.688$37

IV
Resultados do Exercício

Lucro Líquido		485.131$38
		3.627.478$64

O ENCARREGADO DA CONTABILIDADE,

(a) *António Alberto Dias Gonçalves.*

LUCROS

Mapa n.º 21

I
Gastos Gerais

Imputação da quota parte das despesas de Administração aos diferentes Serviços		574.809$63

II
Lucros Brutos

Armazéns Gerais	782.051$12	
Oficinas Gerais	759.337$15	
Pedreiras e Areeiros	819.352$51	
Transportes Gerais	614.327$40	2.975.068$18

III
Lucros Diversos

Armazéns Gerais	8.833$13	
Oficinas Gerais	6.764$00	
Pedreiras e Areeiros	457$00	
Transportes Gerais	57.003$90	
Diversos	4.542$80	77.600$83
		3.627.478$64

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

(aa) *João Mendes Leal.*
Mário Maurício dos Santos.
António Alberto Dias Gonçalves.

CAPÍTULO III

Pelouro de Urbanização

Vereador: António Cortez Lobão

SECÇÃO I

Repartição de Edificações Urbanas

Chefe: Engenheiro Eduardo Corregedor Martins

A) — Organização e principais atribuïções

A 4.ª Repartição da C. M. L., encontra-se organizada em conformidade com o que, esquemàticamente, consta do Quadro-Sinótico que a seguir se publica.

*
* *

À Direcção do Serviço, a cargo de um engenheiro-civil, incumbe orientar e dirigir todos os serviços da Repartição.

À Inspecção das Construções Urbanas, igualmente a cargo de um engenheiro-civil, incumbe: superintender tècnicamente, por intermédio do Chefe da Repartição, em tôdas as obras de construção particular, em execução na área da cidade, dirigindo e orientando a fiscalização camarária, e dar parecer técnico sôbre quaisquer dúvidas que se apresentem, tanto na apreciação dos projectos como nas condições de estabilidade dos edifícios.

Às Secções diz respeito:

1.ª SECÇÃO (EXPEDIENTE E CONTABILIDADE PRIVATIVA) — A recepção, registo e processo de todos os documentos recebidos e sua expedição para a Secretaria Geral, depois de estudados e informados; a redacção de tôdas as informações, ofícios, ordens de serviço, etc., que digam respeito aos serviços da Repartição; o registo da numeração dos prédios da cidade; a coordenação de todos os elementos estatísticos da Repartição e a elaboração das fôlhas de vencimentos e dos demais documentos da contabilidade da Repartição. A Secção tem como chefe um funcionário do quadro burocrático.

2.ª SECÇÃO (PROJECTOS E LICENÇAS PARA OBRAS PARTICULARES)—A apreciação dos projectos de novas construções; a passagem de licenças para obras de pequena importância; a inscrição dos construtores nos registos respectivos. A Secção está a cargo de um engenheiro-civil.

3.ª SECÇÃO (FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES E DA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA) — A fiscalização da ocupação da via pública; a apreciação e informação de todas as petições que se relacionem com a ocupação da via pública; a apreciação e informação de todos os pedidos de vistoria para habitação e ocupação dos vestíbulos e a elaboração dos autos de embargo e demolição de obras feitas sem licença da Câmara. A Secção está a cargo de um engenheiro-civil.

Para os efeitos da fiscalização, a cidade está dividida em cinco zonas, cada uma a cargo de um chefe de zona — agente técnico de engenharia. Em cada zona prestam serviço três fiscais de construções.

Quadro-Sinótico da organização da 4.ª Repartição e da sua actuação

- Secção I do capítulo III da parte IV do *Anuário* — Edificações Urbanas
  - Direcção do Serviço
    - Serv. burocráticos (1.ª Secção)
      - Expediente;
      - Inventário privativo;
      - Estatística do Serviço.
    - Serv. administrativo (1.ª Secção)
      - Contabilidade Privativa.
    - Serviços Técnicos
      - Vistorias .....
        - Habitações;
        - Estabilidade;
        - Sanitárias.
      - Superintendência dos Serviços das Secções Técnicas.
  - Inspecções das Construções Urbanas
    - Processos técnicos sôbre:
      - Apreciações de projectos;
      - Condições de estabilidade dos edifícios.
    - Direcção e fiscalização das obras particulares.
  - Secções Técnicas
    - Projectos e Licenças (2.ª Secção)
      - Requerimentos (Projectos)
        - Construções novas;
        - Ampliações;
        - Alterações;
        - Garagens;
        - Barracões;
        - Pessoal (técnicos inscritos).
      - Petições (Licenças)
        - Pequenas obras;
        - Obras de simples reparações;
        - Obras de beneficiação e limpeza de prédios.
    - Fiscalização de obras particulares e da ocupação da via pública (3.ª Secção)
      - Obras fiscalizadas
        - Obras novas
          - Iniciadas;
          - Em execução.
        - Ampliações e alterações;
        - Pequenas obras;
        - Obras de beneficiação e limpeza dos prédios.
      - Repressão das obras executadas clandestinamente.
      - Via Pública .....
        - Licenças e Fiscalização.

B) — Actuação

I — Algumas considerações preliminares

O Serviço de Edificações Urbanas, constituíndo a 4.ª Repartição da C. M. L., tem a seu cargo a apreciação dos projectos de novos edifícios a construir nos arruamentos da Cidade; a apreciação dos projectos de ampliação ou modificação dos edifícios já existentes; a fiscalização técnica de tôdas as obras particulares em execução nesta Cidade e, ainda, a fiscalização da ocupação da via pública.

Quando em 1927 foi organizada em novas bases a 4.ª Repartição, os processos de construção em Lisboa, salvo raras excepções, mediam-se, no ponto de vista de estabilidade, pelo valor de tantos edifícios espalhados pela Cidade que, sem a menor causa externa, em pouco tempo se arruïnavam.

No ano de 1927, fizeram-se trezentas e quarenta e sete vistorias de estabilidade a prédios que ameaçavam ruina; no ano imediato fizeram-se cento e cinqüenta e oito; em 1929, fizeram-se cinqüenta e oito; em 1930, vinte e uma; em 1931, vinte e seis; em 1932, quinze; em 1933, catorze; em 1934, dezanove; e em 1935, vinte e duas. Todos êstes prédios foram demolidos ou consolidados.

A construção estava entregue, quási sem vigilância, à fúria dêsses tais «Tomarenses», sem respeito pelas mais elementares regras de segurança nem pelos mais importantes preceitos de higiene e de confôrto.

Para pôr um dique a esta onda de «gaioleiros», tratou a 4.ª Repartição de estudar imediatamente um conjunto de disposições que pudesse orientar, não só todos os seus agentes de fiscalização, como também todos os profissionais que vivem da construção civil, redigindo, então, um Regulamento que, depois de revisto por uma comissão de técnicos da C. M. L., foi publicado em Agosto de 1930 com o título de «Regulamento Geral da Construção Urbana para a Cidade de Lisboa».



Conjunto de propriedades constituindo um dos bairros da Cidade, a S. Sebastião da Pedreira
com muita unidade arquitectónica e harmonia de massas de construção



Conjunto de moradias independentes constituindo uma massa construtiva de muita unidade e acentuada expressão modernista e situada na Avenida António José de Almeida

MUNICIPAIS DE LISBOA

Com a publicação dêsse Regulamento, com uma escolha mais acertada dos fiscais da construção e com uma inspecção permanente das obras urbanas, que pudesse corrigir, no próprio local do trabalho, tôdas as irregularidades ou deficiências encontradas, tem podido a 4.ª Repartição desempenhar-se da sua principal missão, com uma certa firmeza, embora sem excessivas e escusadas violências, conseguindo que os prédios construidos de há sete anos para cá se apresentem, salvo raríssimas excepções, em muito boas condições de solidez e de segurança, não se tendo manifestado nêstes quaisquer acidentes de gravidade, como dantes era corrente, mormente quando no inverno as enchurradas faziam abalar as fracas paredes e produziam nêles as derrocadas, de que memória ainda perdura.

Teve capital importância nessa nova organização da 4.ª Repartição sôbretudo a creação da Inspecção das Construções Urbanas. O serviço desta Inspecção, levando junto de todos os prédios em construção uma vigilância permanente que superiormente orientasse, dentro dos preceitos técnicos, a desregrada desorientação de muitos construtores, e que impozesse à própria fiscalização camarária, tão desmoralizada e conceituada nessa época, uma direcção mais regrada e uma conduta mais firme, produziu os mais benéficos e importantes resultados.

Além disso essa Inspecção, pela vigilância que directamente tem exercido na parte mais importante das construções — os alicerces — tem conseguido que os edifícios fiquem nas melhores condições de estabilidade e segurança.

*
* *

Outro indicativo duma mais vigilante fiscalização, resulta da repressão das obras executadas clandestinamente, isto é, sem licença camarária.

Essas obras executadas à margem da lei e sem obediência quer às regras de estabilidade, quer às regras da mais elementar higiene, pululavam na Cidade sem o menor entrave. O «Bairro da Liber-

dade», o do «Rêgo», o do «Caramão da Ajuda», etc., etc., aí estão a atestá-lo.

Em 1927, foram elaborados cento e sessenta e oito relatórios de demolição, nos termos do Decreto n.º 902, de obras clandestinas; em 1928, fizeram-se cento e cinqüenta e nove; em 1929, duzentos e dezóito; em 1930, quarenta e nove; em 1931, trinta e seis; em 1932, vinte e dois; em 1933, catorze; em 1934, quinze; e em 1935, sòmente doze.

A intensificação da acção fiscalizadora produziu, naturalmente, os seus efeitos.

*

* *

A conservação e beneficiação exterior dos prédios da Cidade mereceu, também, especial atenção.

Depois da guerra de 1914/18, pode dizer-se que a conservação dos prédios fôra abandonada, provocando a sua ruína e dando aos arruamentos da Cidade um mau aspecto.

Para remediar o mal, dividiu-se a Cidade em áreas de limpeza, de forma que em oito anos todos os prédios da mesma fôssem beneficiados e limpos exteriormente.

Assim, beneficiaram se em:

1927, as freguesias de Monte Pedral, Escolas Gerais, Graça, Santo Estêvão e S. Miguel;

1928, as freguesias de S. Tiago, Castelo, S. Cristóvão, S. Lourenço, Socorro, Anjos e Arroios;

1929, as freguesias da Sé, Penha de França, Beato e Olivais;

1930, as freguesias dos Mártires, Madalena, Conceição Nova, S. Julião, S. Nicolau e Restauradores;

1931, as freguesias de S. José, S. Sebastião, Camões, S. Mamede, Pena, Carnide e Benfica;

1932, as freguesias das Mercês, Sacramento, Encarnação, Marquês de Pombal, Santa Catarina e Belém;

1933, as freguesias da Charneca, Campo Grande, Lumiar e Ameixoeira;

1934, as freguesias de Santos, Alcântara, Ajuda, Santa Isabel e Lapa;

1935, as freguesias de Monte Pedral, Escolas Gerais, Graça, Santo Estêvão e S. Miguel.

II — Movimento

Os serviços técnicos da 4.ª Repartição compreendem a apreciação e informação de todos os projectos de obras particulares, a fiscalização dessas obras e, bem assim, a informação dos processos de ocupação da via pública e a fiscalização dessa ocupação.

O quadro sinótico referente à «Organização da 4.ª Repartição», é, igualmente, bastante ilucidativo sôbre a «sua actuação técnica», em 1935.

a) — MOVIMENTO DA 2.ª SECÇÃO — PROJECTOS E LICENÇAS: — Durante os anos de 1934 e 1935, passaram por esta Secção técnica, respectivamente, 829 e 744 processos de construções de novos prédios, originados por requerimentos apresentados; e 28.521 e 25.398 petições referentes a licenças para pequenas obras (12.144 e 10.131) para obras de simples reparações (14.899 e 13 659), e para ocupação da via pública (1.478 e 1.608) — serviço deveras importante a cargo apenas de um engenheiro, auxiliado por cinco agentes técnicos de engenharia. Os referidos processos reportam-se às seguintes rubricas: construções novas, 549, em 1934 e 419, em 1935; ampliações, respectivamente, 47 e 45; alterações, 123 e 114; garagens, 7 e 7; barracões, 26 e 18; inscrição de construtores, 32 e 53; diversos, 39 e 80, e pessoal (penalidades impostas aos construtores por infracção de disposições regulamentares), 6 e 8.

b) — FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARTICULARES E DA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA — Durante o ano de 1935, esta Secção fiscalizou as seguintes obras particulares em execução na cidade de Lisboa: obras novas iniciadas, 639; obras novas em execução, 3.225; ampliações e alterações, 1.204; pequenas obras, 12.008; e obras de beneficiação e limpeza de prédios (art. 209.º), 3.279, ou seja o total geral de 20.355.

As vistorias ordenadas nos anos de 1934 e 1935, foram, respectivamente, as seguintes: efectuadas para verificar a conclusão de prédios destinados a habitação, 732 e 698; efectuadas após a saída do inquilino de qualquer habitação (sanitárias) 1.629 e 1.687; efectuadas sôbre a estabilidade a prédios que ameaçavam ruina, 19 e 22, ou sejam os totais de 2.380 em 1934, e 2.407 em 1935.

III — Algumas considerações finais de ordem estatística

No volume II dêste trabalho (Anexo Estatístico), publica-se um desenvolvido mapa referente aos «Prédios destinados a habitação, construídos e em construção, ampliados e em ampliação, durante os anos de 1920 a 1935». Dado, porém, o seu desenvolvimento, nêste volume I só serão publicados alguns gráficos representativos das suas principais rubricas: prédios cuja construção se iniciou em cada uma dos anos indicados (1920 a 1930), gráfico XXIV; prédios ampliados, gráfico XXV; número de pavimentos, gráfico XXVI; número de fogos, gráfico XXVII; superfície coberta, gráfico XXVIII; área média por prédio, XXIX, e área média por fogo, gráfico XXX.

Pela análise dêsse mapa, nota-se que, de 1930 a 1935, se construíram na cidade 2.736 novos prédios, com 1.128.185$^{m^2}$ de superfície coberta por pavimento e 11.258 fogos, e se ampliaram 1.470 prédios, construíndo-se mais 628 fogos novos, com 141.097$^{m^2}$ de área coberta.

Supondo que o preço médio da construção foi de Esc. 250$00 por metro quadrado, ter-se-ha um capital de cêrca de 345.000 contos investidos na construção urbana durante aquêle período. E adoptando-se o coeficiente de 4,6 como indicativo do número de habitantes por fogo (segundo o censo da população da cidade no ano de 1930), aquêle número de fogos (11.884), abrigará cêrca de 54.000 pessoas. Em seis anos, portanto, edificaram-se alojamentos correspondentes aos de duas cidades, como Coimbra ou Braga, cujas *populações de facto*, em 1 de Dezembro de 1930, somavam 54.295 habitantes (27.333 mais 26.962). No entanto, as respectivas *populações de residência habitual*, totalizavam, sómente, 48.852 almas (27.259 em Coimbra e 21.593 em Braga).

Outro mapa — referente aos «Prédios construídos e em construção na cidade de Lisboa, durante os anos de 1934 e 1935, agrupados por pavimentos e por fogos» — se publica, igualmente, no volume II. Dêsse mapa resultam, como mais interessantes, os números indicativos da média de superfície coberta por fogo e da média de superfície coberta por habitante.

É também de notar que no ano de 1935, comparativamente com o de 1934, houve uma grande diminuïção na actividade de construção civil. Assim, tendo-se edificado, em 1934, 681 prédios, em 1935, apenas se construiram 320.

A causa determinante dessa diminuição deve procurar-se em primeiro lugar no facto de se supôr que cessaria no fim dêsse ano a isenção de contribuïção predial para as novas construções; depois, na falta de terrenos para construção e no seu elevado preço e, ainda, em certas disposições do Regulamento Geral da Construção Urbana, postas em vigor em Agosto de 1935.

Por Decreto de Março de 1936, o prazo da isenção foi prorrogado. Por outro lado, aquelas disposições regulamentares foram já atenuadas, sem prejuízo da higiene e comodidade das habitações. Torna-se agora necessário que, pela abertura de novos arruamentos, se ofereça à construção terrenos em condições favoráveis de preço.

Gráfico XXIV

Gráfico XXV

Gráfico representativo das construções e ampliações, destinadas a habitação, efectuadas na Cidade de Lisboa desde 1920 a 1935

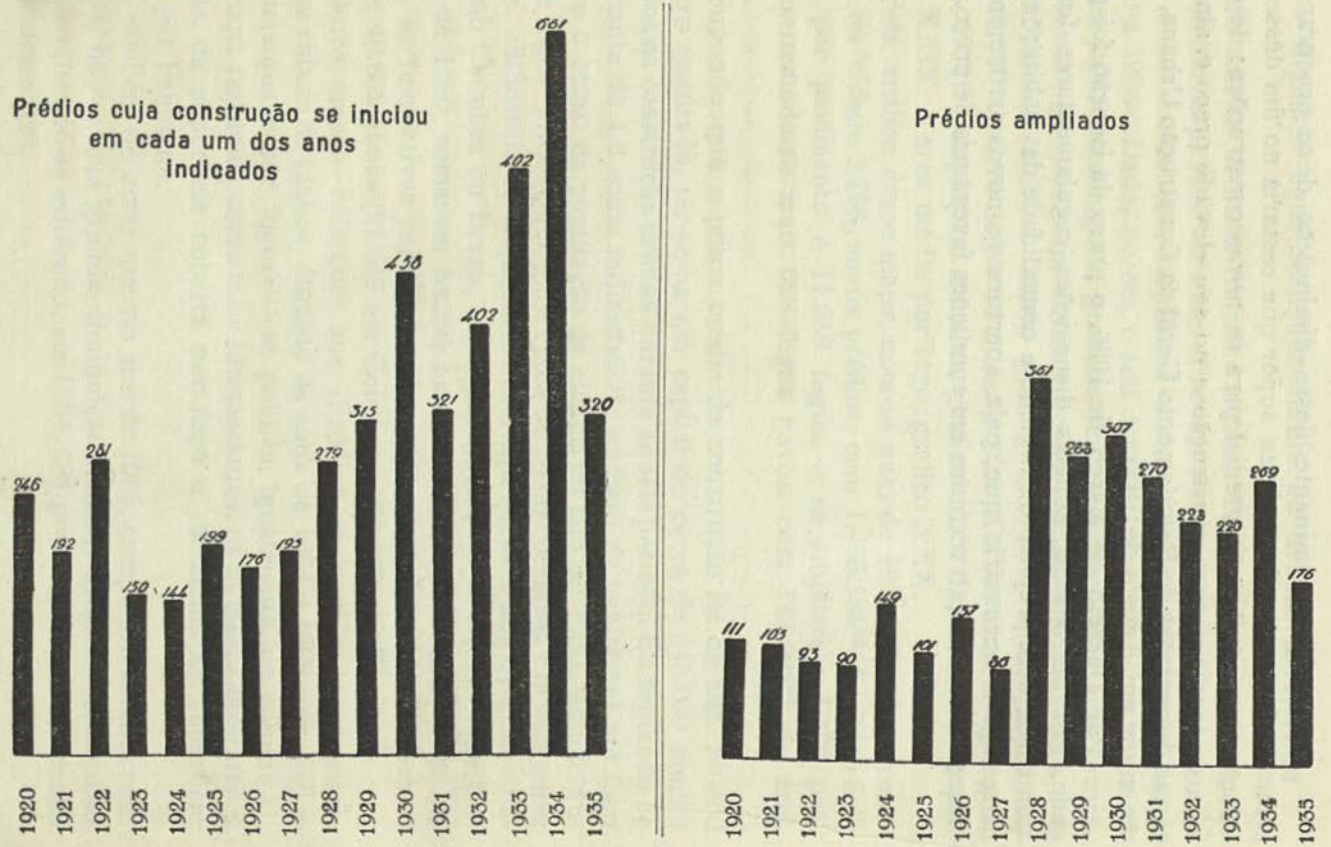


Gráfico XXVI

Gráfico XXVII

Gráfico representativo das construções e ampliações, destinadas a habitação, efectuadas na Cidade de Lisboa desde 1920 a 1935

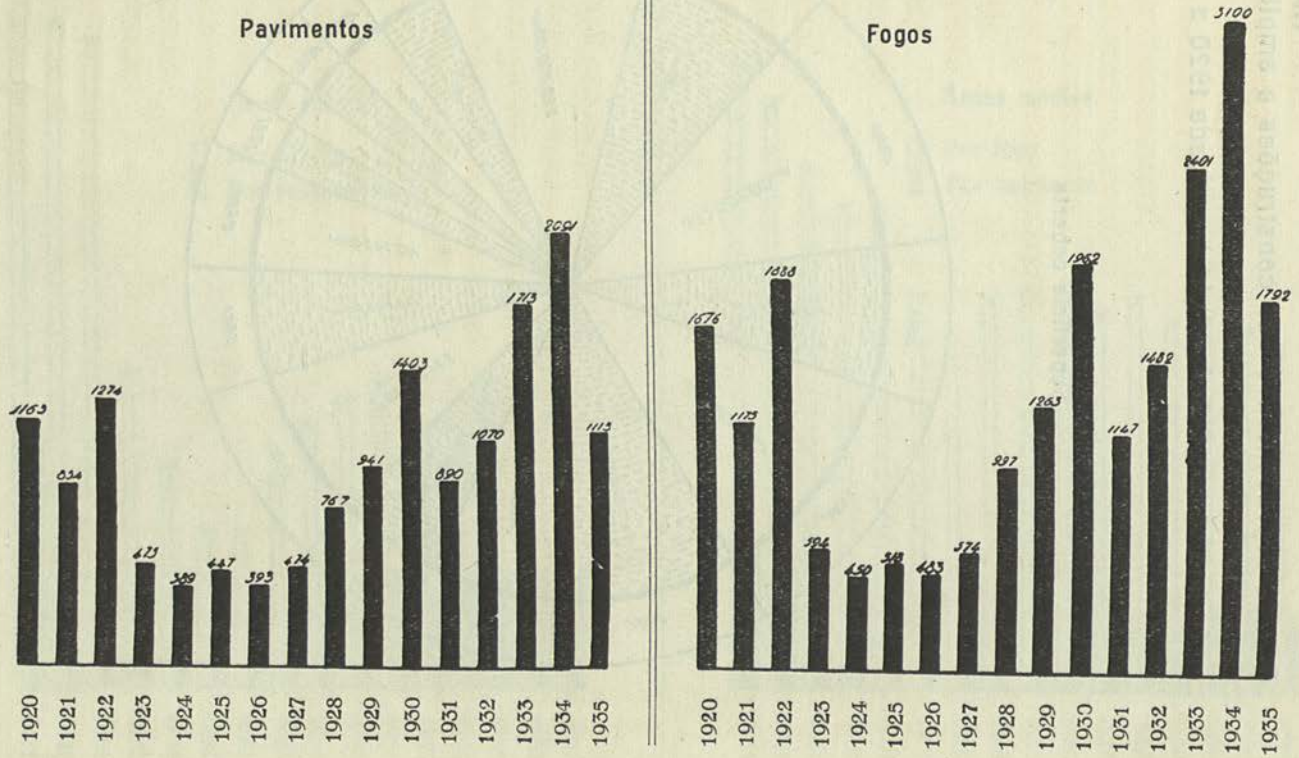


Gráfico XXVIII

Gráfico representativo das construções e ampliações, destinadas a habitação, efectuadas na Cidade de Lisboa desde 1920 a 1935

Superfície coberta

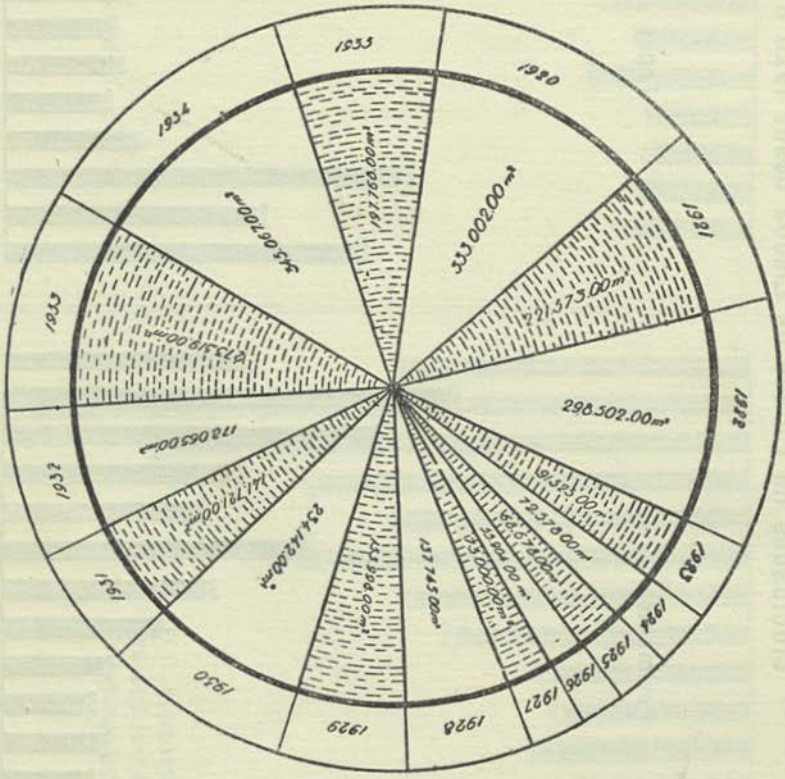
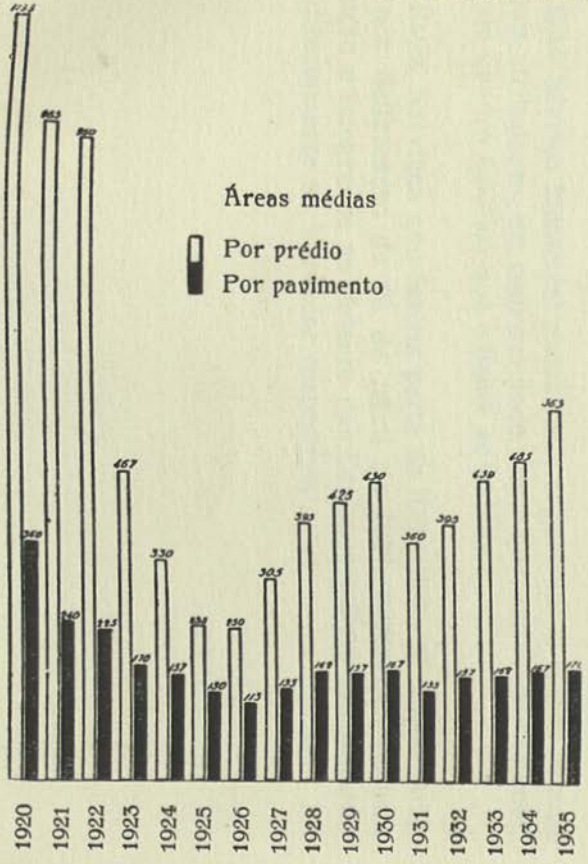
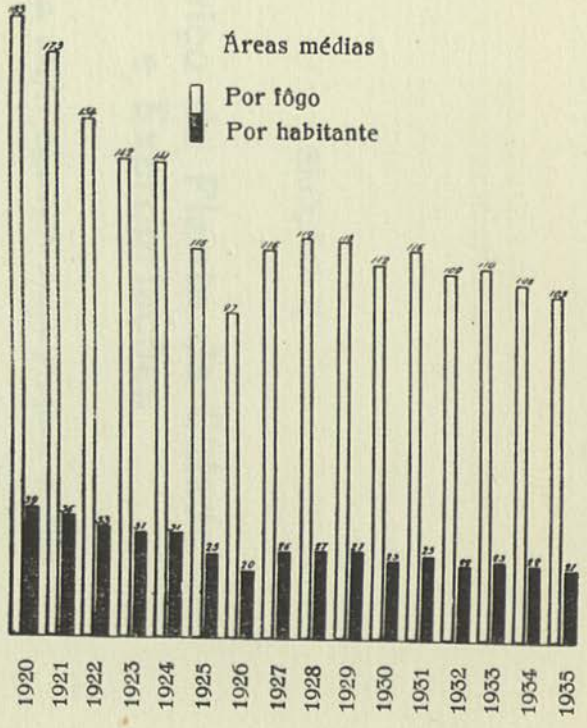


Gráfico XXIX

Gráfico XXX

Gráfico representativo das áreas médias cobertas por construções destinadas a habitação, na Cidade de Lisboa desde 1920 a 1935





SECÇÃO II

Serviço da Planta da Cidade e Expropriações

Servindo de Chefe: Engenheiro Inácio Francisco da Silva

A) — Organização e principais atribuïções

Êste Serviço Municipal encontra-se organizado e exerce as suas principais atribuïções, em conformidade com o que, esquemáticamente, consta do quadro sinótico que adiante se publica:

Êstes Serviços que faziam parte da Repartição de Engenharia, foram por deliberação de 26 de Abril de 1934, separados daquela Repartição e integrados no Pelouro das Edificações Urbanas, subordinados directamente ao Vereador respectivo.

Quadro sinótico da organização do Serviço da Planta da Cidade e Expropriações e da sua actuação

- Secção II do Capítulo III da Parte IV do *Anuário* — Planta da Cidade e Expropriações
  - Direcção do Serviço
    - Serviços burocráticos — Expediente;
    - Serviços administrativos — Contabilidade Privativa.
    - Serviços Técnicos *(Processos recebidos e expedidos)*
      - Serviço privativo dos munícipes
        - Deferidos;
        - Indeferidos;
        - Aguardando oportunidade;
      - Serviço interno do Município
        - Material;
        - Serviço do pessoal;
        - Consultas.
  - Planta da Cidade *(Estudos e Projectos)*
    - Plantas .....
      - Serviço dos munícipes
        - Cedência de terrenos;
        - Expropriações.
        - Plantas.
          - Ilucidativas;
          - Pagas;
          - Para compra, venda e troca de terrenos
      - Serviço do Município
        - Projectos de arruamentos.
    - Alinhamentos...
      - Pedidos;
      - Marcados.
    - Outras atribuições
      - Elaboração e estado dum plano geral de melhoramentos da Capital;
      - Todos os estudos e projectos de urbanização e embelezamento da Cidade.
  - Expropriações *(e actualizações)*
    - Organização técnica de processos relativos:
      - Expropriações;
      - Acordos.
    - Elaboração gráfica do cadastro das propriedades municipais
      - Rústicas;
      - Urbanas.
    - Actualização da carta de Lisboa.
    - Reprodução e elaboração das plantas necessárias ao lançamento de canalizações para:
      - Esgôtos;
      - Água;
      - Gás;
      - Electricidade;
      - Telefones;
      - Linhas de tracção eléctrica.

B) — Actuação

I — Expediente técnico

Êste serviço é constituido, especialmente, pela movimentação dos processos recebidos e expedidos, sob a fórma de: *a)* Informações *b)* Consultas — interessando os serviços privativos dos munícipes e o serviço privativo do Município.

Durante o ano de 1935 foram recebidos 2.100 processos, com a distribuïção e vida dentro do Serviço da Planta da Cidade e Expropriações, indicadas no Gráfico XXXI, pelo qual se deduz que o maximo número de projectos movimentados se dá no mês de Março, e que os processos têm pouca demora nêstes Serviços, havendo ainda possibilidade de reduzi-la.

Verifica-se, também, uma regularidade nêste serviço de expediente técnico, pois os gráficos de entrada e saída de processos são muito regulares. Para os citados processos foram elaboradas 1.924 informações, distribuidas como mostra o Gráfico XXXII. A elaboração dêste gráfico partiu da seguinte análise.

Um processo no Serviço da Planta da Cidade e Expropriações apenas pode ter as seguintes classificações: *a)* serviço privativo dos munícipes; *b)* serviço interno do Município; *c)* serviço de expropriações — sujeito a qualquer dos seguintes despachos: deferimento, indeferimento, aguardar oportunidade, ou ainda o caso de «um despacho que indica a necessidade de um esclarecimento».

Do mesmo modo, o expediente do serviço interno pode ter as seguintes modalidades: *a)* serviço de pessoal; *b)* material e *c)* esclarecimentos pedidos por outras Repartições ou Serviços.

O Serviço de Expropriações apenas elabora notas de esclarecimentos e finalmente as propostas que marcam o fim das actividades que tem de ser aprovadas em especial pelo Município, visto a maioria dos assuntos serem resolvidos por simples despacho da Presidência.

Da análise do Gráfico XXXII se verifica que:

1.º — A actividade do Serviço da Planta da Cidade e Expropriações é ocupada cêrca de 3/4 pelo serviço privativo dos munícipes e 1/4 pelo serviço interno do Município.

2.º — Obtêm deferimento grande número de processos, cêrca de sete vezes os indeferimentos.

3.º — Obtêm esclarecimentos uma grande maioria de processos, o que mostra o desconhecimento grande que existe da matéria técnica em vigôr nêstes Serviços e a necessidade de a tornar mais conhecida.

Existe nêste Serviço uma disposição que permite consultas à Planta da Cidade, que custam 6$00 cada. Durante o ano de 1935 fizeram-se 634 consultas, o que vem mostrar a razão do que acima fica expresso.

II — Plantas

Outra atribuição dêstes Serviços consiste na elaboração de plantas. Durante o ano de 1935 foram executadas 157 plantas com a distribuïção indicada no Gráfico XXXIII.

III — Alinhamentos

Outra atribuição dêstes Serviços é representada pela marcação de alinhamentos, conseqüência das construções que se vão efectuando.

Êste serviço, a cargo de um pessoal reduzidíssimo, realizou-se, no decorrer do ano de 1935, em conformidade com o Gráfico XXXIV, do qual se deduz:

1.º — Que a maxima actividade corresponde ao maximo de construções, em Junho.

2.º — Que os alinhamentos são marcados em períodos nunca superiores a um mês, entre o seu pedido e a sua marcação.

3.º — É de notar que os gráficos de petições e marcação de alinhamentos, não são paralelos e cortam-se por vezes, — conseqüência da falta de pessoal.

A comparação do gráfico da entrada do processo com o da marcação de alinhamentos, que corresponde à parte final dêsse mesmo processo, mostra que a duração média de um processo dentro da Câmara é de cêrca de três meses. Esta circustância constitui um grave inconveniente que conviria reduzir ao mínimo, a bem de todos.

IV — Projectos e arruamentos

Pela sua natural importância destaca-se êste serviço que, em 1935, mostrou uma actividade dispersa para atender as necessidades de momento, pelo que sómente dois projectos se executaram em harmonia com as necessidades do Município — o prolongamento da Avenida de Ceuta e a regularização da Praça do Brasil.

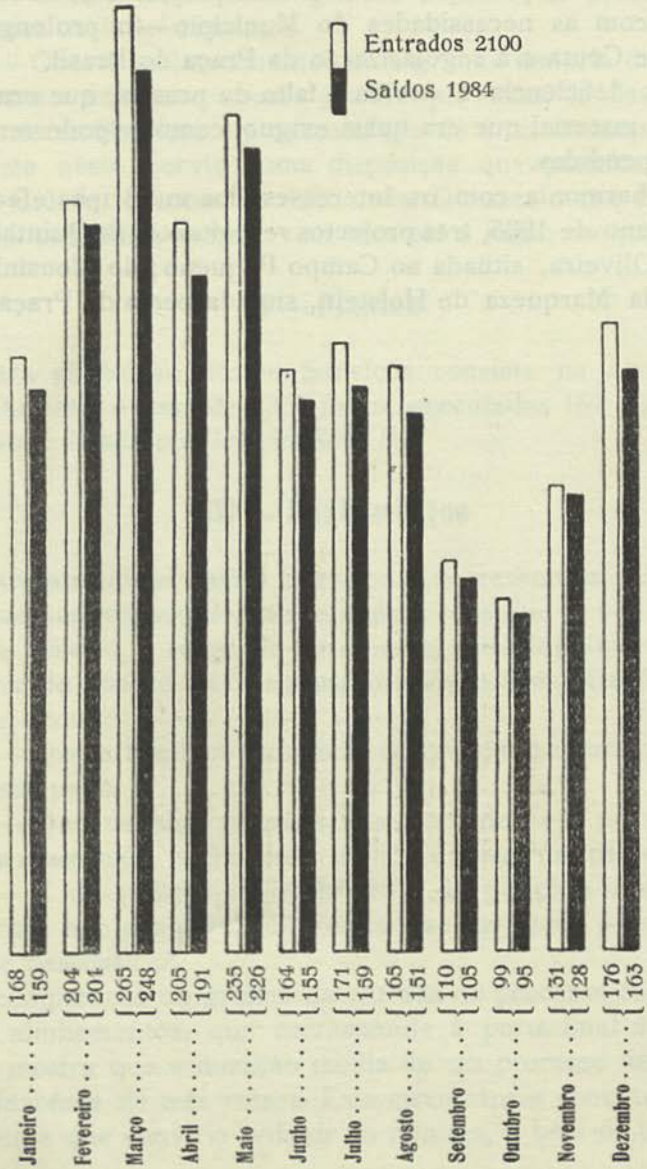
Esta deficiência é devida à falta de pessoal, que era reduzidíssimo, e de material que era quasi exiguo, como se pode verificar pelas verbas dispendidas.

De harmonia com os interesses dos munícipes efectuaram-se, durante o ano de 1935, três projectos respeitantes às Quintas de: Artur Pinto de Oliveira, situada ao Campo Pequeno; do Mousinho, a Campolide e da Marqueza de Holstein, situada perto da Praça do Brasil.

Gráfico XXXI

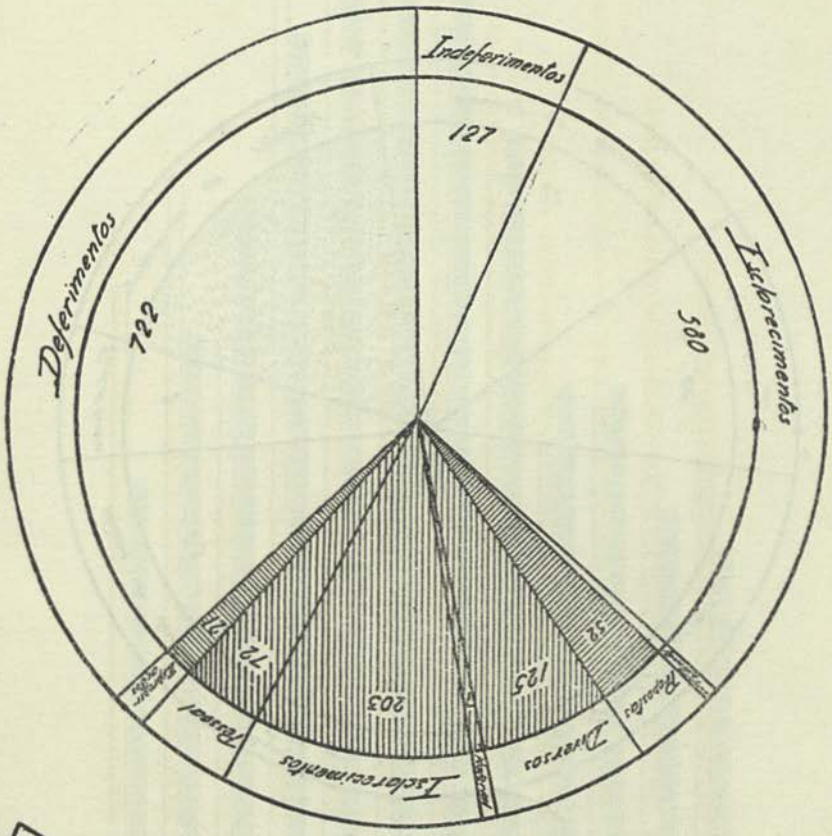
Serviço da Planta da Cidade e Expropriações

Processos
1935



Serviço da Planta da Cidade e Expropriações

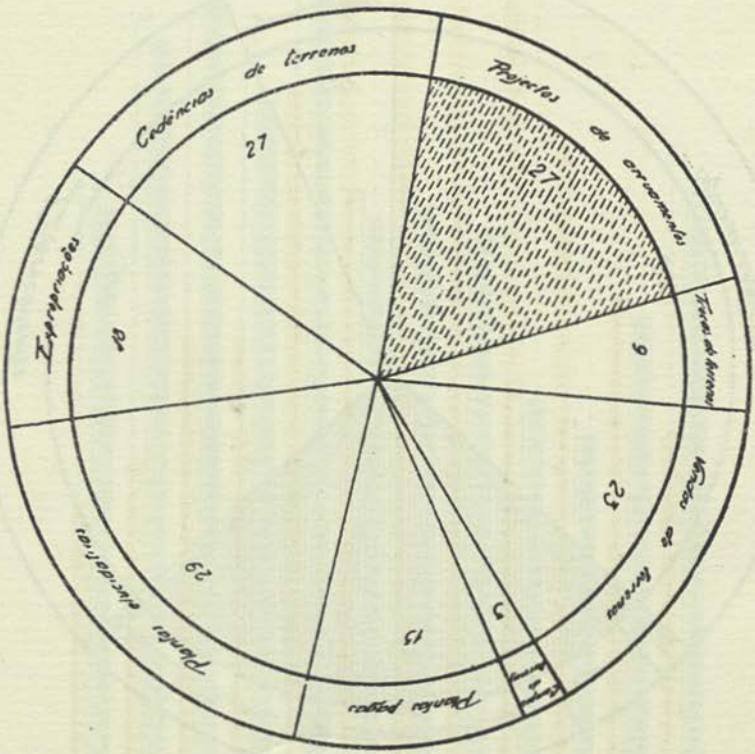
Informações
1935



Serviços privativos dos Munícipes
Propostas
Serviços internos do Município
Expropriações

Serviço da Planta da Cidade e Expropriações

Plantas
1935

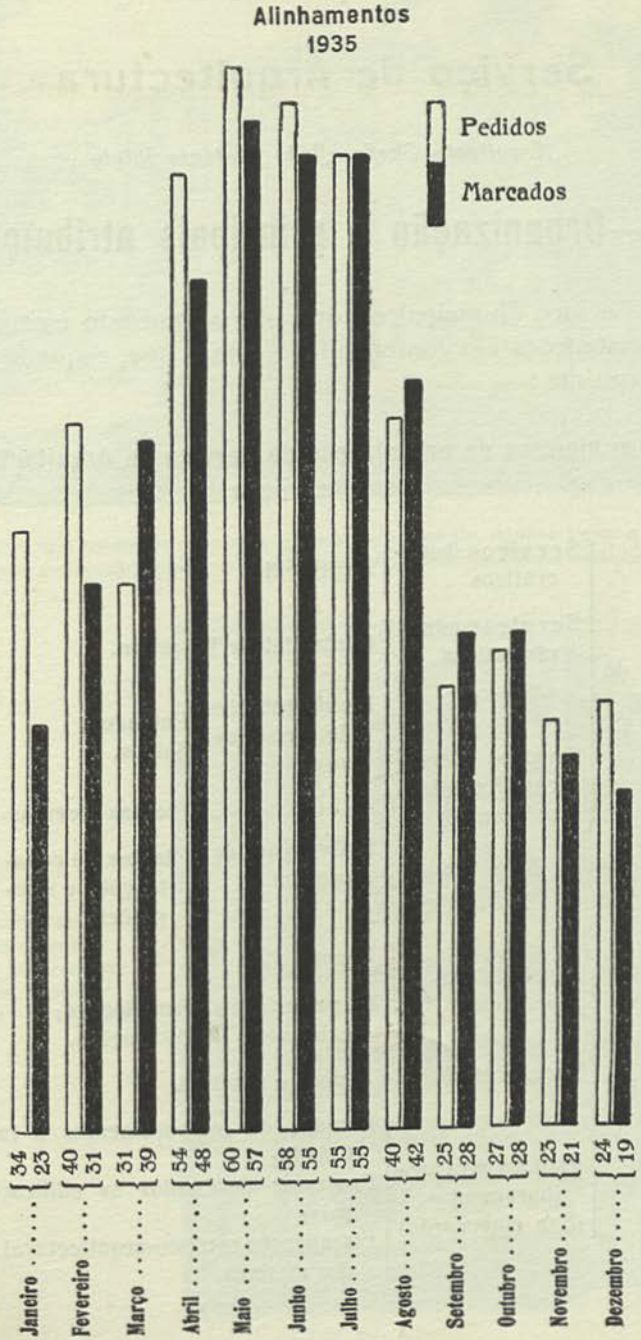


Serviços dos Munícipes

Serviços do Município

Gráfico XXXIV

Serviço da Planta da Cidade e Expropriações



SECÇÃO III

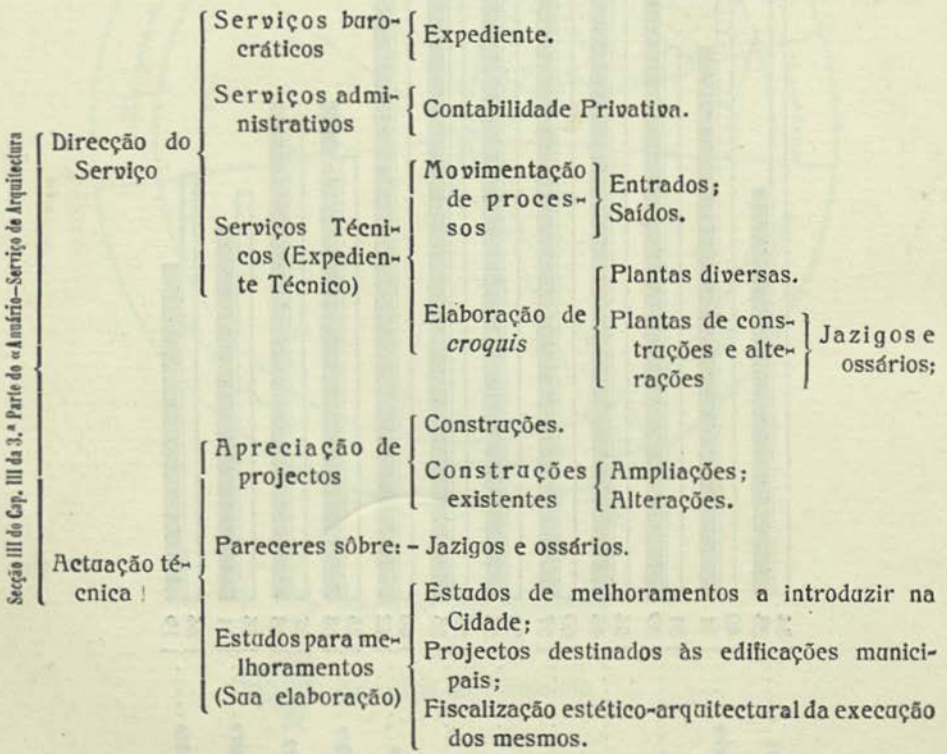
Serviço de Arquitectura

Arquitecto-Chefe: João António Piloto

A) — Organização e principais atribuïções

Êste Serviço Municipal encontra-se organizado e exerce as suas principais atribuïções em conformidade com o que, esquemàticamente, consta do seguinte:

Quadro sinótico da organização do Serviço de Arquitectura e sua actuação





Edifício destinado a habitação colectiva, situado no Largo Dr. Afonso Pena, e desenvolvido dentro duma expressão arquitectónica marcando a transição para o caracter moderno



Edifício destinado a habitação colectiva com caracter inteiramente modernista, situado na Rua Nova do Desterro



Conjunto de propriedades destinadas a habitações colectivas situadas na Rua de Artelharia 1, tratadas dentro da expressão arquitectónica de transição para o caracter moderno

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

B) — Actuação

I — Algumas considerações preliminares

O Serviço de Arquitectura, primitivamente denominado Conselho de Arte e Arquitectura, tem como especial função pronunciar-se fundamentada e circunstanciadamente sôbre todos os assuntos submetidos à sua apreciação, quer sob o ponto de vista estético-arquitectural, quer sob qualquer outro aspecto artístico em que a sua intervenção tenha cabimento e seja solicitada.

Conjuntamente com êste serviço, compete-lhe, também, apresentar sugestões ou alvitres que, sob o ponto de vista simplesmente estético ou simultaneamente arquitectural, julgue necessários e convenientes para o bom e cabal desempenho da missão que lhe está confiada, e sempre atinente ao interêsse da Cidade no que se refere à sua elevação arquitectural e decorativa.

Para êsse fim, a-pesar-do reduzidissimo pessoal técnico de que dispõe, tem a área da Cidade dividida em três zonas, comportando os quatro bairros administrativos, correspondendo a cada zona um arquitecto.

Todavia, embora com muitas deficiências, êste Serviço de Arquitectura, na parte que lhe está atribuïda e dentro dos restritos limites a que está subordinada a sua acção, cujo factor principal é a escassês de recursos de que dispõe, alguma coisa de util e interessante tem já conseguido nos últimos tempos, como o demonstram, nas suas massas de construção, alguns conjuntos arquitectónicos ùltimamente levados a efeito em vários pontos da Cidade.

Dêstes locais, onde essa acção benéfica mais se tem feito sentir, pode citar-se, entre outros e duma maneira geral, os conjuntos formados pelas novas propriedades que circundam os edifícios dos Institutos Superior Técnico, e de Estatística; das propriedades que formam a zona limitada pela Avenida António Augusto de Aguiar e Rua Marquês da Fronteira; a massa de propriedades ultimamente construídas na Rua do Salitre, a S. Mamede, na parte desta artéria recentemente alargada para rectificação do seu alinhamento, etc. etc.

Êstes conjuntos, embora de carácter ou expressão arquitectónica discutiveis, apresentam, todavia, um aspecto modernista que dá à

Cidade, nos locais onde estão implantados, uma nota por vezes rica pela sua simplicidade e correcção, pela ordenação que oferecem e, muito especialmente, pela expressão de leveza das suas linhas, donde resulta um curioso e interessante aspecto de expressiva côr e transparência, se bem que, para muitos, falho de propriedade característica que corresponda ao nosso meio ambiente.

II — Movimento

a) — Expediente técnico

1) — MOVIMENTO DE PROCESSOS — Durante o ano de 1935 foram submetidos à apreciação do Serviço de Arquitectura mil oitocentos e quarenta e cinco processos e petições, observando-se, porém, dentro dêste número, muitos que, tanto pela deficiente elaboração com que se apresentaram, como pela insuficiência dos elementos que compunham a sua parte arquitectónica e, ainda, pela sua incorrecção técnica e artística, deram lugar a vários pareceres e impediram, por isso, a sua saída imediata do Serviço de Arquitectura, motivando assim dois mil e setenta e oito movimentos constituídos por: construções, quinhentas e sessenta e seis; alterações, novecentas e trinta e nove; jazigos e ossários, duzentos e quarenta e seis, e diversos, trezentos e vinte e sete.

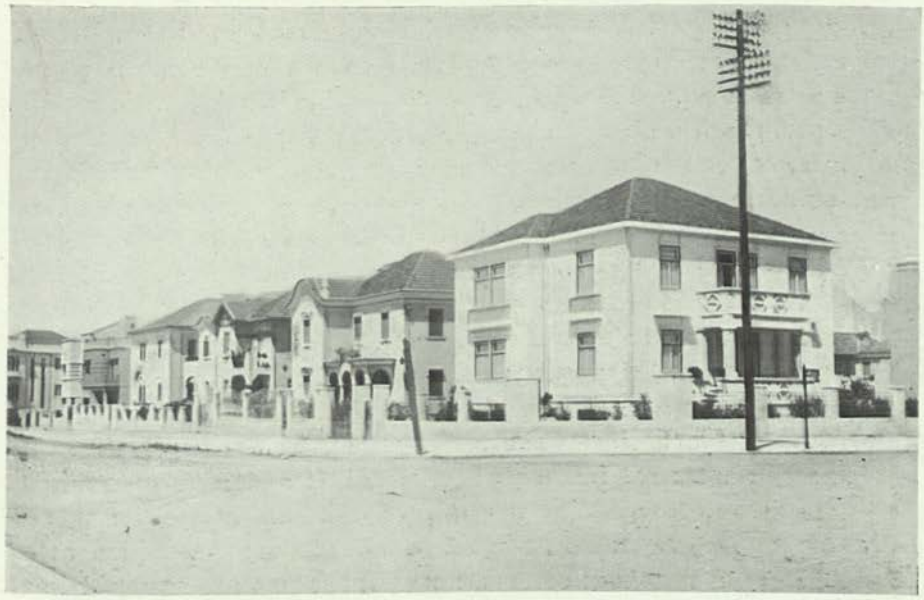
2) — ELABORAÇÃO DE «CROQUIS» — Durante o mesmo período foram elaborados os trezentos e oito *croquis* correspondentes aos projectos de construção de prédios, alterações, ampliações, etc., que obtiveram pareceres favoráveis, bem como os duzentos e dezassete correspondentes aos projectos de fachadas dos jazigos e ossários que igualmente obtiveram pareceres favoráveis.

b) — Apreciação de projectos

Dos mil oitocentos e quarenta e cinco processos e petições, obtiveram pareceres favoráveis do Serviço de Arquitectura os que trouxeram apenas as respectivas plantas topográficas. Êstes processos



Edifício destinado
ao «Café Chave de Ouro»
na Praça D. Pedro IV,
reconstruido
dentro dos moldes «Pombalinos»



Conjunto de moradias independentes na nova Avenida Columbano Bordalo Pinheiro,
desenvolvidas dentro duma expressão moderna, mas sem caracter internacionalista



Moradia independente, situada na Rua Castilho, concebida e estudada dentro da expressão moderna e premiada com Diploma de Honra pela Câmara Municipal de Lisboa

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS

encontram-se distribuídos pelas três zonas da Cidade, como consta do seguinte quadro estatístico:

Designações	ZONAS			Totais
	Principais	Média	Exterior	
Prédios	124	350	40	514
Alterações	19	51	9	79
Ampliações	7	31	6	44
Cabines	4	8	1	13
Garagens	—	7	1	8
Moradias	2	14	6	22
Requerimentos acêrca das alturas dos prédios	4	22	—	26
Vedações	1	12	4	17
Diversos	9	41	23	73
Barracões	—	7	—	7
Somas	170	543	90	803

Aos quinhentos e catorze processos referentes a prédios correspondem mil oitocentos e setenta e quatro pavimentos destinados a habitação, sendo quinhentos e cinqüenta e três respeitantes aos cento e vinte e quatro prédios da zona principal; mil duzentos e dezassete aos trezentos e cinqüenta da zona média e cento e três aos quarenta prédios da zona exterior. A sua descriminação pelos andares que lhe dizem respeito consta dum mapa estatístico, mais pormenorisado, a publicar no volume II dêste *Anuário*.

Também, no decorrer do ano de 1935, o Serviço de Arquitectura emitiu parecer favorável a cento e sessenta e um projectos sôbre fachadas de jazigos, cinqüenta e dois sôbre ossários, e quatro referentes a alterações (três de jazigos e uma de ossários), no total geral de duzentos e dezassete.

c) — Estudos para melhoramentos

1) — ESTUDOS DE MELHORAMENTOS A INTRODUZIR NA CIDADE: — Por ordem superior, o Serviço de Arquitectura elaborou os seguintes estudos: projectos de dois pavilhões para as

Escadinhas de Santa Justa; o das alterações a introduzir no corêto da Avenida; os das transformações da muralha da Praça da Alegria; o do Largo das Côrtes; o do Campo 28 de Maio; o do abrigo para o elevador da Glória; e os das barracas para as Feiras do Livro, no Rossio e na Praça Luiz de Camões.

2) — OUTROS ESTUDOS E PROJECTOS EFECTUADOS: — Também por ordem superior foram efectuados os estudos e respectivos desenhos do mobiliário para a Secção de Pessoal; de um armário grande para o Serviço de Arquitectura; de um ficheiro; de uma vitrine para a bandeira da Cidade; dos pedestais para os bustos dos Ex.^{mos} Presidentes Carmona e Salazar e, finalmente, dos fardamentos para todo o pessoal da Câmara.

d) — Alguns elementos estatísticos

Para finalizar a apreciação do movimento do Serviço de Arquitectura desde a sua creação, em 1926, publicam-se os gráficos.

Gráfico XXXV

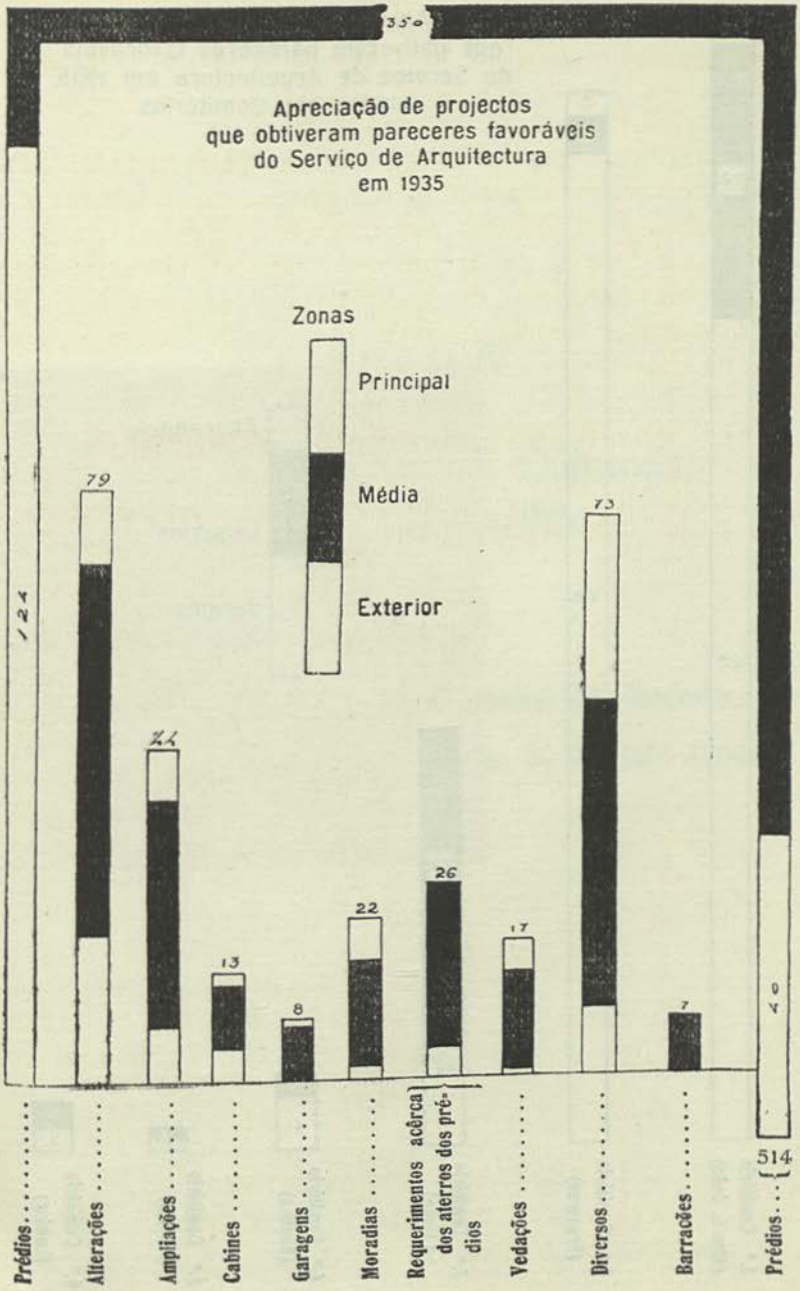
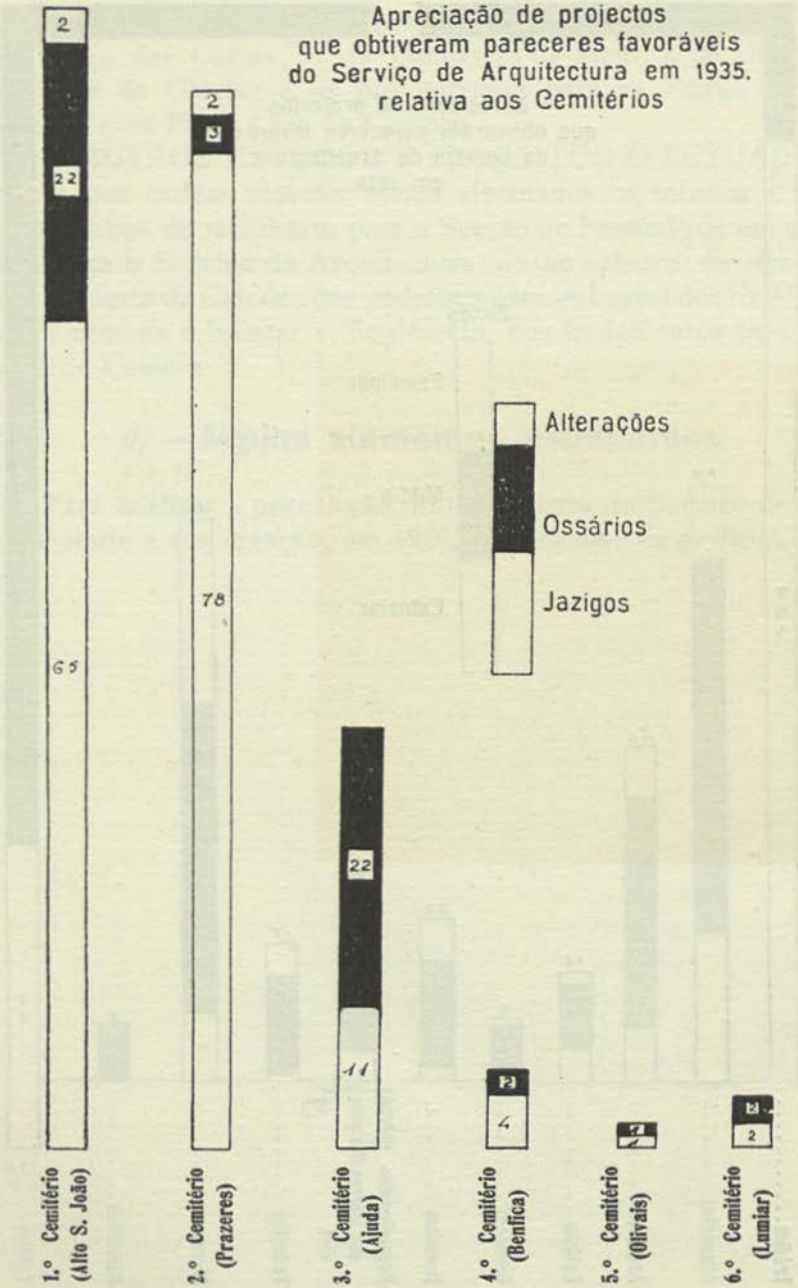


Gráfico XXXVI



CAPÍTULO IV

s Culturais,
ardins

astor de Macedo
ia S. Pereira Coelho

Errata

A págs. 221, onde se lê: «De Junho a Março»; deve ler-se: «De Janeiro a Março».

CAPÍTULO IV

Pelouro dos Serviços Culturais, Cemitérios e Jardins

Vereadores:

De Junho a Março: Luiz Pastor de Macedo

Desta data em diante: José Maria S. Pereira Coelho

Quadro sinótico da Organização da 8.ª Repartição e da sua actuação

- Secção II do Capítulo IV da Parte III do «Anuário» — Serviços Culturais
  - **Direcção do Serviço**
    - Serviços burocráticos
      - Expediente;
      - Estatística do Serviço;
      - Inventário Privativo.
    - Serviços administrativos
      - Contabilidade Privativa.
    - Serviços técnicos
      - Inspecção
        - Bibliotecas;
        - Museus.
      - Orientação - Propaganda.
      - Publicação dos *Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais;*
      - Conselho Técnico das Bibliotecas.
  - **Bibliotecas e Museus**
    - Bibliotecas fixas
      - **Central** (Palácio das Galveias)
        - Organização do Catálogo Geral das Bibliotecas Municipais;
        - Catalogação geral de todas as Bibliotecas Municipais;
        - Informadora geral sôbre as Bibliotecas Municipais.
      - **2.º Bairro** — Largo da Escola Municipal;
      - **Alcântara** — Avenida 24 de Julho;
      - **Poço do Bispo** — Palácio da Mitra.
    - Bibliotecas itinerantes
      - **A cargo das Juntas de Freguesia**
      - Penha de França, Graça, Monte Pedral, Santos-o-Velho, Belém, Ajuda, Benfica, Olivais, Carnide, Ameixoeira e Charneca.
    - Museus.....
      - Faianças e Azulejos;
      - Palácio da Mitra;
      - Rafael Bordalo Pinheiro.
    - Escola Municipal - *Pinto de Almeida* — Sexo feminino.

Propaganda Municipal (e suas realizações em 1935)

- Conferências
  - Problemas de urbanização;
  - Ao ar livre.
- Publicações
  - Reedição da *Lisboa Antiga;*
  - Edição do *Cruzado Osberno.*
- Estudos iniciados
  - *Elementos para a História do Município de Lisboa.*
- Exposições
  - Antoniana;
  - De Arte sôbre motivos de Lisboa;
  - Da Tomada de Lisboa;
  - Filatélica;
  - De Júlio César Machado.
- Homenágens a
  - Roque Gameiro;
  - Ramalho Ortigão;
  - Mousinho de Albuquerque;
  - Luiz de Camões;
  - Tomada de Lisboa.
- Monumentos Municipais;
- Aquisições de obras de arte;
- Censura ortográfica.
- Outras realizações
  - Criação do Gabinete da Imprensa;
  - Regulamento para concessão de medalhas;
  - Sessão solene para entrega de medalhas
  - Dísticos toponímicos;
  - Deliberações do Conselho de Estética.
- Festas de Lisboa.

8.ª Repartição — Serviços Culturais

Chefe interino: Joaquim Leitão

A) — Organização e principais atribuïções

Por deliberações camarárias de 7 e 28 de Novembro de 1935, a Inspecção das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais, e a Secção de Propaganda, passaram a ser centralizadas numa Repartição, a 8.ª, a qual se encontra organizada em conformidade com o que, esquemàticamente, consta do quadro sinótico que se publica.

Além das atribuïções que se deduzem dêsse quadro sinótico, tem esta Repartição, por especial missão:

1) — Promover as relações culturais com as instituïções científicas e literárias, quer do país, quer do estrangeiro;

2) — Organizar, anualmente, o plano cultural, de harmonia com o carácter dos serviços da sua jurisdição, destinado à sua Secção de Propaganda;

3) — Promover a criação de novas bibliotecas municipais e o melhor aproveitamento das já existentes;

4) — Reeditar, segundo um plano a estabelecer, as obras de há muito esgotadas, que sejam de fundamental interêsse para o estudo de qualquer dos aspectos da História Ulissiponense;

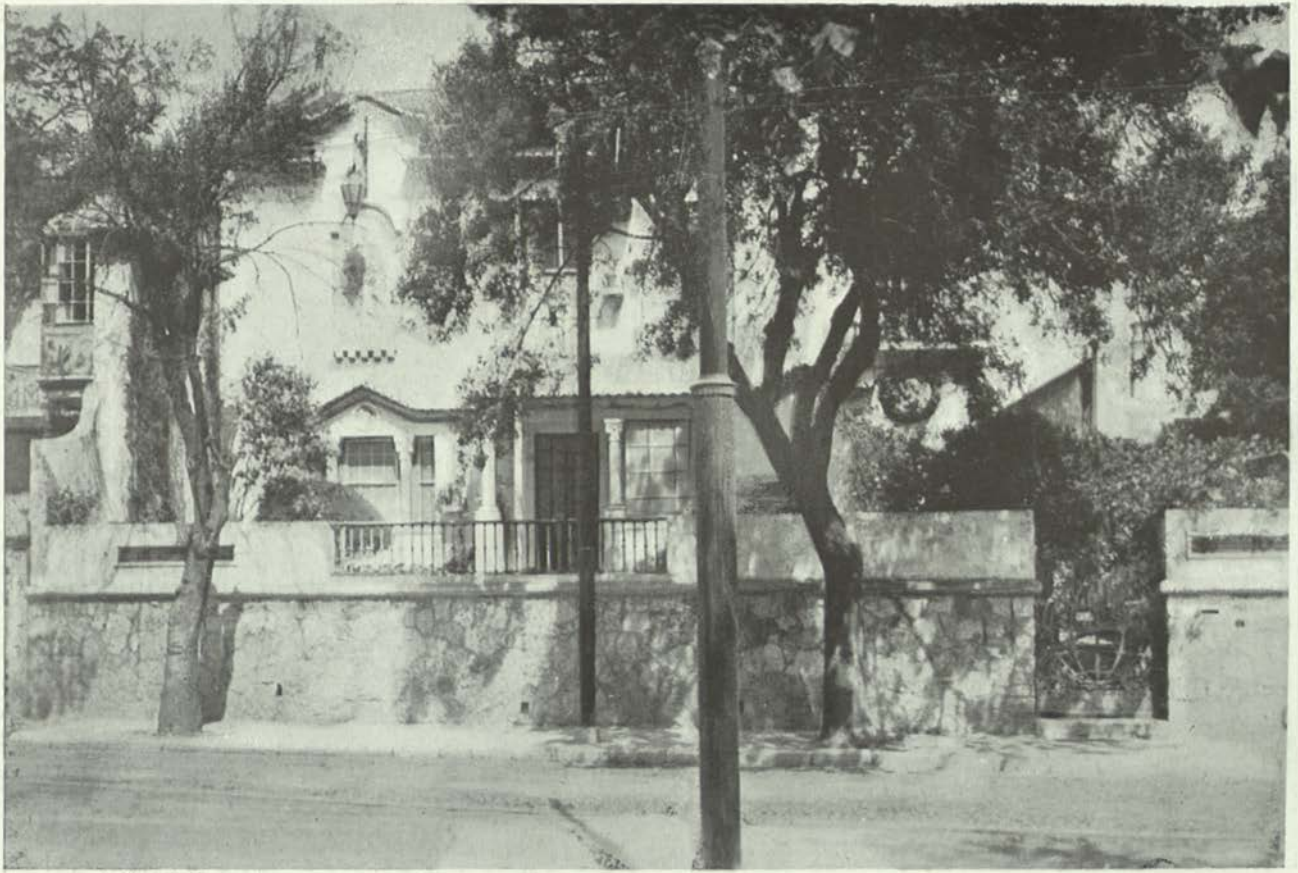
5) — Agrupar e classificar, quer sob o ponto de vista histórico, quer sob o ponto de vista arqueológico, todas as espécies de carácter Ulissiponense destinadas aos Museus Municipais, oferecendo assim aos munícipes a visão retrospectiva de vários objectos da vida da cidade de Lisboa, competindo, especialmente, ao Museu Rafael Bordalo Pinheiro conservar e aumentar a colecção de trabalhos dêste artista;

6) — Guardar, inventariar e catalogar tôda a documentação referente ao Município de Lisboa e seu antigo têrmo, desde a época mais recuada até cinqüenta anos do tempo decorrente;

7) — Promover a publicação dos documentos de maior importância histórica, por intermédio dos *Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais.*



Palácio das Galveias — Museu de Faianças, Azulejos e Biblioteca Central



Museu Rafael Bordalo Pinheiro

BIBLIOTECA MUNICIPAIS DE LISBOA

B) — Actuação

I — Movimento das Bibliotecas e Museus

a) — Bibliotecas

1) — FIXAS — Continuaram, durante o ano de 1935, as Bibliotecas Municipais de Lisboa a sua marcha ascencional, atingindo o número de setenta e dois mil seiscentos e dez leitores na roda do ano, cabendo à leitura diurna quarenta e cinco mil oitocentos e vinte seis, e à nocturna vinte seis mil setecentos e oitenta e quatro. E é muito curioso notar, na distribuïção dos contingentes profissionais, que, se os estudantes frequentadores destas bibliotecas somam quarenta e nove mil e noventa e dois, o proletariado é a seguir a classe que destaca maior número de leitores: dez mil e noventa e dois. Vêm depois os comerciantes e industriais classificar-se com seis mil duzentos e sete leitores, as profissões liberais com mil novecentos e quarenta, os funcionários públicos aparecem representados na freqüência anual com mil trezentos e quarenta e nove, e o elemento militar apenas com quinhentos e oitenta e quatro, certamente devido à existência das bibliotecas regimentais.

Lógicamente a maior densidade de freqüência diurna cabe aos estudantes, e a nocturna a comerciantes e industriais, e em especial aos operários que em algumas das bibliotecas (2.º Bairro e Alcântara) elevaram em 100 % o número de leitores, o que demonstra bem a necessidade e utilidade da leitura nocturna.

O movimento de entrada de espécies, menor que o de 1934, em que por compra se adquiriu recheio para as Bibliotecas Itinerantes, atingiu dois mil e dois volumes, que, somados com setenta e dois mil

cento e trinta e um volumes existentes em 31 de Dezembro de 1934, prefaz setenta e quatro mil cento e trinta e três volumes em 31 de Dezembro de 1935.

Além das obras em volume, na proporção de duzentas e treze nacionais para setenta e quatro estrangeiras, há ainda a registar a hemeroteca municipal que, além de setenta e tantas revistas, recebe trezentos e tantos jornais diários, semanários e quinzenais que se publicam em Portugal.

Sob êste aspecto, a acção cultural do Município de Lisboa tem sido interessante. Em 1930 funcionava apenas uma Biblioteca, a do 2.º Bairro; em 1931 (5 de Julho) inaugurou-se a Biblioteca Central que funciona no Palácio das Galveias; dois anos depois, 31 de Julho de 1933, abriu-se a de Alcântara, e no ano imediato, 18 de Outubro de 1934, a do Poço do Bispo, todas em edifícios próprios.

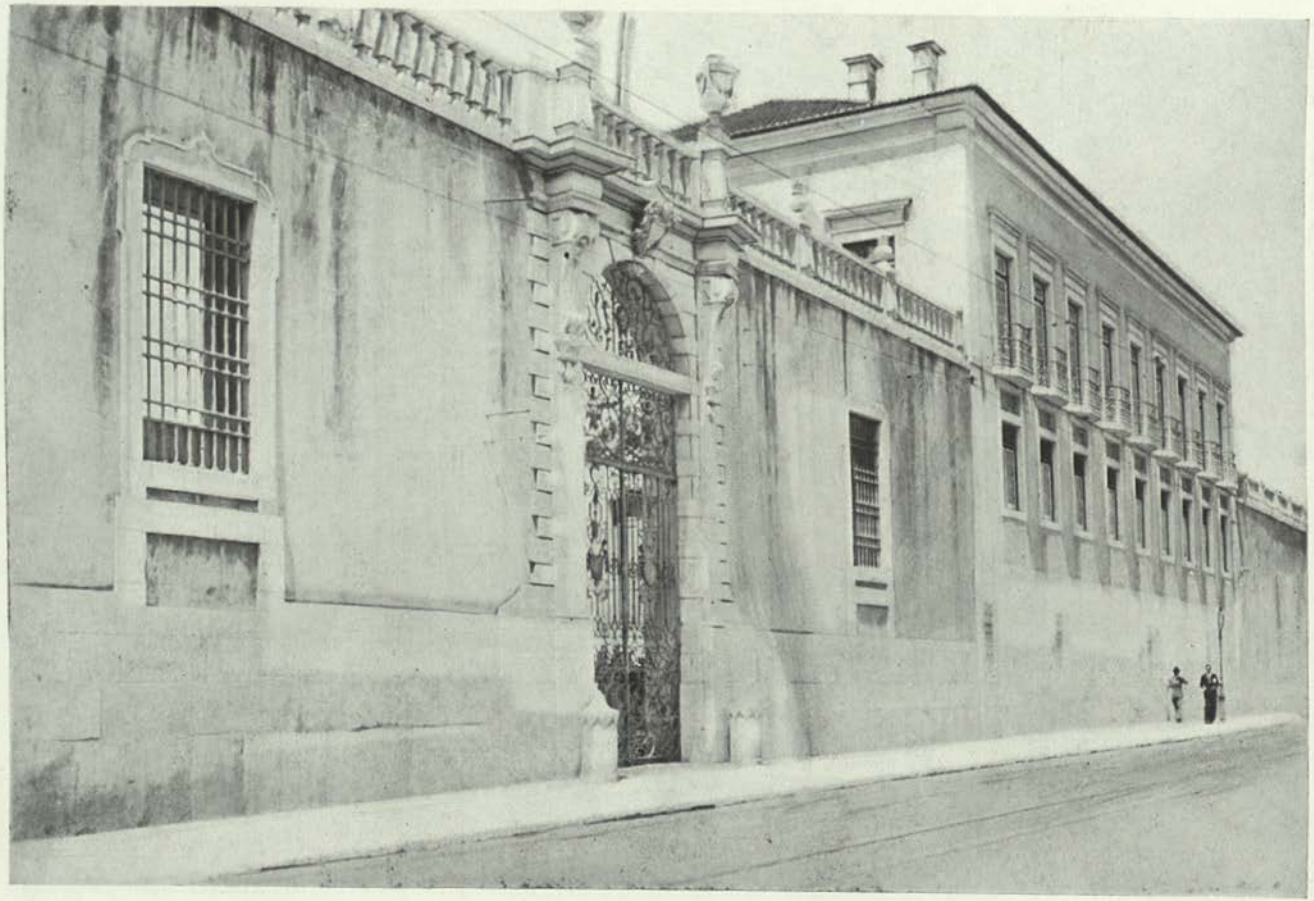
2) — ITINERANTES — Tendo em vista que compete também ao Município intensificar a instrução popular dentro da área da sua jurisdição, e considerando a existência de numerosas freguesias de Lisboa que, por estarem distanciadas do centro da cidade, não podem usufruir os benefícios resultantes das Bibliotecas Municipais, deficiência que, até certo ponto, poderá ser corrigida por intermédio de bibliotecas móveis populares, foi resolvido, em sessão de 18 de Outubro de 1934, a criação das Bibliotecas Itinerantes, destinadas a percorrer e servir as freguesias periféricas da Capital.

No dia 25 de Outubro de 1935, data do feriado municipal, foram entregues a cada uma das freguesias, que beneficiaram desta iniciativa, as caixas de formato uniforme, contendo cada uma cêrca de duas centenas de volumes, trocando-se nessa ocasião palavras de saudação e de agradecimento entre os representantes da Câmara e os das Juntas.

São as seguintes as Juntas de Freguesia a quem foram confiadas bibliotecas itinerantes: Penha de França, Graça, Monte Pedral, Santos-o-Velho, Belém, Ajuda, Benfica, Lumiar, Carnide, Ameixoeira, Olivais e Charneca.

b) — Museus

1) — DE FAIANÇAS E AZULEJOS — Os Museus a cargo do Município, mereceram durante o ano de 1935, o maior cuidado ao Pelouro. E assim, ao Palácio Galveias, atendendo à natureza do terreno em



Palácio da Mitra



Palácio da Mitra — Entrada

MUNICIPAL DE LISBOA

que está construida essa linda joia arquitectónica do século XVII e que produz humidade constante que ameaça as espécies, se deu, por decisão em sessão pública de 25 de Abril, o destino de um Museu de Cerâmica Ulissiponense.

Salvaram-se azulejos valiosos, que estavam havia anos encaixotados e não inventariados nem classificados nos armazéns dos Serviços Industriais; adquiriram-se peças de faiança; receberam-se móveis e objectos de arte oferecidos pelo antigo Presidente da República, Sr. Teixeira Gomes, e objectos históricos, livros, impressos, medalhas, etc., pelos Srs. Vereador Álvaro Frade, Artur da Mota Alves, etc.

E, sobretudo, procedeu-se à eliminação de duas fiadas de arcos góticos que dividiam o salão nobre do Palácio das Galveias, substituindo-os por dois grandes arcos, conforme indicação do arquitecto, Vereador Sr. Paulino Montez.

Além de seis incorporações, entraram por compra no mesmo Museu um quadro a óleo representando o «Mercado da Figueira», antes de construida, no mesmo local, a actual Praça da Figueira, e seis aguarelas com trechos da «Lisboa Antiga», reconstituída a quando das Festas da Cidade de 1935.

2) — DO PALÁCIO DA MITRA — Pela já citada deliberação de 25 de Abril, resolveu a Comissão Administrativa da C. M. L, que à Inspecção das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais fôsse entregue o andar nobre do Palácio da Mitra, ficando assim êsse edifício, em cujos baixos já está instalada a Biblioteca Municipal do Poço do Bispo, definitiva e totalmente sob a sua jurisdição, devendo para lá ser transportadas e nêle dispostas as espécies que se encontram no Palácio Galveias, com excepção de faianças e azulejos.

3) — DE RAFAEL BORDALO PINHEIRO — Dentre os melhoramentos que se registaram nêste Museu, deve destacar-se a construção duma grande vitrine para a sala III, o que permitiu expôr um número muito maior de peças de cerâmica, incluindo o legado de D. Helena Bordalo Pinheiro, e deu solução parcial ao problema que mais tem afectado a secção de cerâmica, a falta de espaço.

Durante o ano de 1935, recebeu êste Museu, como tem sucedido nos anos anteriores, diferentes espécies oferecidas, e foi visitado por mil duzentas e cinqüenta e duas pessoas, mais duzentas e noventa e nove que em 1934.

c) — Escola Municipal Pinto de Almeida

Esta escola, legada à Câmara por José Joaquim Pinto de Almeida, foi destinada pelo instituídor ao ensino de instrução primária a crianças do sexo feminino, com a freqüência que pode computar, e com a vigilância de ensino entregue à mesma Câmara.

A sua freqüência escolar nos anos lectivos 1931/32 a 1934/35, foi a seguinte:

Anos	Alunas matriculadas	Média geral de freqüência	Passagens de classe	Exames do 2.º grau	Horas de lição
1931/32	34	29	20	—	Todos os dias
1932/33	45	42	42	—	lectivos das
1933/34	48	46	32	2	9 às 14 ho-
1934/35	49	49	39	2	ras.

II — Movimento Cultural e de Propaganda

a) — Conferências

1) — PROBLEMAS DE URBANIZAÇÃO — As conferências sôbre êste assunto, inauguradas em Novembro de 1934, continuaram com o mesmo interêsse da parte do público, nas primeiras semanas do ano de 1935. A juntar às magistrais lições proferidas, realizaram-se, nêsse segundo ciclo, as seguintes:

Lisboa, Aeropôrto terminal da Europa, pelo Major Sr. Pinheiro Correia;

O Comércio de Lisboa, pelo Sr. Joaquim Roque da Fonseca;
Bairros Económicos, pelo engenheiro Sr. Jácome de Castro;
Desportos e Campos de Jogos, pelo professor Sr. Aiala Bôto;
Lisboa tem um sentimento..., pelo Sr. Norberto de Araujo;
A Estética da Cidade, pelo arquitecto Sr. Paulino Montez.

Resolveu a Comissão Administrativa que em volume, publicado pelas oficinas gráficas dos Serviços Industriais se recolhessem todas as conferências pronunciadas nos Paços do Concelho sôbre *«Problemas de Urbanização»*.

2) — CONFERÊNCIAS AO AR LIVRE — Proseguindo na série iniciada no ano anterior, promoveu o Pelouro dos Serviços Culturais, em 1935, duas conferências ao ar livre sôbre motivos olissiponenses. A primeira efectuou-se a 25 de Outubro, data da comemoração da tomada de Lisboa aos Mouros — e teve por cenário o velho e típico Largo de S. Miguel, um dos mais pitorescos locais da Lisboa antiga. O Sr. professor Luiz Chaves, conservador do Museu Etnológico, escritor e investigador de mérito comprovado, ocupou-se, com a maior competência dos *«Aspectos históricos e etnográficos de Alfama»*.

A segunda palestra efectuou-se a 10 de Novembro, no Largo da Ajuda. O Sr. Mário de Sampaio Ribeiro, distinto arqueólogo e publicista, realizou uma conferência intitulada *«Do sítio de Nossa Senhora ao actual Largo da Ajuda»*, que mereceu os maiores elogios de quantos a ela assistiram.

b) — Publicações e estudos

1) — Reedição da «Lisboa Antiga»

O ano de 1935 iniciou-se, no ponto de vista cultural, com o lançamento no mercado livreiro da nova edição do 1.º volume da *Lisboa Antiga*, de Júlio de Castilho. Resolvida, por proposta de 9 de Novembro de 1933, a reimpressão, por conta do Município, desta obra-prima de literatura olissiponense, foi convidado, por proposta de 29 de Dezembro seguinte, para dirigir a sua publicação, enriquecendo-a com notas actualizadas, o ilustre investigador, que à história da cidade tem consagrado a sua incansável actividade de historiógrafo e coleccionador, Sr. Engenheiro Augusto Vieira da Silva.

A iniciativa da Câmara, tornando acessível a todos os lisboetas o trabalho notabilíssimo de Júlio de Castilho, teve uma aceitação que excedeu tôda a espectativa. Dentro de poucos dias o 1.º volume da obra estava esgotado, tendo havido necessidade de o reimprimir e de aumentar a tiragem prevista para os tomos seguintes. Até fins de 1935, e sempre acolhidos com o maior interesse, sairam das oficinas gráficas municipais, os três primeiros volumes da *Lisboa Antiga*, publicados de harmonia com o manuscrito deixado pelo insigne autor, e que se encontra no Arquivo da Câmara, para onde foi adquirido em leilão, e com eruditas anotações, que muito os valorizam, do Sr. Engenheiro Vieira da Silva.

2) — A narrativa do Cruzado Osberno

Comemorando o aniversário da tomada de Lisboa aos mouros, data em que, a partir de 1935, se festeja o feriado municipal, resolveu a Câmara publicar, em complemento ao volume II da *Lisboa Antiga*, o texto latino e a respectiva tradução portuguesa da narrativa do Cruzado Osberno, testemunha presencial dêsse feito de armas.

Esta relação é, talvez, a mais importante e permenorizada das fontes históricas que possuimos da conquista da cidade. O exemplar que dela existe é um apógrafo do século XIII, conservado na Biblioteca da Universidade de Cambridge. A pedido de Herculano, um erudito

inglês, nos meados do século passado, copiou-o, com anotações nos passos duvidosos e procurando sempre reconstituir as letras ou palavras que a acção do tempo havia feito desaparecer. Em 1856, o famoso documento foi impresso, pela primeira vez, no volume I dos *Scriptores* da colecção dos *Portugaliae Monumenta Histórica*. Ha pouco tempo, a Biblioteca Nacional de Lisboa conseguiu obter uma foto-cópia do códice de Cambridge. Foi sôbre essa foto-cópia, cuidadosamente corrigidos os deslizes do texto aparecido nos *Portugaliae Monumenta Histórica*, que se fez a edição da Câmara Municipal. Prefaciou-a com a sua alta competência de olissipógrafo o Engenheiro Sr. Augusto Vieira da Silva, tendo-se encarregado da revisão e tradução do texto original o Sr. Dr. José Augusto de Oliveira, que produziu um trabalho digno dos maiores louvores. Ao alcance de todos ficou, pois, um dos mais antigos e curiosos documentos que existem sôbre a Lisboa medieval e a sua ocupação pelas tropas cristãs de Afonso Henriques.

3) — «Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais»

Completou o seu quinto ano de publicação esta revista trimestral que, sob a direcção do Inspector das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais, vem compendiando, a-par da resenha de tôda a actividade dêsse departamento camarário, importantes estudos e documentos para a história da Capital. No volume relativo a 1935, devem mencionar-se especialmente os seguintes trabalhos: — *As Quintas Reais do lugar de Belém*, por Mário de Sampaio Ribeiro; *Ainda a casa onde faleceu Camões* (memória apresentada à Câmara Municipal pelo Sr. Nicolau Pinto Correia e parecer do Conselho de Estética Citadina); *O Palácio do páteo do Saldanha* (alguns documentos para a sua história), por Artur da Mota Alves; *Algumas palavras sôbre o culto de Camões*, proferidas pelo Professor Agostinho de Campos, no descerramento da lápide ao insigne poeta; *Santo António na literatura e na arte portuguesa*, conferência pronunciada pelo Sr. Júlio Eduardo dos Santos, no salão nobre dos Paços do Concelho, por ocasião da Exposição Antoniana; *O precioso arreio, feito em Gôa no século XVI, para D. Sebastião*, por Artur da Mota Alves; *Ramalho Ortigão*, conferência proferida pelo Dr. Reinaldo Santos, na cerimónia da inauguração da lápide ao grande escritor; *Biblioteca Municipal e Popular de Bordeus*,

relatório duma visita de estudo apresentado pelo Dr. Semtob Dreiblatt Sequerra; *O Capuz de Miguel Ângelo*, discurso do Sr. Joaquim Leitão, na sessão solene de encerramento das Festas de Lisboa; *Lisboa sob o Duque de Alba*, segundo um manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris; *Asas em terra*, conferência do Sr. Joaquim Leitão, no acto inaugural da Exposição Bibliográfica do centenário de Júlio César Machado; *Alfama de ontem e Alfama de hoje*, conferência ao ar livre pronunciada pelo Professor Luiz Chaves, no Largo de S. Miguel; *A mulher e os Livros*, discurso inaugural das Bibliotecas Itinerantes, proferido pelo Sr. Joaquim Leitão, nos Paços do Concelho; *Do sítio de Nossa Senhora ao actual Largo da Ajuda*, conferência ao ar livre pronunciada no Largo da Ajuda, pelo Sr. Mário de Sampaio Ribeiro; *Catálogo da Exposição Bibliográfica e Iconográfica*, realizada nos Paços do Concelho, para comemorar a conquista de Lisboa aos mouros.

4) — Documentos para a História de Lisboa

Duas comissões se instalaram para tratar de dois problemas que muito interessam à actividade cultural do Município: — uma para se ocupar da documentação relativa à história da capital, a outra para classificar os Monumentos Municipais. A primeira, nomeada por propostas aprovadas nas sessões de 1 de Agosto e 12 de Setembro, encarregou-se de continuar a publicação dos *Elementos para a História do Município de Lisboa*, do falecido investigador Freire de Oliveira, e também de reünir, numa edição integral, devidamente anotada e documentada, todos os documentos medievais relativos à capital. Essa comissão ficou constituida da seguinte forma: — Presidente, o Vereador do Pelouro dos Serviços Culturais; Vice-Presidente, Joaquim Leitão, Inspector das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais; Vogais: Dr. Joaquim da Silva Pinto, Chefe interino da Secretaria Geral; António Esteves Rodrigues da Silva, Chefe da 5.ª Repartição; Dr. António Rodrigues Cavalheiro, Chefe da Secção de Propaganda e Turismo; Agregados: Dr. António Baião, Director do Arquivo Nacional da Tôrre de Tombo; Tenente-Coronel Augusto Botelho da Costa Veiga, Director da Biblioteca Municipal de Lisboa; Engenheiro Augusto Vieira da Silva, sócio da Academia das Ciências de Lisboa e da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e Gustavo de Matos

Sequeira, sócio da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Nacional de Belas Artes.

Tomou posse esta comissão no dia 7 de Dezembro, presidindo ao acto o Sr. General Daniel de Sousa, que agradeceu a boa colaboração que os empossados iam prestar ao Município.

O Vereador dos Serviços Culturais, declarou que, dos *Elementos para a História do Município de Lisboa*, de Freire de Oliveira, se achavam publicados dezassete volumes e dois fascículos do 18.º, abrangendo o período de tempo que vai das orígens da nacionalidade aos primeiros anos do reinado de D. Maria I (1778). Tornava-se, portanto, necessária a recolha de documentos até 1834, data em que se implantou o regime constitucional, que veio modificar a orgânica das instituições municipais. De 1834 a 1840, a tarefa facilita-se muito com a existência das actas das sessões, mas de 1840 a 1863, existe uma lacuna importante, que é necessário preencher, visto o incêndio que destruiu os Paços do Concelho, ter feito desaparecer a principal documentação. O 1.º volume dos *Elementos*, termina com a morte do Cardeal D. Henrique, em 1580. Por conseqüência os documentos medievais a que nêle se faz referência, aparecem apenas extratados muito sumáriamente. Pensa-se agora em reunir num só volume e na íntegra, os documentos medievais que interessam à cidade de Lisboa, existentes no Arquivo Municipal e nos outros depósitos de manuscritos do País. Depois de se trocarem impressões sôbre o assunto, foi aprovada uma proposta do Sr. Joaquim Leitão, para que os *Elementos para a História do Município de Lisboa*, fossem continuados pelo Sr. Matos Sequeira; a parte lacunar, que abrange o período de 1840 a 1863, ficasse entregue ao Sr. António Esteves Rodrigues da Silva; a publicação dos documentos medievais, existentes no Arquivo Municipal, fosse confiada ao Sr. Dr. António Rodrigues Cavalheiro, e os documentos medievais, existentes na Tôrre do Tombo e outros arquivos, aos Srs. Dr. António Baião, Engenheiro Vieira da Silva e Tenente-Coronel Costa Veiga.

c) — Exposições

1) — Exposição Antoniana

Por ocasião das grandes Festas da Cidade, realizou-se, nos Paços do Concelho, de 1 a 15 de Junho, uma Exposição Antoniana, para a organização da qual o Pelouro dos Serviços Culturais, escolheu a seguinte comissão: — Presidente, Joaquim Leitão; Vogais, Afonso de Dornelas, Henrique de Campos Ferreira Lima, Júlio Eduardo dos Santos e Padre Manuel Taveira da Silva.

A êste certamen, o mais completo que sôbre o assunto se tem realizado entre nós, concorreram cento e quarenta expositores, apresentando muitas centenas de espécies bibliográficas, iconográficas, etc. Inaugurada pelo Sr. Presidente da República, a Exposição Antoniana foi visitada por milhares de pessoas, que apreciaram devidamente o esfôrço dos seus organizadores.

Durante a Exposição, o Sr. Júlio Eduardo dos Santos realizou, no salão nobre da Câmara, uma erudita conferência sôbre *Santo António na literatura e na arte portuguesa*, que foi aplaudidíssima e se acha publicada no n.º 16 (Abril a Junho de 1935), dos *Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais.*

Da Exposição fez-se um cuidadoso e bem elaborado catálogo, editado pela Câmara Municipal.

2) — Exposição de arte sôbre motivos de Lisboa

Integrada no programa das Festas de Lisboa de 1935, realizou-se, na Sociedade Nacional de Belas Artes e patrocinada pela Câmara Municipal, uma Exposição de Arte sôbre motivos de Lisboa. Apresentaram-se a êste certamen, que foi muito visitado durante os dias em que se conservou patente ao público, noventa artistas, com cento e setenta e sete obras da sua autoria (óleo, aguarela, têmpera, guache, desenho, pastel, gravura e escultura).

Um júri composto pelos Srs. Vereadores Pereira Coelho, que presidiu, e Paulino Montez, Roque Gameiro, Veloso Salgado e Rogério de Andrade, adquiriu, para a Câmara, os seguintes trabalhos:—

— «Varina», por Varela Aldemira; «Cais das Colunas», por Frederico Aires; «Travessa do Arco a Jesus», por Jorge Barradas; «Trecho de Lisboa», por Fernando David; «Contando as Castanhas», por Romano Esteves; «Bairro Alto», por Estrêla Faria; «Pintura», por Magalhães Filho; «Pintura», por Frederico George; «S. Miguel (Alfama)», por Albertino Guimarães; «O Meu Bairro», por Armando Lucena; «O Último Cocheiro», por Portela Júnior; «S. Miguel (Alfama)», por Mário Reis; «Pintura (Lisboa)», por Luciano dos Santos; Inauguração do Monumento à Guerra Peninsular», por Falcão Trigoso; «Santa Marinha (Escolas Gerais)», por Jorge Valadas; «Cais das Colunas», por Alfredo Morais; «Carro do Chora», por Emérico Nunes; «Doca de Alfama», por Alves de Sá; «Aspecto (Alfama)», por José Augusto Sousa; «Trecho de Alfama», por Alves de Sá; «Marquês de Ponte de Lim», por Gustavo de Almeida Araujo.

Desta Exposição publicou-se um artístico catálogo.

3) — Exposição comemorativa da conquista de Lisboa

No dia 25 de Outubro, aniversário da tomada de Lisboa por D. Afonso Henriques, inaugurou-se nos Paços do Concelho, uma valiosa exposição bibliográfica e iconográfica, relativa a tão importante facto histórico. Além de numerosíssimos livros e opúsculos, apresentaram-se esculturas, quadros a óleo, desenhos, gravuras, litografias, plantas, inscrições, etc.

Foram expositores: — Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca da Ajuda, Biblioteca Nacional de Lisboa, Câmara Municipal, D. Alsacia Fontes Machado, Dr. António Cabreira, Engenheiro Augusto Vieira da Silva, E. Raposo Botelho, Dr. Eduardo Neves, Coronel Henrique de Campos Ferreira Lima, J. M. Cordeiro de Sousa, Norberto Anjos Gaspar Borges, Tude M. de Sousa, Museu Arqueológico do Carmo, Manuel Vaz Ferreira de Andrade, Engenheiro António Emídio Abrantes e Museu das obras da Igreja da Sé.

O catálogo da exposição, que foi visitadíssima durante os dias em que esteve patente ao público, publicou-se no n.º 18 (Outubro-Dezembro de 1935), dos *Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais.*

4) — Exposição Filatélica

Patrocinada pela Câmara Municipal e com grande concorrência de visitantes, efectuou-se nos salões dos Paços do Concelho, no período das Festa da Cidade de 1935, a I Exposição Filatélica Portuguesa, compreendendo não só os sêlos, postais e outras fórmulas de franquia oficiais, mas também os projectos de sêlos, ensáios, provas, reimpressões, falsificações, carimbos usados pelos correios antes e depois da adoptação do sêlo-postal, literatura filatélica, albuns e outros acessórios. Como anexo, exposeram-se objectos vários, respeitantes ao serviço do correio e que ofereciam interêsse histórico.

5) — Centenário de Júlio César Machado

No dia 3 de Outubro inaugurou-se, no Museu Rafael Bordalo Pinheiro, uma exposição bibliográfica, comemorativa do centenário do ilustre homem de letras que foi Júlio César Machado, e na qual se apresentaram interessantes recordações do biógrafo e colaborador de Rafael Bordalo, algumas de grande valor, constituíndo documentação preciosa para o estudo das relações que existiam entre aqueles lídimos representantes da cultura portuguesa. A comemoração ficou restrita às relações literárias, artísticas e sociais entre os dois artistas. Assim, exposeram-se, na Sala VII, desenhos de Rafael Bordalo Pinheiro, alguns inéditos, acompanhados de decalques dos mesmos, com a indicação das personalidades que se conseguiu identificar, reprodução de trabalhos de Rafael, livros, jornais, fotografias, autógrafos, etc.

Na cerimónia, a que assistiram numerosas individualidades do nosso meio intelectual, o Sr. Joaquim Leitão leu o seu trabalho intitulado *Asas em terra*, em que, traçando em síntese o retrato de Rafael Bordalo Pinheiro, com notas inéditas e curiosíssimas, se ocupou da figura de Júlio César Machado, que definiu com elegância e originalidade.

d) — Homenagens prestadas

1) — Homenagem a Roque Gameiro

Em sessão de 8 de Agosto — dia seguinte ao do funeral do insigne aguarelista — foi aprovada uma proposta para que ficasse exarado na acta um voto de profundo sentimento pela morte de Mestre Roque Gameiro, Medalha de Ouro de Mérito Municipal, a quem a cidade de Lisboa ficou devendo uma incomparável documentação iconográfica, realçada por uma arte inconfundível de pintor, e, oportunamente, se desse o nome do notável artista lisboeta a uma das novas artérias da capital.

Nessa proposta, considerava-se que Roque Gameiro foi um grande pintor da terra e da gente portuguesa, e que na sua arte esplendorosa palpitou sempre um forte sôpro nacionalista, tendo sido Lisboa, talvez, o mais acarinhado motivo da sua obra, pelo que nos legou uma vasta e valiosíssima colecção olissiponense que, quer como expressão artística, quer como documentação histórica, pode considerar-se única entre nós.

2) — Lápides comemorativas

Durante o ano de 1935, descerrou a Câmara Municipal duas lápides comemorativas — a de Luiz de Camões e a de Ramalho Ortigão — e resolveu a colocação duma terceira — a de Mousinho de Albuquerque.

A inauguração da lápide comemorativa do grande cantor das glórias nacionais, proposta em sessão de 23 de Agosto de 1934, realizou-se no período das Festas de Lisboa, em 10 de Junho, data em que se comemora a morte do glorioso autor de *Os Lusíadas*. O acto teve lugar no Campo dos Mártires da Pátria, junto ao Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, em cujo cunhal sudeste da fachada se colocou a pedra rememoradora, visto ter sido êsse o local onde existiu a ermida de Sant'Ana, na qual esteve enterrada, pelo menos desde 1595 até 1737, a ossada de Camões. Usou da palavra o ilustre Professor da Faculdade de Letras de Coimbra, Dr. Agostinho de Campos.

A inauguração da lápide, colocada, por deliberação camarária de 20 de Dezembro de 1934, no prédio n.º 6, da Calçada dos Caetanos, onde viveu e faleceu o grande escritor Ramalho Ortigão, efectuou-se

a 8 de Agosto, com numerosa assistência de elemento oficial, artistas, escritores, jornalistas, etc. O Sr. Presidente da Câmara, depois de pronunciar algumas frases alusivas ao acto, deu a palavra ao Sr. Dr. Reinaldo Santos, distintíssimo homem de ciência e crítico de arte, que leu um primoroso trabalho sôbre o autor das *Farpas* e a sua influência na sociedade portuguesa. Em nome da família de Ramalho, falou o Sr. Luiz Ortigão Burnay, que agradeceu ao Município de Lisboa a idea de se homenagear o grande escritor, na casa onde êle viveu quási tôda a sua longa existência e escreveu grande parte da sua obra.

Em sessão de 7 de Novembro, foi aprovada uma proposta para que se colocasse uma lápide comemorativa no prédio da Rua das Trinas, onde viveu Mousinho de Albuquerque, gloriosa figura da nossa epopeia colonial do final do século passado. Marcado para o dia 28 de Dezembro — aniversário do combate de Chaimite — o seu descerramento, essa cerimónia não se poude efectuar por o mau tempo o não haver permitido.

e) — Monumentos Municipais

A protecção aos edifícios e outros vestígios do passado histórico, arqueológico e artístico da capital, e em especial os do velho bairro de Alfama, tem merecido a atenção dos Serviços Culturais, que, por proposta aprovada em sessão de 12 de Abril de 1934, haviam já criado a categoria de Monumentos Municipais, para as edificações que, não estando classificadas como Monumentos Nacionais, merecem, contudo, o interêsse da Câmara e da Cidade. Consultado o Conselho de Estética Citadina, sôbre êste assunto, emitiu parecer favorável a uma classificação que perservasse de destruição total ou de modificações que possam desvirtuar-lhe o carácter o que de valioso, artística, histórica ou arqueológicamente, existe ainda em Lisboa. Para tal fim e por proposta de 31 de Outubro, se nomeou uma comissão, presidida por um vereador e de que fazem parte os vogais do Conselho de Estética Citadina, Srs. Engenheiro Augusto Vieira da Silva e Gustavo de Matos Sequeira, um engenheiro delegado da Planta da Cidade, um engenheiro delegado dos Serviços de Fiscalização e um arquitecto delegado do Conselho de Arquitectura. Esta Comissão iniciou já os seus trabalhos.

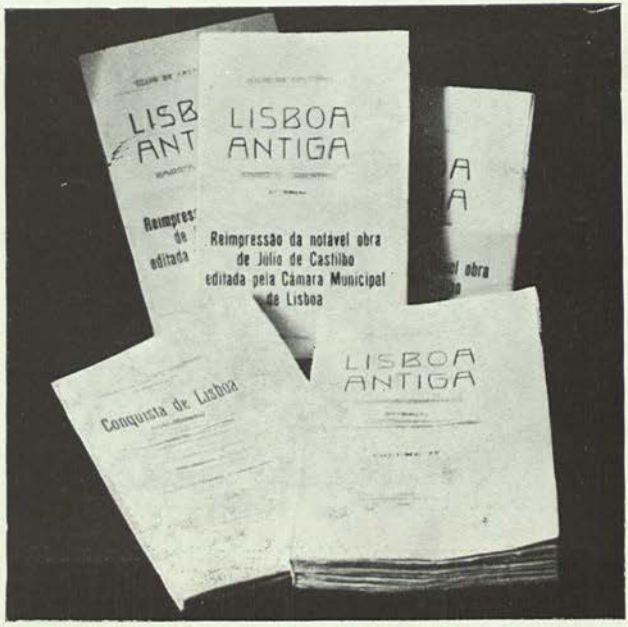


Descerramento da lápida no prédio onde viveu Mousinho de Albuquerque



Biblioteca Municipal Central — Sala de leitura infantil





Reimpressão
da obra de Júlio de Castilho
«Lisboa Antiga»
feita nos
Serviços Industriais
da C. M. L.

f) — Aquisição de obras de arte

Dentre as obras de arte adquiridas pela Câmara Municipal, através do Pelouro dos Serviços Culturais, durante o ano de 1935, devem mencionar-se especialmente, além das que vão referidas nos parágrafos relativos à actividade do Museu de Galveias e à Exposição de Arte sôbre motivos de Lisboa, os valiosos quadros que existiam na ermida de S. Crispim, na Rua de S. Mamede, um dos quais, do meado do século XVII, de autor desconhecido e representando a conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques, esteve patente nos Paços do Concelho por ocasião da Exposição Bibliográfica e Iconográfica, comemorativa da tomada da cidade aos mouros.

g) — Censura Ortográfica

Havendo necessidade de uniformisar a ortografia de todos os letreiros existentes na via pública, de harmonia com as disposições legais em vigor, e desejando-se que todos se apresentem de acôrdo com esta disposição de manifesta utilidade pedagógica e cultural, aprovou-se, em sessão de 23 de Setembro de 1933, que, de futuro, se não passasse licença alguma para letreiros sem, prèviamente, a respectiva requisição ser submetida à aprovação da Censura Ortográfica, funcionando na Secção de Propaganda do Pelouro dos Serviços Culturais.

De então para cá os serviços de censura ortográfica vêm exercendo, metòdicamente, a sua acção sôbre todos os letreiros existentes na via pública, como se pode reconhecer nos dísticos das novas ruas, nos que têm sido beneficiados e nas tabuletas colocadas dessa data em diante.

Logo que sôbre todos os antigos letreiros incida uma nova pintura, será um facto a uniformidade ortográfica nos dísticos toponímicos e nas tabuletas da cidade.

h) — Diversas realizações

1) — Gabinete da Imprensa

Reconhecendo-se a maior utilidade em que as notícias sôbre a actividade municipal sejam sempre fornecidas através de um organismo especial que, desta forma, centralize tôdas as informações e esclare-

cimentos e estabeleça a ligação com os diversos jornais, por proposta aprovada em sessão de 20 de Junho, criou-se, na Secção de Propaganda e Turismo, e sem despesa para o Município, o Gabinete da Imprensa da Câmara Municipal, resolvendo-se igualmente que tôdas as informações dos diversos Pelouros, a fornecer expontâneamente ou como esclarecimento a notícias publicadas, sejam dadas através da Presidência da Câmara e com a devida autorização do Presidente da Comissão Administrativa.

2) — Medalhas de Mérito Municipal

Compete ao Pelouro dos Serviços Culturais propôr todos os nomes das pessoas que, por relevantes serviços prestados à Cidade de Lisboa, merecem ser galardoadas com a Medalha de Ouro de Mérito Municipal.

O regulamento, aprovado em sessão de 12 de Outubro de 1933, estabelecia que o número de medalhas de Mérito Municipal, a distribuir em cada ano, não poderia ir além de quinze, especificando se mais tarde, por proposta de 5 de Janeiro de 1934, que seriam cinco de ouro e dez de prata.

Finalmente, em 10 de Outubro de 1935 e por proposta do Vereador dos Serviços Culturais, ficou resolvido que se reduzissem a duas as medalhas de ouro de Mérito Municipal, a conferir anualmente, justamente para prestigiar êsse prémio.

Em 25 de Outubro, dia do feriado municipal em que se relembra a tomada de Lisboa aos mouros por D. Afonso Henriques, realizou-se à noite, com a maior solenidade, no salão nobre dos Paços do Concelho, com a assistência do representante do Chefe do Estado, membros do Govêrno, altos funcionários militares e civis e numerosos convidados, uma sessão para comemorar a histórica data e proceder à entrega das medalhas de ouro de Mérito Municipal aos Srs. Engenheiro Vieira da Silva, Gustavo de Matos Sequeira, Arquitecto José Luiz Monteiro, Actriz Adelina Abranches e à família de Roque Gameiro.

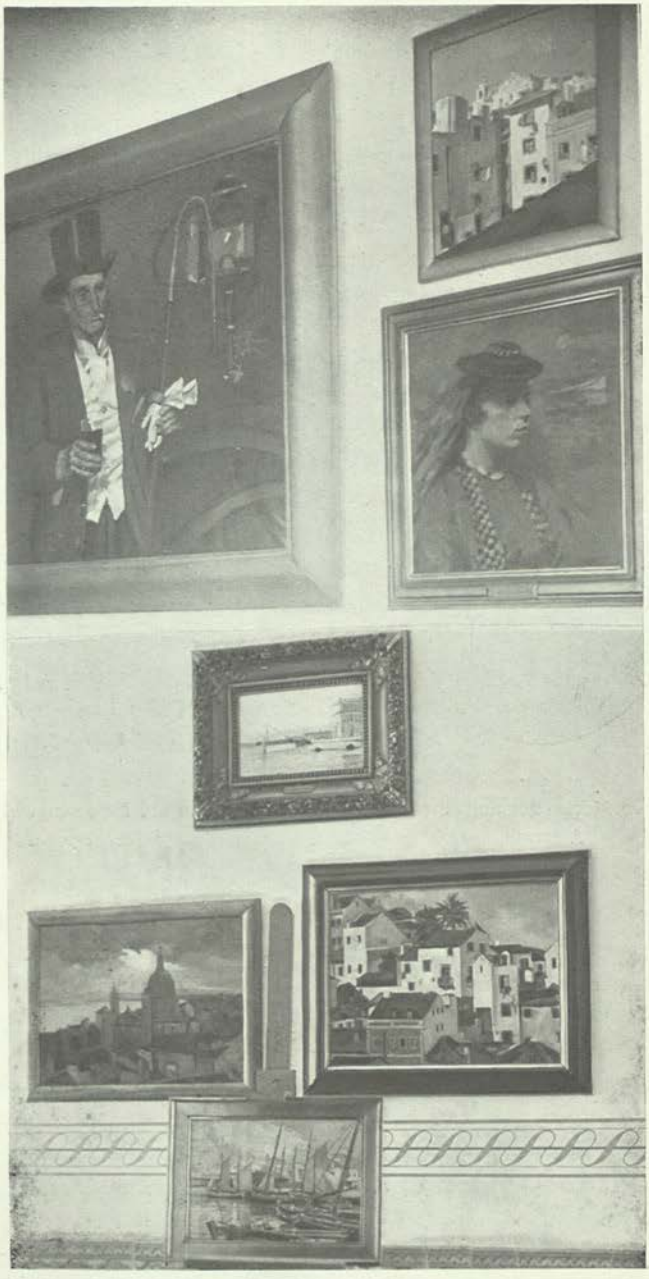
Depois de aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Comissão Administrativa, usou da palavra o Sr. Dr. Xavier da Costa, ilustre orador e erudito, que pronunciou uma notável lição de história e de patriotismo. O Sr. Ministro do Interior procedeu, em seguida, à en-



Medalha
de Mérito Municipal
Anverso



Medalha
de Mérito Municipal
Reverso



Alguns dos quadros adquiridos na exposição realizada
na Sociedade Belas Artes por ocasião das Festas da Cidade

trega das medalhas, concluíndo o Sr. General Daniel de Sousa por agradecer, em nome da Comissão Administrativa, a presença das várias entidades oficiais, felicitar o Sr. Dr. Xavier da Costa pela sua conferência, e elogiar os agraciados com palavras de especial apreço para cada um dêles e de saüdade para a memória de Roque Gameiro, grande artista a quem muito devia a capital.

3) — Dísticos toponímicos

Para que os letreiros das ruas da cidade, além do fim prático a que são destinados, possam constituír, para a população que os lê, uma lição nacionalista e cultural que realce o seu significado histórico, tradicional, patriótico ou moral, foi resolvido, em sessão de 15 de Agôsto, que, de futuro, os dísticos toponímicos a colocar nas novas vias públicas de Lisboa tenham, sob o nome da artéria, uma legenda curta, mas esclarecedora do acontecimento que se pretende comemorar ou da individualidade a quem se deseja prestar homenagem, e de harmonia com a redacção feita no Pelouro dos Serviços Culturais. Mais se propôs, sendo aprovado, que ao mesmo Pelouro seja sempre comunicada a relação dos dísticos antigos que vão ser pintados de novo, para que fiquem sujeitos à determinação anterior.

4) — Conselho de Estética Citadina

O Conselho de Estética Citadina, criado por proposta de 29 de Dezembro de 1933, funciona consultivamente junto do Pelouro dós Serviços Culturais e tem por fim emitir parecer sôbre os problemas gerais de estética urbana e sôbre as questões relacionadas com as transformações a realizar na cidade de Lisboa, de forma a evitar quaisquer atentados à arte, à tradição ou à história da capital.

A deliberação camarária de 4 de Abril de 1935 alterou a constituïção do Conselho no que diz respeito aos seus vogais natos, estabelecendo que êstes seriam: o Presidente de Câmara que serviria de Presidente, os Vereadores dos Pelouros de Urbanização e dos Serviços Culturais, e o Chefe do Conselho de Arquitectura da Câmara, que serviria de secretário.

5) — Feriado Municipal

Em sessão de 20 de Dezembro de 1934, deliberou a Câmara Municipal transferir o Feriado da Cidade, que caía a 13 de Maio, aniversário do nascimento do Marquês de Pombal, para o dia 25 de Outubro, data em que se comemora a conquista de Lisboa aos mouros por D. Afonso Henriques. Na proposta, então aprovada por unanimidade, expunham-se os motivos de ordem histórica que determinaram essa resolução. Alguns períodos, arrancados a êsse documento, condensam perfeitamente as suas intenções.

Depois de se relembrarem algumas páginas notáveis da vida da cidade, desde o «ímpeto medieval dos cavaleiros afonsinos» ao «esplendor dos Quinhentos», desde a «manhã gloriosa de 1640» ao «espírito culto de D. João V», acrescenta-se: — «O esfôrço de Pombal, integrado como deve ser nesta seqüência cronológica, é uma modalidade apenas da evolução histórica de Lisboa. Obra gigantesca, é certo, levada a cabo não por um homem apenas, mas por um escol de arquitectos, de engenheiros e de artistas, com o apoio do Rei e da Nação, se nos deu uma cidade nova, não pretendeu fazer tábua-raza dum passado que deixou na urbe vestígios inapagáveis da sua grandeza. Aproveitamento feliz e oportuno de circunstâncias trágicas, a reedificação de Lisboa não pode consagrar-se como a página de oiro da sua história. Essa escreveu-a Afonso Henriques, no alvorecer da Nacionalidade, quando arrancou à moirama infiel, consolidando, assim, a independência do reino nascente, a cidade que o destino fadara para ser a testemunha gloriosa dos nossos esplendores e dos nossos desânimos. Lisboa, desde êsse momento, ficou para sempre ligada ao próprio coração de Portugal. Do nosso primeiro Rei recebeu o baptismo cristão e, ao encorporá-la no incipiente Estado portugalês, êle predestinava-a para o papel de primacial relêvo que assumiria nos fastos da grei».

Êste ano festejou-se, pois, pela primeira vez, como Feriado da Cidade, a data de 25 de Outubro que relembra a tomada de Lisboa. A Câmara Municipal organizou um programa de comemorações em que, além dos números de carácter cultural a que adiante se faz referência, figurou uma cerimónia militar no Castelo de S. Jorge, sede do Batalhão de Caçadores 7, revestida de grande significado patriótico, e a que se associaram contingentes de tôdas as unidades do Govêrno

Militar de Lisboa, da Escola Naval, Escola Militar, Colégio Militar, Pupilos do Exército, Marinha, Guarda Nacional Republicana, Guarda Fiscal e Polícia de Segurança Pública. O Govêrno fez-se representar, e à concentração e desfile das fôrças do Exército e da Armada assistiram altas individualidades militares e civis. O Sr. Tenente Farinha dos Santos fez depois uma alocução sôbre a tomada de Lisboa, desfilando em seguida novamente os destacamentos presentes, e terminando a festa por um *Pôrto de Honra*, oferecido pelo comandante Sr. Tenente-Coronel Joel Vieira e oficialidade de Caçadores 7 a todos os convidados. O Castelo de S. Jorge achava-se vistosamente decorado e profusamente embandeirado, apresentando-se à noite iluminado por potentes focos eléctricos, o que foi muito admirado pela população da cidade.

No mesmo dia, e por iniciativa da Câmara, procedeu-se ao início dos trabalhos do bairro operário de Alcântara, à abertura da Escola de Aprendizes dos Serviços Industriais do Município, à apresentação, na escadaria dos Paços do Concelho, dos mais belos exemplares de crisântemos dos jardins e viveiros municipais, à inauguração dum novo quartel do Batalhão de Sapadores Bombeiros, em Benfica, de diversos marcos fontenários e candeeiros de iluminação pública, etc.

Festas de Lisboa

A Comissão Administrativa explicou os motivos porque realizou as Festas de Lisboa de 1935 na nota seguinte, por ela assinada e tornada pública no início dos festejos:

> «Perante os resultados obtidos em 1934, a Câmara Municipal não hesitou em promover êste ano a realização de um novo ciclo de Festas da Cidade. É que, na verdade, e ultrapassando as espectativas mais optimistas, os benefícios que se colheram de semelhante iniciativa e o geral aplauso com que ela foi recebida impuzeram, a bem da Cidade, a sua repetição. Benefícios que se evidenciaram, sobretudo, na intensificação das actividades comerciais e industriais, na valorização da Capital aos olhos de numerosíssimos visitantes nacionais e estrangeiros, nas lições culturais e nos espectáculos de pitoresco proporcionados a tôdas as camadas da população, — e, o que mais importa, na atenuação, embora momentânea, da crise de desemprêgo que aflige, entre nós, como em tôda a parte, as classes trabalhadoras, — elas eram de molde a aconselhar ao Município a renovação de um esfôrço que Lisboa acolheu com simpatia.»

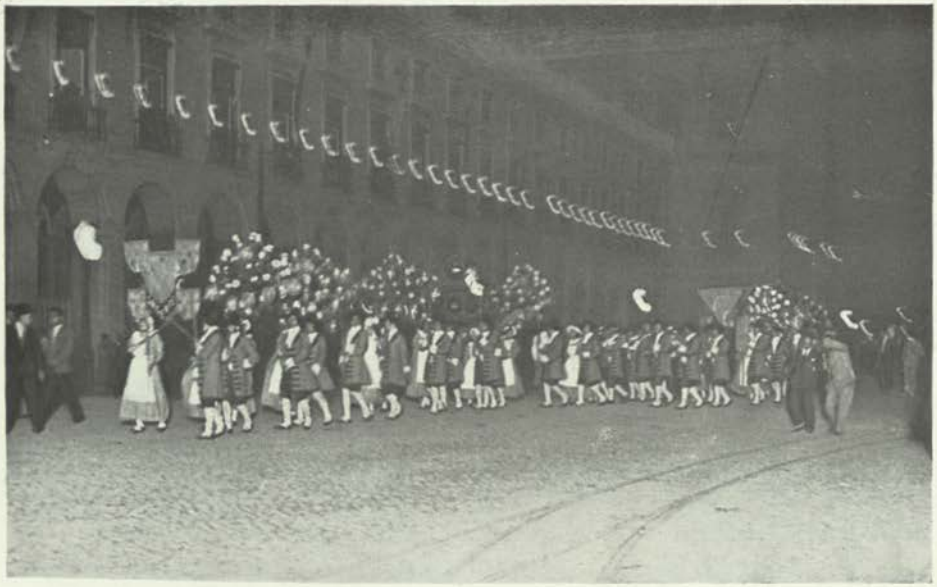
Por proposta aprovada em sessão de 14 de Fevereiro, resolveu-se que o Vereador do Pelouro dos Serviços Culturais, Sr. Luiz Pastor de Macedo, assumisse a Presidência da Comissão Executiva das Festas, tomando a direcção da administração das mesmas o Vereador do Pelouro de Engenharia, Sr. Beires Junqueira. Na mesma sessão se aprovaram também a inscrição, na tabela orçamental do ano económico corrente, das verbas necessárias para a realização das Festas, e a constituïção da Comissão Executiva que as orientaria supe-



O Senhor Presidente do Conselho inaugurando a «Reconstituïção de Lisboa Antiga»



Um aspecto do Torneio Medieva



Um aspecto do desfile das Marchas Populares

riormente, e de que faziam parte os seguintes nomes: Dr. José de Figueiredo, Gustavo de Matos Sequeira, Norberto de Araújo, Leitão de Barros, Dr. José Pontes, Luiz Teixeira, Raúl Mário Alves, Álvaro da Rocha Cabral, Dr. Rodrigues Cavalheiro, secretário; José Maria Álvares, delegado da Associação Industrial Portuguesa; Álvaro de Lacerda, delegado da Associação Comercial de Lisboa; António Rodrigues de Almeida Santos, delegado da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa; Joaquim Roque da Fonseca, delegado do Automóvel Clube de Portugal; Joaquim Leitão, Inspector das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais, e Capitão Figueiredo Valente, delegado do Govêrno Militar de Lisboa.

Foram depois agregados a esta Comissão, colaborando também obsequiosamente na organização das Festas, os Srs. Professor Agostinho de Campos, Coronel Manuel Latino, Major Frederico Vilar, Major Pinheiro Correia, Coronel Ferreira Lima, Afonso de Dornelas, Júlio Eduardo dos Santos, Luiz de Melo Sá Nogueira, Padre Manuel Taveira da Silva, Jorge Barradas e 1.º Tenente Soares de Oliveira.

Em 28 de Março, o Sr. Pastor de Macedo foi substituído no Pelouro dos Serviços Gulturais pelo actual Vereador, que, assumindo a Presidência da Comissão Executiva das Festas, deu, depois, execução ao programa, na sua quási totalidade já delineado.

As Festas iniciaram-se no sábado, 1 de Junho, e terminaram no Domingo, 16, tendo-se cumprido o programa seguinte:

Sábado, 1 de Junho

Ás 15 horas ...—ABERTURA OFICIAL DAS FESTAS: Inauguração, nos Paços do Concelho, das Exposições Antoniana e Filatélica.
Ás 16 horas ...—Inauguração da Feira do Livro.
Ás 16,30 horas..—Inauguração da Exposição Internacional de Aeronáutica no Palácio do Parque Eduardo VII.

Domingo, 2 de Junho

Ás 15 horas ..—Provas automobilísticas no Parque Eduardo VII.

Terça-feira, 4 de Junho

Ás 17 horas ...—Inauguração do trecho de Lisboa Antiga.
Ás 22 horas ...—Inauguração do Pátio de Comédias.

Quinta-feira, 6 de Junho

Ás 18 horas ...—Rallye aéreo nacional (chegada à Amadora).
Ás 20,30 horas..—Conferência Antoniana.

—Na Feira do Livro: Dia consagrado aos prosadores portugueses.
Ás 22 horas ...—Exibição das Marchas Populares no Parque Eduardo VII.

Quarta-feira, 12 de Junho

—Na Feira do Livro: Dia consagrado ao Teatro Português.
Ás 21,30 horas..—Sessão solene da Associação Industrial nos Paços do Concelho.
Ás 22 horas ...—Ronda dos Bairros.

Quinta-feira, 13 de Junho

Ás 11 horas ...—Distribuição de fatos e calçado a crianças.
Ás 16 horas ...—Cortejo Medieval.
Ás 23,30 horas..—Fogo de artifício no Tejo.

Sexta-feira, 14 de Junho

—Na Feira do Livro: Dia consagrado à Literatura Infantil.

Sábado, 15 de Junho

Ás 16 horas ...—Concurso Hípico no Jockey Clube.
Ás 22 horas ...—Patinagem na Praça do Município.

Domingo, 16 de Junho

Ás 16 horas ...—Parada de Bombeiros.
As 22 horas ...—Marcha Luminosa.



Passagem do Cortejo Medieval sob o Arco da Rua Augusta



Um aspecto da passagem do Cortejo do Trabalho na Praça dos Restauradores



Festas de Lisboa em 1935 — Reconstituïção dum Bairro de Lisboa antes do terramoto de 1755

Sexta-feira, 7 de Junho

Ás 20,45 horas..—Inauguração da Feira do Terreiro do Paço.

Sábado, 8 de Junho

—Rallye aéreo internacional (chegada à Amadora).
—Inauguração da Exposição de Montras.
Ás 19 horas ...—Torneio de Cavalaria no Claustro dos Jerónimos.

Domingo, 9 de Junho

Ás 13 horas ...—Festival aeronáutico na Amadora.
Ás 15 horas ...—Provas desportivas no Estádio.
Ás 22 horas ...—Desfile das Marchas Populares.

Segunda-feira, 10 de Junho *(Festa da Raça)*

Ás 14 horas ...—Descerramento da lápide a Camões.
—Na Feira do Livro: Dia consagrado aos Poetas Portugueses.
Ás 17 horas ...—Cortejo do Trabalho Nacional.

Terça-feira, 11 de Junho

Ás 14 horas ...—Inauguração da Exposição de Arte na Sociedade Nacional de Belas Artes.
Ás 15 horas ...—Festival do Trabalho.

Além dos números anunciados nêste programa repetiu-se, a expensas da Câmara e em colaboração com a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, o Torneio Medieval em espectáculo gratuito destinado exclusivamente aos sócios dos sindicatos e respectivas famílias.

A «Lisboa Antiga» manteve-se aberta até 4 de Agosto, tendo sido visitada por mais de 180.000 pessoas.

Alguns números, como a Parada de Bombeiros, a Feira do Livro, a Exposição Internacional de Aeronáutica, o Concurso Hípico, e a Patinagem na Praça do Município embora de iniciativa alheia à Comissão Executiva, foram integrados no programa geral com o patrocínio do Município, contribuindo para o brilho que incontestàvelmente as Festas tiveram.

A inauguração ou o desfile de quási todos os números, foram honrados com a presença de S. Ex.as os Srs. Presidente da República, Presidente do Conselho, membros do Govêrno e altas autoridades civis e militares.

De certos aspectos culturais, como exposições, conferências, publicações, etc., se dá conta noutros capítulos do relatório dêste Pelouro. Mas não seria justo deixar de mencionar muito especialmente, os números que, sem nunca de perder de vista o fim educativo que as Festas, em todas as suas manifestações procuraram ter, fizeram realçar no primeiro plano o sentido espectaculoso, a ressurreição histórica, o pitoresco, a lição social ou o deslumbramento: — a reconstituìção da Lisboa Antiga, o torneio de cavalaria no Claustro dos Jerónimos, o Cortejo Medieval, o desfile das Marchas Populares e sua exibição no Parque Eduardo VII, a Ronda dos Bairros, a Feira do Terreiro do Paço, o Cortejo do Trabalho Nacional, o festival no Coliseu dos Recreios e o Fogo de Artifício no Tejo.

Algumas destas realizações, pela originalidade de iniciativa, brilho da execução e sugestões de beleza que ergueram à sua volta, deixaram na história da cidade um sulcro inapagável de fulgor artístico.

Para os animadores de cada um dos números do programa, é justíssimo todo o louvor que se lhes tribute. Durante meses, com uma dedicação e uma persistência inabaláveis, triunfaram das dificuldades que empreendimentos desta natureza fatalmente têm que levantar. Do seu bom gôsto, espírito de organização e competência, falou bem alto o êxito estrondoso das Festas. Pesando embora o orçamento municipal, as despesas feitas pela Câmara frutificaram largamente em alegria popular, movimentação de capital, trabalho a quem estava desocupado, afluência turística à cidade e uma série de lições de cultura, gôsto e nacionalismo, que valem bem os encargos contraidos.



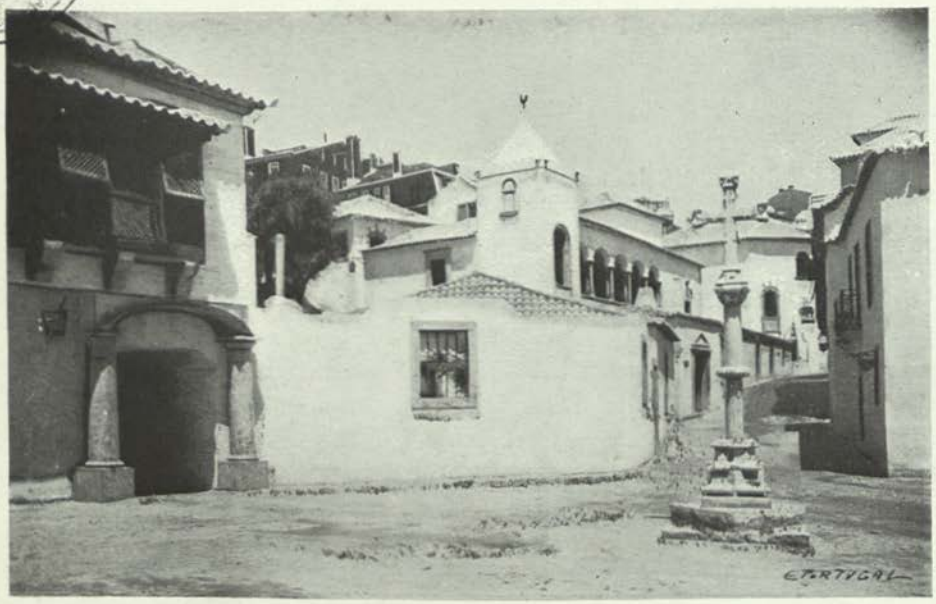
Pátio da Saúde — Reconstituïção de Lisboa Antiga



Reconstituïção de Lisboa Antiga — Um aspecto do Largo da Feira



Adro e Fonte de Santo António — Reconstituïção de Lisboa Antiga



Cruzeiro de S. Lázaro — Rua dos Mercadores — Reconstituïção de Lisboa Antiga

Repartição de Cemitérios e Jardins

Chefe: António Esteves Rodrigues da Silva

A) — Organização e principais atribuïções

À 5.ª Repartição da C. M. L. que está organizada em conformidade com o que, esquemàticamente, consta do quadro sinótico que a seguir se publica, compete, especialmente, todo o expediente, direcção, conservação, guarda e administração dos Cemitérios Municipais, bem como a conservação de parques, jardins e arvoredos municipais.

Quadro sinótico da organização da 5.ª Repartição e da sua actuação

- Direcção do Serviço (1.ª Secção)
  - Serviços burocráticos
    - Expediente;
    - Cadastro do pessoal jornaleiro;
    - Inventário privativo;
    - Estatística do serviço.
  - Serviços administrativos
    - Contabilidade Privativa.
    - Receitas cobradas
      - Cemitérios
        - Taxas;
        - Receitas.
      - Parques e Jardins
        - Venda de produtos;
        - Aluguer de (Barcos, plantas, etc.;)
        - Entrada na Estufa Fria;
        - Venda de albuns, postais, etc.
- Serviços Técnicos dos Jardins e Cemitérios (2.ª Secção)
  - Conservação
    - Parques Municipais;
    - Jardins Municipais;
    - Arvoredos Municipais.
  - Plantações;
  - Tratamento de plantações;
  - Colaboração nas ornamentações superiormente ordenadas.

SUB-SECÇÃO I

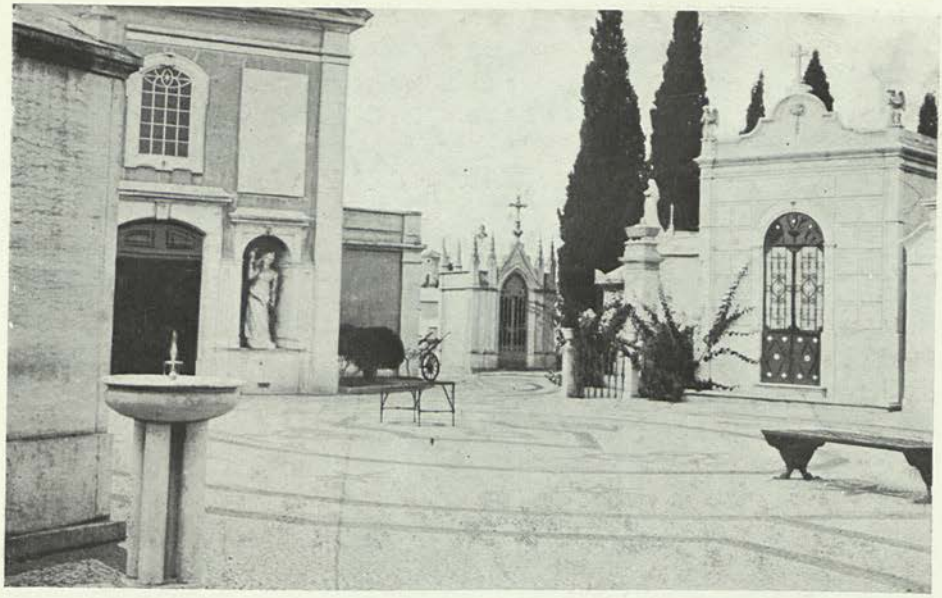
Cemitérios

Actuação

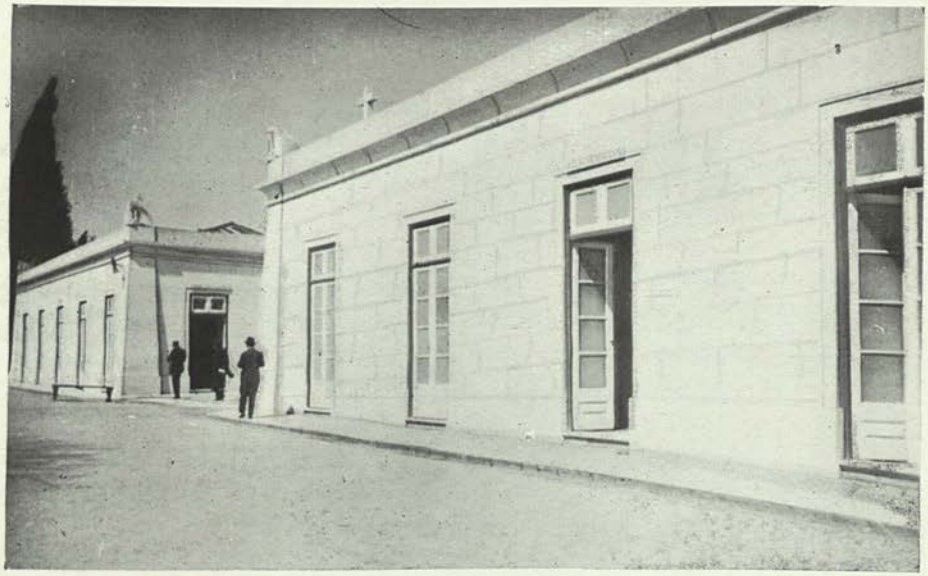
I — Algumas considerações preliminares

O ano de 1935 assinala-se, na 5.ª Repartição, especialmente pelo estudo e começo de solução do importantíssimo problema dos cemitérios citadinos, duma grande complexidade, e que apresenta aspectos diversos: — *a)* conclusão de alguns dos actuais cemitérios que ainda se encontram incompletos, introduzindo-se-lhes os possíveis melhoramentos; — *b)* sua indispensável conservação; — *c)* ampliação dos Cemitérios do Alto de S. João (1.º Cemitério) e de Benfica (4.º Cemitério); — *d)* criação de um grande cemitério que satisfaça, nesse capítulo, as necessidades da Capital

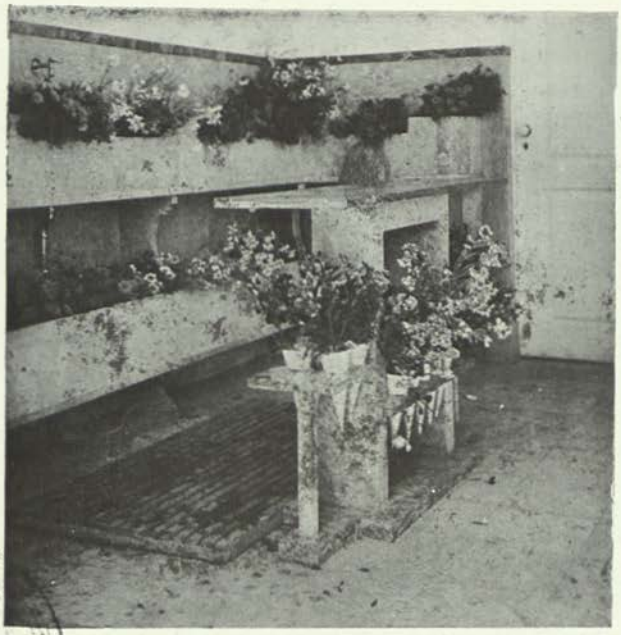
A proposta, aprovada em 25 de Julho e alterada em 8 de Agosto, pela qual se municipalizou o serviço de covas ajardinadas, pôs termo a uma solução que só causava prejuízos ao munícipe e à Câmara. O ajardinamento das sepulturas particulares e de canteiros privativos de jazigos era feito, nos cemitérios de Lisboa, por empregados encarregados de outros serviços, tais como coveiros, guardas e trabalhadores, o que distraía êsses indivíduos das suas obrigações, com prejuízo grave dos trabalhos que lhes estavam confiados. Acrescia que tais ajardinamentos eram gratificados particularmente com quantias que somavam uma verba importante, dando, por vezes, origem a abusos que se tornou necessário coïbir com urgência e energia. Na verdade, a Câmara, como organismo oficial, não devia tolerar a existência da gratificação particular, que estabelecia injustiças por isso que eram os trabalhadores que cumpriam os seus deveres aquêles que, exactamente, não podiam ter jus a essa gratificação. Por isso se propôs, e por unanimidade foi aprovado, que o serviço do ajardinamento particular das sepulturas fosse municipalizado, conforme um regulamento apre-



Cemitério da Ajuda — Entrada, vendo-se, à esquerda, um marco fontenário inaugurado em 1955



Cemitério dos Prazeres



Cemitério dos Prazeres
Casa de venda
de flôres



Cemitério dos Prazeres — Casa de venda de flôres

sentado, com vantagem para o aspecto de limpeza e de estética dos cemitérios, visto que se aumentou o pessoal e cada empregado trata, exclusivamente, de cumprir o trabalho que lhe está distribuído, donde resultam incontestáveis benefícios para os munícipes, alguns dos quais passaram, ainda, a pagar uma quantia inferior à que anteriormente pagavam.

Será com parte das verbas obtidas por esta medida que se poderá enfrentar o problema dos melhoramentos a introduzir nos cemitérios. Eis o que já se realizou:

1.º CEMITÉRIO (ORIENTAL OU DO ALTO DE S. JOÃO): — Pavimentaram-se de asfalto os arruamentos da entrada e aplicaram-se as canalizações de água, colocando-se pequenos marcos com torneiras para as regas e conservação das flôres nas jarras. Completou-se o estudo dos melhoramentos a introduzir na sede da Administração.

2.º CEMITÉRIO (OCIDENTAL OU DOS PRAZERES): — Neste cemitério, os melhoramentos atingiram maior importância.

As novas instalações dos serviços de administração, casa de venda de flôres, sentinas públicas, refeitório, vestiário e sentinas para o pessoal, ficaram obedecendo às mais modernas condições de higiene e aos mais rigorosos preceitos administrativos.

Assim, embora de aspecto sóbrio, a sede da Administração apresenta instalações confortáveis, com *guichets* para o público, com indicação dos serviços e uma sala de espera completamente remodelada. As casas destinadas a venda de flôres são amplas e arejadas, de belo risco arquitectónico, com as paredes revestidas de mármore. O refeitório, com três grandes mesas de mármore, para o pessoal, acabou com o espectáculo tristemente lamentável que se observava à hora das refeições dos operários. De aspecto igualmente moderno e higiénico, as sentinas, o vestiário para os empregados, a casa forte, a dependência destinada à recolha de transportes fúnebres.

3.º CEMITÉRIO (AJUDA): — Também o Cemitério da Ajuda beneficiou do programa geral marcado, por esta Repartição, para a sua actividade no ano de 1935. Assim, realizou-se um importante melhoramento, velha e justa aspiração que parecia irrealizável. Conseguiu-se que as canalizações da água, até então muito afastadas do cemitério, fossem prolongadas até junto dêste, o que permitiu dotá-lo imediàtamente com o precioso líquido, pondo côbro ao inqualificável abuso de se vender a preços elevadíssimos, pequenas vasilhas com água, às pessoas que,

numa manifestação de culto pelos seus mortos, se sujeitavam ao que lhes pediam. A introdução dêste melhoramento, facilitando imenso as regas, veio permitir que se puzesse, também, em execução, neste cemitério, a postura da municipalização do ajardinamento das covas.

4.º CEMITÉRIO (BEMFICA): — Também sofreu apreciáveis melhoramentos.

Fez-se uma importante restauração na capela, e a sede da Administração e instalações do pessoal foram bastante beneficiadas.

Nos restantes Cemitérios, 5.º (Olivais) e 6.º (Lumiar), realizaram-se, também, pequenas obras, e outras importantes se projectam, como se verá na parte dêste *Anuário* intitulada: «Obras em curso e aspirações».

Movimento

Durante o ano de 1935, como se verifica pela análise dos mapas n.os 22 e 22 A foram inumados nos seis Cemitérios Municipais de Lisboa 13.025 cadáveres.

Segundo as idades dos inumados, corresponde às crianças até um ano (incluindo os fetos) 20 %, percentagem deveras importante como referente à mortalidade infantil. Segue-se o agrupamento dos inumados com idade superior a cinqùenta anos (4.732) a que corresponde a percentagem de 36,3 %. Ao agrupamento de um a cinqùenta anos correspondem os restantes 43,7 %.

Segundo os sexos igualmente se verifica que dos 13.025 inumados 53,7 % pertenciam ao sexo masculino e os restantes 46,3 % ao sexo feminino. Até à idade de setenta anos, verifica-se que a maior percentagem dos inumados pertence ao sexo masculino. Dos setenta anos em diante compete ao sexo feminino a percentagem de 56,5 %.

Segundo o estado civil verifica-se que são os solteiros que dão o maior contigente, quasi 2/3 (64,6 %). Seguem-se os casados e depois os viuvos, os divorciados e aquêles cujo estado era ignorado. À excepção dos viuvos em todos os demais estados civis pertence ao sexo masculino a maior percentagem dos inumados. Entre os viuvos inumados (1.593) 66 % pertenciam ao sexo feminino.

Segundo as causas da morte que predominaram verifica-se que a tuberculose e e as pneumonias, em conjunto, (3.403) contribuiram com 26,1 % para os totais dos inumados, em 1935, nos Cemitérios Municipais de Lisboa.

Inumações efectuadas nos Cemitérios Municipais de Lisboa, em 1935

I – Segundo as idades, os sexos e o estado civil dos inumados

Mapa n.º 22

Idades	1.º Cemitério (Alto de S. João)		2.º Cemitério (Prazeres)		3.º Cemitério (Ajuda)		4.º Cemitério (Benfica)		5.º Cemitério (Olivais)		6.º Cemitério (Lumiar)		Totais		
	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Gerais
Fétos	201	164	33	34	63	48	9	8	8	6	75	52	*389*	*312*	*701*
Até 1 ano	302	304	200	178	244	245	74	72	40	32	169	137	*1.029*	*968*	*1.997*
Até 10 anos	254	251	65	62	100	103	109	89	19	10	36	44	*583*	*559*	*1.142*
De 11 a 20 anos	170	140	11	8	63	49	87	65	4	3	23	32	*358*	*297*	*655*
De 21 a 30 anos	262	283	38	23	140	78	165	160	14	5	38	41	*657*	*590*	*1.247*
De 31 a 40 anos	315	204	37	21	165	88	228	115	6	16	36	37	*787*	*481*	*1.268*
De 41 a 50 anos	328	222	42	28	142	83	202	115	17	15	63	26	*794*	*489*	*1.283*
De 51 a 60 anos	322	289	56	39	132	93	162	109	16	16	56	38	*744*	*584*	*1.328*
De 61 a 70 anos	365	294	91	54	146	118	135	87	18	20	33	40	*788*	*613*	*1.401*
De 71 a 80 anos	256	245	85	73	116	127	51	89	10	20	40	68	*558*	*622*	*1.180*
De 81 a 100 anos	217	247	31	74	36	86	13	59	7	18	9	26	*313*	*510*	*823*
Somas ...	*2.992*	*2.643*	*689*	*594*	*1.347*	*1.118*	*1.235*	*968*	*159*	*161*	*578*	*541*	7.000	6.025	13.025
Estado civil															
Solteiro	2.182	1.924	426	396	706	585	710	553	90	64	409	369	*4.523*	*3.891*	*8.414*
Casado	575	378	191	61	374	204	414	208	40	30	137	82	*1.731*	*963*	*2.694*
Viavo	235	341	64	133	116	248	96	199	13	29	32	87	*556*	*1.037*	*1.593*
Divorciado	—	—	8	4	151	81	15	8	16	38	—	3	*190*	*134*	*324*
Ignorado	—	—	—	—			—	—			—	—			
Somas ...	*2.992*	*2.643*	*689*	*594*	*1.347*	*1.118*	*1.235*	*968*	*159*	*161*	*578*	*541*	7.000	6.025	13.025

Inumações efectuadas nos Cemitérios Municipais de Lisboa, em 1935

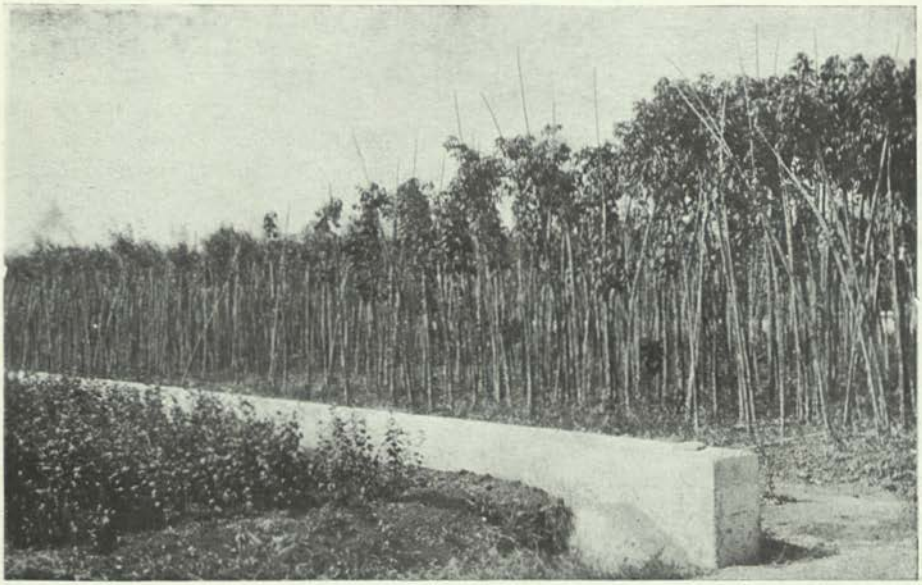
II – Segundo as causas de morte que predominaram

Mapa n.º 22-A

Designações das causas de morte	1.º Cemitério (Alto de S. João)	2.º Cemitério (Prazeres)	3.º Cemitério (Ajuda)	4.º Cemitério (Benfica)	5.º Cemitério (Olivais)	6.º Cemitério (Lumiar)	Totais
Febre tifoide	33	8	16	38	—	5	*100*
Variola	—	—	—	2	—	—	*2*
Sarampo	40	9	20	7	—	7	*83*
Escarlatina	—	1	1	5	—	—	*7*
Tosse convulsa ou coqueluche	—	5	4	4	2	3	*18*
Difteria	20	10	4	19	4	2	*59*
Gripe ou influenza	55	4	10	14	—	5	*88*
Tuberculoses	797	68	477	526	45	156	*2.069*
Sifilis	56	29	50	9	8	10	*162*
Cancro	174	68	50	26	7	14	*339*
Hemorragia cerebral	456	62	43	60	5	16	*642*
Doenças do coração	170	14	58	8	—	23	*273*
Bronquite	127	20	52	12	10	24	*245*
Pneumonias	612	165	250	193	26	88	*1.334*
Diarreia e Enterite	473	141	146	3	26	63	*852*
Nefrites	332	15	26	11	2	13	*399*
Senelidade	465	49	22	11	6	4	*557*
Meningites	200	44	94	62	6	28	*434*
Anginas pectoris	27	5	6	3	2	1	*44*
Causas não especificadas, ou mal definidas	1.598	566	1.136	1.190	171	657	*5.318*
Somas	*5.635*	*1.283*	*2.465*	*2.203*	*320*	*1.119*	*13.025*



Cemitério Oriental — Alargamento dos Serviços da Administração



Quinta da Calçada — Um dos viveiros de árvores

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

SUB-SECÇÃO II

Jardins, Parques e Arvoredos

Actuação

I — Algumas considerações preliminares

No que respeita a Jardins, Parques e Arvoredos da Capital, realizou-se o seguinte:

Plantações novas de árvores e arbustos, trabalhos de conservação e arranjo, estudo de projectos de novos arruamentos (Largo Dr. Afonso Pena, Largo do Bairro dos Actores) ou de completa reforma dos existentes (Campo 28 de Maio) ocuparam o ano de 1935, que a carência de verbas orçamentadas não permitiu que ficasse assinalado com a realização de trabalhos de maior vulto. O que se fez, todavia, representa, de algum modo, um esfôrço que permitirá, logo que as condições económicas sejam favoráveis, o desenvolvimento de uma actividade municipal que tem para Lisboa o maior interesse: — a ampliação das suas zonas arborizadas e ajardinadas, a criação de parques que abram, em bairros por completo atrofiados, amplos pulmões para a população.

II — Movimento

Durante êste ano efectuaram-se as seguintes plantações:

a) — *Nos Parques e Jardins:*

Arbustos plantados			12.149
Arvores:			
Plantação nova	237		
Retanche	232		469

b) — *Arvoredos:*

No 1.º Bairro — Plantação nova			327
No 2.º Bairro — Plantação nova			137
No 3.º Bairro — Plantação nova	256		
Retanche	192		448
No 4.º Bairro — Plantação nova	18		
Retanche	377		395

Jardins e Parques Municipais de Lisboa

Mapa n.º 23

Número de ordem	Nomenclatura	SITUAÇÃO — Local
1	Avenida da Liberdade	—
2	Avenida 24 de Julho	—
3	Campo 28 de Maio	Campo Grande
4	Jardim Alfredo Keill	Praça da Alegria
5	» no Alto de Santa Catarina	—
6	» António Feijó	Igreja dos Anjos
7	» António Nobre	S. Pedro de Alcântara
8	» Augusto Rosa	Sé
9	» Avelar Brotero	Santo Amaro
10	» Bairro do Arco do Cego	Arco do Cego
11	» Boto Machado	Santa Clara
12	» Braancamp Freire	Campo de Sant'Ana
13	» Bulhão Pato	Alto do Pina
14	» na Calçada Conde Penafiel	—
15	» na Calçada de Santos	—
16	» Cesário Verde	Praça Ilha do Faial
17	» 5 de Outubro	Praça da Estrela
18	» Constantino	Estefânia
19	» Fialho de Almeida	Praça das Flôres
20	» França Borges	Praça Rio de Janeiro
21	» Gomes Leal	Largo do Mastro
22	» Guerra Junqueiro	Passeio da Estrela
23	» Júlio Castilho	Miradouro de Santa Luzia
24	» no Largo Barão de Quintela	—
25	» no Largo da Biblioteca	—
26	» no Largo da Graça	—
27	» no Largo das Necessidades	—
28	» Marcelino Mesquita	Praça das Amoreiras
29	» do Miradouro do Monte *(b)*	
30	» 9 de Abril	Rocha do Conde de Óbidos
31	» Nun'Alvares	Santos
32	» do Palácio das Galveias *(b)*	Largo Dr. Afonso Pena
33	» na Praça Afonso de Albuquerque	Belém
34	» na Praça da Armada	—

SITUAÇÃO — Freguesia	Classificação	Árvores existentes	ÁREAS OCUPADAS POR: Passeios e ruas — m. q.	Plantações — m. q.	Lagos e riachos — m. q.	Arrelvamentos — m. q.	Construções diversas — m. q.	Viveiros — m. q.	Total — m. q.	Número de ordem
S. José e Camões	1.ª	1.145	4.327,00	3.701,40	1.018,30	10.719,00	107,00	—	19.872,70	1
Santos, Alcântara, etc.	1.ª	563	—	33.217,00	—	—	—	—	33.217,00	2
Campo Grande	1.ª	4.082	150.000,00	47.631,00	3.957,00	586,00	496,00	200,00	202.870,00	3
S. José	3.ª	25	1.727,00	573,00	85,00	904,00	6,00	—	3.295,00	4
Santa Catarina	3.ª	3	605,00	64,10	—	600,00	—	—	1.269,10	5
Anjos	4.ª	23	1.406,00	562,00	—	368,00	—	—	2.336,00	6
Encarnação	2.ª	9	1.347,20	349,00	21,60	789,50	12,00	—	2.519,30	7
Sé	4.ª	6	308,00	308,00	—	—	—	—	616,00	8
Alcântara	2.ª	77	4.633,00	1.075,00	—	600,00	—	16,00	6.324,00	9
Arroios	3.ª	6	738,00	492,00	—	—	—	—	1.230,00	10
Monte Pedral	2.ª	82	1.988,50	3.278,80	—	617,00	8,00	—	5.892,30	11
Pena	1.ª	196	9.463,00	3.088,00	—	3.634,00	30,00	—	16.215,00	12
Penha	4.ª	31	936,00	624,00	—	—	—	—	1.560,00	13
S. Cristóvão	4.ª	4	50,00	258,74	—	—	—	—	308,74	14
Santos	4.ª	18	270,00	200,00	—	88,00	—	—	558,00	15
Arroios	2.ª	15	2.000,00	700,00	—	400,00	—	—	3.100,00	16
Santa Isabel	3.ª	23	873,00	510,00	—	580,00	—	—	1.963,00	17
Arroios	2.ª	44	2.060,00	1.279,00	—	640,00	11,00	—	3.990,00	18
Santa Isabel	3.ª	16	1.175,70	347,00	—	253,30	4,00	—	1.780,00	19
Mercês	1.ª	141	6.612,40	2.746,30	536,80	2.374,00	16,00	—	12.285,50	20
Pena	4.ª	6	834,90	170,00	—	185,60	—	—	1.190,50	21
Santa Isabel	1.ª	838	23.460,00	9.375,00	1.236,00	12.765,00	1.337,00	3.181,00	51.354,00	22
S. Tiago	4.ª	—	533,93	265,76	—	—	—	—	799,69	23
Encarnação	4.ª	11	—	—	—	508,00	—	—	508,00	24
Mártires	4.ª	9	278,34	206,02	—	100,00	—	—	584,36	25
Monte Pedral	3.ª	51	1.234,45	106,00	78,55	293,00	—	—	1.712,00	26
Alcântara	3.ª	64	2.286,00	595,00	77,00	999,00	98,00	—	4.055,00	27
S. Mamede	2.ª	53	2.099,80	3.349,20	—	—	—	1.000,00	6.449,00	28
	4.ª	2	—	—	—	—	—	—	562,95	29
Santos	2.ª	23	1.917,00	2.584,30	—	1.067,70	63,00	—	5.632,00	30
Santos	2.ª	41	2.029,20	1.578,60	—	789,50	12,00	—	4.409,30	31
S. Sebastião	3.ª	—	—	—	—	—	—	—	2.530,00	32
Belém	3.ª	302	—	65,00	—	2.200,00	35,00	—	2.300,00	33
Alcântara	3.ª	25	1.066,00	339,00	—	240,00	—	—	1.645,00	34
A transportar		8.033	226.259,42	119.638,27	7.010,25	42.300,60	2.235,00	4.397,00	404.933,44	

Número de ordem	Nomenclatura	SITUA Local
35	Jardim na Praça David L. da Silva	Poço do Bispo
36	» na Praça D. Luiz	—
37	» na Praça D. Vasco da Gama	Belém
38	» na Praça Duque de Saldanha	—
39	» na Praça José Fontana	Matadouro
40	» Teófilo Braga	Campo de Ourique
41	» Roque Gameiro	Cais do Sodré
42	» do Torel	—
43	Parada dos Prazeres	—
44	Parque Eduardo VII *(a)*	—
45	Parque Silva Pôrto	Benfica
46	Parque Teixeira Rebelo	Largo da Luz
47	Quinta da Calçada *(b)*	Telheiras

(a) A Estufa-Fria, ocupa uma área de 8.898,50 metros quadrados, incluida na área ajardinada.
A área total do Parque Eduardo VII é de 403.268 metros quadrados; sendo 100.356,50 metros quadrados a parte ajardinada.
(b) Não se faz a descriminação das plantações e áreas ocupadas, por não estarem actualizadas no momento da elaboração dêste mapa-relação.

ÇÃO Freguesia	Classificação	Árvores existentes	ÁREAS OCUPADAS POR: Passeios e ruas — m. q.	Plantações — m. q.	Lagos e riachos — m. q.	Arrelvamentos — m. q.	Construções diversas — m. q.	Viveiros — m. q.	Total — m. q.	Número de ordem
Transporte		8.033	226.259,42	119.638,27	7.010,25	43.300,60	2.235,00	4.397,00	404.933,44	
Olivais	3.ª	20	503,00	200,00	—	75,00	—	—	778,00	35
Marquês de Pombal	2.ª	79	3.636,10	1.238,00	—	1.003,80	81,40	—	5.959,30	36
Belém	1.ª	135	4.136,00	25.988,24	—	4.570,26	16,00	1.440,00	36.150,50	37
S. Sebastião	4.ª	19	—	77,00	—	1.000,00	—	—	1.077,00	38
S. Sebastião	2.ª	101	3.005,50	2.110,00	—	950,00	68,50	—	6.134,00	39
Santa Isabel	2.ª	112	2.994,50	971,00	170,00	1.356,00	—	—	5.491,50	40
Mártires e M. de Pombal	3.ª	29	1.366,00	450,00	—	550,00	—	—	2.366,00	41
Pena	3.ª	13	1.648,79	1.000,97	87,41	503,00	18,00	—	3.258,17	42
Santa Isabel	2.ª	148	6.239,18	920,37	—	988,38	3,30	—	8.151,23	43
S. Sebastião	1.ª	2.334	4.645,00	41.350,00	15.963,00	9.500,00	—	20.000,00	100.356,50	44
Benfica	1.ª	7.624	5.049,00	35.045,00	110,00	800,00	—	—	41.004,00	45
Carnide	1.ª	321	10.653,12	443,88	320,00	—	41,00	—	11.458,00	46
S. Sebastião	1.ª	310	—	—	—	—	—	—	215.380,00	47
Somas		19.179	270.135,61	229.432,68	23.660,66	63.597,40	2.463,20	25.837,00	842.497,64	

III — Locais da venda ao público

1) — Viveiros e estufas

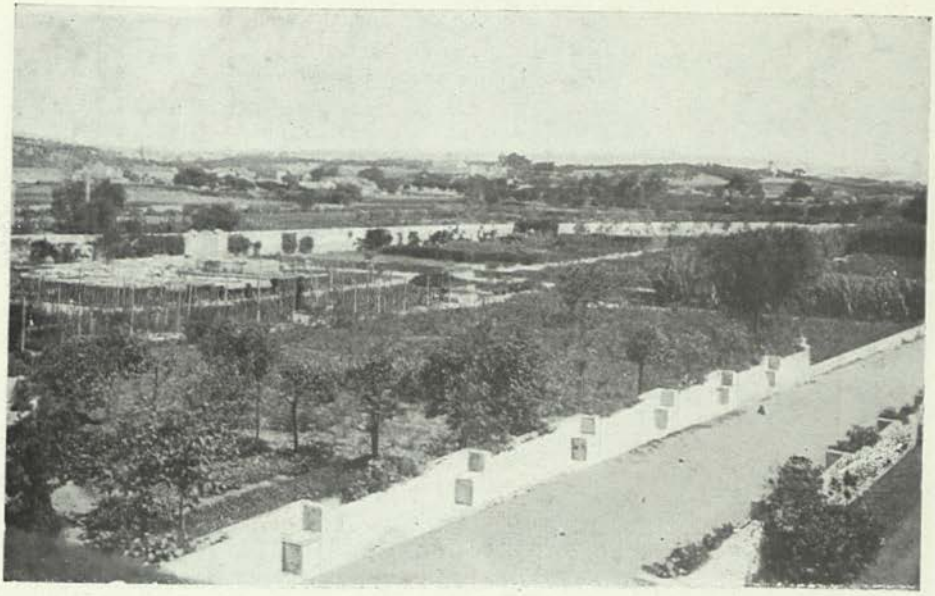
Quinta da Calçada (arvoredos, arbustos e plantas herbáceas).
Parque Eduardo VII (arbustos, plantas ornamentais e plantas herbáceas).
Jardim Guerra Junqueiro (arbustos, plantas vivazes, plantas herbáceas e plantas ornamentais).
Cemitério dos Prazeres (plantas herbáceas).
Cemitério do Alto de S. João (plantas herbáceas).
Jardim D. Vasco da Gama (plantas herbáceas).
Jardim Boto Machado (plantas herbáceas).
Campo 28 de Maio (arvoredo e plantas herbáceas).

2) — Venda de flôres

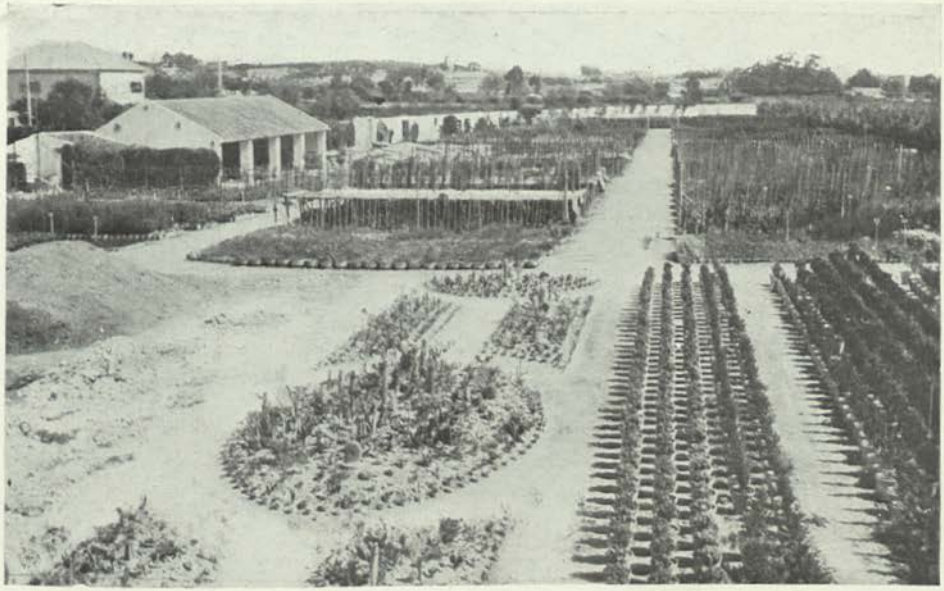
Praça Marquês de Pombal.
Avenida da Liberdade.
Jardim Guerra Junqueiro (Estrêla).
Jardim D. Vasco da Gama (Belém).
Jardim de Braamcamp Freire.
Cemitério do Alto de S. João.
Cemitério dos Prazeres.

3) — Venda de Plantas

Parque Eduardo VII.
Quinta da Calçada.
Jardim Guerra Junqueiro (Estrêla).



Quinta da Calçada



Quinta da Calçada — No primeiro plano: os nove canteiros dos cátos e plantas em vasos



Parque Eduardo VII



Parque Eduardo VII — Recinto junto ao Lago dos Cisnes convertido emesplanada

CAPÍTULO V

Pelouro de Limpeza Urbana

Vereadores:

De Janeiro a Março e Novembro a Dezembro:
Alvaro Nunes Frade

De Abril a Novembro:
Arquitecto Paulino Montez

6.ª Repartição — Limpeza Urbana

Chefe Interino: Dr. José Emílio Sant'Ana da Cunha Castel-Branco

A) — Organização e principais atribuïções

A 6.ª Repartição da C. M. L. encontra-se organizada em conformidade com o que, esquemàticamente, consta do Quadro Sinótico, que a seguir se publica.

À Repartição de Limpeza Urbana, pelos organismos que a constituem, compete:

a) — Remoção do lixo das habitações, lojas, estabelecimentos e edifícios públicos, em conformidade com as Posturas, Editais ou quaisquer regulamentos e deliberações tomadas pela Câmara;

b) — Varredura e remoção das imundícies e lama das praças, ruas e mais vias públicas;

c) — Rega e lavagem das ruas, praças e passeios;

d) — Desobstrução, lavagem, desinfecção e mais limpeza de regueiras, valetas e valas de esgôto, pertencentes ao Município;

e) — Extirpação e remoção de ervas nascidas nas vias públicas;

f) — Lavagem, desinfecção e mais limpeza dos Mercados Municipais, das praças de carroças e de animais, e bem assim dos recantos imundos;

g) — Remoção pronta dos animais mortos encontrados na via pública ou de quaisquer corpos e matérias abandonadas que prejudiquem o trânsito ou a saúde pública;

h) — Extinção de animais nocivos;

i) — Limpeza dos colectores;

j) — Limpeza, tratamento e desinfecção das sargetas e urinois;

k) — Guarda, conservação, limpeza e desinfecção das sentinas públicas;

l) — Guarda, conservação e limpeza dos lavadouros públicos;

m) — Transformação de lixo pelo sistema *Beccari*, nas câmaras de fermentação existentes no Bom Sucesso;

n) — Despejo, limpeza, desinfecção e mais tratamento de fossas;

o) — Remoção dos dejectos das habitações, onde não haja canalização de esgôto;

Além de todo êste serviço, compete-lhe prestar o auxílio de pessoal e transportes, que lhe fiquem disponíveis, aos diversos serviços municipais, bem como o serviço extraordinário e urgente que lhe seja competentemente reclamado, e superiormente autorizado.

A remoção de lama de canos ou de entulhos particulares poderá também ser feita pelas carroças municipais, sem prejuízo dos serviços, e mediante o respectivo pagamento, conforme os preços estabelecidos e aprovados pela C. M. L.

*
* *

Aos diversos organismos da 6.ª Repartição, cabe especialmente:

a) — Ao *Serviço Médico-Veterinário*, dirigir todos os assuntos de caracter clínico-higiénico e sanitário das instalações e dos animais pertencentes ao Município, orientar a captura, recôlha e ocisão dos animais abandonados, encontrados na via pública e daquêles que sejam expontaneamente entregues à guarda do Serviço, e superintender na sanidade geral das dependências do mesmo Serviço;

b) — Aos *Serviços Técnicos de Fiscalização*, a vigilância superior e o fornecimento do pessoal necessário à execução de tôdas as operações de limpeza;

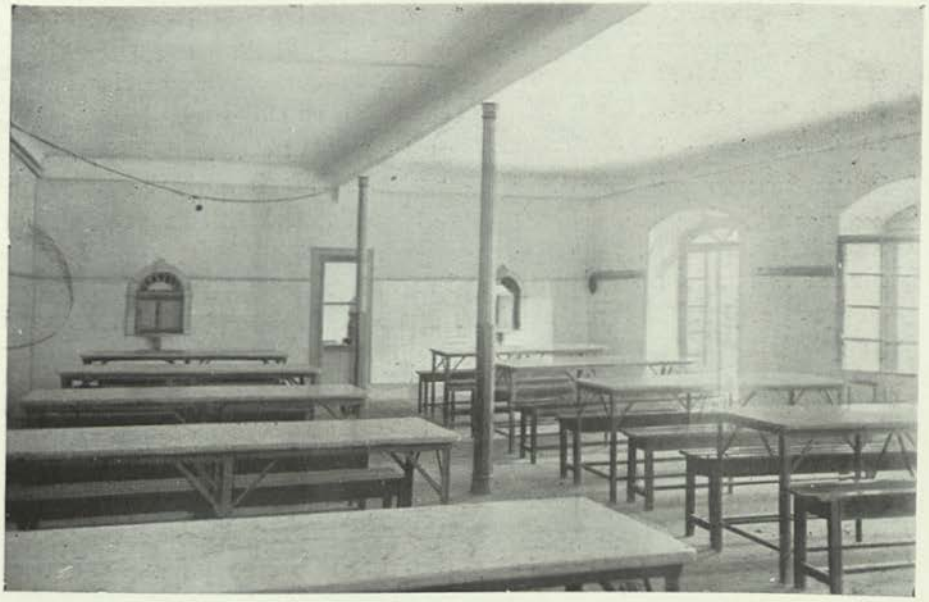
c) — Aos *Serviços Estacionários*, o fornecimento de toda o material circulante, necessário à execução das operações de limpeza;

d) — Aos *Serviços Oficinais Auxiliares*, a execução de todos os trabalhos de reparações, necessários á manutenção dos veículos destinados à limpeza Urbana;

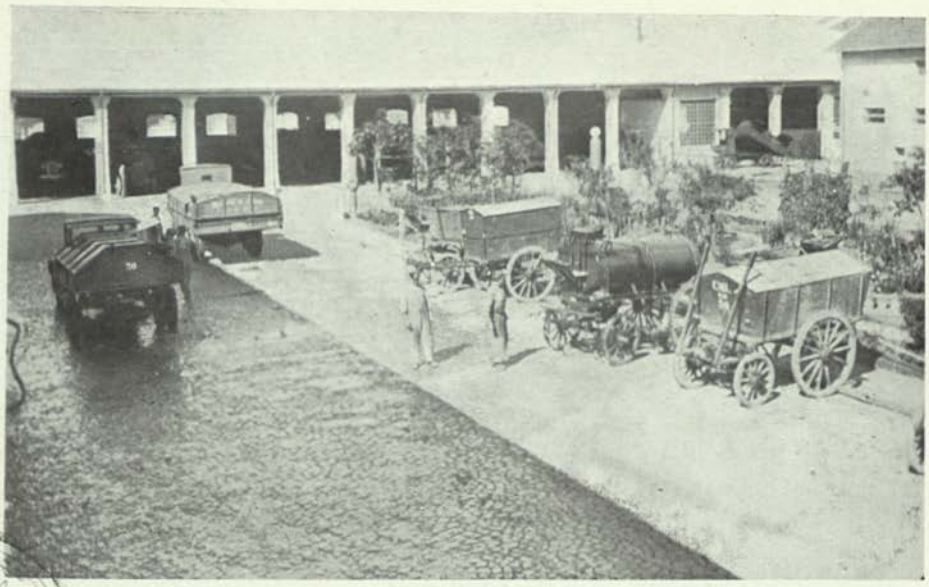
e) — Aos *Orgãos de Administração*, da Repartição de Limpeza Urbana, cabe, especialmente, a gerência dos estabelecimentos industriais de aproveitamento de resíduos urbanos, e a gerência dos estabelecimentos de higiene pública a cargo da Repartição;



Estação Central — Vista geral dos Parques de Viaturas



Estação Central — Refeitório do pessoal



Estação Norte — Abrigo para viaturas

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA



Estação Norte — Refeitório do pessoal

Quadro sinótico da organização da 6.ª Repartição e da sua actuação

- **Orgãos de Direcção**
  - Chefia da Repartição;
  - Secção de Expediente e Contabilidade Privativa;
  - Serviço Médico-Veterinário.
- **Orgãos de execução Técnica**
  - Serviços Técnicos de Fiscalização (Inspecções)
    - Divisionários ...
      - 1.ª Divisão (2.ª/6.ª Zonas);
      - 2.ª Divisão (1.ª, 7.ª/11.ª Zonas;
    - Zonas ..... - (1.ª/11.ª).
  - Serviços Estacionários (5 Estações)
    - Produção e remoção diária
      - Lixo das habitações;
      - Varreduras das ruas;
    - Pessoal ao serviço;
    - Solípedes;
    - Material ao serviço
      - Automóvel;
      - Hipomóvel.
  - Serviços Oficinais auxiliares
    - Automóveis ....
    - Hipomóveis ....
      - Oficinas de pequenas reparações.
  - Serviço de colectores.
- **Orgãos de Administração e serviços administrativos**
  - Aproveitamento industrial dos Resíduos Urbanos
    - Celas *Beccari* (86).
  - Estabelecimentos de Higiene Pública
    - Lavadouros (18);
    - Enxugadouro (1).
    - Sentinas e arinóis
      - Subterrâneos.
  - Serviços remunerados prestados a particulares
    - Técnicos .....
      - Remoção de lixos e lamas;
      - Esgôto e fóssas.
    - Comerciais .....
      - Venda de lixo e venda de estrumes.

B) — Movimento

I — Actuação dos orgãos de execução Técnica

a) — *Serviços Técnicos de Fiscalização (Inspecções):*

1) — *O rendimento dos serviços* — Os principais serviços técnicos da Repartição são constituìdos pela remoção dos lixos das habitações, varreduras, rega e lavagem das vias públicas.

Para execução dêstes serviços está dividida a Cidade, cuja área é de 4.763.818 metros quadrados, aproximadamente, em 2 Divisões, as quais se subdividem em 11 Zonas.

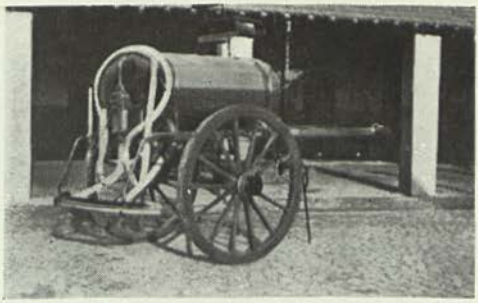
O mapa estatístico n.º 22, que se segue, reporta-se à actuação dos Serviços Técnicos e de Via Pública, da Repartição de Limpeza Urbana, em 1935. Dêsse mapa consta a localização das Sedes dos Postos e Sub-Postos que constituem as 11 Zonas; as áreas das mesmas; os diversos meios de acção; os locais da actuação e a produção-média diária das varreduras e do lixo.

2) — *Como actua o pessoal* — O pessoal encarregado do serviço de limpeza da área urbanizada da Cidade começa o seu serviço diário à 1 hora (madrugada). Para o efeito, é dividido em turnos de 4 horas, da seguinte forma:

1.º Turno — Tem o seu início à 1 hora e termina às 5 horas. Emprega-se nêste turno o número de homens julgado indispensável para varredura braçal, limpeza de sargetas, lavagens e esgôtos de fóssas.

2.º Turno — Inicia-se às 7 horas e 30 minutos e termina às 11 horas e 30 minutos. Êste turno prolonga-se às vezes um pouco, segundo as exigências do serviço, sem que, contudo, se abonem mais Empregam-se nêste serviço (remoção dos lixos das habitações) os jor-

Novo tipo de viaturas
para regas,
estudadas e construidas
nos
Serviços Industriais

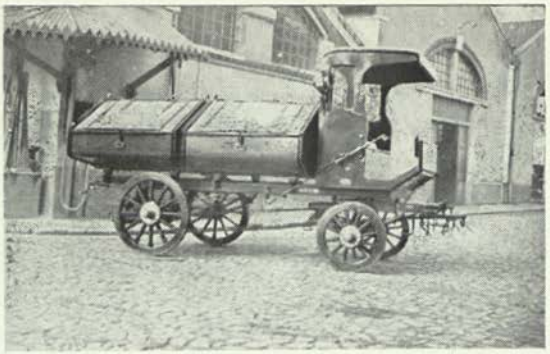








Novo tipo de viaturas
para transporte
de lixos,
estudadas e construidas
nos
Serviços Industriais



Fechada



Aberta

Novo tipo de viaturas
para o transporte de lixos estudadas
de acôrdo
com as indicações fornecidas
pelo Ex.^{mo} Sr. Vereador
Arquitecto Paulino Montez
e construidas
nos Serviços Industriais





Descarga das caixas

naleiros que não trabalharam no 1.º Turno e alguns dêstes que completam as 8 horas de serviço. No 2.º Turno executam-se, também, os serviços de tratamento de mictórios e limpeza de recantos.

3.º Turno — Começa às 14 e termina às 18 horas. Empregam-se nos serviços dêste turno: cantoneiros, para varredura da Cidade com os respectivos carrinhos, lavagens e regas; ou jornaleiros que iniciaram o seu trabalho no 2.º Turno e a parte restante do 1.º Turno.

Com o reduzido número de pessoal existente, para que o serviço fôsse feito como devia ser, era preciso que cada cantoneiro percorresse, por dia, cêrca de oito quilómetros, como fácilmente se verifica sabendo que a área pavimentada da cidade é de 4.763.818 metros quadrados, aproximadamente, admitindo ainda que êsses cantoneiros fôssem, ùnicamente, destinados à varredura da cidade, o que não sucede.

A quilometrágem percorrida diàriamente pelas diferentes espécies de viaturas, é aproximadamente a seguinte:

	Quilómetros
Carrinhos de cantoneiro	411,500
Camiões	520,000
Veículos hipomóveis	1.442,500
Quilometrágem total	2.374,000

b) — *Serviços Estacionários* — Para a completa execução dos serviços de limpeza, existem cinco Estações, a saber: Central, Norte, Oriental, Ocidental e Benfica, as quais estão incumbidas de fornecer o material circulante, quer automóvel, quer hipomóvel, e respectivo gado.

A importância dêstes serviços deduz-se, claramente, da análise do mapa estatístico n.º 23, a seguir publicado.

Dêste mapa se verifica a quantidade de pessoal, material e animais existentes nos Serviços Estacionários, à data de 31 de Dezembro de 1935, bem como a produção aproximada, em toneladas, dos lixos e varreduras, removidos diàriamente para os seus destinos.

c) — *Serviços Oficiais Auxiliares* — Nas oficinas de pequenas reparações, quer automóveis, quer hipomóveis, procede-se à reparação urgente de todo o material circulante de modo a evitar transtornos causados por falta de transportes.

A distribuïção do seu pessoal e as Estações onde presta serviço, constam do seguinte quadro:

a) — *Oficinas de pequenas reparações hipomóveis:*

CLASSES	ESTAÇÕES			
	Central	Norte	Oriental	Totais
Cerralheiro	1	1	—	2
Ferreiro	2	2	1	5
Ajudante de cerralheiro	2	—	—	2
Ajudante de ferreiro	3	2	—	5
Carpinteiro	4	1	1	6
Aprendiz de carpinteiro	1	—	—	1
Pintor	1	1	—	2
Brochante	3	1	—	4
Vassoureiro	1	—	—	1
Correeiro	3	1	—	4
Funileiro	2	—	—	2
Soma	23	9	2	34

b) — *Oficinas de pequenas reparações automóveis:*

CLASSES	ESTAÇÕES			
	Central	Norte	Oriental	Totais
Cerralheiro	6	1	—	7
Ajudante de cerralheiro	1	—	—	1
Ajudante de ferreiro	1	—	—	1
Aprendiz de cerralheiro	2	1	—	3
Soma	10	2	—	12

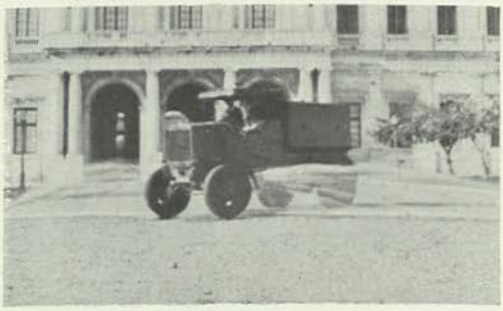
d) — *Serviço de colectores* — Desde 1934 que êste Serviço transitou da Repartição de Engenharia para a Repartição de Limpeza Urbana. Emprega trinta e seis homens.

Em virtude do estado de assoreamento duma grande parte do sistema de rêde de colectores, especialmente na zona mais baixa da

ALGUMAS VIATURAS DO SERVIÇO DE LIMPEZA









1 9 3 5

Cidade, torna-se improfícua a limpeza dos mesmos, ainda prejudicada pela invasão das águas do Tejo, na préiamar. Só se tornará eficiente a referida limpeza, quando a rêde dos colectores desta parte da Cidade fôr totalmente remodelada.

II — Actuação dos órgãos de execução administrativa

a) — *Aproveitamento industrial dos Resíduos Urbanos* — Esta transformação é efectuada nas oitenta e seis celas «Beccari» destinadas a um ensaio de transformação dos lixos verdes em adubo, absorvendo quarenta metros cúbicos de lixo, ou seja cêrca da vigéssima parte da totalidade do que se recolhe diáriamente em tôda a Cidade. Funcionam no Bom Sucesso. Estas instalações estão, por assim dizer, dentro da Cidade, dando origem a reclamações, em virtude do cheiro pestilencial que espalham no local.

A transformação dos lixos em adubo, seria interessante se não fôssem vários inconvenientes que se torna difícil evitar. Estas instalações devem ser postas de parte, procedendo-se à incineração dos lixos em local mais apropriado.

A quantidade de adubo produzido nas celas «Beccari», no decorrer do ano de 1935, montou a duas mil e treze toneladas, cuja venda rendeu a importância de Esc. 38.995$75.

b) — *Estabelecimentos de Higiene Pública* — Durante o mesmo período, as receitas dêstes Serviços e as despesas efectuadas com o respectivo pessoal, foram as seguintes:

	Receitas	Despesas	Déficit
Lavadouros e Enxugadouro	103.883$20	178.750$80	73.867$60
Sentinas públicas	109.191$30	462.528$00	353.336$70

c) — *Serviços remunerados, prestados a particulares:*

1) — *De carácter técnico* — Durante o ano de 1935, os Serviços de Limpeza Urbana cobraram a particulares a quantia de Esc. 19.744$90, proveniente de diversas operações de limpeza e outros serviços.

2) — *De carácter comercial* — Os mesmos Serviços produziram e cobraram as seguintes quantidades e receitas, durante o ano de 1935:

Lixo e varreduras removidos ..... (pela venda e escolha de lixos)	208.000 metros cúbicos	Esc. 202.481$70
Estrume de cavalariças.....	6.456 metros cúbicos	Esc. 1.681$25

A actuação dos Serviços Técnicos e de Via Pública, da 6.ª Repartição-Limpeza Urbana, em 1935

Mapa n.º 24

DESIGNAÇÕES				1.ª DIVISÃO			2.ª DIVISÃO								Totais
			Postos →	2.ª ZONA — Rua do Açúcar	3.ª ZONA — Costa do Castelo	4.ª ZONA — Travessa do Salitre	5.ª ZONA — Largo do Mastro	6.ª ZONA — Rua Aquiles Monteverde	1.ª ZONA — Calçada da Bôa Hora	7.ª ZONA — Avenida Defensores de Chaves	8.ª ZONA — Estrada das Garridas	9.ª ZONA — Rua Cecílio de Sousa	10.ª ZONA — Rua de S. Bernardo	11.ª ZONA — Travessa do Pasteleiro	
			Sub-postos →	Não possui	Largo Chafariz de Dentro	Pátio do Tronco	Rua Santa Bárbara	Rua Santa Bárbara	Edifício dos Serviços Industriais	Não possui	Paço do Lumiar	Rua Vasco da Gama	Rua das Amoreiras	Rocha Conde de Óbidos	
Áreas das zonas em metros quadrados				605.000	430.000	141.000	426.527	380.670	595.000	596.000	623.000	332.000	325.621	309.000	*4.763,818*
Meios de acção	Bôcas de rega	Comuns		87	245	497	311	188	284	284	66	249	128	244	*2,583*
		Para autos de rega		—	—	6	1	5	3	3	2	—	—	—	*20*
	Carrinhos de cantoneiros			217	23	29	20	22	18	18	10	29	18	32	*436*
	Cantoneiros ao serviço			53	76	56	47	62	69	55	31	65	50	50	*614*
Locais da actuação	Vias públicas			230	309	73	138	148	86	86	135	226	133	155	*1.719*
	Praças de veículos			—	—	2	5	7	—	—	—	—	—	4	*18*
	Vazadouros			4	1	1	1	—	1	1	—	—	1	—	*10*
	Depósitos de lixo			—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	—	*2*
	Fossas			44	—	—	—	1	7	7	6	—	—	—	*65*
	Sargetas			855	328	1.072	1.184	1.143	1.149	1.149	713	1.366	1.088	1.397	*11.444*
	Sentinas			—	8	2	2	1	1	—	1	4	3	3	*25*
	Chalés-retretes			1	—	1	—	2	2	1	1	2	1	1	*12*
	Mictórios	Subterrâneos		—	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	*3*
		Tipo francês	3 lugares	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	*1*
			5 »	—	—	—	—	—	—	—	—	4	—	2	*17*
			4 »	—	—	—	5	4	1	1	—	—	4	—	*4*
		Ardósia	2 »	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	*5*
			3 »	—	1	—	—	—	—	—	—	5	—	—	*5*
			4 »	—	2	—	2	—	1	1	1	2	—	1	*9*
			5 »	—	—	1	—	—	1	1	—	3	—	3	*10*
			6 »	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	*1*
		Mármore	2 »	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	*1*
			3 »	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	*2*
			4 »	3	3	1	—	—	—	—	—	—	—	1	*1*
			6 »	—	1	—	2	—	4	4	—	—	1	1	*19*
		Guarita		7	5	—	—	—	1	1	1	—	—	1	*5*
		Comuns		9	—	—	1	3	2	—	3	—	—	3	*24*
Varreduras e lixos produzidos	Média diária	Em metros cúbicos		48,500	74,500	62,500	—	—	—	—	2	1	6	4	*22*
	Média diária	Em metros cúbicos		1,054	1,201	1,250	56,500	79,500	72,500	36,500	24,500	92,500	58,500	57,500	*663,500*
	Por cantoneiro	Área em metros quadrados		15.000	12.000	8.000	1,486	1,500	1,271	0,760	0,844	1,594	1,271	1,306	*1,232*
							18.000	15.000	17.800	23.600	18.050	21.005	21.110	35.555	*18,650*

A actuação técnico-administrativa dos Serviços e os seus

ESTAÇÕES	Produção aproximada em toneladas, dos lixos e varreduras, removidos diàriamente							
	Para as fragatas		Conduzido para diversas quintas			Para as celas «Beccari»		Totais
	Lixo das habitações	Varreduras	Lixo das habitações	Varreduras	Limpeza de mercados	Lixo das habitações	Varreduras	
Central	135	40	27	—	17,5	—	—	*219,5*
Norte	—	—	100	15	3,5	—	—	*118,5*
Oriental	—	—	20	22,5	—	—	—	*42,5*
Ocidental	—	—	—	—	—	18	2	*20*
Benfica	—	—	9	1	—	—	—	*10*
Somas	135	40	156	38,5	21	18	2	*410,5*

OBSERVAÇÕES:

a) — Compreende: Um auto misto (varrer e regar), três autos de regar e três autos de varrer.

b) — Inclui quatro camiões de carga e um auto-ligeiro.

c) — Compreende: Cinco carros para distribuição de água ao povo; quarenta e três carros de rega e oitenta e sete pipas de rega.

d) — Sessenta e três carros de uma muar; vinte carros de parelha e vinte e seis carros de tiro.

e) — Oitenta e duas carrinholas; uma carroça baixa; cinqdenta e cinco carroças covas; dezanove carroças ribeirinhas; cinco carroças para condução de animais; vinte e três vassouras mecânicas e dez viaturas não especificadas.

Estacionários da 6.ª Repartição-Limpeza Urbana meios de acção

Mapa n.º 25

Pessoal ao serviço em 31 de Dezembro de 1935				Solípedes	Material ao serviço em 31 de Dezembro de 1935						
Transportes		Outros serviços	Total		Automóvel			Hipomóvel			
Carroceiros	Chauffeurs e ajudantes				Para rega	Remoções e carga	Total	Para rega	Remoções	Outros serviços	Total
130	18	53	*201*	*137*	5	12	*17*	47	62	73	*182*
90	22	46	*158*	*106*	2	11	*13*	40	36	40	*116*
45	—	22	*67*	*45*	—	—	—	21	5	40	*66*
30	—	18	*48*	*36*	—	—	—	19	6	22	*47*
15	—	18	*33*	*19*	—	—	—	8	—	20	*28*
310	40	157	*507*	*343*	*(a)* 7	*(b)* 23	*30*	*(c)* 135	*(d)* 109	*(e)* 195	*439*

CAPÍTULO VI

Pelouro do Matadouro e Abastecimento de Carnes

Vereador: Álvaro Salvação Barreto

Repartição do Matadouro e Abastecimento de Carnes

Director-Inspector: Dr. Gualdino de Brito Vasques

A) — Organização e principais atribuïções

A 7.ª Repartição da C. M. L., está organizada em conformidade com o que, esquemàticamente, consta do Quadro-Sinótico, a seguir publicado.

*
* *

Fundamentalmente, os Serviços Industriais desta Repartição (Matadouro), funcionam independentemente dos Serviços Comerciais (Abastecimento de Carnes), não mantendo entre si outras relações além daquelas que são inevitáveis entre os mesmos, quando actuam para idêntico fim. Os Serviços Industriais visam a preparação das carnes a fornecer aos habitantes da cidade de Lisboa, por intermédio dos Serviços Comerciais, a preços acessíveis. Êstes Serviços fornecem ao Matadouro as reses bovinas a abater, e recebem a importância da respectiva carne distribuída aos Talhos Municipais e particulares.

Um matadouro moderno é um estabelecimento industrial que visa a triplice finalidade: *a)* transformar em carne sã os animais que lhe são confiados para abater; *b)* preparar os produtos derivados, destinados ao consumo; *c)* aproveitar os sub-produtos, entregando-os ao comércio sob o seu mais alto valor industrial.

O Quadro-Sinótico, já mencionado, dá uma singela ideia das principais atribuïções dos serviços integrados na 7.ª Repartição, bem como da sua actuação simultaneamente técnica e administrativa, isto é, industrial e comercial. Essa actuação começa por ser de ordem comercial (aquisição de gado) passa a industrial (matança e oficinas) e volta a ser comercial (abastecimento dos talhos).

Quadro-Sinótico da organização da 7.ª Repartição e da sua actuação

- *Matadouro* (Serv. Industriais)
  - Serv. burocráticos (1.ª Secção)
    - Expediente;
    - Cadastro do pessoal jornaleiro;
    - Inventário privativo;
    - Estatística do serviço.
  - Serv. administ.os (2.ª Secção)
    - Contabilidade Privativa;
    - Cobradoria.
  - Serv. técnicos (3.ª Secção)
    - Matadouro (Fábrica de produção de carnes)
      - Matança (Oficinas)
        - Abegoarias, ovis e pocilgas.
        - Tripas;
        - Deventres;
        - Miudezas e dobradas;
        - Fusão de sêbo;
        - Sangue;
        - Salgagem;
        - Esterilização;
        - Reparos e consertos;
        - Produção de vapor.
      - Transp. carnes
        - Expedição;
        - Garagem.
        - Oficinas de
          - Reparações;
          - Pintura.
      - Inspecção Técnica .....
        - Em vida e *post-mortem*.
    - Almoxarifado ...
      - Pessoal .....
        - Jornaleiro do Matadouro e do Transporte de Carnes.
      - Armazens;
      - Limpeza do Matadouro;
      - Vigilância das oficinas.
- *Abastecimento de Carnes* (S. Comer.)
  - Serv. de Abastecimento de Carnes
    - Orgãos executivos
      - Expediente e Contabilidade Privativa.
    - Orgão consultivo
      - Comissão de Abastecimento de Carnes.
  - Serv. dos Talhos Municipais
    - Movimento;
    - Tabela de preços.

B) — Movimento

I — Actuação Técnica

a) — Algumas considerações preliminares

Visando a tríplice finalidade dum matadouro moderno, o actual Matadouro de Lisboa, tem-se esforçado por conseguir os seus objectivos, embora trabalhando dentro dos mais precários meios de acção. Contudo, a-pesar-de assim laborar, mantém, ainda, o crédito de estabelecimento sem mácula, quer pelo trabalho executado, quer pela honestidade dos seus processos de actuação, embora haja sido construido para satisfazer as necessidades de metade da população da cidade (600.000 habitantes, actualmente) e labore num meio onde se debatem os mais desencontrados interêsses e se ferem encarniçadas lutas.

Os Serviços Industriais do Pelouro do Matadouro e Abastecimento de Carnes tiveram, durante o ano de 1935, um movimento progressivo que, embora lentamente, se vem notando de ano para ano, como se verifica pela análise dos elementos estatísticos, que documentam a sua actuação.

Para se manter essa progressão, a Comissão Administrativa da C. M. L., autorizou determinadas medidas de simples administração interna, destinadas a permitirem maior desafôgo para os seus serviços e postas em execução durante o ano de 1935, e cuja pormenorizada enunciação consta do *Relatório anual da 7.ª Repartição (1935)*, em publicação.

Resumidamente se enunciam essas medidas:

1) — Ordenação mais eficiente na distribuìção das miudezas dos grandes e pequenos ruminantes, pela construção dum depósito de distribuìção, que está funcionando com pleno exito;

2) — Adopção de um dispositivo que permite a queima dos vapores resultantes da fusão do sêbo, tornando-os quási inodoros, e o seu escoamento, depois de queimados, para a canalização de esgôto, acabando se, assim, com uma das causas que mais concorria para tornar o Matadouro um estabelecimento incómodo e insalubre;

3) — Aquisição de três *chassis*, por intermédio dos Serviços Industriais da C. M. L. e carroçadas nas oficinas do Matadouro, permitindo a distribuïção dos produtos, segundo as suas qualidades e proveniências, proporcionando, também, uma descarga fácil e facilitando a oportuna municipalização do transporte de miudezas em moldes idênticos aos já, há anos, existentes para o transporte de carnes;

4) — Substituïção de três guindastes manuais — empregando seis esforçados homens nos trabalhos elevatórios de suínos — por aparelhos diferenciais eléctricos que, actuando pelo simples contacto de um botão, podem ser comandados por uma criança, permitindo a economia de operários e de esfôrço dispendido;

5) — Adopção da eléctro-narcotização, como processo de matança mais humanitário e eficiente, em substituïção do antigo processo que provocava ruïdosos grunhidos dos animais abatidos, ouvidos a longas distâncias;

6) — Adopção das «mangas» ou «corredores de contenção de gado bravo», permitindo acabar com as correrias que êste gado provocava, durante as quais a vida dos operários corria grave risco e com que se martirizavam os animais, acabando-se, também, com a lenda das touradas no Matadouro;

7) — Distribuição de uma *équipe de trabalho*, constituída por calças-aventais de oleado e grossas botas de couro, aos assalariados que trabalham nas naves e oficinas, e de fatos impermeáveis aos que exercem o seu mister expostos às inclemências do tempo, permitindo-se, assim, aos operários um relativo confôrto e possibilidades de defesa da sua vida;

8) — Instalação de dois refeitórios onde, por turnos de cento e vinte homens, os operários do estabelecimento tomam as suas refeições, o que até então êles faziam nos pátios e oficinas, à laia de piqueniques;

9) — Ampliação do apetrechamento da nave de matança de cavalos para consumo, conseguindo-se abater maior número de animais ao mesmo tempo;

10) — Inauguração da morgue onde se procede à inutilização dos produtos que a Inspecção Técnica declara incapazes de serem consumidos, o que até então se fazia por forma precária, por falta de uma oficina destinada à desnaturação das carcassas e vísceras regeitadas para consumo;

11) — Construção de um desafogado pavilhão — substituindo um abarracamento que, ameaçando ruína desde há muito, se desmoronou — onde se preparam as miudezas, a que já se fez referência, facilitando a boa marcha dos serviços;

12) — Renovação das pinturas, reboucos e estuques caídos, nas diversas dependências do estabelecimento;

13) — Construção de um balneário para o pessoal;

14) — Adaptação de um pátio a recinto privativo do gado bovino adolescente, com as condições precisas para se manterem isoladas das outras reses, desde a sua entrada no Matadouro até ao momento da occisão.

No final do ano e como fecho desta série de pequenos melhoramentos, não foram esquecidas as viúvas e filhos daqueles servidores que a morte ceifou, distribuíndo-se-lhes, na semana do Natal, um bôdo, constituído por um óbulo em dinheiro, às viúvas, e pela distribuição de fato, calçado, boinas, comida e brinquedos aos órfãos. A verba para tal fim foi obtida por subscrição entre todos os que trabalham no Matadouro e ainda com generosas dádivas de pessoas estranhas que quizeram associar-se a esta obra de benemerência.

Com o que fica exposto não houve a pretenção de introduzir modificações profundas no existente por razões de todos conhecidas, entre as quais sobresai a de estar o actual Matadouro destinado a ser substituído por um moderno estabelecimento desta natureza, digno da Cidade de Lisboa.

Pretendeu-se, apenas, adaptar às exigências do serviço, dia a dia mais acentuadas, as minguadas possibilidades que ainda restam para as satisfazer; desejou-se minorar, dentro do possível, o desconfôrto em que, num serviço de laboração contínua, perigoso pela sua insalubridade, trabalha o pessoal do Matadouro.

b) — Movimento do Matadouro

1) — *Produção de Carnes.* — O movimento do Matadouro Municipal de Lisboa, no ano de 1935, mostrou acentuada melhoria no consumo de carne, em relação aos anos anteriores, como se pode observar nos respectivos gráficos, que a seguir se publicam. Acusa a matança de bovinos adultos um sensível aumento, sôbre o ano de 1934, de 1.716 reses, com uma diferença de pêso, para mais no último

ano, de 271.966 quilos. A occisão de vitelas baixou 1.139 cabeças em relação a 1934, com a diferença para menos, em pêso, de 33.602 quilos. Os ovinos sofreram, também, uma baixa de 37.977 animais, abatidos a menos em 1935, totalizando o pêso de 435.365 quilos. O gado suíno foi abatido em maior número em 1935 do que em 1934, com a diferença de pêso, para mais naquele ano, de 629.121 quilos, dados pelo acréscimo de 4.558 cabeças abatidas.

Consumiu, portanto, Lisboa, durante o ano de 1935 mais 432.120 quilos de carne do que no ano de 1934.

Se se ampliar a análise comparativa ao quinquénio compreendido entre 1931 e 1935 observa-se que, exceptuando o ano de 1932 que se aproximou do de 1935, ainda assim com a diferença de 41.959 quilos para menos, todos os restantes ficaram muito áquem de 1935, na quantidade de carne abatida. Não constitui explicação bastante para o aumento notado a enorme afluência de forasteiros por motivo das Festas da Cidade, pois que igual ou maior afluência se verificou em 1934, pelo mesmo motivo. As causas devem ser outras; só o estudo dos mapas estatísticos com as quantidades de carnes entradas pelas barreiras da Cidade permitiria tirar conclusões seguras (1).

Se as estatísticas mostram um movimento animador do Matadouro, a que corresponde, portanto, um correlativo oumento de carne consumida, revelam, em contra partida, um precário estado sanitário do armentio bovino metropolitano e angolano o que constitui causa de avultado número de regeições, post-mortem, em que a tuberculose figura em primeiro logar e a grande distância dos outros «morbus» que determinaram a inutilização de reses para o consumo; só esta doença contribuíu para as rejeições com a percentagem de 52 % sôbre a soma de tôdas as outras causas de inutilização e com 1,9 % no total dos bovinos abatidos. Adiante se verá o prejuízo resultante da rejeição das 980 reses inutilizadas em 1935, pesado encargo que recaíu sôbre os fornecedores de gado e de que a lavoura participou em larga escala.

---

(1) A Polícia Municipal, como já ficou notado, exerceu em 1935 uma notável repressão contra o comércio ilícito de carnes das reses abatidas clandestinamente nas áreas dos concelhos limítrofes.

O exame do respectivo mapa estatístico, que mais adiante se publica, mostra que foram os bovinos africanos que contribuiram com maior percentagem de rejeições, por motivo de tuberculose e de cisticercose, seguidos a distância pelas reses oriundas das Beiras que forneceram avultado número de animais inutilizados por tuberculose.

Enviou o Matadouro para consumo, em 1935, 16.496.732 quilos de carne de diferentes espécies de animais abatidos, com excepção da proveniente dos equinos que, pelo seu número ainda reduzido, não influi senvivelmente no computo da carne consumida.

c) — Rendimento dos produtos e sub-produtos

Não se observa paralelismo entre o aumento global de carne saída do Matadouro e o rendimento de sub-produtos, pelas razões que se passa a expôr para cada um dos que foi preparado nas oficinas do Matadouro.

Sêbo

Examinando o mapa que se segue, observa-se que a produção do sêbo de vaca, quer tripeiro, quer de talho, baixou comparativamente com o produzido e preparado nos anos anteriores.

Anos	AS DIVERSAS ESPÉCIES DE SÊBO						Totais em quilos	
	Vaca		Vitela		Carneiro			
	Rama	Fundido	Rama	Fundido	Rama	Fundido	Rama	Fundido
1931.....	149.327	106.105	9.100	3.752	97.347	52.373	255.780	162.250
1932.....	184.034	131.674	11.528	4.848	99.526	57.117	295.088	193.639
1933.....	170.212	119.063	7.304	3.254	111.403	62.378	288.919	184.695
1934.....	174.185	124.655	11.173	4.773	110.130	57.103	295.488	186.541
1935.....	169.809	118.865	11.085	4.316	93.670	52.404	274.564	175.585
Médias anuais..	169.514	120.072	10.039	4.189	102.415	56.279	281.968	180.540

O motivo de tal baixa tem a sua explicação na existência de 7.830 reses angolanas, entre o total das abatidas, e como, mesmo os melhores animais desta origem, são sempre pouco sebosos e, ainda, porque no número acima indicado houve 3.006 reses de segunda qualidade e 394 de terceira, tôdas estas com rendimento mínimo de sêbo,

a produção foi, como não podia deixar de ser, inferior àqueles anos em que não houve tão elevada percentagem de reses angolanas. E desde que a produção de sêbo em bruto sofreu baixa, o produto preparado acompanhou a depressão. Na respectiva oficina prepararam-se 169.809 quilos de sêbo de vaca que, após a fusão, renderam 118.865 quilos, ou seja uma percentagem de rendimento de 68,2 %.

Para a baixa observada no rendimento de sêbo de vitela e de carneiro, a explicação encontra-se na diminuïção de animais abatidos, relativamente aos anos anteriores, e que foi, em relação a 1934, de menos 1.139 vitelas e 37.977 ovinos, como na devida altura se relatou. A proporcionalidade existente entre o rendimento do sêbo em bruto e o preparado de vitela e de carneiro foi, respectivamente, de 43 % e 62 %.

Sangue

No decorrer do quinquénio 1931/1936 a produção, em quilos, de sangue preparado, foi a seguinte:

1931	98.869
1932	105.106
1933	100.444
1934	102.627
1935	95.079

Os 95.079 quilos de sangue preparado em 1935 acusam, também, baixa sensível, por duas razões: uma, por motivo da diminuição do número de bovinos adolescentes e ovinos abatidos; a outra, porque durante um mês, aproximadamente, não foi possível preparar sangue por motivo de grave desarranjo da velha maquinaria de preparação e por roturas irreparáveis das canalizações de vapor, tão velhas como a caldeira que serviam. A baixa obtida foi, possivelmente, um bem a opôr à aglomeração do produto nos armazéns do Matadouro, sem venda fácil por motivo do seu alto preço, devido à pesada taxa de preparação que sôbre êle incide já.

Tripa

A produção de tripa preparada de vaca, no decorrer do quinquénio 1931/1935, foi a seguinte, em maços de dezassete me-

tros cada (média adoptada desde sempre no Matadouro Municipal de Lisboa):

Tripa de vaca		Tripa de vitela	
1931	36.529	1931	6.064
1932	43.244	1932	6.212
1933	41.074	1933	4.295
1934	43.164	1934	6.401
1935	43.984	1935	5.207

Courama e peles preparadas

Há um absoluto paralelismo entre o número de ruminantes abatidos e a quantidade de courama e peles preparadas e armazenadas, pelo que se considera desnecessário relatar o movimento dos respectivos armazéns, reeditando números já revelados. Os produtos desta categoria, oferecidos à venda, foram os seguintes: couros, peles de vitela, de carneiro e de borrêgo.

* * *

Mais adeante se fará a devida referência aos preços que vigoraram em 1935 para as carnes, produtos e sub-produtos fornecidos Matadouro aos Serviços Comerciais do Pelouro.

c) — Transporte de carnes

Êste serviço, de reconhecida importância, não merece, também, referência estatística especial, porque os números a atribuir-lhe nêste trabalho seriam a reedição dos que foram já inseridos, dada a íntima ligação que existe entre a quantidade de animais abatidos e a sua distribuïção pelos talhos da Cidade, à excepção do Talho Municipal n.º 134, situado no edifício do Matadouro, e dos animais destinados aos Hospitais que são transportados em viaturas privativas.

d) — Inspecção Técnica

Êste importante serviço do Pelouro rejeitou, durante o ano de 1935, como já atrás se notou, novecentas e oitenta reses, que tantas

foram as que se inutilizaram, com o pêso total de 229.157 quilos e que, ao preço médio de Esc. 85$00 cada quinze quilos de carne limpa, ascende à importantíssima cifra de Esc. 1.298.460$00, que foi parcialmente compensada, com a indemnização concedida a oitocentas e trinta e seis reses, num total de Esc. 643.636$80.

O seguinte quadro estatístico demonstra o:

Movimento das reses rejeitadas, no decorrer do quinquénio 1931/1935, com direito a indemnização, destino que foi dado e receita cobrada

Anos	RESES INUTILIZADAS — Totais			DESTINO QUE TIVERAM				Receita cobrada como proveniente da esterilização em Escudos
				Guano		Esterilização		
	N.º de cabeças	Pêso em quilos	Indemnização paga em Escudos	N.º de cabeças	Pêso em quilos	N.º de cabeças	Pêso em quilos	
1931.....	463	91.879	77.178$26	248	48.151	215	43.728	53.326$50
1932.....	364	78.078	65.585$52	212	44.999	152	33.079	44.044$00
1933.....	384	79.467	66.732$28	259	51.616	125	27.849	33.299$00
1934.....	464	99.030	380.760$55	349	73.433	115	25.597	31.321$50
1935.....	836	166.424	643.636$80	716	141.303	120	25.121	29.823$50
Médias anuais..	502	102.978	246.778$70	357	71.901	145	31.075	38.362$90

II — Actuação Administrativa

Os Serviços Comerciais do Pelouro desdobram-se em duas secções, como consta do Quadro-Sinótico publicado: Serviço de Abastecimento de Carnes e Serviço dos Talhos Municipais.

a) — Serviço de Abastecimento de Carnes

Esta Secção exerce a função de reguladora do comércio de reses bovinas adultas e adolescentes, entre o fornecedor e o talho. Constitui, superiormente orientada pelo Presidente da Comissão de Abastecimento de Carnes e Vogal do Pelouro, uma Delegação da C. M. L., a quem incumbe orientar o abastecimento da cidade em carnes daquelas espécies, conduzindo-o de forma que o produtor conte com a fixidez de preços do gado que destina ao Matadouro da Capital, permitindo-lhe, assim, estabelecer, com antecipação, os cálculos da sua exploração pecuária. Liberta-o, portanto, das oscilações que o comércio livre naturalmente provocaria, manobrando os preços conforme as circunstâncias o aconselhassem.

Defende o consumidor porque a fixidez imposta às condições de aquisição determina uma relativa estabilidade para os preços de venda de carne a retalho.

No Relatório anual do Pelouro (1935), historiam-se os mais importantes aspectos que oferece o movimento do Serviço de Abastecimento de Carnes à Cidade de Lisboa, focando-se, especialmente, os que respeitam: *a)* à indiferença da lavoura para com um cliente que lhe consome, aproximadamente, 29.000 bois e 22.000 vitelas anualmente; *b)* às dificuldades provenientes da periódica escassez do gado; *c)* à importação do gado não metropolitano; *d)* à classificação dos bovinos em grupos, segundo as raças, substituída, posteriormente, pela classificação por qualidades; *e)* à supressão das deficiências do abastecimento do gado metropoliiano pelo de origem colonial e insulana; e, finalmente, *f)* à inspecção, em vida, das reses destinadas ao consumo de Lisboa.

As providências adoptadas pelo Pelouro, no sentido de se solucionarem os diversos aspectos focados, permitiram que durante o ano

de 1935 não fossem registadas as prolongadas crises de falta de carne que nos anos anteriores se observaram. Não se quer, com isto, dizer que se tivesse alcançado a normalidade do abastecimento durante o primeiro trimestre, pois que devendo a matança atingir, pelo menos, 2.400 reses por mês, se abateram: em Janeiro, 2.117 bovinos adultos; em Fevereiro, 1.829; em Março, 1.905, num total, durante o trimestre, de 5.851 cabeças, quando deveria ter sido de 7.200. A quantidade de vitelas no mesmo trimestre também não atingiu o número registado em 1932, e que foi de 8.304, ao passo que em 1935 não excedeu 5.304; ainda assim, foi êste ano sensivelmente superior ao de 1933, no qual, em igual período, se abateram apenas 3.310 destas reses.

Fez se o abastecimento da cidade com bovinos adultos de proveniência metropolitana, colonial e insular, nas quantidades a seguir descriminadas:

Origem	QUANTIDADES				Péso limpo em quilos
	Reses	Qualidades			
		1.ª	2.ª	3.ª	
METRÓPOLE:					
Ribatejo	1.264	999	203	62	229.714
Beira	7.009	5.892	975	142	1.818.494
Alentejo	4.628	3.770	776	82	1.185.426
Algarve	249	213	31	5	56.210
Tarina	757	609	123	25	160.945
Soma	13.907	11.483	2.108	316	3.450.789
ILHAS	7.223	4.886	2.058	279	1.400.417
COLÓNIAS	7.830	4.430	3.006	394	1.425.237
Somas totais	28.960	20.799	7.172	989	6.276.443

Não se sobrepõem os numeros inscritos na estatística do movimento do Matadouro aos que se acabam de citar porque, para o quantitativo de cabeças inscritas na Comissão, a contagem do tempo se faz por semanas açougueiras, ao passo que no Matadouro se procede a essa contagem desde 1 de Janeiro a 31 de Dezembro. Há, pois, uma diferença de dois dias, contados a mais para a Comissão de Abastecimento de Carnes e um correlativo aumento de 143 bois, pesando

26.630 quilos. Observa-se, ainda, uma diferença de alguns milhares de quilos de carne representada pela que foi inutilizada em limpezas.

Na última parte dêste trabalho se fará a devida referência às causas que motivam as aspirações do Pelouro em se substituír a Comissão de Abastecimento de Carnes por uma Comissão Orientadora do Comércio de Carnes da Cidade de Lisboa.

b) — Serviço dos Talhos Municipais

Os Talhos Municipais têm por função a venda a retalho, por conta da Câmara, das carnes de vaca, de vitela, de carneiro e de porco. Data a creação dêstes estabelecimentos municipais de 1840, mas a sua completa organização foi estatuída em 20 de Março de 1876, e, desde então, têm funcionado ininterruptamente com grande favor e apreço do público.

As funções que a organização de 1876 lhes atribuiu têm-nas cumprido, agora data, por forma a satisfazerem plenamente os fins que a Câmara de então se propôs, sem que por parte do público tenha havido reclamações que justifiquem o seu desaparecimento. Antes pelo contrário.

A população de Lisboa veria com desgôsto a extinção de tais estabelecimentos, que durante tão dilatados anos tem utilizado com manifesto proveito da sua economia. As tabelas organizadas com os preços, por categorias, das diversas carnes, são cumpridas; a pesagem de carne vendida é, rigorosamente, respeitada; exerce-se, por parte dos Talhos Municipais, aquela acção moralizadora que evita aos seus congéneres particulares a prática de possíveis desmandos no correcto exercício do seu comércio. Não há concorrência desleal por parte da Câmara, porque incidem sôbre os seus talhos todos os encargos tributários, quer do Estado, quer do Município, que oneram os talhos particulares. Reconhecida, ainda hoje, a utilidade da sua missão, seria para desejar que o seu número fosse elevado por forma a existir um em cada bairro da cidade, e que o estado de apresentação na maioria dos existentes fosse melhorado, por forma a constituírem estabelecimentos modelares que sofressem, sem desdouro, o confronto com os outros talhos espalhados pela cidade.

O número de talhos existentes na cidade, actualmente 495, é exagerado para as precisões da população e prejudicial, não só para

os consumidores, como também para os comerciantes de carnes. A concorrência entre êles leva-os a ultrapassar, por vezes, os limites da honestidade comercial; todos os meios são bons para atraír e conservar a clientela. Nesta luta de interêsses, os Talhos Municipais são obrigados a trilhar uma via de trajectória rectilínea que os impede de pôrem em prática os variados processos de que se socorrem os talhos particulares para o desenvolvimento das suas transacções. Assim sendo, já é de pasmar como as vendas não têm baixado mais acentuadamente.

I — Seu movimento

Os catorze talhos da Câmara abateram para consumo da sua clientela, durante o ano de 1935: 1.537 reses bovinas adultas, com o pêso de 334.910 quilos; 967 vitelas, com o pêso de 47.848,5 quilos; 659 porcos, com o pêso de 60.222,5 quilos e 16.310 ovinos com o pêso de 164.260 quilos. Venderam, ainda, 649 fressuras de porco, 963 miudezas de vitela e 1.537 miudezas de vaca.

No Volume II (Anexo Estatístico), serão publicados os desenvolvidos mapas estatísticos referentes ao «Consumo por talho no quinquénio 1931/35, de reses bovinas adultas, adolescentes, ovinas e suinas, fressuras de porco e miudezas de vitela, e respectivas importâncias».

II — Tabela de preços

Os preços que a seguir se anotam, vigoraram com relativa fixidez, não havendo, em relação aos últimos anos, oscilações sensiveis, o que era de prevêr, por se terem mantido os preços do gado no decurso dos anos transactos, sem variantes notáveis:

			Por quilo
Vaca	1.ª categoria	Lombo limpo	15$20
		Pojadouro limpo	12$00
		Rim limpo	12$00
		Língua, Rosbife, Alcátara	8$40
	2.ª categoria	Vasia, Chã de fora, Rabadilha	7$60

			Por quilo
Vaca	3.ª categoria	Assém	6$40
		Pá	
	4.ª categoria	Peito	4$40
		Abas	
		Chambã	
		Cachaço	
	Cebo para pudim		2$40
	Osos		1$20
Vitela	1.ª categoria	Perna limpa	15$60
		Perna	10$00
		Costeletas	8$60
		Pá	7$80
	2.ª categoria	Peito	6$20
Carneiro	1.ª categoria	Perna	6$20
	2.ª categoria	Costeletas e pá	5$00
	3.ª categoria	Peito e cachaço	3$40
Porco	Carne limpa		12$40
	Perna		8$80
	Rosbife		
	Rim		
	Costeleta e pá		8$80
	Toucinho		5$60
	Banha		6$00
	Entrecosto (peito)		6$20
	Chispe		6$40
	Cabeça		5$40
	Fressura		7$00
	Osso		2$00
Miudezas de vaca	Fígado		7$00
	Pele da fressura		4$00
	Coração		3$80
	Carne da cabeça		2$80
	Pivetes		3$00
	Bofe		$80
	Dobrada		4$00
	Beiço		2$80
	Mioleira (cada)		2$00
	Mãos (cada)		3$50

		Por quilo
Despojos	Couros (quinze quilos)	9$41
	Peles de vitela (quilo)	$75
	Peles de carneiro (cada)	14$00
	Peles de borrêgo (cada)	12$00
	Sangue (quilo)	1$20
	Cebo de vaca (quilo)	2$50
	Cebo de vitela (quilo)	2$50
	Tripa de vaca (maço)	8$00
	Tripa de vitela (maço)	3$50

Gráfico XXXVII

Gráfico indicando o número de reses bovinas adolescentes abatidas e pêso em carne limpa durante os anos de 1931 a 1935, gado aprovado para consumo

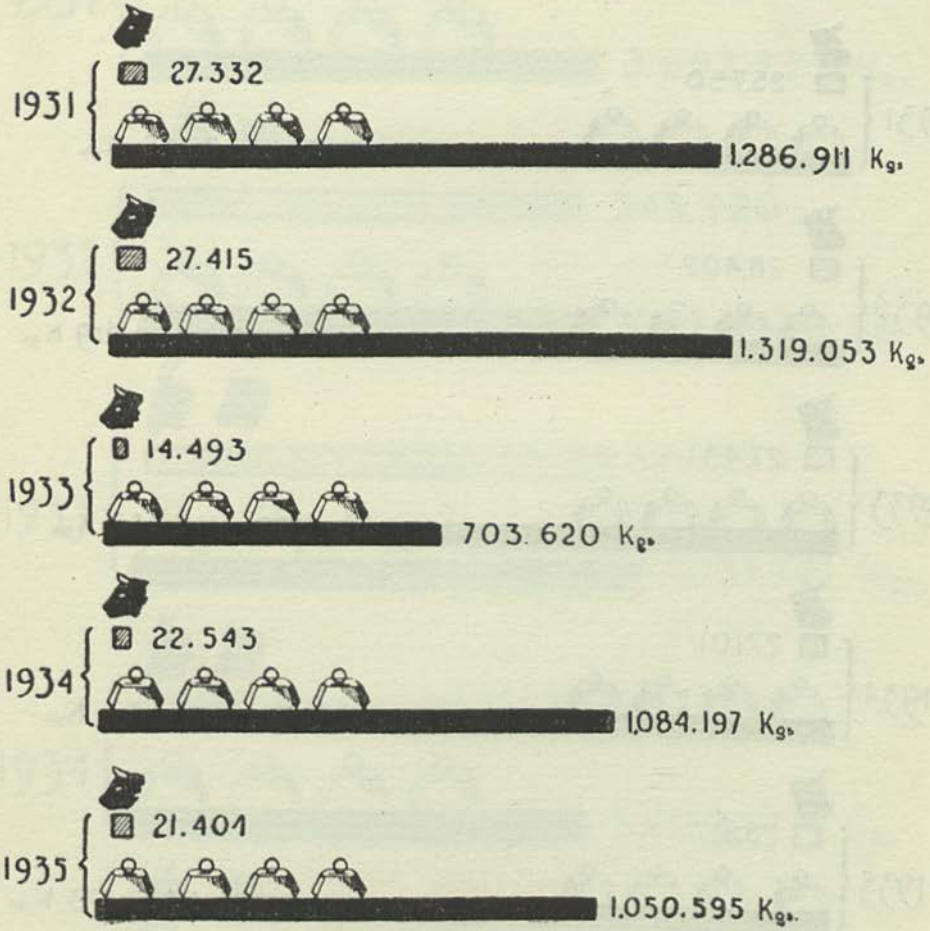


Gráfico indicando o número de reses bovinas abatidas
e pêso em carne limpa durante os anos de 1931 a 1935,
gado aprovado para consumo

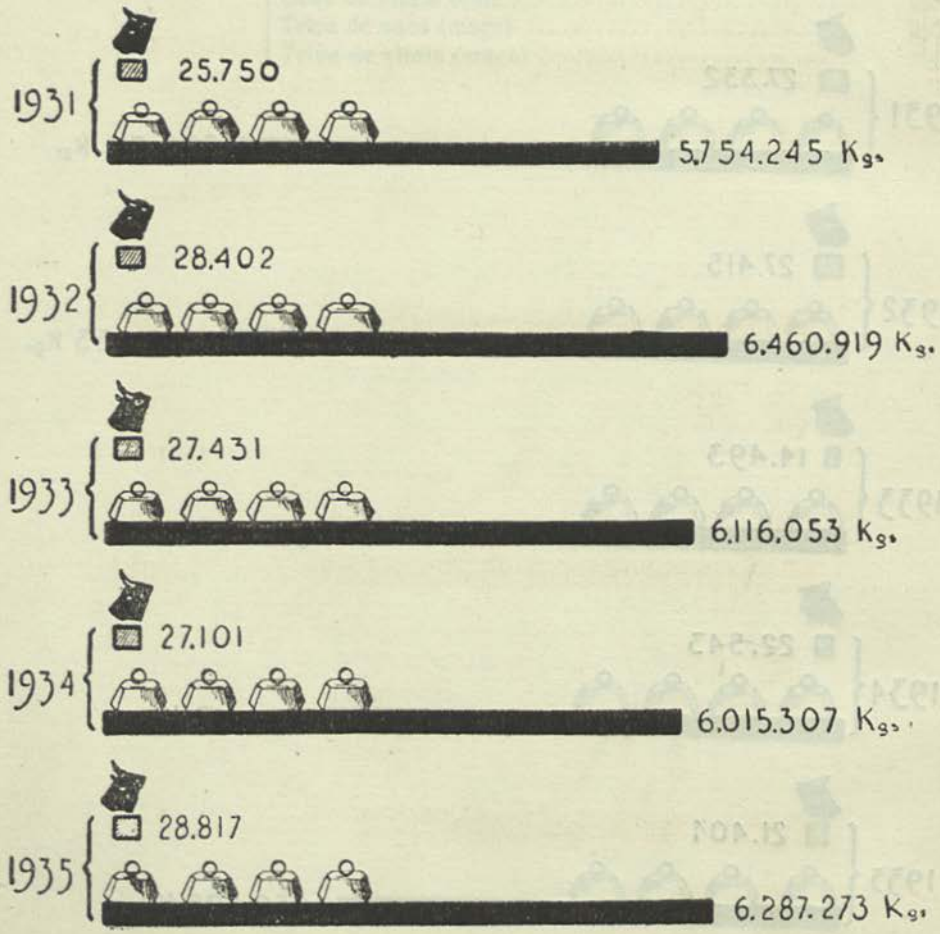


Gráfico XXXIX

Gráfico indicando o número de reses ovinas e caprinas abatidas e pêso em carne limpa durante os anos de 1931 a 1935 gado aprovado para consumo

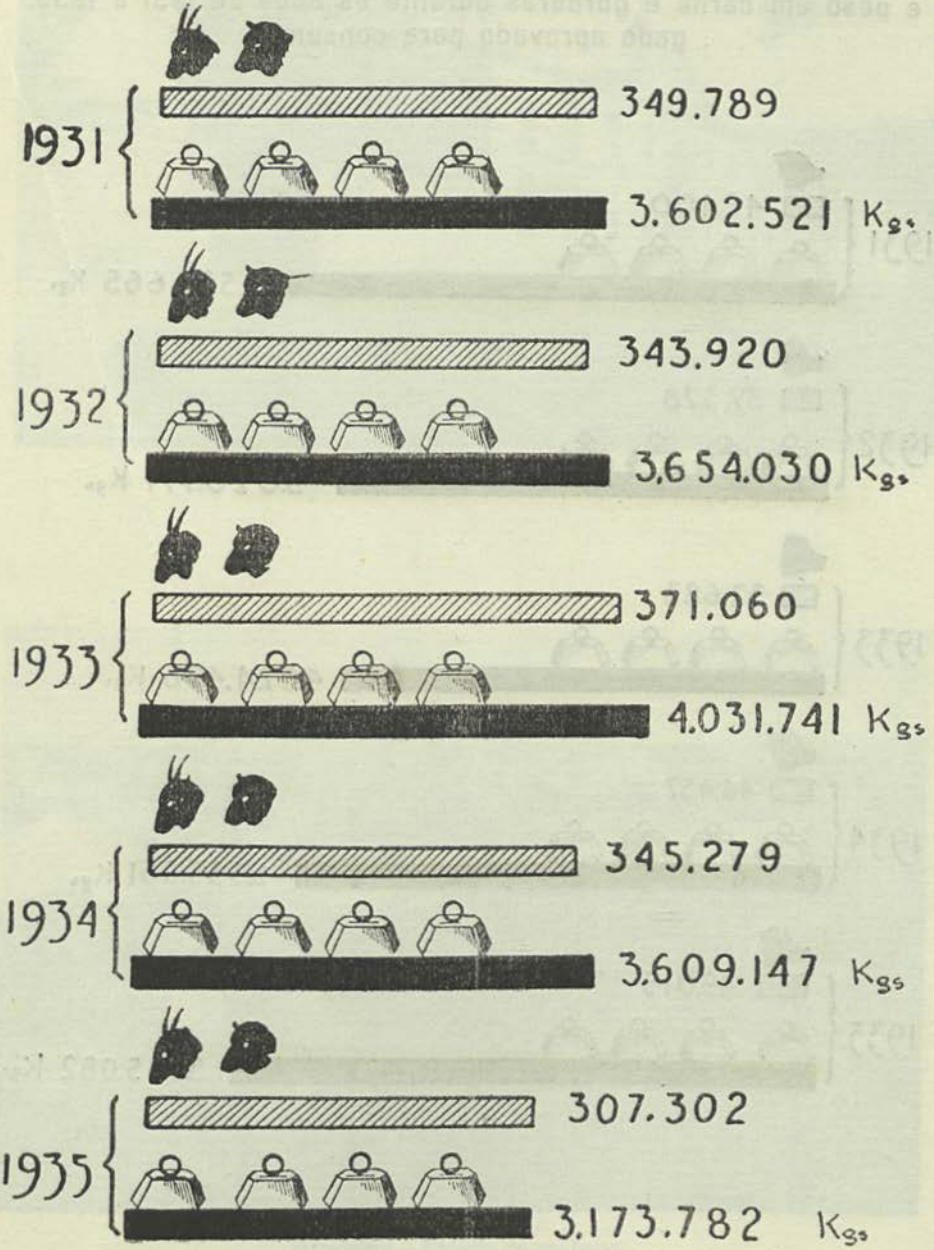
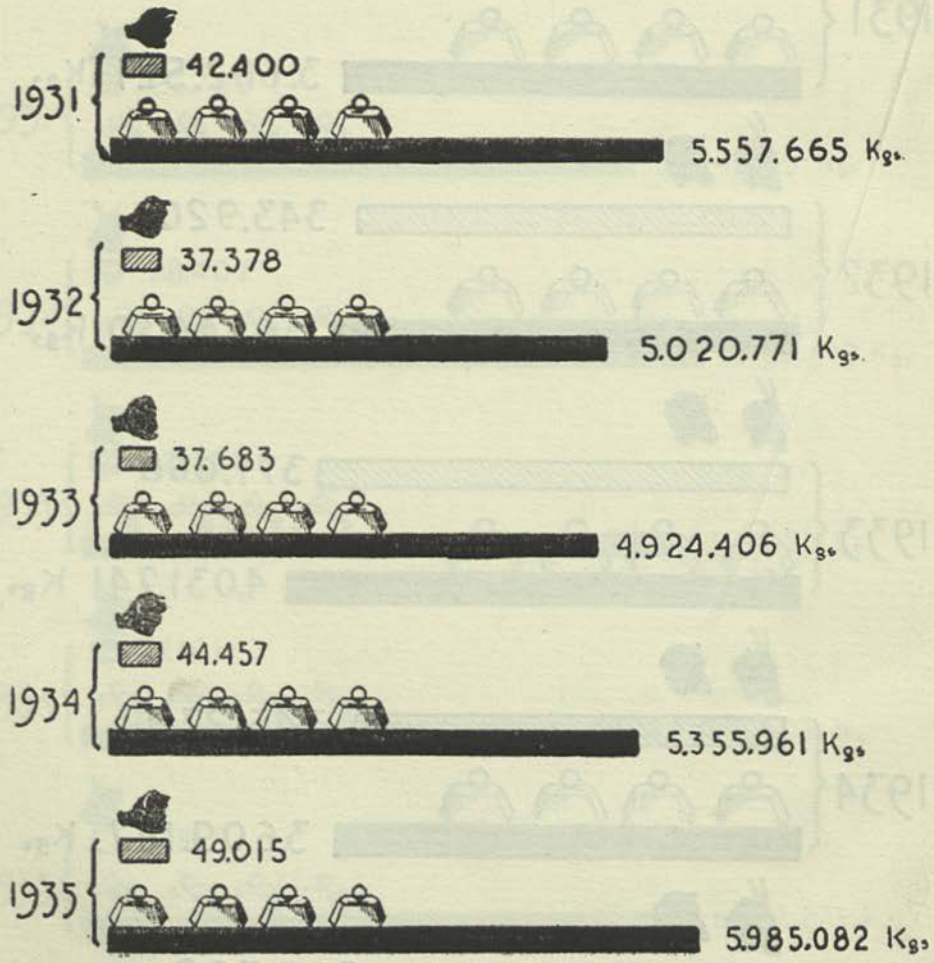


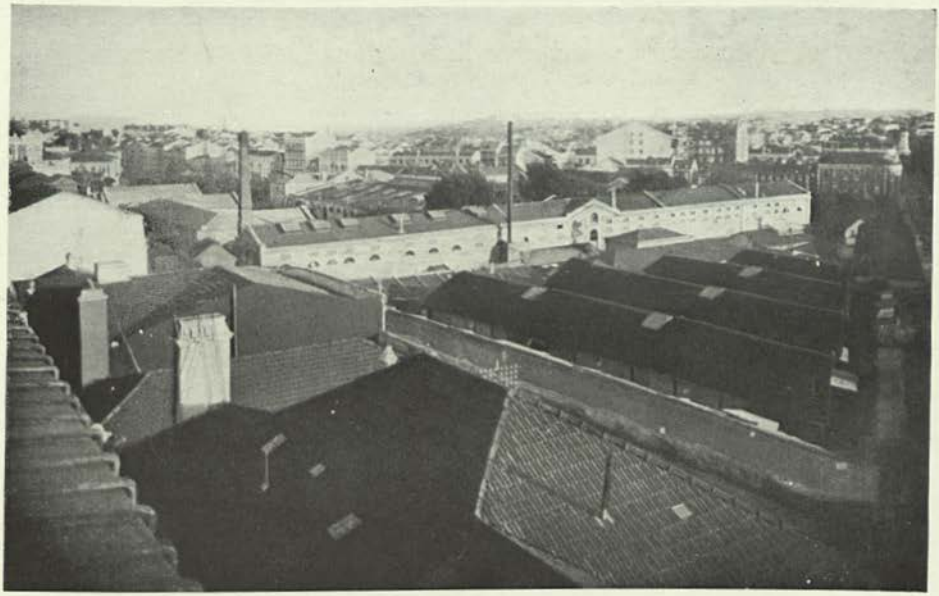
Gráfico XL

Gráfico indicando o número de reses suinas abatidas e pêso em carne e gorduras durante os anos de 1931 a 1935, gado aprovado para consumo

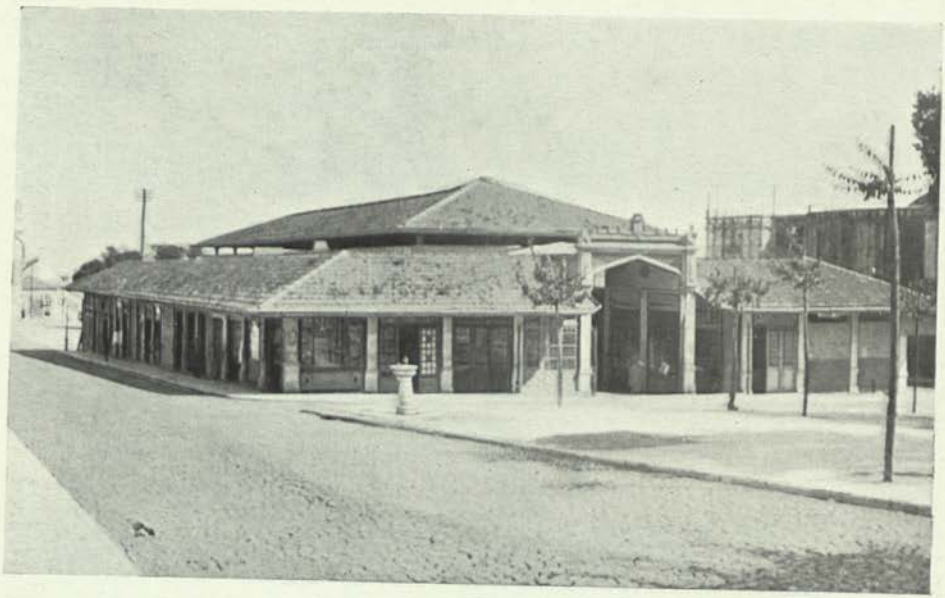




Matadouro Municipal — Fachada principal



Matadouro — Aspecto de conjunto



Mercado do Campo de Santa Clara (Poente)

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

CAPÍTULO VII

Pelouro dos Serviços Sanitários e Mercados

Vereadores:

De Janeiro a Março: Engenheiro André Navarro

Desta data em diante: Álvaro Nunes Frade

e posteriormente Arquitecto Paulino Montez

9.ª Repartição — Inspecção Sanitária e Mercados

Chefe interino: Dr. João Inácio Lopes Ribeiro

A) — Organização e principais atribuïções

A 9.ª Repartição da C. M. L., está organizada em conformidade com o que consta, esquemàticamente, do quadro sinótico que a seguir se publica.

*
* *

Esta Repartição — que compreende o Serviço de Inspecção Sanitária e o Serviço de Mercados, cada um dos quais tem o seu Regulamento privativo — tem por especial missão, quanto ao primeiro dêstes Serviços, o seguinte:

1) — Examinar as carnes frescas, salgadas ou por qualquer forma preparadas, e todos os produtos alimentares de orígem animal, que sejam introduzidos na Cidade, atravez dos Postos Sanitários;

2) — Examinar as aves domésticas, ovos, caça morta, e bem assim os produtos de orígem animal ou vegetal (manteigas, margarinas, queijos, etc.), expostos à venda nos Mercados Municipais e estabelecimentos de qualquer natureza, incluíndo os ambulantes;

3) — Examinar o peixe fresco, sêco, com sal ou por qualquer forma preparado, que se apresente nos Postos Sanitários, nos Mercados Municipais, nos estabelecimentos comerciais e na venda ambulante.

Quanto ao Serviço de Mercados, a Repartição tem por especial missão:

1) — Orientar o funcionamento dos Mercados Abastecedores e retalhistas, sob o ponto de vista sanitário, comercial e administrativo,

proporcionando ao público a facilidade de aquisição, nas melhores condições, dos produtos alimentares de índole dos Mercados;

2) — Promover a instalação dos Mercados em edifícios, constituídos por lojas, bancas e lugares de terrado, situados em locais apropriados, e obedecendo não só aos preceitos higiénicos e de bôa apresentação, mas ainda a normas fixas de administração e disciplina.

Quadro orgânico da organização da 9.ª Repartição e da sua actuação

Secção I do Capítulo VII da Parte IV do «Anuário» — Inspecção Sanitária e Mercados

- Direcção do Serviço
  - Serviços Burocráticos
    - Expediente;
    - Cadastro do pessoal jornaleiro;
    - Inventário privativo;
    - Estatística do Serviço.
  - Serviços Administrativos
    - Contabilidade Privativa;
    - Administração dos Mercados.
  - Serviços Técnicos - Inspecção Sanitária.
- Inspecção Sanitária
  - Zonas Sanitárias
    - 1.ª .....
    - 2.ª .....
    - 3.ª .....
    - 4.ª .....

    Cada zona corresponde a um dos quatro antigos bairros administrativos da Cidade.
  - Postos Sanitários
    - Belém;
    - Alcântara, com Sub-Delegação em Alcântara-Mar;
    - Mercado Central do Peixe;
    - Santos — Entre-pôsto (Delegação Aduaneira);
    - Mercado da Lota;
    - Cais do Sodré;
    - Praça do Comércio — Alfândega Central;
    - Cais dos Soldados, com Sub-Delegação no Jardim do Tabaco;
    - Poço do Bispo, com Sub-Delegação em Braço de Prata;
    - Lumiar;
    - Benfica (Delegação na Estação do Caminho de Ferro e Sub-Delegação em S. Domingos);
    - Rossio;
    - Campolide.

— Mercados

- Abastecedores
  - Central de Peixe (peixe grosso);
  - Lota e lavagem (peixe miúdo);
  - Abastecedor de Frutas e Produtos Hortícolas.
- Consumo, ou retalhistas
  - Municipais
    - Peixe avulso;
    - 24 de Julho;
    - Praça da Figueira;
    - 31 de Janeiro;
    - Belém;
    - Poço dos Mouros;
    - S. Bento;
    - Santa Clara;
    - Xabregas;
    - Poço do Bispo.
  - Concessionários
    - Alcântara;
    - Benfica;
    - Campo de Ourique;
    - Campolide;
    - 1.º de Dezembro.

SUB-SECÇÃO I

Inspecção Sanitária

A) — Actuação

I — Algumas considerações preliminares

a) — De ordem técnica

Da leitura das principais atribuïções do Serviço de Inspecção Sanitária se deduz imediatamente a sua importância sob o aspecto do seu reflexo na saúde pública.

Se se ponderar quantas doenças podem ser originadas por alimentos alterados e impróprios para consumo; se se atender a que uma má alimentação por produtos impróprios, dá lugar a uma série de perturbações, ao enfraquecimento do corpo e do caracter, etc., concluir-se-à que, no dia em que a fiscalização dos produtos alimentares se exercer, em tôda a parte, com a indispensável eficiência, ver-se-à a raça inteira com muito melhor aspecto, quer físico, quer moral.

Os elementos estatísticos que nêste trabalho se patenteiam, referentes às quantidades de produtos inspeccionados, rejeitados e convenientemente inutilizados anualmente, permitem avaliar, nitidamente, dos resultados eficazes da actuação do Serviço de Inspecção Sanitária Municipal, em benefício da saúde pública.

b) — De ordem administrativa

Sob o aspecto económico, os resultados da actuação do Serviço, como se verifica pelos respectivos elementos estatísticos, cifram-se pelo aumento progressivo das suas receitas, de 1930 até ao presente. O imposto e outras taxas cobradas pelo pessoal em 1930, somaram a importância de 1.692.911$00 e atingiram em 1935, a importância de 2.749.873$25.

A Inspecção Sanitária é, pois, um Serviço cujas receitas, não só cobrem a despesa, mas ainda contribuem para os cofres da Fazenda Municipal com uma avultada importância líquida, a qual, desde 1 de

Janeiro de 1926 a 31 de Dezembro de 1935 (dez anos) atingiu, aproximadamente, 13.000 contos, para uma receita bruta do Serviço computada em 20.000 contos.

d)—Melhoramentos introduzidos na actuação do Serviço, desde 1926

Até 1926, o Serviço de Inspecção Sanitária Municipal foi desempenhado nas mais precárias condições, se se atender às péssimas instalações dos Postos Sanitários, à exigüidade do número dos funcionários, à falta de um Regulamento e, ainda, à má organização dos Serviços Técnicos, Administrativos e Burocráticos.

De 1926 até ao presente, têm melhorado, notàvelmente, as condições de funcionamento do serviço, havendo, no entanto, muito ainda que fazer, no sentido de atingir a sua maior eficiência, especialmente no que respeita à saúde pública, como a Direcção do Serviço vem solicitando nos seus Relatórios anuais e em várias exposições e informações, a partir de 1930.

Assim, foi aprovado, em 1927, o Regulamento privativo da Fiscalização Sanitária; estabeleceram-se as normas para a uniformidade da cobrança do imposto sanitário e das outras taxas; iniciou-se uma rigorosa fiscalização sôbre a cobrança, procedendo-se à conferência de senhas das respectivas cadernetas e organizando-se as indispensáveis contas correntes com os Postos Sanitários; organizou-se o cadastro do pessoal; organizou se o inventário de todo o material, mobiliário, instrumentos técnicos e utensílios.

Construiu-se o Pôsto Sanitário da Praça do Comércio, que passou a funcionar no edifício da nova estação do caminho de ferro; construíram-se as novas instalações para os Postos Sanitários do Cais do Sodré e de Alcântara; procedeu-se a obras de reparação e limpeza nas instalações da sede e de vários Postos Sanitários; começaram a funcionar, dependentes do Pôsto de Benfica, e com êle em directa ligação, a Delegação junto da estação do caminho de ferro de Benfica, e a Sub-Delegação na estação do caminho de ferro de S. Domingos. Construiu-se, também, o Pôsto Sanitário no Mercado Abastecedor de Peixe Grosso, em Santos, o recinto privativo destinado à inspecção sanitária de peixe, sua peságem, inutilização e, ainda, uma tulha para o peixe inutilizado; conseguiu-se, sem aumento de despesa para a

Câmara, a remoção dêste peixe, que se faz dàiriamente; estas obras, com outras também muito importantes, realizadas pela C. M. L. nos últimos três anos, trouxeram, como conseqüência, melhorar extraordinàriamente as condições do referido Mercado, quer sob o ponto de vista higiénico, quer sob o ponto de vista administrativo e comercial, quer, ainda, no seu aspecto geral.

Iniciou-se, em 1935, a construção do novo Pôsto Sanitário do Areeiro, já concluído, que servirá de modêlo às construções projectadas dos novos Postos.

Fez-se a aquisição de bastante material técnico de inspecção sanitária, e reparou-se muito outro, como triquinoscópios, material de cirurgia e *dissecção*, etc.; adquiriram-se umas pequenas caixas ambulâncias portáteis, para o Serviço de Inspecção Sanitária, nas Zonas, etc., etc.

II — Movimento estatístico

A sua actuação resumidamente se pode concretizar na enunciação dos seguintes elementos estatísticos:

a) — Produtos de orígem animal entrados na Cidade, pelos Postos Sanitários e aprovados para consumo, durante o ano de 1935; e respectivas receitas

1) — Animais completos (125.570)		12.295$70
2) — Carne em peças e seus derivados	3.166.242 Quilos	1.132.919$80
3) — Peixe	41.761.396 Quilos	823.743$35
4) — Laticínios, (queijo e manteiga)	2.136.009 Quilos	343.875$20
5) — Ovos (3.354.991)		335.499$70
Somas		2.648.333$15
Emolumentos		87.445$00
Impressos		14.095$10
Rendimento total, Esc.		2.749.873$25

b) — Produtos reprovados para consumo, nas Zonas Sanitárias, em 1935

1) — Animais completos (criação 85 e caça 93)	Peças	178
2) — Carne e seus derivados	Quilos	1.490.995
3) — Peixe	Quilos	4.396.490
A transportar		5.887.663

Compradora do Mercado Abastecedor



Inspecção num Mercado Retalhista



Inspecção na venda ambulante



MERCADO ABASTECEDOR DE PEIXE GROSSO (SANTOS)



Aspecto duma descarga



Apresentação do peixe antes da lota

	Transporte		5.887.663
4) — Laticínios		Qailos	96.570
5) — Ovos		Qailos	53.200
6) — Fruta e hortaliça		Qailos	482.350
7) — Bolos, marmelada, calda de tomate e macarronete		Qailos	36.570
	Totais ..... Peças 178 e	Qailos	6.556.175

c) — Produtos reprovados para consumo, nos Postos Sanitários, em 1935

1) — Animais completos	Peças 1.479 e	Qailos	2.316
2) — Carne em peças	422		
Carne de porco	2.638	Qailos	3.060
3) — Peixe		Qailos	5.236.151
4) — Laticínios		Qailos	133
5) — Ovos		Qailos	4
Totais	Peças 1.479 e	Qailos	5.241.664

Gráfico XLI

Serviço de Inspecção Sanitária

Gráfico representativo dos produtos aprovados para consumo nos anos de 1932 a 1935

Serviço de Inspecção Sanitária

Gráfico representativo das percentagens de reprovação nos anos de 1932 a 1935

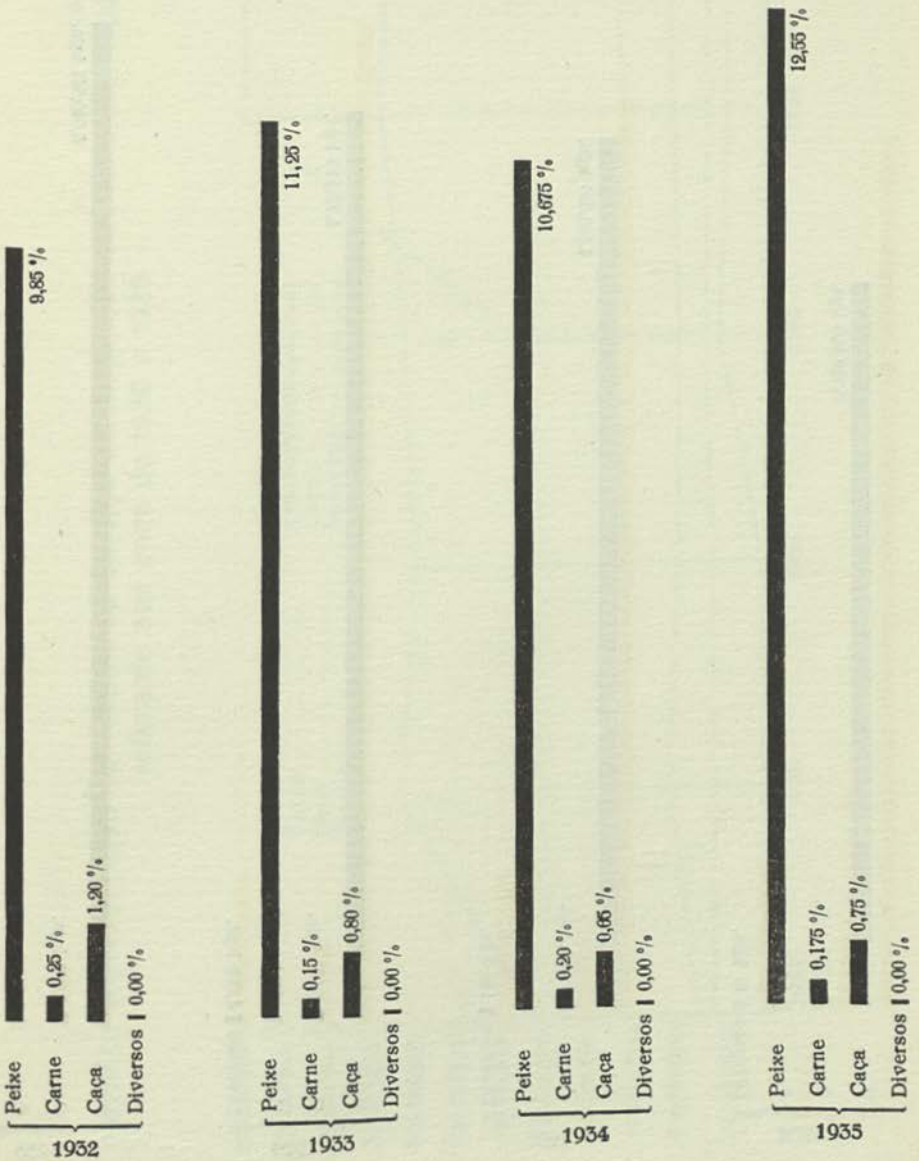


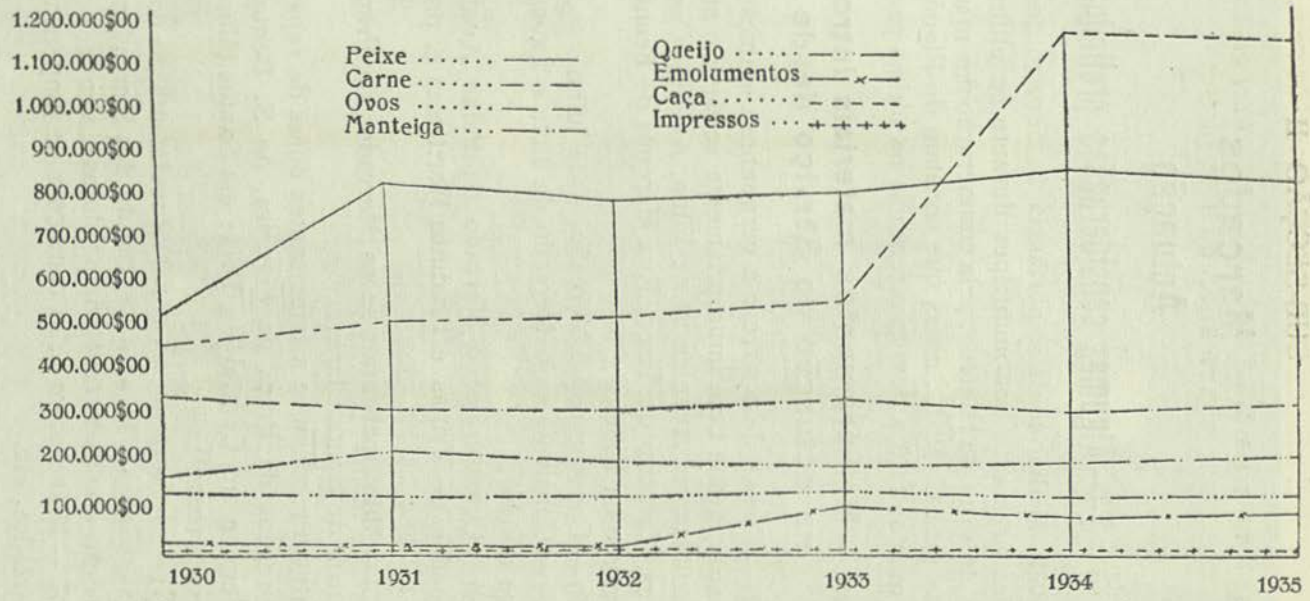
Gráfico XLIII

Serviço de Inspecção Sanitária

Gráfico representativo dos produtos reprovados para consumo nos anos de 1932 a 1935

Gráfico XLIV

Gráfico representativo da receita do Serviço de Inspecção Sanitária por espécies, referente aos anos de 1930 a 1935



SUB-SECÇÃO II

Mercados

Actuação

I — Algumas considerações preliminares

Pode avaliar-se da importância do Serviço dos Mercados e dos benefícios prestados aos munícipes durante os últimos dez anos, sob o ponto de vista da Higiéne, pela enumeração das medidas já postas em execução pela C. M. L., e das que constam do Plano de Melhoramentos, ao qual se fará a devida referência na última parte dêste trabalho.

a) — Melhoramentos materiais introduzidos na actuação do Serviço desde 1926

1) — Fez-se desaparecer a vergonhosa exibição de aglomerados de barracas, a que bem impropriamente se dava o nome de Mercados, e que existiam na Avenida 24 de Julho, Avenida Casal Ribeiro, Largo da Graça, Terreiro do Trigo, Rua Marquês de Fronteira e à beira rio, em Santos e na Ribeira;

2) — Construiu-se o Mercado 24 de Julho;

3) — Construiu-se o Mercado da Lota e Lavagem (Abastecedor de peixe miúdo);

4) — Construiu-se o Mercado de Peixe Avulso (hoje Mercado Abastecedor de Frutas e Produtos Hortícolas e, provisòriamente, de creação);

5) — Municipalizaram-se os Mercados da Praça da Figueira, de S. Bento e de Santa Clara;

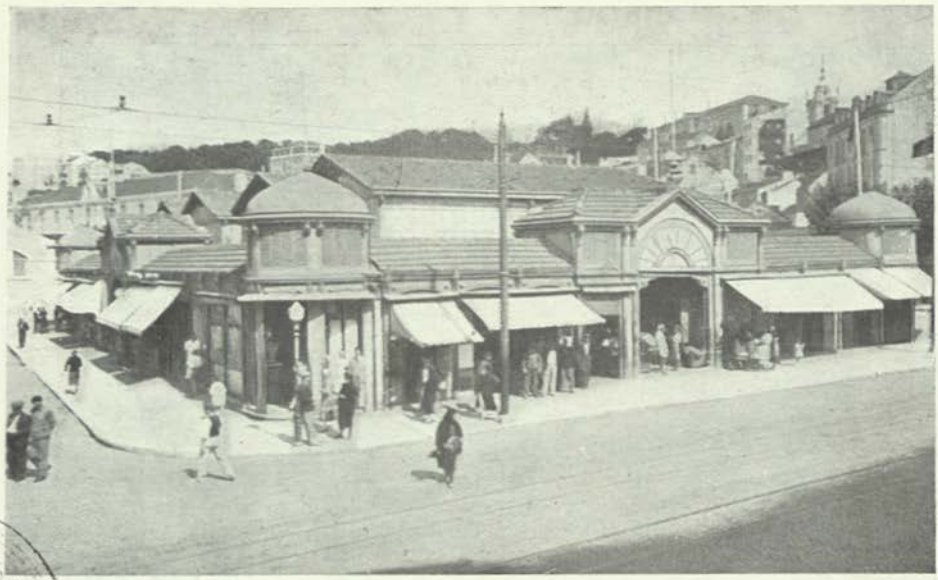
6) — Procedeu-se a importantes obras de reparação e adaptação dos Mercados da Praça da Figueira, de S. Bento, de Santa Clara, de Belém, e no Central de Peixe em Santos (Mercado Abastecedor de Peixe Grosso);

7) — Melhoraram-se, consideravelmente, as condições higiénicas das lojas, bancas e lugares de terrado dos Mercados, no que se refere à exposição e conservação dos produtos à venda;

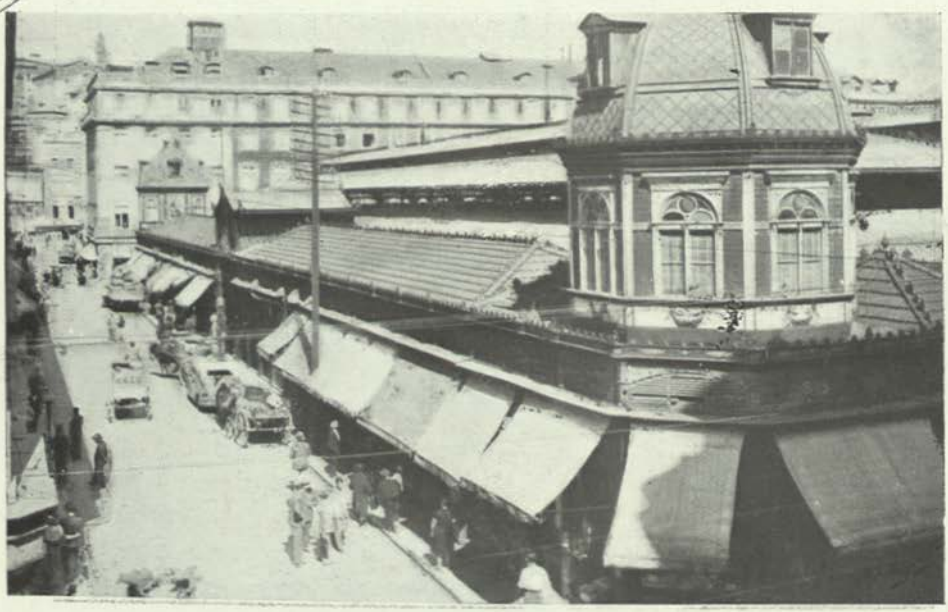
8) — Melhoraram-se as condições de limpeza e remoção de lixos dos Mercados, etc.



Mercado da Ribeira Nova



Mercado de Alcântara



Praça da Figueira — Uma ala (Poente)

b) — Melhoramentos de ordem burocrática e administrativa introduzidos na actuação do Serviço desde 1926

1) — Sob o ponto de vista administrativo e burocrático, organizaram-se os serviços de contabilidade e expediente; cadastro, quer do pessoal, quer dos contribuíntes; conferência de recibos, senhas, etc.; e respectivas contas correntes com os diferentes Mercados, quer municipais, quer concessionários. Nos últimos meses fez-se a revisão dos cadastros dos contribuíntes dos Mercados, da qual resultaram várias medidas tomadas de forma a, dentro da disciplina e ordem indispensáveis, se uniformizarem os averbamentos, de harmonia com as disposições regulamentares em vigor;

2) — Regularizou-se, também, a situação e distribuïção do pessoal de fiscalização, dos moços e dos guardas de sentinas;

3) — Estudou-se e foi aprovado pela C. M. L., o Regulamento do Mercado Abastecedor de Frutas e Produtos Hortícolas, pendente da aprovação de S. Ex.as os Ministros da Agricultura, Comércio e Indústria;

4) — Nomeou se uma comissão para estudar o perfeito funcionamento e condições gerais sanitárias, comerciais e administrativas, dos Mercados Abastecedores e de Consumo, existentes, ou que devem ser criados na cidade de Lisboa. Já foi entregue o relatório da primeira parte dos trabalhos;

5) — Procedeu-se à separação dos dois arquivos: burocrático e administrativo;

6) — Regulamentou-se o acto de licitação de lugares de terrado, bancas e lojas, no sentido de se lavrarem as respectivas actas;

7) — Regularizou-se, de harmonia com o disposto no Regulamento, a situação dos contribuíntes em débito de mensalidades, com manifesto benefício para a Fazenda Municipal, etc., etc.

c) — Considerações de ordem económica

Sob êste aspecto, é também interessante a actuação dêste Serviço.

De 1927 para cá, tem aumentado progressiva e consideràvelmente a receita do Serviço dos Mercados, cujo rendimento bruto atingiu em 1935 a importância de Esc. 10.492.942$80 e o líquido de Esc. 7.087.897$52.

As despesas do Serviço, liquidadas em 1934/35 (18 meses), somaram Esc. 3.403.045$28, importando as respeitantes ao pessoal em serviço, em Esc. 2.499.624$05. As despesas orçadas para 1936 foram Esc. 3.267.274$40.

Até 1927, o Serviço dos Mercados, como se pode deduzir do que fica exposto, tanto sob o aspecto de higiene, como também sob o aspecto administrativo, funcionou nas mais precárias condições. A receita que em 1925 foi de 2.000 contos, passou, em 1928, a mais de 6.700.

II — Movimento estatístico

Em 31 de Dezembro de 1935, encontravam-se inscritos 3.190 contribuíntes dos Mercados Municipais de Lisboa, sendo 2.868 a título permanente e os restantes a título precário. O seguinte mapa indica a sua descriminação.

Mercados	Lojas	Lugar de terrado		Bancas de peixe		Vendedores de carradas	Comissários e mandatários	Vendedores de peixe	Pregoeiros	Intermediários	Comerciantes	Totais
		A título permanente	A título precário	A título permanente	A título precário							
Praça da Figueira	77	481	5	49	—	83	—	—	—	—	—	695
24 de Julho	76	303	12	—	—	106	—	—	—	—	—	497
Central de Peixe	15	5	—	—	—	—	—	—	6	27	—	53
Abastecedor	2	13	—	—	—	—	107	—	—	—	17	139
31 de Janeiro	57	299	1	118	—	85	—	—	—	—	—	560
Peixe Avulso	1	5	—	173	132	—	—	16	—	—	—	327
Lota e Lavagem de Peixe	1	9	—	—	—	—	—	39	—	—	—	49
Poço dos Mouros	16	56	29	17	38	7	—	—	—	—	—	163
Belém	24	111	6	58	12	—	—	—	—	—	—	211
S. Bento	47	167	1	58	1	7	—	—	—	—	—	281
Santa Clara	16	73	20	34	5	—	—	—	—	—	—	148
Poço do Bispo	—	5	16	—	—	—	—	—	—	—	—	21
Xabregas	—	2	44	—	—	—	—	—	—	—	—	46
Somas	332	1.529	134	507	188	288	107	55	6	27	17	3.190

O número global de contribuíntes permanentes nos Mercados Municipais, no período decorrente de 1927 a 1935, foi o seguinte: 1927—885; 1928—1.649; 1929—1.994; 1930—1.991; 1931—2.238; 1932—2.264· 1933—2.236; 1934—2.214; 1935—2.868.

SECÇÃO II

Serviço de Saúde Municipal

Médico-Chefe: Dr. Carlos Gomes da Silva

A) — Organização e principais atribuïções

O Serviço de Saúde Municipal encontra-se organizado em conformidade com o que, esquemàticamente, consta do Quadro sinótico que a seguir se publica.

*
* *

Ao Serviço de Saúde compete essencialmente o seguinte:

1) — Exercer assistência clínica sôbre todo o pessoal camarário, considerado doente ou sinistrado pelo trabalho;

2) — Inspeccionar todo o pessoal candidato à admissão nos serviços municipais, ou a concursos de promoção e, bem assim, o pessoal incapaz para o trabalho ou que requeira aposentação antes do prazo fixado por lei;

3) — Organizar o cadastro sanitário de todo o pessoal camarário;

4) — Dar parecer sôbre concessão de licenças para tratamento ou para convalescença;

5) — Promover o internamento em hospitais, sanatórios ou manicómios, de todo o pessoal que não esteja em condições de ser tratado nos postos clínicos ou no domicílio;

6) — Propôr os meios profiláticos a adoptar em caso de doença infecto-contagiosa, ocorrido em dependências da C. M. L.

Quadro sinótico da organização do Serviço de Saúde Municipal e da sua actuação

- **Inspecção Central (Direcção do Serviço)**
  - Serviços burocráticos
    - Expediente;
    - Cadastro Sanitário do pessoal da C. M. L.;
    - Estatística demografo-sanitária;
    - Arquivo privativo do Serviço.
  - Serviços administrativos
    - Contabilidade privativa;
    - Economato.
  - Serviços técnicos
    - Superintendência clínica.
    - Inspecção ao pessoal candidato à
      - Admissão;
      - Promoção.
    - Fiscalização do pessoal
      - Doente;
      - Sinistrado.
    - Avaliação da incapacidade do pessoal sinistrado;
    - Organização dos processos a submeter à apreciação da Junta Médica Municipal.
- **Assistência Clínica (Meios de acção junto dos doentes e sinistrados)**
  - Postos Clínicos..
    - Central;
    - Norte;
    - Ocidental;
    - Oriental;
    - Matadouro (Sub-Posto).
  - Visitas domiciliárias.
- **Junta Médica Municipal (Organismo deliberativo)**
  - Inspecções ao pessoal;
  - Pareceres a formular.
  - Internamentos em
    - Hospitais;
    - Sanatórios;
    - Manicómios.

B) — Actuação

I — Algumas considerações preliminares

O Serviço de Saúde Municipal é de creação recente (Regulamento de 22 de Junho de 1933), e nasceu da antiga Inspecção Médica Municipal.

O objectivo desta era apenas fiscalizar; o daquele é fiscalizar, assistindo. A Inspecção Médica Municipal simulava uma fiscalização, pois a sua função reduzia-se a tomar conhecimento e assumir responsabilidade das faltas do pessoal doente, sem intervir na orientação do Serviço, procurando obter maior rendimento das ausências do pessoal camarário. O Serviço de Saúde Municipal fiscaliza igualmente, protegendo os serviços camarários, acarinhando o pessoal municipal, quando doente, e cuidando de obter o máximo rendimento dêste, conservando-o afastado do serviço apenas o tempo necessário para o seu tratamento.

A Inspecção Médica Municipal gerou-se em 1909, depois de um longo período em que deixara de existir qualquer género de fiscalização sôbre o pessoal da Câmara.

Os abusos praticados pelo pessoal e a tolerância cúmplice dos dirigentes foi tão manifesta, que houve necessidade de apelar para a Inspecção Médica Municipal, que não satisfez por completo ainda a função desejada.

Esta necessidade crescia dia a dia sem ter obtido solução satisfatória, e assim é que, em 1933, uma comissão, então nomeada, organiza o Regulamento do Serviço de Saúde Municipal.

Iniciada esta função em novos moldes, passando a registar-se as suas diversas fases e todo o seu movimento, organizada a parte burocrática que não existia, instalados sem grandes exigências os postos clínicos, que igualmente não existiam, depressa se reconheceu quais as vantagens na creação dêste novo departamento dentro do Município de Lisboa.

O funcionário e o assalariado, quando doentes, encontram a protecção necessária, ministrada pelo Serviço de Saúde Municipal — assim se depreende da leitura dos mapas descriminativos dos trabalhos executados no Serviço de Saúde Municipal em 1934 e 1935. Os ser-

viços municipais, certamente por esta nova organização, sentiram a sua função com maior rendimento, pois o pessoal ía-se sujeitando à selecção indispensável que a Junta Médica, orgão deliberativo do Serviço de Saúde, cuidava com método e são critério.

Prestar assistência ao pessoal duma corporação administrativa, como é o Município de Lisboa, é colocar na mão da Direcção do Serviço de Saúde, dentro de certos limites, a justificação das faltas cometidas por êsse pessoal, quando doente.

Para que essas faltas sejam reduzidas ao mínimo, unidade de tempo indispensável, para o «restituitio ad integrum», é preciso dispôr dos meios necessários que a ciência médica faculta para que, postos em acção, êles beneficiem o pessoal doente e, *ipso facto*, o serviço municipal a que êste pessoal pertence. Prestar assistência exige bons profissionais, boa aparelhagem e boa instalação.

Na parte final dêste trabalho se fará a devida referência aos melhoramentos a introduzir, para aquele fim, no Serviço de Saúde Municipal.

II — Movimento

Durante o ano de 1935, o Serviço de Saúde Municipal, pelos seus organismos, executou os seguintes trabalhos:

a) — Assistência clínica

1) — EFECTUADA NOS POSTOS CLÍNICOS: — Prestou 8.387 consultas a funcionários sem parte de doente, sendo: 1.845, no Pôsto Central; 2.347, no Pôsto Norte; 1.720, no Pôsto Ocidental; 132, no Pôsto Oriental (inaugurado em Julho de 1935); e 2.343, no Sub-Pôsto do Matadouro. Realizou 17.762 tratamentos a doentes e 6.343 a sinistrados, sendo, respectivamente: no Pôsto Central, 4.190; no Pôsto Norte, 3.997 e 1.061; no Pôsto Ocidental, 4.636 e 1.722; no Pôsto Oriental, 303 e 88; e no Sub-Pôsto do Matadouro, 4.636 e 3.103.

Nos Postos Clínicos foram ministrados 7.200 consultas a funcionários com parte de doente.

2) — VISITAS DOMICILIÁRIAS: — As consultas no domicílio, provenientes das partes de doente, totalizaram 3.616, sendo 1.132 ao pessoal pertencente à Repartição de Engenharia; 1.068, ao da Limpeza Urbana; 568, à Repartição de Cemitérios e Jardins; 436, à Repartição



Serviço de Saúde Municipal



No Pôsto Central



No Pôsto Ocidental



No Pôsto Oriental



do Matadouro e Abastecimento de Carnes, e os restantes ao pessoal dos demais serviços municipais.

As partes de doente apresentadas pelo pessoal da C. M. L. totalizaram 2.704, em 1935, sendo: 1.115, pelo pessoal da Repartição de Engenharia; 869, pelo da Repartição de Limpeza Urbana; 272, pelo da Repartição de Cemitérios e Jardins; 245, pelo da Repartição do Matadouro e Abastecimento de Carnes; e as restantes 203, pelo pessoal dos restantes serviços municipais.

A assistência clínica, conseqüente das 2.704 partes de doente, concedeu 52.209 dias para tratamento, a maior parte a tuberculosos que aguardam o seu internamento sanatorial; não verificou 22 partes de doente; julgou incapazes 29 doentes. Durante o ano faleceram 71 doentes.

b) — Junta Médica Municipal

A actividade dêste organismo deliberativo cifrou-se nas seguintes deliberações: arbitrou vários dias para tratamento a 179 funcionários e assalariados; considerou aptos para o serviço 50 e incapazes 67. Promoveu o internamento, em sanatórios da Assistência Nacional aos Tuberculosos, de 20 funcionários em 1935, e 8 em 1934.

c) — Inspecção Central

Diversos foram os serviços efectuados por seu intermédio em 1935. Realizaram-se 428 inspecções para efeito de admissões, sendo 184 para a Repartição de Engenharia; 145, para a Repartição de Limpeza Urbana, e os restantes para os demais serviços municipais. Para efeito de promoção, foram examinados pela Junta Médica 78 funcionários, dos quais 2 foram julgados incapazes. Em conformidade com a Ordem de Serviço n.º 54, de 28 de Agosto de 1935, — mandando avaliar da capacidade física do pessoal burocrático e do quadro provisório — realizaram se várias Juntas Médicas que examinaram 201 funcionários, sendo julgados aptos 171 e os restantes incapazes.

CAPÍTULO VIII

Pelouro de Ouvidoria

Vereador: Dr. José Maria Dias Ferrão

Serviço de Ouvidoria

Chefe: Dr. Vergílio Saque

A) — Organização e principais atribuïções

Êste serviço encontra-se organizado em conformidade com o que, esquemàticamente, consta do Quadro sinótico que a seguir se publica:

Quadro sinótico da organização do Serviço de Ouvidoria e da sua actuação

OUVIDORIA

- Expediente .....
  - Expediente pròpriamente dito;
  - Inventário privativo;
  - Contabilidade privativa;
  - Estatística de serviço;
  - Processos de concurso;
  - Processos disciplinares.
- Notariado ... .
  - Escrituras;
  - Certidões e públicas formas;
  - Procurações;
  - Abertura de sinais;
  - Inventário, expediente e contabilidade privativas.
- Serviços técnicos .....
  - Pareceres;
  - Processos de Contencioso administrativo;
  - Processos civis, de 1.ª Instância e de recurso;
  - Processos fiscais;
  - Processos dos Tribunais de Trabalho;
  - Serviços de Advocacia;
  - Serviços Judiciais;
  - Serviços do Solicitador.

O Serviço da Ouvidoria divide-se em duas Secções.

Á 1.ª SECÇÃO compete:

a) — Dar parecer escrito e fundamentado sôbre todos os assuntos de natureza jurídica, em que seja consultada.

b) — Estudar, intentar e defender, seguir e dar assistência jurídica a todos os processos forenses ou burocráticos, incluindo as expropriações em que a Câmara seja parte ou interessada, requerendo, alegando, recorrendo e minutando, conforme lhe parecer mais conveniente aos direitos e legítimos interêsses dêste Município.

c) — Dar e seguir também, duma forma geral, todo o expediente jurídico.

d) — Estudar e minutar todos os actos e contratos notariais, que pela sua natureza e importância, careçam dêste prévio estudo, quando êste lhe seja ordenado pela Presidência da Câmara ou pelos Vereadores de qualquer dos Pelouros.

e) — Dar execução às deliberações, despachos e ordens de serviço, que digam respeito a assuntos da sua competência, e coleccionar todas as posturas municipais em vigôr, para formar um código único, de fácil e rápida consulta.

f) — Receber as participações de qualquer crime, infracção penal ou regulamentar, que lhe sejam comunicadas por qualquer dos outros Pelouros.

g) — Organizar os respectivos processos disciplinares, instruí-los, promover todas as diligências indispensáveis para a verificação dos factos e dos seus autores, cúmplices e encobridores, podendo, para isso, requisitar, à Presidência, o auxílio da polícia, e observando em tudo o mais os Regulamentos Municipais e a Lei geral aplicável.

Á 2.ª SECÇÃO compete:

a) — Organizar e ter sempre em ordem e em dia, todo o arquivo notarial.

b) — Lavrar tôdos os actos e contratos em que esta Câmara seja outorgante, precedendo-os das respectivas minutas, que ficarão guardadas e arquivadas, assim como os demais documentos que aos mesmos digam respeito.

c) — Extraír, com prontidão, as certidões que lhe forem pedidas pelos particulares ou ordenadas pela Câmara, com destino às Conservatórias e outras Repartições Públicas ou à Secção do Tombo.

d) — Praticar todos os actos notariais para que tenha competência em face dos regulamentos e da lei geral.

O funcionamento desta nova reforma, poderá ser ainda regulamentada, nos seus detalhes, por uma Ordem de Serviços do respectivo Vereador.

B) — Actuação

I — Algumas considerações preliminares

Pela deliberação de 15 de Junho de 1933, os serviços de contencioso passaram a constituir um Pelouro independente, o da 8.ª Repartição, com a denominação de Ouvidoria, à qual ficaram pertencendo os serviços do antigo contencioso, dirigido pelo até então Advogado-Síndico e os do notariado, até aí, nos termos do art. 10.º da Lei 1.453, de 26 de Julho de 1923, a cargo do Chefe da Secretaria da Câmara, mas desde a publicação do Decreto 22.657, de 13 de Junho de 1933, a cargo de um diplomado em Direito, com concurso de notário.

Assim ficou a Ouvidoria com mais os serviços de notariado e ainda outro não menos importante qual é o que se refere à instrução e organização dos processos disciplinares, que a êsse Pelouro foi, de novo, atribuido, atendendo-se à circunstância de nessa instrução e organização se deverem seguir preceitos de direito e fórmulas processoais, para que a Ouvidoria estava melhor preparada.

Mantem-se, também, na Ouvidoria, outro serviço não menos trabalhoso, dado o facto da realização nestes últimos tempos de muitos concursos de admissão e promoção de pessoal, ou seja, o de pareceres nos termos do art. 80.º da Organização de Serviços de 14 de Março de 1923, sôbre todos os processos de concursos, os quais demandam o exame de tôda a documentação junta pelos candidatos.

De todos estes serviços, o único que produz receita directa é o do notariado; todos os demais, especialmente o contencioso na parte que se refere aos pleitos judiciais, contribui, é bem evidente, pela defesa dos direitos e interesses da Câmara confiada ao Ouvidor e seu Adjunto, para que esta, por vezes, evite encargos que se traduzem sempre num valor, monetário ou não, e finalmente para que se mantenha íntegro, em face da lei, o prestígio e a autoridade do corpo administrativo, o que não é indeferente a um organismo com autoridade pública.

Ainda, com os processos disciplinares, contribui a Ouvidoria com a sua intervenção, para que se mantenham, a dentro dos serviços, o cuidado, zêlo, diligência e inteligência, de que carecem e de que necessitam impreterivelmente os serviços públicos, como meio de seu

aperfeiçoamento e progresso. Estes vivem pelos actos dos seus servidores e é por isso, que da competência dos funcionários, do seu zêlo e moralidade, depende o conceito em que são tidos pelo público.

Muitas são as acções, que nos termos do Decreto 902, de 30 de Setembro de 1914, a Ouvidoria é chamada a distribuir nos Tribunais. Da sua intervenção nestes casos, que se referem á infracção pela realização de obras sem licença camarária, resulta uma receita apreciável nos casos dos infractores virem, como muitos vêm, depois da acção distribuida, legalizar as construções, se são legalizáveis, pagando, além das despesas normais, as taxas de licença ao dôbro. Mas mais ainda; a distribuìção dessas acções, contribui para a pouco e pouco se darem menos infracções, estabelecendo-se a moralidade no que respeita à construção urbana dentro de Lisboa, sua fiscalização, segurança e respeito pelas regras de higiene e salubridade.

Também a intervenção dêste Serviço se dá com muita freqüência, nos casos de ter de fazer respeitar perante os Tribunais do Contencioso Administrativo, as deliberações camarárias, que mandam demolir prédios em ruina total ou parcial. A intervenção da Câmara neste caso, é em nome do bem público e da defesa dos transeuntes e das pessoas que habitam em prédios nessas condições, mas traduz-se numa obra de moralidade e defesa, que é, sem dúvida, mais um benefício, para o qual a Ouvidoria dá o seu melhor quinhão.

Isto, sem falar nas demais acções judiciais, fiscais, administrativas e dos Tribunais do Trabalho, em que se pedem indemnizações à Câmara ou em que os autores ou reclamantes pretendem fazer valer seus direitos e interesses, contrários aos da Câmara ou em excesso, e ainda nas de expropriações, em que também a Ouvidoria concorre com uma forte parcela, para o problema da expansão, progresso e aformoseamento da Cidade. Os serviços forenses obrigam-na a manter um contacto permanente com todos os demais serviços da Câmara e ao conhecimento do modo de funcionamento dêstes.

A importância do serviço de consulta, jurídica e administrativa, é palpável, se se tiver em atenção que sôbre ela se louva a Comissão Administrativa da C. M. L., para tomar as suas mais importantes resoluções, dentro da obediência devida às leis e da manutenção do prestígio que dessa obediência resulta, e de modo a que se possa considerar, com justiça, um organismo legalista.

É importante a acção da Ouvidoria sob o aspecto fiscal do cumprimento das leis, regulamentos e posturas administrativas e deliberações, pois que em assuntos afectos a seu parecer, orienta os serviços na conduta a tomar, para que o seu trabalho se adapte a êsses preceitos legais e regulamentares e quando reconhece que tais serviços seguem orientação errada, sob êsse aspecto, encarreira-os de modo a que a resolução final do caso, o seja, dentro das normas jurídicas. Por vezes, elabora a Ouvidoria, propostas complementares doutras já aprovadas e que se julgam necessárias para que o assunto, a-final, seja resolvido conforme os preceitos jurídicos e regulamentares.

II — Movimento do Serviço

Durante êste ano efectuou-se o seguinte movimento:

a) — Movimento de Expediente

Processos entrados, 2.037; ofícios recebidos, 669; pareceres dados, 1.199; ofícios expedidos, 940; comunicações expedidas, 243; verbetes elaborados, 5.199; no total geral de 10.287.

b) — Serviços de Contabilidade

Fôlhas de vencimento elaboradas (em duplicado), 180; salários (em duplicado), 77; resumos (em duplicados), 18; requisições de fundos, 113; guias de entrega, 149; processos, liquidação de despesa, 65; no total geral de 602.

c) — Serviços Judiciais

Acções ordinárias, 8; acção especial, 1; reclamações administrativas, 20; acidentes no trabalho, 4; expropriações, 11; execuções fiscais, 3; embargos de terceiros, 1; propriedade industrial, 1; Decreto n.º 902, 89; no total geral de 138.

d) — Serviço de Notariado

Escrituras lavradas, 335 (excluindo as respectivas minutas e capas dos documentos de escritura); certidões, 445; certidões de expropriações, 302; procurações, 103.

e) — Serviço de Solicitador

Requerimentos por ano para Conservatórias e Repartições de Finanças, 600, e reclamações nas matrizes, 10.

Nestes dados estatísticos não está pormenorizada, por impossível, a intervenção detalhada dos Ouvidores, como Advogados e do Solicitador da Câmara, nos processos forenses e que demandam além de esfôrço e trabalho, de uma assistência técnica, cuidada, especial e profissional, mas tudo contribui para demonstrar a necessidade de serem mantidos e conservados, por ventura ainda, tornando-os mais eficientes os serviços da Ouvidoria, como organismo indispensável e imprescindível à boa administração do Município.

PARTE V

Trabalhos em curso e aspirações

CAPÍTULO I

Pelouro da Presidência

SECÇÃO I

Secretaria Geral

A Repartição de Ouvidoria e a Secção de Propaganda e Turismo, que funcionavam em duas das salas do andar nobre dos Paços do Concelho, foram transferidas para o último andar, ficando, assim, todo o 1.º piso destinado unicamente a salas de recepção e gabinetes da Presidência e de Vereadores. Esta resolução da Presidência, bem como a instalação num edifício da Rua do Arco do Cego, da 5.ª Repartição (Cemitérios e Jardins), fazem parte do plano de integração dos Paços do Concelho a Palácio Municipal.

Foram iniciadas as obras de restauro e de ornamentação do gabinete e ante-câmara da Presidência, cujo traçado de melhoramentos foi entregue aos arquitectos Rebelo de Andrade.

Com o fim, também, de acabar com o aspecto desagradável da colocação de chapéus sobretudos, etc., dentro dos gabinetes e secções de trabalho, a Presidência resolveu mandar fazer, no último andar, pequenas cabines, em número de 189, e destinadas não só ao pessoal burocrático, mas também a todo o pessoal menor e externo do Município. Êste trabalho foi iniciado nos últimos meses de 1935.

O arranjo de todas as salas do andar nobre dos Paços do Concelho, têm merecido a atenção da Presidência da Comissão Administrativa.

A falta de mobiliário e a pobreza e mau gôsto da decoração da maioria das salas dêste andar, levaram a Presidência a mandar elaborar um trabalho de conjunto do restauro e melhor distribuìção dos gabinetes destinados às sessões públicas, sessões preparatórias e de trabalho do Presidente e sua ante-câmara e de todos os Vereadores da Comissão Administrativa.

As três salas principais do edifício, salão nobre e as duas que lhe são contíguas, servirão unicamente para as recepções da Câmara. Necessitam de serem ornamentadas (mobiliário, lustres, carpetes, etc.), de forma condigna com a grandeza e imponência de que deve ser revestido todo o edifício.

Com destino ao salão nobre foram mandadas executar, pelos escultores Maximiano Alves e Francisco Franco, os bustos de Suas

Excelências os Presidentes da República e do Conselho, homenagem que o Município conta prestar no dia 25 de Outubro de 1936, dia do feriado da Cidade.

Existindo vago um dos painéis que ornamentam a sala do lado esquerdo do salão nobre, e dada a circunstância dos outros dois serem ocupados com quadros representando as figuras do Dr. Miguel Bombarda e Almirante Reis, é também do preparo dêste arranjo a execução de um quadro com a figura do 1.º Presidente da República, Dr. Manuel de Arriaga.

* * *

Dentro em breve será instalado nos Paços do Concelho aquecimento central, importante melhoramento cuja necessidade bastante se faz sentir.

A entrada nobre dos Paços do Concelho, dada não só à grandeza arquitectónica da escadaria, mas ainda a importância que deve ter, como acesso principal a todos os gabinetes e salões do edifício, não pode servir de acesso também aos milhares de munícipes que vêm diàriamente tirar as suas licenças.

Impõe-se, como medida necessária e urgente, o descongestionamento da entrada e saída obrigatória pela parte principal.

Seguindo êste critério, torna-se necessário que todas as Secções da Repartição de Impostos e Licenças, fiquem situadas na ala direita do edifício, com entrada privativa pela Rua do Arsenal, por onde se passaria a efectuar o movimento proveniente do pagamento das licenças.

Êste serviço seria, ainda, descentralizado, com a instalação de vários departamentos nos locais excêntricos da cidade, como tais: Alcântara, Poço do Bispo, Arco do Cego .....

.....

A Polícia Municipal que hoje ocupa as salas (à direita), contígua à entrada nobre, passaria para um dos edifícios dependentes da Câmara, dando lugar a que os outros serviços que tenham necessidade do contacto com o público, fiquem situados no primeiro pavimento com entrada directa e portanto dependente da principal.

Os Serviços de Urbanização, Arquitectura e Planta da Cidade, passariam a ocupar novas dependências, visto (e muito principalmente o primeiro dêstes Serviços), terem grande afluência de munícipes.

Assim o edifício dos Paços do Concelho, seria integrado na sua feição verdadeira de Palácio Municipal e destinado sòmente a salas de recepção, de sessões públicas e preparatórias, gabinetes da Presidência e de Vereadores (2.º piso), Secretaria Geral e Finanças (3.º piso), Ouvidoria e Arquivo (4.º piso) e no 1.º pavimento, como ficou dito, Repartição de Impostos e Licenças (Pôsto Central da Cidade), Tesouraria e Arquivo Geral.

Batalhão de Sapadores Bombeiros

Não cabe, no acanhado âmbito que a estas palavras deve competir, um relato pormenorizado das múltiplas e variadas funções que não podem deixar de assistir a êste Batalhão, dentro do plano geral da defesa passiva de Lisboa.

Tais funções, sob directrizes naturalmente gizadas pelo Conselho Superior de Defesa Nacional, e a executar e fiscalizar pelo Comando dêste Batalhão, devem ser postas em prática com urgência, dado o atrazo em que, dentro de tal Capítulo, nos encontramos em relação à grande maioria dos outros povos civilizados.

Nada se pode dizer, por enquanto, sôbre as directrizes a adoptar neste assunto, visto isso exceder a competência dêste Batalhão; no entanto, partindo do princípio que elas não devem divergir, nas suas bases fundamentais, daquilo que em outros países constitui doutrina geral, é já hoje intensiva a instrução do pessoal do B. S. B., no que diz respeito à defesa contra bombardeamentos aéreos nas suas várias modalidades, sendo seu desígnio conseguir avultada percentágem de instrutores a distribuir ulteriormente, por núcleos de população civil, que de tal tenham necessidade.

Pretende-se, em resumo, em tal assunto, ter o pessoal preparado, para uma rápida adaptação às funções, que num futuro certamente próximo lhe venham a caber.

*
* *

Quanto ao pessoal foi preocupação predominante, dar-lhe um Regulamento que permitisse a cada um saber bem a lei em que vivia e quais os encargos e regalias com que podia contar; aproveitou-se tudo o que pareceu o hábito ter consagrado como bom, e ainda bastantes fragmentos de organisação, que encontravam dispersos em várias ordens de serviço.

O novo Regulamento do Batalhão de Sapadores Bombeiros, a aprovar por S. Ex.ª o Ministro do Interior, não é certamente um diploma completo, para o que entre outras razões avulta a pressa que presidiu à sua confecção.

Julgamos, porém, tal imperfeição muito preferível a ter de adoptar-se, ainda, o antigo Regulamento de 1922, onde a tracção mecânica era para os bombeiros pouco mais do que uma aspiração e se julgava um êrro funesto a permanência do pessoal nos respectivos quarteis.

Há pois um Regulamento feito já, aguardando-se apenas que uma nova orgânica seja aprovada, para que se faça a sua indispensável publicação.

E, regulamentada assim a vida interna do pessoal, merece actualmente a maior atenção conseguir uma vida mais desafogada para a sua Caixa de Pensões de Reforma, e um melhor alojamento para êste e para o material.

Constituem fundos «Caixa» um subsídio dado pela Câmara Municipal, a remuneração por serviços prestados a particulares e contra riscos de incêndios nas casas de espectáculos, e ainda o rendimento de uma verba aproximada a Esc. 1.000.000$00, proveniente de economias de administração.

É muito pequeno o subsídio dado pela Câmara, irregular o montante que cobra por serviços prestados e cada vez menor o rendimento dos fundos em cofre representados por papeis do Estado, razão porque se pensa em aplicar êstes valores na construção de casas económicas, exclusivamente destinadas ao pessoal dêste Batalhão.

Deverão essas casas constituir, desde o início, propriedade dos seus locatários, devendo assim nas rendas contar-se não só com os juros a distribuir, mas ainda com a amortização do capital.

É talvez na distribuição de tais casas que reside a principal dificuldade do problema, apenas até agora esboçado nas suas linhas gerais, pois tendo o prazo de amortização ser longo e não devendo deixar de atender-se ao tempo de serviço, comportamento e qualidades do pessoal, sucede que alguns dos que teriam justo direito a ir ocupar uma casa, não tem diante de si o tempo provável de vida que lhe permita amortizá-la por completo. Para esta dificuldade contribui grandemente o facto de se terem alistado recrutas com vinte e oito anos de idade.

Aproveita-se o ensejo para se manifestar, mais uma vez, a vantágem que haveria para o B. S. B. em ser revogada a obrigação de só poderem ser admitidos, como recrutas, indivíduos que já tenham prestado serviço militar. Desde que fôsse dispensada esta obrigação, poderia fixar-se a idade de admissão aos dezoito anos, o que tornaria a corporação muito mais eficiente, pois muito se pode esperar de indivíduos que entrem para êste árduo serviço na flôr da mocidade, outro tanto não sucedendo com aquêles que entrem numa idade em que já deveriam ser experimentados bombeiros.

Mas para se obter do pessoal o máximo rendimento não basta recrutá-lo novo, é preciso também dar-lhe instalações convenientes.

Assim há vários aquartelamentos a fazer e em outros torna-se necessário introduzir modificações, mas como certamente são bastantes limitados os recursos com que se podem contar, pensa-se apenas para 1937, nas novas casernas e mais dependências do quartel da Avenida Wilson, no quartel do Poço do Bispo, que serve de Estação à 4.ª Companhia e em algumas reparações de caracter definitivo e maior urgência a levar a efeito em outros quarteis.

E visto assim, em resumo, o que de mais importante nos pareceu dever fazer-se sôbre o pessoal e seu alojamento, vejamos agora alguma coisa também no que diz respeito a material.

É êste de uma maneira geral actualmente bom, e em quantidade suficiente a maioria dos tipos de viaturas em uso nêste Batalhão, isto é, os autos de Comandantes de Companhia, de Subalternos de Serviço, de Prontos-Socorros e ainda dos Auto-Tanques, admitindo para êstes últimos, que a Companhia das Águas, amplíe e modifique dentro dum prazo curto as suas actuais instalações.

Há, no entanto, necessidade imediata de mais duas *Magyrus*, e também foram estudados últimamente quatro carros de transporte de pessoal e dois «segundos socorros» a empregar em acidentes vários que, se encontram em execução nas Oficinas Gerais da Câmara Municipal.

As *Magyrus* a adquirir, deverão ser de tipo diferente das actuais, metálicas, de maior lance e com inversão automática por assim o aconselharem os progressos experimentados com êxito em vários países e a previsão de maior altura para os prédios a construir em Lisboa.

Com as novas *Magyrus* a adquirir-se poderá organizar-se um maior número de *équipes*, prevendo incêndios desencadeados em pontos diversos da cidade, havendo assim também uma segurança maior no que diz respeito a salvados a fazer.

Para os pequenos focos de incêndio e ainda para sinistros que se manifestem em depósitos de inflamáveis, deverá dentro em pouco ser substituida a água pela espuma, como meio que julgamos mais apropriado para a sua extinção.

Pretendemos assim também atenuar em grande parte a impressão que o público não pode deixar de ter, de que é mais perniciosa a acção do bombeiro do que a do fogo nos estragos materiais.

E, para cúmulo deve acentuar-se que esta desproporção é tanto mais flagrante, quanto mais rápida, e portanto mais eficaz é a sua actuação.

Vão pois ser instalados nos A. S. S. (os primeiros a chegar) agulhetas de espuma de pequeno porte, que fàcilmente se manejam mesmo em escadas de pequena caixa, empregando-se as maiores nos Auto-Tanques reservados a incêndios, em depósitos de inflamáveis, por ser em tais casos que a espuma tem a sua mais racional aplicação.

Deverá, porém, logo que haja verba e tempo, ser estudado para tais incêndios e agulhetas, um tipo de viatura especial.

CAPÍTULO II

Pelouro de Engenharia

SECÇÃO I

Repartição de Engenharia

a) — Cadastro de ruas e esgôtos

O Município de Lisboa desconhece a área dos seus pavimentos e bem assim a sua rêde de esgôtos. Concluído que seja o cadastro das ruas, esta Repartição dedicará a sua atenção ao cadastro do sub-solo.

Pelas relações juntas ao relatório da Repartição (1934/35), se verifica estarem concluídos os cadastros das artérias municipais dos distritos 1 a 10, faltando, portanto, o das ruas dos últimos oito distritos, correspondente à 4.ª e 5.ª zonas da cidade. É um trabalho que leva muito tempo a realizar, mas considera-se imprescindível para a organização eficiente e económica dos Serviços desta Repartição.

b) — Reparação de pavimentos

Em Outubro de 1934, a Repartição apresentou o programa da reparação dos pavimentos da cidade, tendo o Município deliberado actuar de maneira a eliminar, no mais curto espaço de tempo, os macadames existentes, substituindo-os por pavimentos adeqüados ao trânsito e movimento da hora actual.

O macadame, pavimento que teve a sua época no século passado para velocidades definidas pelos hipomóveis, não admite o trânsito ligeiro e pesado actual, dando orígem a nuvens de pó intermináveis, no verão, e lamaçais intoleráveis, no inverno.

Actualmente, adoptam-se os pavimentos betuminosos em penetração e cubos de granito, com camada de fundação e juntas tomadas a betuminoso.

Terminada que seja a primeira parte do programa das reparações dos pavimentos — eliminação dos macadames — iniciar-se-á a segunda parte que consiste em fazer desaparecer igualmente a calçada à portuguesa, em basalto, nas artérias principais, substituindo-a também por pavimentos apropriados ao movimento actual.

c) — Sub-solo

A renovação dos pavimentos traz, como conseqüência imediata, a reparação e ordenação das canalizações que se encontram no sub-solo da Cidade.

Um dos males da Cidade é a sua velha e antiqüada rêde de esgôtos. Além do processo anti-higiénico de se atirar ao Tejo com os despejos da Cidade, a maioria dos seus colectores está num estado miserável de conservação. Alguns servem de fossas e outros, sem capacidade suficiente, rebentam, apresentando aspectos inadmissíveis dentro duma Cidade como Lisboa.

Enquanto não houver possibilidades financeiras para a remodelação do sistema de esgôtos, reparam-se os colectores das ruas pavimentadas de novo, dando-se-lhe idênticas condições de duração.

O outro mal consiste no mau estado dos ramais de ligação dos prédios particulares aos colectores e na existência de canalizações no sub-solo das faixas de rolagem.

A reparação dos pavimentos, além de dar orígem ao conserto dos colectores municipais, obriga os particulares a reparar os ramais dos seus prédios ao colector geral, e as Companhias a rebaixar as suas canalizações, colocando outras sob passeios, reduzindo-se assim ao mínimo os córtes e depressões em pavimentos novos.

d) — Iluminação pública

A iluminação da Cidade de Lisboa depende, em parte, do contrato existente entre a Câmara e as Companhias Reünídas de Gás e Electricidade. Dentro das possibilidades do mesmo, todos os anos se dotará a Cidade com mais candeeiros de electricidade e, bem assim, se melhorará a iluminação das principais artérias de trânsito.

e) — Chafarizes

O fornecimento de água ás classes menos abastadas, por chafarizes, é um assunto que o Município tem tratado com o carinho que merece tal iniciativa e que felizmente poude ser posto em prática,

devido à acção do Govêrno que acabou com a falta de água que se sentia em Lisboa todos os anos.

Em face do relatório que a Repartição apresentou em Julho de 1934 a Comissão Administrativa deliberou que todos os anos fôssem colocados os chafarizes necessàrios para o abastecimento de água às classes menos abastadas, em núcleos populacionais que o justificassem, e de acôrdo com os desejos manifestados pelas diferentes Juntas de Freguesia. O abastecimento de água por chafarizes depende, também, do alargamento da rêde de canalizações de água da Cidade, pelo que muitos pedidos justos não têm ainda sido atendidos, única e exclusivamente por a rêde geral de canalização de água se encontrar ainda afastada dos locais para onde se pediram chafarizes.

Outros pormenores da Cidade têm chamado a atenção, tais como a existência de pequeno número de urinóis e sentinas e bem assim a falta absoluta de balneários.

Assim, além dos urinóis e sentinas subterrâneos em execução na Praça Luiz de Camões, Escadinhas do Duque e Avenida Duque de Loulé, outros estão em estudo, mantendo-se, igualmente, o princípio de se continuarem a colocar na Cidade urinóis de superfície — tipo moderno — em locais apropriados.

A falta de balneários na Cidade é absoluta e além dos de Xabregas e Alfama a inaugurar em 1936, estão em estudo outros, para serem executados à medida que as disponibilidades financeiras do Município o permitirem.

f) — Obras executadas pelo sistema de empreitadas

A hora actual, de movimento e actividade, não permite que o Município continue a usar o processo de trabalho por administração directa. Os processos de empreitada e tarefa são os adoptados há muito pelo Estado, e aconselhados, não só por mais económicos, como até pelos seus efeitos sociais. Quem trabalha deve ter a recompensa do seu labor, quem nada produz nada tem a haver.

Dentro de poucos meses o Município deve ter tôdas as suas obras novas, por empreitada, não se tendo caminhado mais depressa nêste sentido única e exclusivamente com o fim de evitar licenciamentos em massa, facto que na época presente não seria de aconselhar.

Em trinta meses houve uma redução de pessoal assalariado de 3.006 para 1.866, e mantendo-se o princípio de se não admitir pessoal assalariado, dentro em breve atingir-se-á a finalidade desejada, sem atitudes bruscas.

Na primeira parte do relatório de 1934/35, esta Repartição focou a sua posição em pessoal e a tendência para atingir, em breve, os cem por cento de Obras Novas executadas por empreitada.

Atingida esta *étape*, neste ramo de actividade, desenvolver-se-à o sistema de trabalho por tarefas, nas Obras de Conservação, já iniciado com óptimos resultados, reduzindo, tanto quanto possível, as obras por administração directa. Esta transição na passagem de obras executadas por administração directa para empreitadas e tarefas tem de ser condicionada a:

a) redução gradual do pessoal assalariado;
b) aumento do pessoal técnico;

De facto, quér a empreitada, quér a tarefa, necessita de orçamentos, de cadernos de encargos cuidadosamente feitos, o que obriga a ter um quadro técnico superior ao necessário em obras executadas por administração directa.

Vários são os projectos em curso nesta Repartição, sem vantagem de maior em enumerá-los. Substituïção de macadames, arranjos de colectores, substituïção de candeeiros, obras cujo interêsse é limitado ao valor numérico do trabalho executado. Os projectos de interêsse geral em curso, já do conhecimento público, são as grandes artérias de penetração e entradas da Cidade, tais como os prolongamentos das Avenidas da Liberdade, Alferes Malheiros, Índia, Almirante Reis, etc.

Além destas artérias, há a considerar, também, as Avenidas transversais, ligações rápidas entre as grandes artérias de penetração da Cidade, estudos em curso nos Serviços da Planta da Cidade.

O aumento considerável do movimento de automóveis, nos últimos anos, obriga o Município a resolver, com urgência, o problema do trânsito da Cidade, executando as artérias de grande movimento atrás indicadas e, bem assim, as transversais necessárias para o mesmo ser facilitado.

A circundar a Cidade existe uma grande artéria, conhecida por Estrada Militar, que teve valor estratégico no século passado, mas nulo na época actual. Pertence esta estrada ao Ministério da Guerra e impõe se a sua entrega ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações, para a Junta Autónoma das Estradas a transformar em Estrada Nacional.

Lisboa é a capital do País e como tal a todos os portugueses deve interessar o seu embelezamento. A Estrada de Circunvalação dá acesso não só à Cidade como a todos os concelhos limítrofes, pelo que ao Estado pertence a iniciativa da sua execução, sendo êste o momento oportuno da sua realização. Lisboa bem merece tudo que por ela se faça.

*
* *

A 3.ª Repartição — Engenharia da Câmara Municipal de Lisboa tem funções de informação e executórias; nessa conformidadade o relatório da sua actuação baseia-se quási exclusivamente na Obra executada. Promessas e previsões não se fazem, já por não estarem dentro do seu âmbito, já por a grande Obra de Urbanização da Cidade, em estudo, ser da autoria dos Serviços da Planta da Cidade a quem compete concebe-la, reservando-se à Repartição de Engenharia apenas a função de a executar, por parcelas, em momento financeiro oportuno.

Mas além das obras resultantes da grande urbanização, outras há a considerar e o Município de Lisboa nos últimos anos tem trabalhado intensamente no aformoseamento da Cidade, principalmente na parte já urbanizada.

O munícipe de Lisboa, normalmente olha a Cidade pela janela do seu quarto; poucos são os que, pela leitura dos jornais, têm conhecimento da Actividade Municipal dêstes últimos anos. Para êstes, principalmente, se destina êste *Anuário*, onde abundam números representativos de trabalho efectuado, que são as melhores promessas para o futuro.

SECÇÃO II

Serviços Industriais

I — Regulamento geral dos Serviços Industriais

Os Serviços Industriais constituem um Serviço Autónomo, pelo que se torna necessário, periòdicamente, revêr e regulamentar as atribuïções do seu pessoal, quer dirigente, quer burocrático, quer especializado, quer operário ou trabalhador.

As atribuïções dos Conselhos de Administração e Executivo, e, bem assim, as do Director, não podem deixar de ser grandes, nem era possível administrar um estabelecimento desta ordem sem os mais amplos poderes.

As necessidades do serviço variam, pode dizer-se, de semana para semana, e ocasiões há em que, de um dia para o outro, se torna necessário a admissão de determinado pessoal ou seu licenciamento, porque o estado numérico do pessoal e o número de dias de trabalho têm, necessàriamente, de se adaptar à intensidade da produção.

Tendo os Serviços Industriais cêrca de quinhentos agentes, na sua maioria operários, hoje felizmente disciplinados e cumpridores, não podem os Conselhos de Administração e Executivo, e a Direcção deixar de ter autoridade e competência para poder manter a disciplina e intervir de momento em quaisquer conflitos ou incidentes que porventura venham a dar-se.

Administrativamente, devem do mesmo modo os Conselhos de Administração e Executivo, e a Direcção ter poderes bastantes para cumprirem; só desta maneira é de aceitar que se lhes exijam tôdas as responsabilidades dos resultados de exploração.

Nestas circunstâncias, está quási totalmente elaborada e apta a ser aprovada a Nova Organização dos Serviços Industriais, a qual deverá entrar em vigor no dia 1 de Outubro de 1936.

A actual constituïção dos Serviços Industriais, concretizada no quadro sinótico constante de páginas 165 dêste volume, passará a ser a seguinte, nas suas linhas gerais:

- Orgãos de Direcção..
  - Conselhos ..... Administração; Executivo; Fiscal.
  - Direcção.

Orgãos de Execução:

- Serviço de Secretaria ..... — Contabilidade; Expediente.
- Serviço de Armazéns Gerais.
- Serviço de Oficinas Gerais ..... — Oficinas centrais; Oficinas externas.
- Serviço de Pedreiras e Areeiros — Explorações exteriores.
- Serviço de Transportes Gerais.. — Transportes automóveis; Transportes hipomóveis; Exploração de máquinas.

II — Instalações

Os Serviços Industriais têm várias deficiências, entre as quais uma má distribuïção das suas instalações, derivada, provàvelmente, da rapidez com que se iniciaram e prosseguiram os trabalhos de adaptação do terreno, às exigências do momento.

Outro inconveniente que se nota, examinando a planta, é o fraccionamento demasiadamente grande dos armazéns de materiais.

Actualmente existem catorze armazéns e, embora o pessoal já acumule o serviço de alguns, as despesas com fiéis, ajudantes, distribuïdores, etc., seria consideràvelmente reduzida se em vez de catorze existissem simplesmente dois ou três.

Evidentemente que não era possível colocar tôdas as Oficinas e Armazéns em condições de laboração teòricamente perfeitas, mas era possível, talvez, ter evitado uma tão grande dispersão.

A única solução de que a Direcção dêste departamento camarário dispõe actualmente, para remediar êste estado de coisas, é procurar acelerar as comunicações e embaratecer os transportes por sistemas aperfeiçoados — mecânicos ou eléctricos — mas que custam muito dinheiro.

As fraquíssimas disponibilidades dos Serviços Industriais tornam o problema de demorada resolução.

III — Edifícios

Se das instalações se passar aos edifícios, notam-se os mesmos males (derivados provàvelmente da mesma urgência), e a quási impossibilidade que existe em os remediar.

O edifício da *Pintura*, sem ar e sem luz, dispõe de um espaço reduzido demais para as suas necessidades. O aproveitamento do espaço reservado à pintura à pistola é absolutamente impróprio, mas outro não possuem os Serviços Industriais.

O edifício das *Carroças* (Carpintaria, Cerralharia, Caldeiraria e Casquinheiros), embora dispondo de espaço suficiente, está em más condições de utilização. Com um pé direito muito reduzido, não permite a montagem de meio algum de manutenção mecânica ou eléctrica.

O edifício da *Cerralharia Mecânica e Civil* é acanhado, o que motivou, para a Cerralharia Mecânica, uma má distribuïção das máquinas existentes.

De todos os edifícios reservados a oficinas, apenas os da *Carpintaria* e da *Tipografia*, se podem considerar bons, faltando igualmente (e trabalhos aonde é, por assim dizer, indispensável) uma estufa para madeiras.

Os edifícios destinados aos Armazéns são bons na generalidade, havendo apenas a lamentar, como já se disse, a sua pulverização.

IV — Transportes e manutenção

O mais moderno meio de transporte que existe nos Serviços Industriais, é o carrinho de mão.

Nada mais existe; tudo se faz à custa de homens e, portanto, com péssimo rendimento, em tempo e em dinheiro.

Como é vulgar o fornecimento para as ruas, ou para as obras, de material pesado — tambores de betume, coberturas para colectores em cimento armado, barricas de cimento, etc. — têm os Armazéns Gerais, de possuir um elevado número de trabalhadores para êstes serviços.

Com o intúito de remediar êstes inconvenientes, foi elaborado um caderno de encargos para a aquisição de um pequeno guindaste-automóvel, concurso que foi anulado, por ser, para as disponibilidades dos Serviços Industriais, incomportável o seu preço. No entanto prosseguem os estudos para encontrar a melhor solução do problema.

V — Máquinas e mecanismos

Atingiu o valor de inventário de cêrca de mil contos.

É uma importância demasiadamente grande para o valor real das máquinas, quási todas antigas, algumas antiquíssimas, e muitas adquiridas já em segunda mão. É claro que o rendimento actual das máquinas que nos Serviços Industriais existem, é baixo, ou porque se encontram cansadas, ou porque de há muito êsses modêlos se encontram substituídos por outros mais rápidos e mais robustos, o que permite obter maiores rendimentos.

A Direcção dêste departamento camarário bem desejava (e era bem necessário) reformar a maior parte das máquinas, mas não tem disponibilidade para isso.

Terá de se ir adquirindo a pouco e pouco, apenas o mais urgente e o mais barato.

Pondo de lado a renovação das máquinas actuais, tratando apenas da aquisição das máquinas que se tornam necessárias, a nota publicada no relatório de 1934/35 indica o que falta ainda, num valor total não inferior a quatrocentos contos.

O mesmo relatório indica, por ordem de urgência, as requisições a fazer, e termina por dizer:

«É evidente que, tendo em conta a despesa já contraida — máquina de compôr e viaturas *Reo*, no valor total de cêrca de mil contos, repartido por três anos, nem dentro do período de cinco anos nós conseguiremos adquirir todas as maquinas que faltam e, nessa altura, já a lista não será a indicada, mas outra, com certeza muito maior.»

VI — Instalações para o pessoal

Para uso do pessoal operário, existem nos Serviços Industriais, desde o seu início: — Vestiários, lavabos, retretes, casas de banho, cosinha e refeitório.

Embora não sejam luxuosas, são bôas tôdas estas instalações.

Ùltimamente foi adquirido um aparelho de T. S. F. para o refeitório, o que aumentou o número de operários que almoçam nos Serviços Industriais.

Mas o que existe não basta ainda, e projecta a Direcção dêstes Serviços, logo que seja possível, estabelecer, numa sala adaptada a êsse fim, a «Sala do Operário», onde deverá existir, além de um aparelho de T. S. F. — jogos inofensivos, jornais, revistas, livros, emfim o que fôr necessário para dar ao nosso operário um pouco de cultura, distracção e bem-estar.

Todo o pessoal dos Serviços Industriais se apresenta hoje convenientemente uniformizado, de acôrdo com os serviços que cada um desempenha, uniformização ùltimamente integrada no Regulamento Geral de Uniformes, pôsto em vigor pela Comissão Administrativa da C. M. L.

Para benefício dos aprendizes, e portanto dos Serviços, foi inaugurada em 1935 a Escola de Aprendizes, pensando-se em estabelecer, em 1936, cursos nocturnos que possam ser freqüentados por operários, o que iria ao encontro de uma justa aspiração.

Quando da fundação desta Escola, pediu-se a inscrição voluntária de todo o pessoal, para avaliar da sua freqüência provável.

Subscreveram-se, relativamente, em tão elevado número, que não foi possível então, por falta de instalações, dar seguimento à idéia.

A Escola permitirá dar uma melhor educação profissional aos aprendizes, no que os Serviços Industriais lucram, e permitirá igualmente seleccionar os que convém manter, por estudiosos e aplicados, despedindo os que desinteressem, dando lugar a outros.

CAPÍTULO III

Pelouro de Urbanização

SECÇÃO I

Serviços da Planta da Cidade

I — Considerações preliminares

Paralelamente às restantes missões que lhe pertencem, e a que se faz referência em páginas anteriores, incumbe aos Serviços da Planta da Cidade a elaboração de um plano geral de melhoramentos da Capital e de todos os estudos e projectos de urbanização e embelezamento da Cidade de Lisboa.

Avêssa absolutamente às soluções de improvização, tem consistido fundamentalmente o trabalho da Câmara, nesta parte especial, mas certamente das mais delicadas das suas funções, em reünir os elementos de estudo indispensáveis aos seus fins para poder traçar, então, o seu programa, que nas suas linhas mais gerais, começa a estar delineado, como vai vêr-se.

*
* *

Submetidos os seus estudos a um método e a uma disciplina de trabalho que assegurasse o seu rendimento, foram, pelos respectivos serviços, decompostos os problemas, que interessam à urbanização da cidade, em três grupos: — *Os problemas gerais, os problemas de caracter essencialmente municipal, os problemas de interêsse local.*

Sem abandono de nenhum dêles, foram estabelecidas já as grandes balizas que, para cada problema, orientam a marcha da Câmara e permitem, desde já, também, projectar as vistas sôbre o futuro.

Dos primeiros fazem parte o conhecimento dos centros principais e secundários da população e respectivas densidades, o problema geral da circulação e a fixação dos seus eixos principais, assegurando de fórma fácil e expedita os acessos marítimo, terrestre e aéreo e fixando as características inerentes a cada uma das zonas de feição

essencialmente industrial, comercial e turistica de Lisboa, respectivamente, a Oriente, ao centro e a Ocidente da Capital.

Dos segundos constam a divisão administrativa da cidade, o estudo dos jardins, dos cemitérios, dos mercados, das sedes e delegações dos diversos organismos municipais.

Aos terceiros problemas respeitam aquêles que, tendo de se integrar no plano geral de urbanização da cidade, interessam, de uma maneira directa e particular, aos pequenos e grandes proprietários que pretendam urbanizar as suas terras rústicas.

*
* *

1) — Com os elementos fornecidos pelo Serviço de Estatística Municipal, estão-se achando os números que definem a percentagem das áreas construídas nas diversas zonas da cidade, a percentagem das zonas verdes, (jardins, terrenos de cultura e arvoredo), a percentagem dos arruamentos, etc., para se poder, com tais elementos, fixar precisamente a actual distribuïção de jardins e espaços verdes, cemitérios, mercados, serviços próprios da Câmara, como a limpeza, a higiene, etc.

Como elemento principal de coordenação e de primária importância, pôs-se à análise da Câmara o estudo da circulação da Capital.

Os Serviços da Planta da Cidade fizeram as suas observações nas principais praças e ruas da cidade, a várias horas e em diversos dias de grande movimento, como o dia de Carnaval, quinta-feira de Endoenças, um dia de parada na Avenida, um dia de grande desafio internacional ou de qualquer cousa que determine circulação excepcional.

Fixaram-se por fotografias e gráficos os pontos de maior densidade de circulação ou congestionamento nêsses dias e verificou-se que as linhas principais de trânsito existentes têm uma irregularidade de traçado, completamente inadaptável e insuficiente para as necessidades da velocidade de viação moderna, têm carência de transversais de ligação periférica, dispõem de numerosos pontos perigosos e estão absolutamente adaptados à topografia do terreno, visto que seguem linhas naturais.

Foram assim deduzidos os eixos de circulação a construir, com o aproveitamento da parte possível dos existentes, foi verificada a necessidade de construir transversais periféricas e de urgentemente eliminar os principais estrangulamentos.

E num espírito de previdente e económica orientação, cônscia absolutamente de que o pessoal permanente dos Serviços da Planta da Cidade deve ser o estrictamente indispensável ao andamento corrente dos serviços e à satisfação do expediente municipal, na parte correspondente, a Câmara entende que, sob a superior orientação técnica e administrativa dos referidos Serviços da Planta da Cidade, os trabalhos e estudos relativos aos problemas da grande urbanização de Lisboa, que assim foram criados, deverão pertencer a um Serviço de Estudos Especiais de Urbanização, constituído por um conjunto de brigadas contratadas especialmente e devidamente apetrechadas, às quais incumbirá a resolução de cada um dos problemas técnicos que lhe fôr demarcado, resolvendo-o nos seus pormenores.

Simultaneamente e na ante-visão das dificuldades sobrevindas dos problemas emergentes daquêles que se põem no domínio da sua actividade principal, a Câmara deseja que a Planta da Cidade consulte e agregue a si, na pesquiza dos seus informes e conselhos, as pessoas de reconhecido mérito que, em múltiplas especialidades que respeitem aos objectivos que nêsse aspecto pretende atingir, representem valimento de atender num concurso indispensável.

*
* *

2) — O estudo da divisão administrativa da cidade foi pôsto pela Câmara como base fundamental dos seus trabalhos de urbanização. A limitação exacta das freguesias como núcleos administrativos da cidade, a organização da planta respectiva de cada uma delas, a descrição dos nomes e numeração de todos os seus arruamentos, têm merecido uma persistente atenção dos Serviços da Planta da Cidade, que procura habilitar a Câmara com os elementos necessários para que esta solicite do Govêrno, em tempo competente, a publicação do Decreto que estabelecerá a nova divisão administrativa da cidade, asse-

gurando uma absoluta harmonia nos diversos aspectos que interessam à vida do munícipe, as Conservatórias, os Serviços de Instrução, Escolas Primárias, Serviços Municipais, Serviços Eclesiásticos, etc.

Concomitantemente, os Serviços da Planta da Cidade promoverão a elaboração de um roteiro geral da cidade, com a colaboração doutros Serviços Municipais interessados, particularmente os da 4.ª Repartição-Edificações Urbanas e os Serviços Culturais, e a redacção de um regulamento para o Serviço da Planta da Cidade, em que se fixem as normas a seguir no traçado dos arruamentos, divisão dos quarteirões e dos lotes, princípios de divisão de propriedades urbanas para fins de construção e bem assim todos os que interessem os assuntos privativos dêstes Serviços.

Com os elementos que, numa nova análise, resultarem dêste e do anterior aspecto dos estudos de urbanização, será fixada a nova distribuïção dos centros populacionais, dos espaços verdes, respectivos, será criada uma zona verde de protecção estabelecida na periferia da cidade, da qual será elemento primacial o futuro Parque Florestal de Monsanto, será estudada a distribuïção e criação de novos mercados e far-se-á uma nova distribuïção de todos os serviços municipais da cidade, como limpeza, higiene, engenharia, etc.

*
* *

3) — A multidão de pretensões de munícipes que pedem estudos de urbanização para certos locais, obrigando os Serviços da Planta da Cidade a reflectir demoradamente sôbre cada um dêles, no desejo incessante de bem servir, mas levando à impossibilidade de deferimento de alguns pelo grande afastamento dêsses locais dos núcleos urbanizados, e a estudos longos e dispendiosos para outros que, em condições opostas, são de atender, uma vez que se integrem na orientação geral existente na área e que à Câmara assiste o direito de impor, com obediência às regras normais de construção, tudo isso levou os Serviços da Planta da Cidade ao estudo de normas gerais, que, disciplinando as aspirações particulares sob a direcção do Município e

submetendo-as ao interêsse comum, permitam um mais rápido andamento dos respectivos processos, facilitem e barateiem a construção.

E é sob o impulso desta orientação geral e no anseio destas aspirações, que têm sido realizadas certas obras, estão em curso algumas outras, em projecto ou em estudo muitas mais.

II — Problemas Gerais

Para tratar de dar solução aos problemas emergentes da circulação, estabelecer as direcções dos seus novos eixos e o traçado das grandes artérias que, perifèricamente, se estenderão, de futuro, sôbre a cidade, descongestionando a sua parte baixa e tirando ao trânsito a obrigatoriedade de afluir sôbre esta zona da Capital, para percurso, que liguem a parte oriental com a ocidental de Lisboa e vice-versa, e bem assim para, simultaneamente, promover a criação da sua zona verde de protecção, a Planta da Cidade tem entre mãos, como estudos de primacial importância, os seguintes:

1.º — O prolongamento da *Avenida da Liberdade*, até às alturas de Palhavã, com duas saídas irradiantes do seu termo, uma para Benfica e outra para o Lumiar, com ligação às respectivas transversais e urbanização dos terrenos adjacentes, com o que a Câmara procura remover as dificuldades que resultam da pouca largura que apresenta a actual Estrada de Benfica e até a própria Avenida Fontes, já hoje pouco ampla em dias de grande movimento.

*
* *

2.º — O prolongamento da *Rua da Palma* até à Rua dos Fanqueiros, velha aspiração da cidade de Lisboa, e, sobretudo, dos moradores dos populosos Bairros da Estefânia, Almirante Reis, Andrade e outros circunvizinhos, para quem a Câmara porfiadamente se esforça porque o histórico e velho Arco do Marquês de Alegrete deixe de pezar como flagelo diário dos seus trajectos e, cujos estudos, estando

ainda um pouco longe da sua conclusão, permitem, não obstante, anunciar para breve o início das primeiras demolições.

*
* *

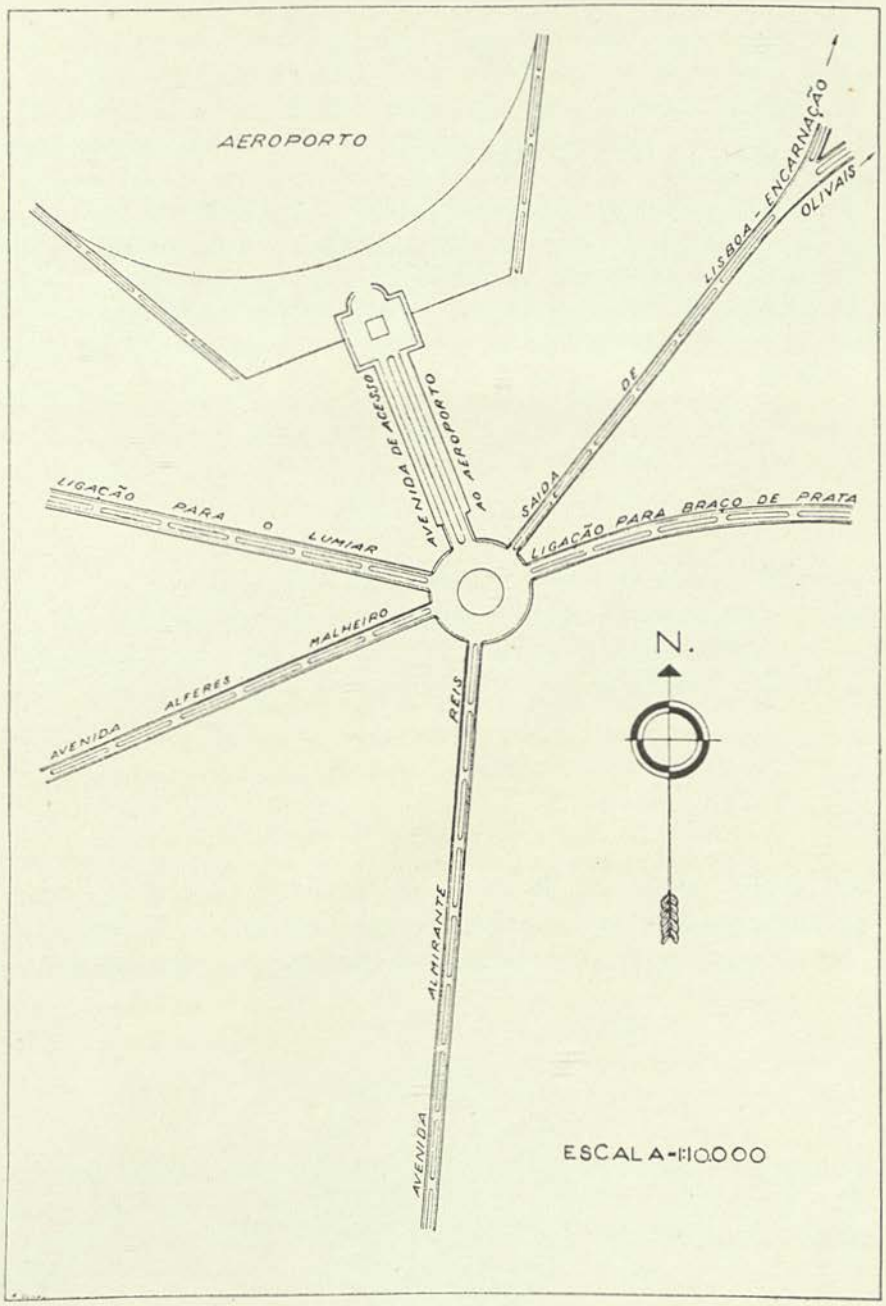
3.º — O prolongamento da *Avenida da India*, até às Portas de Algés, quebrando-se assim um impertinente motivo de atrazo e enervamento dos automobilistas que, procurando as zonas ribeirinhas de turismo, encontram suspensa essa ampla artéria nas alturas do Bom Sucesso e asfixiando a sua velocidade e o seu movimento por um arco que não foi feito para suportar a décima parte do trânsito que está comportando.

*
* *

4.º — O *aeroporto da cidade de Lisboa*, localizado nos terrenos da Portela, estabelecendo-se assim na Capital, de acôrdo com as entidades oficiais respectivas, uma gare para os correios de serviço aéreo nacional e internacional, para o que a Câmara já efectuou a maior parte das expropriações necessárias.

*
* *

5.º — O prolongamento da *Avenida Alferes Malheiros*, cujo projecto de um dos lanços foi executado pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações e cujas expropriações e restante organização do processo, a cargo do Serviço da Planta da Cidade do Município de Lisboa, estão em via de conclusão, criando-se, assim, uma extensa artéria que ligará o Campo 28 de Maio com uma praça a construir, donde irradiam, como se mostra em esquema, além desta Avenida



Prolongamento da Avenida Alferes Malheiros e Aeroporto de Lisboa

Alferes Malheiros, a Avenida Almirante Reis e as vias de comunicação que estabelecem directamente a ligação com o aeroporto, com Braço de Prata, com o Lumiar, com os Olivais e o novo Matadouro a erigir nêste ponto e donde irradia, também, a ampla artéria que pela Encarnação dará a saída de Lisboa, por Sacavém.

Desta forma se eliminarão os inconvenientes que apresentam, pela sua falta de desafôgo, a actual Estrada do Areeiro a Sacavém; se cria, juntamente com o prolongamento da Avenida Almirante Reis, um duplo acesso ao aeropôrto e à Estrada de Santarém, se estabelece uma expedita e ampla ligação, liberta do pejamento de Xabregas e do Caminho de Ferro, entre os Olivais e as partes central e ocidental da Cidade, e ainda dos Olivais com o Lumiar, Carnide e Benfica.

*
* *

6.º — O prolongamento da *Avenida Almirante Reis*, a que nos vimos precedentemente referindo, desde a Praça do Chile até á praça de confluência com o prolongamento da Avenida Alferes Malheiros e outras, e cuja importância para o movimento da Capital é enorme.

*
* *

7.º — O *Parque Florestal da Serra de Monsanto*, com a demarcação das suas diversas fases de execução e levantamento das plantas necessárias à organização do processo de expropriação.

*
* *

Paralelamente com êstes estudos que mais incisivamente prendem a atenção dos Serviços da Planta da Cidade, muitos outros completam e desenvolvem aquêles, absorvendo-lhe a sua actividade e os seus esforços.

Assim, começam a ser traçados e estudados:

a) — *Avenida de Roma*, que ligará o Bairro Social do Arco do Cego, recentemente inaugurado, com a Avenida Alferes Malheiros, na altura do novo edifício do Manicómio de Lisboa.

b) — *Avenida de Ceuta*, que, sôbre o caneiro de Alcântara e ao longo do vale do mesmo nome, partirá dêsse popularíssimo bairro em direcção à Ponte Nova, para daí se conseguir uma fácil ligação de Alcântara com Benfica, por um lado, e com o Campo Pequeno, Avenidas Novas e todo o bairro oriental de Lisboa, por outro lado.

c) — *Avenida de Berne*, que, permitindo esta última ligação, será a linha de comunicação mais rápida da Avenida de Ceuta à Avenida de Roma e, possìvelmente, num futuro mais dilatado, continuará até ao extremo oriental da Cidade, sôbre a sua artéria marginal, nessa zona, formando, com parte da Avenida de Ceuta, como que uma linha de cintura do núcleo central da Cidade.

d) — *Alameda de D. Afonso Henriques*, que, partindo da praça em frente à fachada principal do novo edifício do Instituto Superior Técnico, ligará esta praça com a Rua Carvalho Araújo e com os terrenos onde se projecta construir a igreja que substituirá a Igreja do Socorro, atingida pelo prolongamento da Rua da Palma.

e) — *Avenida D. João II*, fazendo uma ligação directa e rasgada do Largo da Luz com o Campo 28 de Maio.

f) — *Avenida General Roçadas* (já parte em construção), para ligar directamente o Bairro da Graça com a Rua Morais Soares, na altura da Rua Barão de Sabrosa, e que será a artéria que, por uma das suas orlas, limitará o projectado Bairro do Vale Escuro (a construir quando as circunstâncias que impuzeram a paralisação das respectivas obras o permitirem), o qual estabelecerá directamente a comunicação entre o Caminho de Ferro e o Alto de S. João e, pela Rua Morais Soares e outras, entre os bairros orientais e ocidentais de Lisboa.

g) — *Bairro da Picheleira*, ligando directamente a Rua Morais Soares com o populoso Bairro de Chelas.

*
* *

E do mesmo modo que o rasgamento das novas artérias anteriormente indicadas, merece, por parte da Câmara, o impulso que lhe é sucessivamente dado pelos estudos que os Serviços competentes dêle fazem, a continuação doutros já existentes, no intúito de facilitar acessos ou de completar a sua execução, vai tomando, de igual modo, uma parte da dedicação e do esfôrço dos Serviços da Planta da Cidade.

Nessa preocupação se promovem, entre outras, as expropriações e os estudos necessários:

a) — Para realizar o prolongamento da *Rua Alexandre Herculano*, desde a Rua Rodrigues Sampaio à confluência da Rua do Conde de Redondo com a Rua de Santa Marta, e bem assim o prolongamento da *Rua Camilo Castelo Branco*, desde a Avenida Duque de Loulé ao futuro prolongamento da Rua Alexandre Herculano.

b) — Para conseguir o prolongamento da Rua Felipe Folque até à Rua de S. Sebastião da Pedreira, estabelecendo assim uma nova ligação desta rua com a Rua Tomaz Ribeiro.

c) — Para estabelecer o prolongamento da *Rua Nova de Santo António*, desde a Rua do Arco à Praça do Brasil.

d) — Para prolongar a *Rua Pinheiro Chagas*, desde a Rua Dr. António Cândido à Avenida Luiz Bívar.

e) — Para rasgar completamente a *Rua Vasco da Gama*, fazendo por meio dela a ligação directa da Avenida Presidente Wilson com a Rua dos Remolares.

*
* *

Desapareceram recentemente os estrangulamentos da Rua de Pedrouços e Avenida Rovisco Pais, estão em curso as obras para o desaparecimento dos de Gomes Freire e do Rato, prevê-se para breve o desaparecimento do estrangulamento da Rua Marquês de Fronteira,

ocupam o pensamento da Câmara os pontos de passagem apertados e perigosos da Rua do Arsenal, da Avenida da República, sob a via férrea que a atravessa, o da Misericórdia, do Limoeiro e Escolas Gerais e os da linha do Poço do Bispo, nos Caminhos de Ferro, em Xabregas e Beato, cujo descongestionamento depende do projecto e realização da futura Avenida marginal Infante D. Henrique, a oriente da Cidade, do Terreiro do Paço à Matinha, a conseguir pela forma e pelo tempo que fôr acordado superiormente com o Estado.

Entretanto, tornando-se impossível a realização, desde já, de tôdas as suas aspirações, o descongestionamento de tôdas as gargantas da cidade, a sua eliminação e a fácil ligação das duas partes oriental e ocidental da cidade, a Câmara vai-se ocupando simultaneamente das obras, dos projectos e trabalhos de ordem secundária que vísam fundamentalmente, e até certo ponto provisòriamente, os mesmos fins.

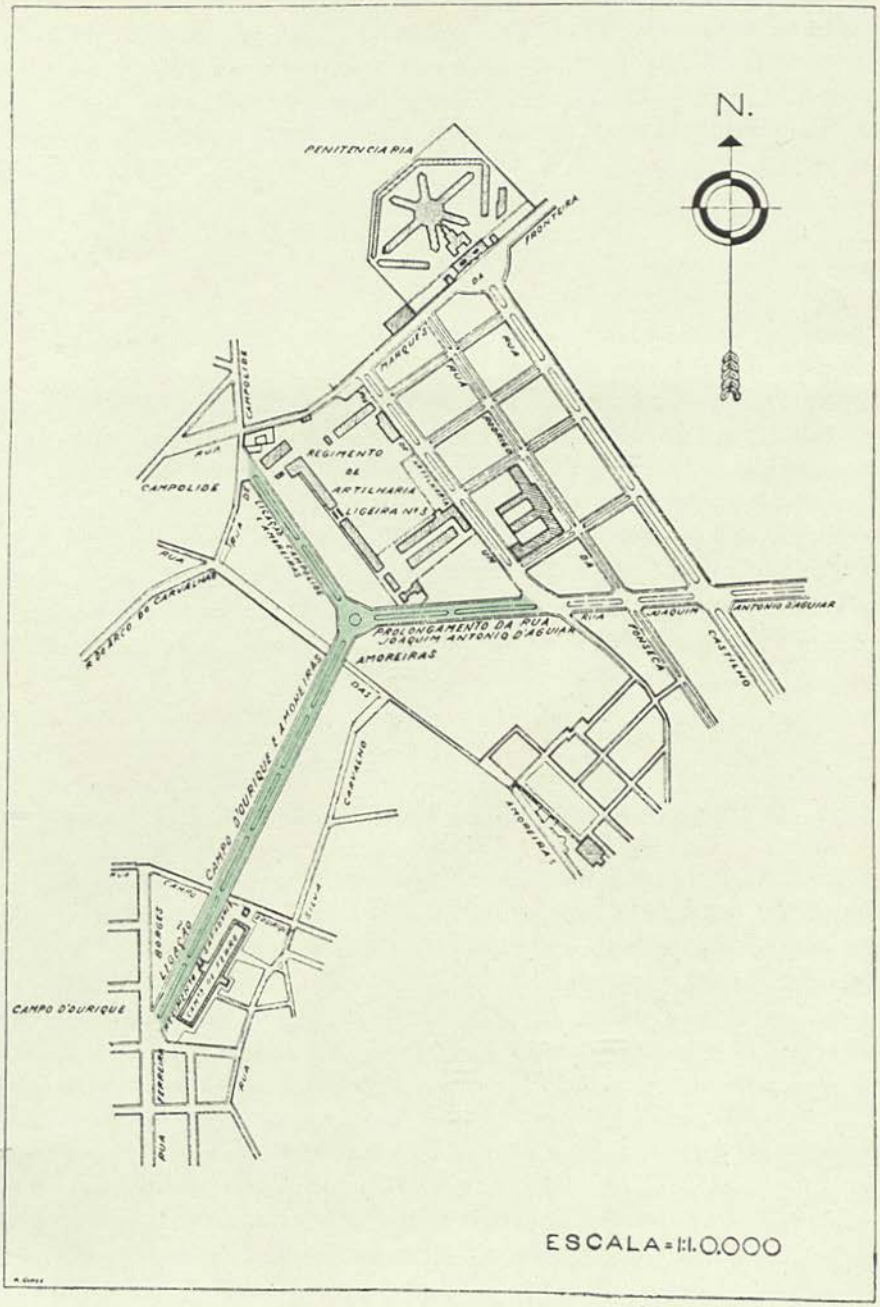
Assim:

a) — Foi rasgada e já dispõe de colector a *Avenida Afonso III*, a pavimentar brevemente, e que ligará fácil e rapidamente o Cemitério do Alto de S. João com o Asilo Maria Pia, a Xabregas, dando assim um escoamento desembaraçado, pela Rua Morais Soares e Arco do Cego, ao trânsito que do oriente da Capital se destine às zonas norte ou ocidental.

b) — Está para breve o alargamento da *Rua Visconde de Santarém*, que, na trajectória anterior, une o Largo do Leão com o Arco do Cego, Arroios e Estefânia.

c) — Está em via de realização o alargamento da *Calçada dos Mestres*, ligando o Alto de Campolide com a Estação de Caminho de Ferro do mesmo nome.

d) — Está entre mãos, para uma realização a curto prazo, o projecto da nova urbanização da zona de Campolide, pelo prolongamento da Rua Joaquim António de Aguiar, até uma nova praça a construir num ponto elevado, tal que daí, como no-lo mostra o gráfico junto, irradiem duas grandes artérias, uma em direcção ao Alto de Campolide, no cruzamento da Rua do mesmo nome com a do Marquês da Fronteira e outra em direcção à Rua Ferreira Borges, dando logar à formação dum novo nó de comunicações a estabelecer pela Compa-



Nova urbanização da zona de Campolide

nhia Carris de Ferro com a construção da sua nova Estação de Recolha de carros nas Amoreiras, ao descongestionamento da apertada encruzilhada da Rua Silva Carvalho com a Rua de Campo de Ourique (a curva junto á Panificação), e encurtando, de tal maneira, os acessos da Praça Marques de Pombal a Campolide e Campo de Ourique.

*
* *

No campo meramente social, de auxílio extremado às classes trabalhadoras, a Câmara, procedendo de acôrdo com o Govêrno, realizou na parte que lhe pertenceu, e como poude, a sua comparticipação com o Bairro Social do Arco do Cego, está-a realizando no Bairro Operário da Ajuda, está nas negociações necessárias para que se possam construir os Bairros Sociais do Alto da Serafina, (ao Bairro da Liberdade), das Terras do Fôrno (aos Jerónimos), do Alto dos Toucinheiros (ao Beato), e prevê, desde já, a realização de vários outros Bairros, a localizar oportunamente, nas áreas de Marvila, Alcântara, Campo 28 de Maio, Benfica e Telheiras.

*
* *

III — Problemas de caracter especialmente Municipal

Na parte que respeita aos estudos e trabalhos relativos à futura divisão administrativa de Lisboa, a Câmara Municipal, pelos Serviços da Planta da Cidade, tem concluído desde já o que se refere ás áreas das freguesias do Beato, Monte Pedral, Penha de França e Olivais, consultados oportunamente na parte que cada uma delas interessava, ocupa-se, neste momento, do que se refere às áreas das freguesias da Ajuda, Benfica e Campo Grande, no sentido de conseguir realizar as suas aspirações.

Entretanto, vai a Câmara esboçando os seus pontos de vista no que se refere a jardins, reúne elementos para traçar o seu programa de mercados e orientar-se definitivamente sôbre a solução do problema dos cemitérios, estabelecer o programa para, em colaboração

com o Estado, fazer a respectiva distribuïção de escolas, encarregar os seus serviços de promover, sob um critério fundamentado, o programa de balneários e lavadouros para as classes pobres, alguns dos quais estão para breve inauguração.

Simultâneamente, a Câmara vai pondo no caminho da sua atenção os assuntos que se prendem com a instalação das sédes e delegações que por tôda a parte tem de criar, desenvolver ou deslocar para os seus diversos serviços: — bombeiros, limpeza, saúde, inspecção sanitária, engenharia, etc.

* * *

IV — Problemas de interêsse local

Finalmente, a Câmara não descura a resolução dos problemas que, afectando a vida da cidade, têm, pelo menos de momento, um interêsse mais particular do que geral.

É nessa ordem de ideias que estudos se estão fazendo respeitantes a projectos de novos arruameutos, entre a Avenida dos Defensores de Chaves, Ruas Carvalho Araújo e Visconde de Santarém e o Bairro Social do Arco do Cego, aos futuros arruamentos da Quinta da Bela Vista e da Rua da Beneficência, à urbanização dos terrenos entre a Estrada de Benfica, Ruas dos Soeiros e Duarde Galvão e Caminho dos Moinhos, idem da Quinta da Saúde ao Bairro dos Atores, idem dos terrenos junto à Estrada da Tôrre, ao Lumiar, idem de terrenos junto à Estrada da Luz.

E, nesse campo, merece uma referência especial o projecto da construção de um trôço da Rua Tenente Valadim, entre a Rua de Sant'Ana à Lapa e os pavilhões do Hospital da Estrêla (junto à Basilica), porque êsse trôço, que terá de ser continuado mais tarde, e logo que possível, através do Bairro da Lapa, ir-se-à unir com um outro já existente entre a Avenida 24 de Julho e a Pampulha e permitirá o estabelecimento de uma ligação rápida entre o Largo da Estrêla e o Atêrro.

PLANTA DA CIDADE DE LISBÔA



LOCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

PELOURO DA PRESIDENCIA

1	1.ª Repartição — Secretaria Geral			Paços do Concelho
	Policia			
2		1.ª Companhia	Quartel séde	Rua Filinto Elisio
3			Estação de 1.ª classe	Bairro Economico Ajuda
4			Posto	Rua Paulo da Gama
5		2.ª Companhia	Quartel séde	(Em projecto)
			Estação de 1.ª classe	Estrada de Bemfica
			Posto	(Em projecto)
6	Batalhão	3.ª Companhia	Quartel séde	Av. Defensores de Chaves
7	Sapadores		Estação de 1.ª classe	Estrada das Larangeiras
8	Bombeiros		Posto	Campo de 28 de Maio
9		4.ª Companhia	Quartel séde	Largo da Graça
10			Estação de 1.ª classe	Rua do Assucar
11			Posto	P. Viscondessa Olivais
12		5.ª Companhia	Quartel séde	Av. Presidente Wilson
13			Estação de 1.ª classe	Largo do Regedor
14			Posto	R. Saraiva de Carvalho

PELOURO DE FINANÇAS

1	2.ª Repartição — Finanças	Paços do Concelho

PELOURO DE ENGENHARIA

15	3.ª Repartição — Engenharia	Palacio Folgosa
16	Aferições	Alcantara
	Serviços industriais	Alcantara

PELOURO DE URBANIZAÇÃO

1	Planta da Cidade	Paços do Concelho
	Conselho de Arte	
	4.ª Repartição — Edificações Urbanas	

PELOURO DOS SERVIÇOS CULTURAIS, CEMITÉRIOS E JARDINS

A — SERVIÇOS CULTURAIS

	Séde da 8.ª Repartição	Largo Afonso Pena
17	Biblioteca Municipal Central	Palacio das Galveias
	Museu de Azulejos e Faianças	
18	Museu Rafael Bordalo Pinheiro	Campo 28 de Maio
19	Biblioteca Municipal do Poço do Bispo	Poço do Bispo Palácio da Mitra
16	Biblioteca Municipal de Alcantara	Alcantara (Serv. Ind.)
20	Biblioteca do 2.º Bairro	Largo da Escola Municipal
19	Museu do Palácio da Mitra	Poço do Bispo Palácio da Mitra
21	Escola Municipal Pinto de Almeida	Rua do Sol ao Rato

B — CEMITÉRIOS, JARDINS E PARQUES

22	5.ª Repartição	Rua do Arco do Cégo
23	Primeiro Cemitério	Alto de S. João
24	Segundo Cemitério	Largo dos Prazeres
25	Terceiro Cemitério	Ajuda
26	Quarto Cemitério	Benfica
27	Quinto Cemitério	Olivais
28	Sexto Cemitério	Lumiar
29	Avenida da Liberdade	Avenida da Liberdade
30	Avenida 24 de Julho	Avenida 24 de Julho
31	Jardim Alfredo Keil	Praça da Alegria
32	Jardim do Alto de Santa Catarina	Alto Santa Catarina
33	Jardim Antonio Feijó	Av. Almirante Reis (Anjos)
34	Jardim Antonio Nobre	S. Pedro de Alcantara
35	Jardim Augusto Rosa	Largo da Sé
36	Jardim Avelar Brotero	Alto de Santo Amaro
37	Jardim do Bairro do Arco do Cego	Arco do Cégo
38	Jardim Boto Machado	Campo de Santa Clara
39	Jardim Braamcamp Freire	Campo de Santa Ana
40	Jardim Bolhão Pato	Alto Pina
41	Jardim Roque Gameiro	Cais do Sodré
42	Jardim da Calçada de Santos	Santos
43	Jardim Cesario Verde	Praça da Ilha do Faial
44	Jardim 5 de Outubro	Praça da Estrêla
45	Jardim Constantino	Estefania
46	Jardim Fialho de Almeida	Praça das Flôres
47	Jardim França Borges	Praça Rio de Janeiro
48	Jardim Gomes Leal	Largo do Mastro
49	Jardim Guerra Junqueiro	(Antigo Passeio da Estrêla)
50	Jardim do Largo da Biblioteca	Largo da Biblioteca
51	Jardim do Largo da Graça	Largo da Graça
52	Jardim das Necessidades	Largo das Necessidades
53	Jardim Marcelino de Mesquita	Praça das Amoreiras
54	Jardim do Miradouro do Monte	Miradouro do Monte
55	Jardim Julio de Castilho	Santa Luzia
56	Jardim 9 de Abril	Rocha Conde de Obidos
57	Jardim D. Nuno Alvares	Largo de Santos
58	Jardim da Praça Afonso de Albuquerque	Belém
59	Jardim da Praça da Armada	Alcantara
60	Jardim da Praça de D. Luiz	Sá da Bandeira
61	Jardim da Praça de D. Vasco da Gama	Belém (Jerónimos)
62	Jardim da Praça David Leandro da Silva	Poço do Bispo
63	Jardim da Praça Duque de Saldanha	Praça Duque Saldanha
64	Jardim da Praça José Fontana	Matadouro
65	Jardim Teofilo Braga	Campo de Ourique
66	Jardim do Torel	Torel
67	Jardim do Palacio das Galveias	Arco do Cego
68	Jardim da Parada dos Prazeres	Prazeres
69	Parque Eduardo VII	Parque Eduardo VII
70	Parque Silva Porto	Benfica
71	Parque Teixeira Rebêlo	Largo da Luz
72	Campo Grande	Campo 28 de Maio
73	Quinta da Celçada (Viveiros)	Campo 28 de Maio

PELOURO DE LIMPEZA

6.ª Repartição — Rua da Bôa Vista

POSTOS E SUB-POSTOS

1.ª Zona	Calçada da Bôa Hora Edificio dos Serviços Industriais	7.ª Zona	Avenida Defensores de Chaves
2.ª Zona	Rua do Assucar	8.ª Zona	Estrada das Garridas Paço do Lumiar
3.ª Zona	Costa do Castelo L. do Chafariz de Dentro Travessa do Salitre	9.ª Zona	Rua Cecilio de Sousa Rua Vasco da Gama
4.ª Zona	Pateo do Tronco	10.ª Zona	Rua de S. Bernardo Rua das Amoreiras
5.ª Zona	Largo do Mastro Rua de Santa Barbara	11.ª Zona	Travessa dos Pasteleiros Rocha Conde de Obidos
6.ª Zona	Rua Aquiles Monteverde Rua de Santa Barbara		

SERVIÇOS ESTACIONÁRIOS

Estação Central	Rua da Boa Vista	Estação Ocidental	Calçada da Boa Hora—Belém
Estação Norte	Avenida Defensores de Chaves	Estação de Bemfica	Rua Claudio Nunes—Bemfica
Estação Oriental	R. Direita de Marvila-Poço do Bispo		

PELOURO DO MATADOURO

74 7.ª Repartição... Matadouro — Praça José Fontana — Matadouro Municipal — Praça José Fontana

TALHOS

121	Praça da Viscondessa dos Olivais n.º 16	159	Mercado de S. Bento
122	Rua de D. Pedro V n.º 93 e 95	183	Mercado da Praça da Figueira n.º 91
130	Rua das Flôres n.º 10.	214	Rua do Lumiar n.º 68
133	Rua Neves Costa n.º 11 — Carnide	259	Mercado de Belém n.º 37 a 39
134	Edificio do Matadouro	269	Rua Direita do Grilo n.º 31 — Beato
135	Mercado 24 de Julho	355	Mercado 31 de Janeiro
136	Mercado de Santa Clara	369	Rua Claudio Nunes

PELOURO DOS SERVIÇOS SANITARIOS

75 9.ª Repartição... Mercado da Avenida 24 de Julho

MERCADOS MUNICIPAIS

76	Praça da Figueira	75	24 de Julho	77	S. Bento	78	Belém
80	31 de Janeiro	81	Santa Clara	82	Xabregas	83	Poço do Bispo

79 Poço dos Mouros

MERCADOS CONCESSIONÁRIOS

84 Alcantara 85 Bemfica 86 Campo de Ourique 87 Campolide 88 1.º de Dezembro

ABASTECEDORES

Central de Peixe — Lota e Lavagem — Abastecedor de Frutas e Produtos Horticolas

Posto Clinico	Rua da Bôa Vista	Posto Clinico	Arco do Cego
Posto Clinico	Alcantara	Posto Clinico	Beato

POSTOS DE INSPECÇÃO SANITÁRIA

Belém — Alcantara — Mercado Central do Peixe — Santos — Entre-posto — Mercado da Lota — Cais do Sodré — Praça do Comércio (Alfandega Central) — Cais dos Soldados — Jardim do Tabaco — Poço do Bispo com Sub-Delegação em Braço de Prata — Lumiar — Bemfica — Delegação na Estação dos Caminhos de Ferro do Sul — Bemfica — Delegação em S. Domingos — Rossio — Campolide

Serviço de Arquitectura

Para o efeito da sua actuação, o Serviço de Arquitectura da C. M. L. tem a área da Cidade dividida em três zonas, comportando os quatro bairros administrativos.

A cada zona corresponde um dos três arquitectos que, com o arquitecto-Chefe, compõem o actual quadro dêste departamento municipal, os quais têm a seu cargo informar e emitir pareceres fundamentados sôbre todos os projectos para construções novas, alterações ou ampliações de edifícios, etc., e outros assuntos técnicos que, submetidos à apreciação do Serviço de Arquitectura, se refiram à zona que lhes está confiada.

Êstes serviços ordinários são por vezes desempenhados em acumulação com outros especiais que lhes são exigidos e que obrigam a um estudo aturado e cuidadoso, o que só dificilmente se consegue, visto a deficiente constituïção dos actuais Serviços de Arquitectura da C. M. L., que sobejamente têm demonstrado quanto necessário se torna proceder a uma organisação que permita corresponder à assistência arquitectural que a Cidade reclama e a que tem direito.

Assim, muito se faz sentir a não existência de um serviço de fiscalização que actue sob o ponto de vista estético-arquitectural, de maneira a inspeccionar-se, com certa assiduidade e directamente, as realizações das obras projectadas e aprovadas superiormente, e também uma secção especial de estudos que, conjugada com a de fiscalização, permita resolver os variadíssimos problemas de ordem estético-arquitectural, que muito interessam à Cidade.

Não se dirá ser demasiada esta aspiração, porquanto estão por estudar os valores arquitecturais das massas de construção da Cidade, as características arquitectónicas que lhes convém imprimir, a determinação das zonas destinadas às habitações privadas, as zonas ajardinadas que, por deverem formar recintos verdejantes, oferecem à Cidade, dentro da sua parte habitada, aspectos agradáveis, com as cambiantes próprias das suas policromias, a-fim-de se obterem conjuntos de acôrdo estético com os arruamentos sinuosos ou rectilíneos da Capital, etc.

Desta maneira obter-se-ia, com indiscutível utilidade, uma organização técnica tendente a satisfazer as exigências impostas pelo problema arquitectural da Cidade, que reclama, como se deixa dito, uma assistência cuidadosa e constante, que lhe é devida como primeira Cidade do País, e, portanto, como centro de maior importância da Pátria Portuguesa, que bem merece de todos um esfôrço máximo no momento histórico que se está operando na vida nacional.

CAPÍTULO IV

Pelouro dos Serviços Culturais, Cemitérios e Jardins

8.ª Repartição-Serviços Culturais

A) — Bibliotecas

As bibliotecas, pela valiosa colaboração que prestam ao desenvolvimento da acção cultural do Município, merecerão todo o auxílio, a-fim-de tornar cada vez mais profícua a sua actividade.

Assim, na medida das possibilidades orçamentais, ir-se-á aumentando o recheio das bibliotecas, dotando-as não só com obras de carácter popular destinadas a criar o gôsto pela leitura, mas também com espécies ulissiponenses formando assim a biblioteca erudita para eruditos e investigadores, apoiada em manuscritos e obras de fundo.

Paralelamente, e no sentido de completar a educação pela leitura, o Pelouro promoverá — como aliás já o vem fazendo — conferências para tôdas as idades e categorias, desde a conferência de formação do espírito português, à palestra de vulgarização e à conferência já caracteristicamente erúdita, sem esquecer a conferência comemorativa dos ulissiponenses ilustres ou das datas históricas.

Sempre, em todo o mundo, em tôdas as épocas, foi e ha-de ser o quebra-cabeças de quem dirige bibliotecas, êste duplo pesadêlo: falta de instalações e falta de pessoal.

Instalações

Devido ao progressivo, crescente e contínuo aumento do recheio das bibliotecas, o problema da acomodação das espécies tem sido objecto de grandes estudos que visam a forma de melhor aproveitar os armazéns destinados a depósito de livros.

Porém, não é só a instalação dos livros que preocupa as bibliotecas, é também a dos leitores, que constantemente aumentam.

Ora as nossas bibliotecas sentem, também, grandemente, estas dificuldades. As bibliotecas dos bairros, dado o seu carácter absolutamente popular, satisfazem dum modo geral, embora lhe notem quaisquer pequenas deficiências, que irão sendo remediadas. Porém, a Biblioteca Central carece que o problema das suas instalações seja

encarado com todo o cuidado. Instalada num belo edifício, verdadeira joia arquitectónica do século XVII, não pode, no entanto, manter-se ali por largo tempo, pelas razões que já foram apontadas neste *Anuário*, ao justificar a existência, no Palácio Galveias, de um Museu de Azulejos e Faianças, entre as quais avulta a terrível humidade que provém do terreno barrento em que a Cidade assenta desde a Praça Marquês de Pombal ao Campo Grande.

Acresce que as instalações já se vão tornando insuficientes. O constante aumento do recheio bibliográfico levanta grandes dificuldades de espaço para a colocação das espécies. A freqüência de leitores aumentando, dia a dia ameaça invadir as salas de trabalho e os depósitos de livros. A sala de leitura infantil, iniciativa que tem merecido os melhores louvores até por parte de bibliotecários estranjeiros pede instalações ainda mais amplas e especiais. A acção a desenvolver pela leitura infantil, em tão feliz hora criada nas bibliotecas municipais, é dum valor inestimável. Despertando-se nas crianças o interesse pela leitura orienta-se e disciplina-se-lhe o espírito e simultâneamente dá-se a desvia-las de centros perigosos.

O esquecimento central de que estão providas todas as bibliotecas estranjeiras será dentro de algum tempo um facto nas nossas. Mercê do aquecimento as bibliotecas, em toda a parte, vêm aumentar consideràvelmente, nos meses de inverno o número dos seus leitores. Em Lisboa, a freqüência não se pode dizer que seja a dos refugiados do frio à cata de calor. É todavia, muito de aconselhar o aquecimento para que não se enregelem os leitores durante as horas de leitura, e sobretudo indispensável para a boa higiene do livro. O Pelouro Cultural não descura êste aspecto. Na Biblioteca Central já começou a usar-se o aquecimento das salas com fogões a petróleo e fez-se sentir não só o aumento de leitores como também a melhor saúde do livro.

Pessoal

O serviço bibliotecário exige, para ser perfeito, bastante pessoal, e é claro competente.

A natural tendência que existe para um progressivo aumento do recheio das bibliotecas, devido ao desenvolvimento sempre crescente da produção literária e científica, às justas exigências do leitor em encontrar de modo mais fácil, os elementos que o habilitem a,

sem grande perda de tempo, estar ao facto dos livros, e até mesmo de revistas que, sôbre determinado assunto deseja consultar, aumentam consideràvelmente dia a dia, o trabalho nas bibliotecas, sem que, no entanto a êste aumento corresponda o pessoal proporcionalmente necessário.

A função do bibliotecário em face das exigências do público, carece de conhecimentos outrora indispensáveis. A biblioteconomia é hoje um canone. Exige profissionais diplomados. Dentro em breve as nossas bibliotecas disporão de um quadro de funcionários técnicos devidamente habilitados com o Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista, e então se conseguirá pôr em dia os catálogos onomástico ou de autores, e didascálico ou de títulos, e recomeçar-se o catálogo ideográfico ou alfabético de assuntos, cuja utilidade os nossos leitores virão a reconhecer.

Bibliotecas itinerantes e fixas

É intuito dêste Pelouro, aumentar o número das bibliotecas itinerantes e renovar o recheio das já existentes, prosseguindo assim numa obra de cultura popular de valiosos efeitos.

Torna-se também necessário criar bibliotecas em determinados centros da cidade de grande densidade de população, multiplicando assim as bibliotecas fixas, visto o âmbito das itinerantes já não ser suficiente para as justas e compreensíveis necessidades espirituais de numerosos munícipes.

Uma outra iniciativa que de há muito se projecta, e já foi ensaiada entre nós, é a de estabelecer pequenas bibliotecas móveis nos jardins, permitindo àquêles que desejam aspirar o pleno ar, poderem simultaneamente distrair se e cultivar o espírito.

Empréstimo domiciliário

À maneira do que fazem, nos grandes centros, as bibliotecas municipais, pretende-se pôr em prática entre nós o empréstimo domiciliário. Por esta fórma facilita-se muitas vezes a grupos de estudantes a possibilidade de poderem continuar os seus estudos, emprestando-lhes os livros necessários e que, infelizmente muitas vezes as suas posses não permitem adquirir. Com a leitura domiciliá-

ria evita-se ainda que muitas pessoas vão procurar distrair se em centros fomentadores de vícios que aniquilam famílias e definham a Raça, que nêste momento, muito justificadamente, tanto se procura elevar.

Daqui uma outra aspiração: Dotação bastante para adquirir uma série de exemplares didáticos suficientes para atender, dentro do razoavel, os pedidos.

Por fim uma idea original: prémios aos leitores, consoante a sua assiduidade, o discernimento das obras requisitadas e seqüência da leitura que indique orientada directriz de preferências a prometer formação mental.

B) — Museus

O Museu de Galveias, destinado a Cerâmica Ulissiponense, e o da Mitra, que deverá exibir espécies relativas à história da Capital, necessitam não só de ser convenientemente adaptados ao fim para que foram criados, mas também de começar a recolher, devidamente seleccionados, os exemplares destinados a exposição. Postos nas condições materiais indispensáveis que a museografia moderna exige os dois palácios poderão vir a ser, se um critério inteligente de escolha e de organização, como é de esperar, continuar a presidir ao agrupamento dos núcleos a apresentar, escolas de boa cultura, exemplos de educação visual e atractivo turístico de valia.

Impõe-se, todavia, no arranjo geral das colecções uma sobriedade e bom gôsto que sacrifiquem o acessório ao essencial, e que nos dêm, em linhas gerais e sem preocupação de pormenores quási sempre sem interesse, em Galveias a evolução das faianças e azulejos de provável fabricação ulissiponense, agrupados por épocas — como já se está fazendo, — ou por oficinas, devidamente catalogados, com dísticos expressivos que completem a visão das espécies; na Mitra, em salas sucessivas, talvez, por exemplo, correspondendo cada uma a determinada época ou acontecimento, os grandes quadros da vida de Lisboa, através dos séculos. Para tanto importa não ter preocupações de tempo, mas estabelecer, desde já, um plano geral e dêle se não afastar nunca.

Convém recordar o que no 1.º número dos *Anais das Bibliotecas, Arquivo e Museus Municipais*, a tal respeito o Sr. Joaquim Leitão, então na sua qualidade de Inspector das Bibliotecas, Arquivos e Museus,

escreveu, e que constitui um verdadeiro programa a cumprir: — «Ao Museu, o maior e precioso serviço a prestar-lhe era fixar-lhe a sua característica, defendendo a actual Comissão Administrativa e seus sucessores, na governação da Capital, de pressões para aquisição de objectos que, embora valiosíssimos, não hajam relação com a vida e história da cidade. Um Museu como uma biblioteca não se improvisam. O essencial, primordial, é traçar-lhes o objectivo; depois segui-lo inflexível e compenetradamente».

C) — Publicações

Uma reedição da *Narrativa do Cruzado Osberno* está sendo solicitada por um público para quem não bastaram os exemplares da primeira edição. Com a publicação dos volumes de *Lisboa Antiga*, que 1936 inscreveu nas suas possibilidades, a segunda estampagem dêsse apêndice documental deve tornar-se uma realidade.

E ainda em matéria de publicações relativas à história da Cidade a Comissão Administrativa tão depressa possa não deixará de pensar em reimprimir uma obra de Júlio de Castilho, cuja propriedade pertence ao Município, e que começa a rarear no mercado: — *A Ribeira de Lisboa.*

Classificados os Monumentos Municipais seria de alto interêsse e valôr a edição dum repositório monográfico e ilustrado dos resultados a que chegar a comissão encarregada dessa tarefa. O património artístico, histórico ou pitoresco da Cidade encontraria a sua consagração adequada, ao mesmo tempo que se solicitava do público a atenção e o carinho que as belezas naturais e as recordações do passado devem merecer sempre.

*
* *

Conferências sôbre motivos citadinos, colocação de lápides que rememorem vultos que à capital ou ao país prestaram serviços, exposições culturais, visitas a museus e monumentos de Lisboa, vigilância permanente sôbre os deslises de bom gosto que ferem a retina ou a sensibilidade do lisboeta, criação duma consciência municipalista que entre nós balbucia apenas, são outros tantos aspectos duma actividade que temos procurado cultivar nos hábitos da administração camarária.

SECÇÃO II

5.ª Repartição — Cemitérios e Jardins

A) — Cemitérios

1.º CEMITÉRIO (ALTO DE S. JOÃO). A exemplo do que se fez no Cemitério dos Prazeres, e cumprindo o plano que antecipada e cuidadosamente foi estudado, está em curso a transformação da sede da Administração e das instalações do pessoal, que, tal como estão, além de não satisfazerem as necessidades do serviço público, têm um aspecto que de forma alguma se coaduna com a categoria e importância dêste Cemitério.

Assim, aproveitando a importância concedida ao Pelouro de parte das receitas auferidas com a municipalização do ajardinamento das covas, vão, a sede da Administração e as restantes instalações, ser dotadas com os seguintes melhoramentos indispensáveis para poderem, duma maneira satisfatória, desempenhar a sua função:

Instalações para os funcionários em contacto com o público, gabinete para o Chefe do Cemitério, refeitórios e vestiário, lavabos e sentinas públicas.

Constitui uma aspiração a realizar, consoante as possibilidades financeiras, o seguinte:

Ampliação da sala-espera; aumento de chafarizes; dois corpos de jazigos municipais, um dos quais com dimensões especiais para urnas grandes, e um corpo de ossários municipais.

Porque êste Cemitério é traçado num declive muito áspero, a solução global do problema dos seus melhoramentos está dependente, em grande parte, da respectiva ampliação que os Serviços da Planta da Cidade e Expropriações examinam cuidadosamente.

A sua pavimentação, a não ser feita duma forma definitiva a betume ou asfalto, nunca poderá ir além de uma solução provisória, porque a água das chuvas, dada a inclinação do terreno, inutiliza tôdas as obras realizadas por processos mais ligeiros e económicos, e que noutros locais duram um tempo apreciável.

2.º CEMITÉRIO (PRAZERES). Êste Cemitério é de todos o que menos precisa de melhoramentos, já porque os sofreu ultimamente, e bastante importantes, já pelas suas limitadas dimensões, já ainda porque poucos são os enterramentos que ali se fazem, em virtude da área destinada a covais estar quási esgotada.

Assim, as aspirações mais importantes a realizar são, além de reparações e outras obras de conservação, as seguintes:

Arranjo da capela e instalação de luz eléctrica na mesma; adaptação dum anexo para servir de depósito civil; construção dum barracão, ou alpendre, para abrigo de carros e material de limpeza; colocação de mais marcos fontenários; construção de uma casa forte na sede da Administração, e, finalmente, o eterno e complicado problema da pavimentação.

Já existe a respectiva verba e está em estudo o projecto para a pavimentação, em betuminoso, da rua principal.

Os melhorámentos que constituem a aspiração para os restantes Cemitérios são, respectivamente, os seguintes:

3.º CEMITÉRIO (AJUDA). Alargamento do Cemitério; construção de ruas e passeios; reparação dos ossários municipais existentes; acabamento de dois corpos de ossários em construção; construção de refeitório, cosinha, vestiário para pessoal e deposito para materiais; três guaritas para guardas, sendo uma em tejolo; reparação e caiação dos muros do Cemitério, e colocação de bôcas de rega, nas diversas secções.

4.º CEMITÉRIO (BENFICA). Alargamento do Cemitério; acabamento de dois corpos de jazigos municipais; construção de um barracão para arrecadações, e construção de pavimentos.

5.º CEMITÉRIO (OLIVAIS). Conclusão da construção do muro de vedação; terraplanagem duma parcela da parte nova do Cemitério; construção duma casa abarracada com seis divisões, para servir ao pessoal, a depósito de cal, ferramentas, pinturas, depósito de cadáveres e carreta; instalação de água canalizada; construção de ruas e reparação das antigas; construção de um corpo de ossário; limpeza exterior e interior do edifício da capela e da Administração.

6.º CEMITÉRIO (LUMIAR). Construção de uma capela; construção de um corpo de jazigos municipais; instalação eléctrica; calcetamento das ruas; reparação e ampliação do edifício da Administração; reparação nos jazigos abandonados; reparação e limpeza na parte exterior do muro do Cemitério; colocação de bôcas de rega; expropriação dum terreno fronteiro ao portão principal.

Novo Cemitério

Em relação ao novo Cemitério, os Serviços de Urbanização e da Planta da Cidade estão a estudar a sua melhor localização, que é de escolha muito difícil, visto que não poderá ficar situado, por motivos de higiene, dentro dos bairros já construídos ou em pleno desenvolvimento, nem também será conveniente colocá-lo a tão grande distância da Cidade, que torne o trajecto moroso, e, portanto, difícil. Só então se poderá encarar a hipótese da abolição das valas comuns, projecto que merece a melhor simpatia da Câmara, mas, por enquanto, de impossível realização, por absoluta falta de terreno.

B) — Jardins

Deficiência de verbas orçamentais e incompleta organisação dos serviços técnicos, não têm permitido encarar, com a devida importância, o problema dos parques, jardins e arvoredos citadinos. O mau aproveitamento dos espaços livres que iam surgindo na topografia da Capital e o abandono a que quási sempre se votaram os pulmões de Lisboa, fizeram chegar a um estado agúdo de gravidade êste aspecto de higiene, da cultura e da estética da Cidade. Tem-se retrogadado, até, em tal capítulo. O Campo Grande, por exemplo, de tradições acentuadas, e que chegou a marcar como um local que imprimia fisionomia à vida lisboeta, é hoje uma pálida lembrança do seu explendor de outrora. E só à custa dum reforço orçamental importante e duma cuidadosa desvelada assistência técnica e artística, se conseguirá a sua plena ressurreição.

Pequenos jardins, minúsculas placas se têm criado, que, em terra onde o problema basilar dos espaços livres estivesse resolvido, seriam, simplesmente, complementos indispensáveis das grandes massas

arborisadas. Mas pretender, com essa acanhada expressão duma actividade desorientada, substituír o que, mais do que a carência da matéria prima, a incúria dos homens nos não tem sabido dar, seria ter do assunto uma visão restrita ou tentar iludir a pesadíssima realidade. A saúde do corpo e do espírito, o rejuvenescimento físico da população, a alegria de viver nesta Cidade mazomba, que virou as costas à maravilha de um estuário sem rival, para se defrontar apenas com um aglomerado ilógico e quási sempre inestético de casario, sem rasgões de luz, de jardins, de ar puro ou ceu aberto, — a higiene que precisa um milhão de almas que têm de dilatar os pulmões, está ligada a êste aspecto, por agora terrivelmente desolador, da gerência municipal. A actual Comissão Administrativa encara êste problema com o interesse que êle merece. Se ainda o não resolveu, é porque as possibilidades financeiras o não têm permitido. Nos seus projectos de urbanisação, o estabelecimento de novos parques e jardins tem sido sempre considerada, e por isso muito justificadamente, nas aspirações do Pelouro figura a criação do lugar de agrónomo-arquitecto paisagista, para que êste estabeleça e realize um projecto de ajardinamento digno desta linda Capital, formoso canteiro do extremo da Europa.

CAPITULO V

Pelouro de Limpeza Urbana

6.ª Repartição-Limpeza Urbana

I — Necessidades instantes no que respeita a pessoal, material e gado

α) — Algumas considerações preliminares

Entre os vários serviços atribuídos ao Serviço de Limpeza Urbana, figura, em primeiro lugar, a remoção do lixo das habitações.

Porém, é notório que êsse serviço está longe de atingir a perfeita execução que a sua importância, sob o ponto de vista higiénico, impõe.

É vulgar notar-se a existência de recipientes com lixo, nas soleiras das portas, depois das doze horas, sem que disso possa culpar-se a 6.ª Repartição da C. M. L.

É certo que, se êsse serviço se efectuasse normalmente, tal facto não se daria, mas não é menos certo que a 6.ª Repartição, lutando com faltas de tôda a espécie, não pode dar-lhe a normalidade requerida.

Para que resulte eficaz determinado serviço, é necessário que êle possua, em absoluto, os meios indispensáveis à sua cabal e fácil execução.

No que diz respeito pròpriamente ao serviço em referência — — a remoção do lixo das habitações — não será arriscado afirmar-se que êle se efectua hoje quási como há vinte anos. Isto é: a Repartição não acompanhou o progresso, não modernizou os seus transportes, não subordinou a execução dêsse serviço às exigências da vida actual.

Como resultado imediato, surge o inconveniente apontado, ou seja, a remoção do lixo das habitações que, normalmente, não deve exceder as dez horas, terminar habitualmente, em certos locais, às doze, quando não se prolonga até às catorze e, por vezes, às dezassete horas.

Tal estado de coisas não pode manter-se, porque estas anomalias, além de constituírem um perigo para a saúde pública, prestam-se a comentários que atingem o bom nome do Município. Urge, pois, remediar o mal e, sendo possível, ir mais além.

É nesse sentido que se está orientando o trabalho da Repartição, de modo a substituír o que de antiquado lhe deixou o passado, elevando o Serviço de Limpeza Urbana à categoria que possui nas principais cidades do mundo civilizado.

Para que êsse fim se atinja, é necessário caminhar lenta mas seguramente, dotando a Repartição com pessoal, material e gado, e remodelando a execução dos serviços, aproveitando, para tanto, os ensinamentos que a prática lhe legou.

Procede-se, neste momento, ao estudo dum novo processo de transferência de lixos, utilizando caixas com fundo móvel, que serão transportadas em veículos especialmente destinados a êsse fim, para o vasadouro municipal ou particular. Está, igualmente, em estudo o aproveitamento dos lixos, defendendo alguns técnicos a ideia da montagem duma Central Incineradora.

Êstes estudos representam o início duma fase de realizações, que têm por fim os meios de acção do Serviço de Limpeza Urbana, simplificando e aperfeiçoando a execução dos seus trabalhos.

Postas estas considerações prévias, seguem-se a enunciação das necessidades mais instantes do Serviço de Limpeza Urbana.

b) — Admissão de pessoal jornaleiro

A existência total do pessoal jornaleiro em 31 de Dezembro de 1935, é de 1.364 unidades.

Para que se possa iniciar o programa de remodelação e actualização dos serviços, torna-se necessário aumentar êsse pessoal para 1.517 unidades, dividindo-o pelas classes constantes do mapa junto.

Êste aumento justifica-se plenamente pela necessidade de executar uma mais perfeita e completa limpeza da cidade, e ainda por se impor que o serviço de remoção do lixo das habitações se intensifique de forma a terminar mais cedo.

Pessoal jornaleiro necessário para a regular execução do Serviço de Limpeza da Cidade

Classes	ESTAÇÕES					ZONAS														Total
	Central	Norte	Oriental	Ocidental	Benfica	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª	7.ª	8.ª	9.	10.ª	Celas «Beccarii»	Colectores	Lavadouros	Brigada de conservação	
Ajudantes de capataz	—	—	—	—	—	3	4	4	5	3	4	3	3	3	4	—	—	—	—	36
Ajudantes de fiel	4	3	2	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13
Ajudantes de motorista	6	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14
Ajudantes de rancheiro	1	1	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5
Arrumadores de carga	20	20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	40
Barbeiros	2	2	1	1	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	8
Brochantes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2
Calceteiros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2
Cantoneiros (limpeza)	—	—	—	—	—	53	83	76	86	65	50	61	31	50	70	—	—	—	—	625
Cantoneiros (valas e regueiras)	—	—	—	—	—	6	1	—	—	—	—	—	6	—	3	—	—	—	—	15
Capatazes (limpeza)	3	3	2	2	2	1	—	1	2	1	1	1	2	1	2	1	1	—	—	27
Capatazes (valas e regueiras)	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	2
Carpinteiros civil	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2
Carroceiros	130	90	45	30	20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	315
Cocheiros	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Encarregado	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1
Encarregado da recolha de viaturas automóveis	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Encarregado da recolha de viaturas hipomóveis	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Enfermeiro hípico (encarregado)	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Enfermeiros hípico	1	1	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5
Ferradores (encarregado)	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Ferradores	4	2	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9
Fanileiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Guardas de arreios	5	3	3	3	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15
Guardas de cavalariça	11	9	3	3	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	29
Guardas sentinas (homens)	—	—	—	—	—	2	6	13	22	17	6	2	—	7	6	—	—	—	—	81
Guardas sentinas (mulheres)	—	—	—	—	—	2	6	5	4	10	6	2	3	4	6	—	—	—	—	48
Guardas de vasadouro	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Lavadores de viaturas automóveis	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4
Lavadores de viaturas hipomóveis	5	5	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13
Motoristas	22	22	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	44
Pedreiros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2
Pintor	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Porteiros	6	3	3	3	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18
Rancheiros	1	1	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5
Serventes de calceteiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1
Serventes de Estação	13	10	5	3	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	34
Serventes de Pedreiro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2
Serventes de vasadouro	4	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11	—	—	—	25
Trabalhadores	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	35	—	—	35
Trapeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	—	—	—	6
Vigilantes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	20	—	20
																			Total	1.517

c) — Aquisição de material circulante e outro

O problema da actualização e aquisição de transportes é, sem dúvida, o de mais difícil solução, pela enorme despesa que acarreta.

O material existente, além de insuficiente em número, é de estrutura antiquada, não possuíndo, por isso, as necessárias condições de perfeição, indispensáveis à execução eficiente dum serviço de transferência.

Daí o facto de se impor a actualização dos modêlos de transportes usados e aquisição de grande quantidade de material, quer mecânico, quer hipomóvel, quer, ainda, de tracção braçal.

Um dos veículos, cuja estrutura reclama uma profunda modificação, é o actual «carrinho de cantoneiro».

Impõe-se que tal veículo seja feito de forma que, quando cheio, possa ser transportado por um homem, sem demasiado esfôrço. Êsse carro deverá possuír rodas calçadas com aros de borracha, o que tornará mais fácil a sua deslocação e evitará os ruídos que presentemente se verificam.

Indica-se a seguir a quantidade, espécie e valor aproximado do material, cuja aquisição se torna urgente.

Resumo do material cuja aquisição se torna necessária

Carros de tiro (três muares)	12	132.000$00
Carrinholas (uma muar)	31	108.500$00
Carros de uma muar	3	12.600$00
Carros de parelha (modêlo 1933)	8	80.000$00
Carros de rega (duas muares)	10	120.000$00
Pipas (uma muar)	12	48.000$00
Carroças côvas (uma muar)	4	14.000$00
Carros de água ao povo (duas muares)	1	12.000$00
Hipomóvel de varrer, com depósito (uma muar)	2	14.000$00
Camionetas para transporte de lixo	22	1.258.400$00
Autos de varrer	2	160.000$00
Autos de regar	2	80.000$00
Carrinhos de cantoneiro	39	42.900$00
Mangueiras de dez metros (rega e lavagem)	38	14.200$00
Mangueiras de vinte metros (rega e lavagem)	41	28.700$00
Total		2.125.300$00

d)—Remonta de gado

Também no que se refere a gado de tracção, necessita o Serviço de Limpeza Urbana de aumentar o seu efectivo, para que os transportes hipomóveis que venham a adquirir-se não se imobilizem por falta das respectivas muares.

A quantia a dispender com a remonta de gado é, também, importante; porém, não deve olvidar-se que tal aquisição está incluída nas necessidades mais instantes do serviço.

Menciona-se a seguir a quantidade e valor aproximado do gado indispensável à normalidade dos serviços a cargo da Repartição:

119 solípedes..... 416.500$00

II — Programa de reparações e novas construções

a)—Algumas considerações preliminares

Chegou o momento de se falar das instalações:

A 6.ª Repartição é, talvez, aquela que possue edifícios em piores condições, quer sob o ponto de vista estético, quer sob o aspecto sanitário.

Desde a própria sede da Repartição — instalada em vetusto edifício, em acanhada rua, sem sol e quási sem ar, — até ao mais insignificante Pôsto de qualquer zona, em quási tudo se nota abandôno e desinterêsse.

Nos próprios departamentos em que alguma coisa de recente há feito, ou não se completaram as obras ou o plano, ou, ainda, as edificações que se fizeram não obedecem aos mais elementares princípios sanitários.

Isso demonstra que sôbre o pouco que se fez não incidiu prévio e escrupuloso estudo. Doutra forma não se explica que se executassem projectos que não reüniam as necessárias condições de perfeição.

Impõe-se, pois, a execução duma série de edificações, onde se instalem condignamente os vários departamentos da Repartição, de modo a não envergonhar o primeiro Município do País.

É êsse o plano que se passa a expôr:

b)—Construção de edifícios

Sede da Repartição

Área total..... 630 m. q.

Um edifício dividido da seguinte forma:

	Metros quadrados
Gabinete do Vereador	16
Gabinete do Chefe da Repartição	16
Gabinete do Chefe da Secção	16
Secção de Expediente e Contabilidade Privativa	195,50
Gabinete de desenho	16
Sala de espera	16
Sala de contínuos	16
Sala de espera	20
Vestiário	16
Retretes, mictórios, etc.	24
Arquivo	20
Cabine telefónica	16

Estação Central

Edifício para cavalariça, casa de arreios, arrecadação e lavagem de forragens—área total..... 1.540 m. q.

	Metros quadrados
Cavalariça	1.330
Casa de arreios	60
Arrecadação de forragens	45
Lavagem de forragens	19

Edifício para canil, oficina siderotécnica, sala de pensos, enfermaria, isolamento, gabinente do médico-veterinário e farmácia—área total..... 693 m. q.

	Metros quadrados
Canil	127
Oficina siderotécnica	129
Sala de pensos	85
Enfermaria de gado	108
Isolamento	91
Farmácia	42
Gabinete do médico-veterinário	35

Edifício para habitação do Chefe da Estação e Escritórios 150 m. q.

Estação Norte

	Metros quadrados
Edifício para cavalariça, arrecadação e lavagem de forragens	1.000
Enfermaria de gado	190
Canil	210
Pôsto médico	40
Hangar para recolha de material automóvel	606
Oficina hipómovel	504
Balneários, etc.	150

Estação Oriental

Edifício para escritórios e habitação do Chefe da Estação 150 m. q.

Estação Ocidental

Edifício para cavalariça, enfermaria de gado, gabinete do médico veterinário e farmácia, assim dividido:

	Metros quadrados
Cavalariça	390
Enfermaria de gado	120
Gabinete do médico-veterinário	16
Farmácia	24

Vários edifícios assim distribuidos:

	Metros quadrados
Oficina hipómovel	72
Oficina siderotécnica	16
Sentinas públicas	25
Escritórios e habitação do Chefe	150
Dois telheiros	175,50

Estação de Benfica

Edifícios a construir numa área existente de 4.011 m. q.

	Metros quadrados
Edifício para escritórios e habitação do Chefe da Estação	150
Edifício para refórrio	250
Edifício para dormitório, balneário, sentinas, etc.	261
Edifício para casa de arreios e oficina siderotécnica	300

Êste edifício deverá dividir-se da seguinte forma:

Oficina siderotécnica	135
Casa de arreios	165
Edifício para cavalariça, arrecadação de forragens e lavagem das mesmas	705
Hangar para recolha de material automóvel	360

Pôsto da 1.ª Zona

Um edifício assim dividido:

	Metros quadrados
Dormitório	300
Balneário, sentinas, etc.	40
Gabinete do Inspector	10
Gabinete do capataz	10
Depósito de ferramentas	16
Casa para o pessoal	44
Refeitório	44

Observação

A casa do pessoal deve ter dez metros de comprimento, para poderem ser estendidas as mangueiras.

Posto da 11.ª Zona

Um edifício assim dividido:

	Metros quadrados
Dormitório	300
Balneário, sentinas, etc.	40
Gabinete do Inspector	10
Gabinete do capataz	10
Depósito de ferramentas	16
Casa para o pessoal	44
Refeitório	44

Observação

A casa do pessoal deve ter dez metros de comprimento, para poderem ser estendidas as mangueiras.

Onze Sub-Postos

Um sub-posto para cada uma das zonas existentes, constando do seguinte:

	Metros quadrados
Um pátio para depósito de lixos	100
Um telheiro para recolha de carrinhos de cantoneiro, duche, sentinas, etc.	16

c)—Beneficiações várias

Carecem de beneficiações várias, os Postos das seguintes zonas:

2.ª Zona, Rua do Açúcar.
3.ª Zona, Costa do Castelo.
5.ª Zona, Largo do Mastro.
6.ª Zona, Rua Aquiles Monteverde.
8.ª Zona, Estrada das Garridas.
9.ª Zona, Rua Cecílio de Sousa.
10.ª Zona, Rua de S. Bernardo.

Posto da 4.ª Zona

Um edifício assim dividido:

	Metros quadrados
Dormitório	300
Balneário, sentinas, etc.	40
Gabinete do Inspector	10
Gabinete do capataz	10
Depósito de ferramentas	16
Casa para o pessoal	44
Refeitório	44

Observação

A casa do pessoal deve ter dez metros de comprimento, para poderem ser estendidas as mangueiras.

Posto da 7.ª Zona

Um edifício assim dividido:

	Metros quadrados
Dormitório	300
Balneário, sentinas, etc.	40
Gabinete do Inspector	10
Gabinete do capataz	10
Depósito de ferramentas	16
Casa para o pessoal	44
Refeitório	44

Observação

A casa do pessoal deve ter dez metros de comprimento, para poderem ser estendidas as mangueiras.

Programa de realizações

(Obras e beneficiações várias)

A-pesar-de tôda a boa vontade e esfôrço, orientados no sentido de se realizar o maior número possível de obras e beneficiações várias, não foi possível à 3.ª Repartição, mercê das exigências do seu próprio serviço, dispensar-nos um mais largo concurso.

Assim, utilizando os operários que aquela Repartição nos dispensou, e unindo à sua actividade o esfôrço do nosso próprio pessoal, conseguimos, no ano de 1935, iniciar ou concluír as seguintes obras e beneficiações:

1) — Beneficiação do edifício da sede do Serviço.

2) — Conclusão do balneário da Estação Central.

3) — Remodelação da cosinha e refeitório do pessoal da Estação Central.

4) — Demolição dum barracão da Estação Central, que ameaçava ruír.

5) — Beneficiação da cavalariça da Estação Ocidental.

6) — Adaptação dumas casas da Estação Ocidental, a cosinha e refeitório do pessoal.

7) — Instalação duma barbearia na Estação Ocidental.

8) — Ampliação provisória do Posto da 11.ª Zona, na Travessa do Pasteleiro, para recolha de carrinhos de cantoneiro.

9) — Construção dum barracão na Estação Norte, destinado à transferência de lixos.

10) — Demolição dum barracão onde funcionava a oficina de pequenas reparações hipomóveis, da Estação Norte, e que apresentava um vergonhoso aspecto.

11) — Instalação dessa oficina na casa onde funcionou a antiga oficina de automóveis.

12) — Construção provisória duma cavalariça, na Estação Norte.

13) — Substituïção do tapume que cercava a Estação Norte.

14) — Instalação dum fogão na cosinha do pessoal da Estação Norte.

CAPÍTULO IV

Pelouro do Matadouro e Abastecimento de Carnes

7.ª Repartição — Matadouro e Abastecimento de Carnes

Novo Matadouro

Em 29 de Setembro de 1932 promoveu a Câmara, por proposta do Vereador do Pelouro do Matadouro, a nomeação de uma grande Comissão, na qual se achavam representadas a Câmara Municipal de Lisboa, a Direcção Geral dos Serviços Pecuários, a Direcção dos Serviços Técnicos da Companhia Agrícola, o Ministério das Colónias, a Direcção do Matadouro, os criadores de reses do Alentejo, do Ribatejo e dos Açores, e os negociantes de gado, a-fim-de dar parecer sôbre as características a adoptar para o novo Matadouro, e em íntima relação com as mais vantajosas condições de abastecimento de carnes à Cidade de Lisboa.

Teve esta Comissão numerosas reüniões e, em síntese, concluíu que:

a) — A Cidade de Lisboa tinha a necessidade imprescindível de se abastecer de carnes por intermédio de um matadouro privativo e não por intervenção de matadouros regionais;

b) — Que a Quinta da Mitra não possuía as condições precisas para nela se construir um matadouro, como, aliás, já tinha sido reconhecido em sessão camarária de 12 de Maio de 1932.

Aceites as conclusões formuladas por esta Comissão, encetaram-se os primeiros passos para a aquisição de novo terreno que permitisse a construção do matadouro, do frigorífico e, ainda, com margem bastante para um depósito de gado, destinado a substituír o actual Mercado Geral de Gados.

Para êste efeito adquiriu a Câmara a Quinta do Brito, situada nos Olivais, pertencente à Manutenção Militar, por se reconhecer que reünia as condições indispensáveis, não só pela disposição do terreno, como pela proximidade das vias férrea e fluvial. Em sessão de 28 de Novembro de 1933, dirigiu a Câmara convite às firmas especializadas, nacionais e estrangeiras, para a apresentação de ante-projectos para a construção do matadouro, frigorífico e depósito de gado.

A êste convite acorreram catorze firmas, tendo algumas das casas concorrentes apresentado trabalhos largamente desenvolvidos.

Se, sob o aspecto geral, todos os ante-projectos satisfizeram, nenhum deles resolveu o problema sob o ponto de vista do açougue português, por forma a classificar-se dentro da relatividade que o nosso modo de trabalhar impõe. Nestas condições, determinou a Câmara que uma Comissão elaborasse um relatório, elucidado com gráficos, que servisse de base ao traçado de um projecto definitivo do novo Matadouro, trabalho de que a Comissão nomeada se desobrigou e que foi aprovado em sessão camarária de 30 de Maio de 1935. Em sessão de 12 de Setembro de 1935 contratou a Câmara, por escritura, os arquitectos Rebêlo de Andrade, para elaborarem o projecto definitivo para a construção do novo Matadouro.

* * *

O plano geral do futuro Matadouro de Lisboa foi delineado, em obediência a um programa pré-estabelecido, sob os aspectos sanitário, tecnológico e administrativo, por forma que satisfaça as necessidades de uma Cidade como Lisboa, hoje com seiscentos mil habitantes, mas que, como tudo faz prevêr, verá o seu índice demográfico sensivelmente aumentado dentro de um número de anos relativamente curto.

A marcha dos serviços foi, como é lógico, estabelecida a partir da margem do Tejo, por ser imperativo reünir no mesmo ponto a chegada do gado ao Matadouro e por ser aquela via a única impossível de desviar e que, portanto, marca, obrigatòriamente, a directriz a seguir-se.

O gráfico do conjunto das instalações que foi estudado para a edificação do novo Matadouro, representa não só o espaço necessário para tôdas as actuais secções do futuro estabelecimento, como prevê as necessárias ampliações, que deverão fazer-se em época mais ou menos afastada, por forma a satisfazer as exigências de um natural aumento da população citadina.

A organisação de um matadouro moderno é já altamente transcendente se se atender à dinâmica dos serviços, em que é justo obter-se a maior eficiência do trabalho operário e, paralelamente, o maior rendimento dos diversos produtos fornecidos pelas reses; mas, mais difícil

se torna resolvê-lo se outros factores vierem complicar o problema em causa. Por êste motivo, os estudos preparatórios tiveram que orientar-se por forma a defrontarem as dificuldades provenientes do irregular afluxo de carnes à Capital. É do conhecimento geral que, durante a primavera, acodem ao nosso Matadouro ofertas de gado que, em muito, excedem as necessidades diárias do consumo citadino. Resulta dêste facto protelarem-se as remessas das reses, com grave prejuízo, principalmente para o lavrador alentejano que as vê definharem-se nos campos, tornados sáfaros pelos calores estivais.

Para remediar tal inconveniente, previu-se a construção que permite, mais pelo apetrechamento do que pela sua extensão, realizar as matanças bastantes para as necessidades diárias e ainda tornar possível a occisão das reses ofertadas durante o período de super-abundância e que, dentro desta época, se encontram nas melhores condições de céva.

Para que de tal orientação se possam colhêr os frutos desejados, foi estudado um frigorífico dotado das indispensáveis dependências e modelarmente apetrechado, o que permitirá estabelecer-se uma reserva de carnes, tratadas pelos mais modernos preceitos de frigorificação, reserva esta suficiente para saldar, oportunamente, as deficiências do abastecimento de carnes à Cidade de Lisboa. Teve a Câmara a preocupação de delinear um estabelecimento que, dentro das justas e precisas proporções, seja susceptível de dar um rendimento máximo aliado à maior economia da produção.

Para se conseguir tal finalidade, tornou-se necessário conjugar, entre si, os aspectos sanitários, tecnológico e administrativo, por forma que a sua ordenação seja tal que todos os serviços se desempenhem obedecendo a uma marcha rigorosamente estabelecida.

Reconhecida a vantagem de que a marcha dos serviços do novo Matadouro se fizesse, no terreno adquirido, a partir da margem do Tejo, estabeleceram-se as suas secções em alas paralelas áquela margem, por forma que o gado chegado pelas vias trerrestre, férrea e fluvial, se concentre todo no mesmo departamento, ou seja, no depósito de gados. Êste, abastecerá diàriamente o Matadouro, o qual, por sua vez, abastecerá os talhos e o frigorífico. Ao delinearem-se as instalações das três grandes secções em que se subdivide êste complexo conjunto, houve o cuidado de não só se prever as áreas precisas, mas também o das construções se fazerem por fases de trabalho. Assente o prin-

cípio de que todos os trabalhos deverão ser executados num sentido único, delinearam-se tôdas as dependências por forma que o gado vivo não se cruze com a carne; que esta siga, no seu trajecto para as salas de ressudação ou para as câmaras frigoríficas, um itinerário diferente daquêle que devem seguir os sub-produtores e despojos no seu trajecto para as respectivas oficinas e, ainda, que os produtos inutilizados levem caminho diferente daquêles que foram aprovados para consumo.

Nos gráficos elaborados por determinação da Câmara e no relatório que os acompanha, acha-se descrito, minuciosamente, o apetrechamento de cada uma das dependências de todo o conjunto.

Há no aglomerado formado pelas três grandes sub-divisões do futuro Matadouro de Lisboa um departamento que, pela sua importância, merece especial referência: o frigorífico. Já tivemos ocasião de destacar o alto valor que atribuímos à sua existência; vem revolucionar, por completo, a técnica do comércio das carnes em Lisboa. A existência do frigorífico, tal como foi concebido, permite presupor as seguintes vantagens: regularização da concorrência de rêses, por forma a atenuar grandemente os inconvenientes da super abundância estival e da escassez hibernal; ordenação das matanças, de modo a desaparecer a imposição de preparar, num dia, 170.500 quilos de carne, para, em outro, se abaterem só 13.300; não ser preciso que o gado oferecido aguarde, perdendo pêso, a oportunidade de ser abatido; passar a cidade a ter melhor carne, porque a consome de animais em bom estado de engorda e com as qualidades organoléticas, melhoradas maturação que sofre durante a permanência no frigorífico; ser a dinâmica dos serviços, tal como hoje se executa, grandemente beneficiada com o desaparecimento de numerosas entidades que, no momento que decorre, embaraçam a sua boa marcha.

Vê-se, pois, que o frigorífico constitui o elemento preponderante destinado a contribuír, poderosamente, para aliviar o secular pesadelo da questão das carnes. As salas de ressudação, as ante-câmaras e câmaras frigoríficas, as câmaras de congelação e descongelação delineadas, dão-lhe a precisa amplitude para nêle se armazenar, por um espaço de tempo que pode ir de 48 horas a, apròximadamente, 5 meses, a carne do gado que a lavoura ofereça, constituíndo-se preciosa reserva destinada a suprir as deficiências agora existentes.

Reconheceu ainda a Câmara que o aproveitamento industrial dos sub-produtos pode contribuír para o barateamento do produto

nobre. Assim o compreendendo, dedicou tôda a sua atenção à montagem e apetrechamento das oficinas de preparação de sub-produtos e despojos por forma que, pela sua valorização, constituía uma fonte de receita que lhe permita reduzir certas despesas que oneram a carne.

Se tôda a parte industrial de tão complexo organismo foi prevista no critério que se adoptou, igual interêsse mereceu o aspecto social do problema.

Por mais perfeita que seja a instalação e organização de um estabelecimento desta natureza, nunca poderemos alhear-nos da marca de insalubridade que o caracteriza. Assim se reconhecendo, proporciona-se a todos os trabalhadores dêste departamento municipal aquêle conforto a que têm direito pelos perigos e violência do trabalho a desempenhar.

Para os que têm os seus interêsses ligados ao comércio de gado e carnes e que são obrigados, portanto, a freqüentar com permanência o Matadouro, previu-se instalação independente, onde poderão realizar os seus trabalhos e negócios, tomar as suas refeições e realizar as suas transacções bancárias. Para os operários, propõe-se a construção de refeitórios e cosinhas, balneários e lavabos, pôsto-médico-cirúrgico, etc. Para os funcionários com residência obrigatória no estabelecimento, delineou-se a construção das respectivas moradias em harmonia com a categoria de cada um.

Para corôa desta obra social, já tão importante, não foi esquecida a hipótese, de possível realização futura, da construção dum bairro operário, destinado a albergar todos aquêles que a estes serviços municipais consagram a sua actividade.

CAPÍTULO VII

Pelouro de Inspecção Sanitária e Mercados

SECÇÃO I

9.ª Repartição — Inspecção Sanitária e Mercados

a) — Inspecção Sanitária

Quer sob o ponto de vista dos interesses económicos do Município, quer sob o ponto de vista da saúde pública, a Inspecção Sanitária constitui, pois, um dos serviços mais importantes da Câmara Municipal de Lisboa, sendo, por isso, merecedor de todos os cuidados e atenções, no sentido de ser levado a um constante aperfeiçoamento.

Não será, porém, com pessoal em número deficiente, com instalações na sua maioria péssimas e anti-higiénicas, que o Serviço poderá prosseguir na marcha que antevêmos brilhante nos dois sentidos apontados.

A inspecção dos géneros, nas diferentes zonas, não pode deixar de começar ás primeiras horas da manhã de cada dia. Para êsse efeito, e com uma área da cidade já imensa e um número sempre crescente de estabelecimentos, dispõe o Serviço — com o quadro de efectivos e regime actualmente estabelecidos — de poucos inspectores, médicos-veterinários e ajudantes, para se fazerem convenientemente as centenas de vistorias requisitadas, além de outros trabalhos a que diàriamente obrigam aquêles cargos.

A falta de pessoal técnico acentua-se ainda mais, ao considerarmos a conveniência de se estabelecer dum modo mais perfeito e de se reforçar, como se impõe, a inspecção dos produtos alimentares de origem vegetal—missão esta que só engenheiros-agrónomos e regentes agrícolas, não existentes no Serviço, poderão mais eficazmente desempenhar.

Impõe-se, portanto, em primeiro lugar, um refôrço de pessoal técnico e bem assim o correspondente refôrço de pessoal auxiliar e jornaleiro.

*
* *

Para analizar os produtos que dão entrada na cidade, dispõe a Inspecção Sanitária de treze postos, distribuídos junto aos terminos das estradas que convergem na cidade ou junto das estações de via férrea e cais de atracação de barcos e vapores, ou ainda junto dos mercados estabelecidos pela margem norte do Tejo.

Além dos postos, há ainda uma delegação e três sub-delegações de postos, destinadas ao mesmo fim.

Dos treze postos sanitários existente, alguns há cujas instalações são absolutamente impróprias para o fim a que se destinam, provocando bem desagradáveis comentários do público, que muito têm prejudicado o bom nome do Serviço.

Estão neste caso o posto sanitário de Campolide, em estado de ruína, sem o mais pequeno confôrto, sem as mais elementares condições de decência e segurança para o fim a que se destina; o do Lumiar, instalado em casa de que a Câmara paga renda mensal, igualmente sem condições para o fim a que se destina e prejudicando, com a sua situação, o trânsito intenso na Rua Direita; e o do Poço do Bispo, instalado num cubículo de que a Câmara paga renda e sem condições, também, para o serviço de inspecção sanitária.

Outros há que necessitam de reparações; outros ainda que necessitam de instalações próprias, que muito virão beneficiar a acção do Serviço e os interêsses da fazenda municipal.

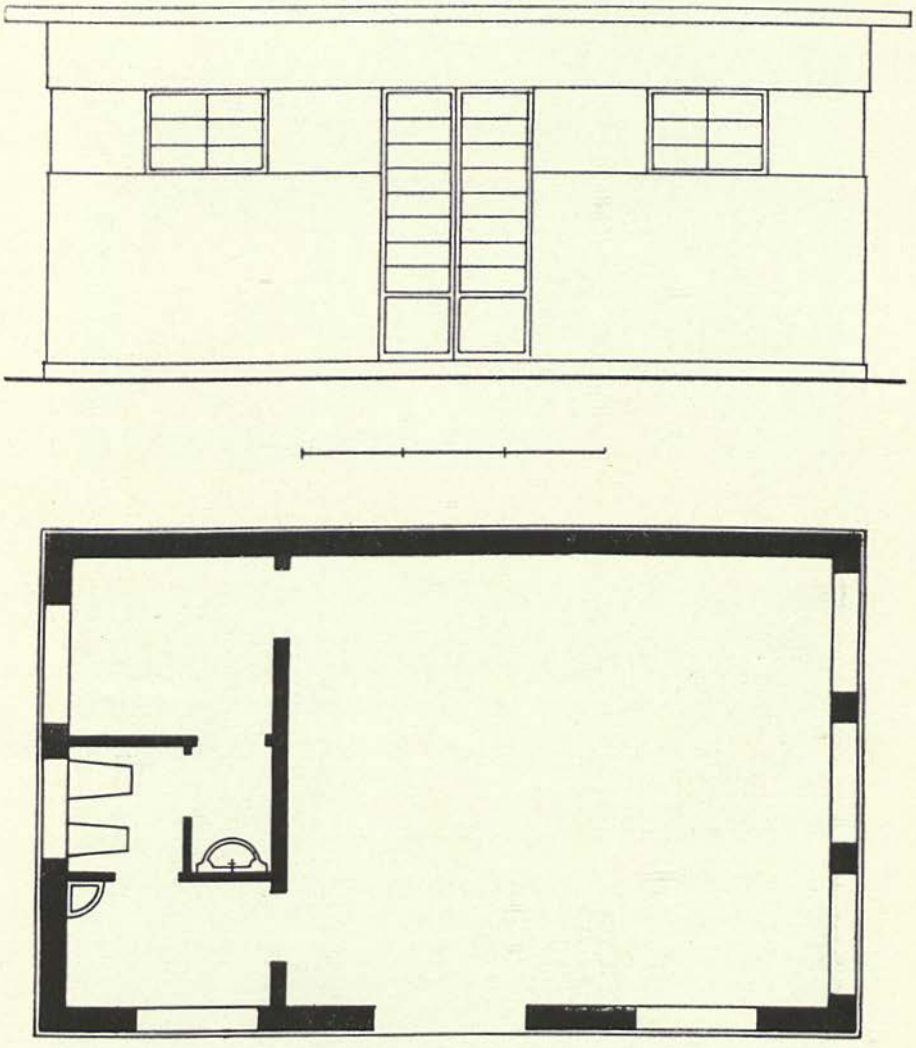
Com prejuízo, não só para a saúde pública, como para os cofres da Câmara, tôda a extensão da barreira da cidade que vai do Lumiar ao Poço do Bispo se encontra sem um único posto sanitário.

O Serviço vem, com razão, solicitando, há anos, a construção dum posto no Areeiro, junto à passagem de nível, onde passam carregamentos de produtos que devem sujeitar-se à inspecção.

O estabelecimento dêste posto foi há muito aprovado pela Câmara, sem que as obras se tivessem iniciado. Porém, logo que esteja concluído novo projecto, mandar-se-á proceder à construção, com a urgência que os interêsses da Câmara tanto requerem.

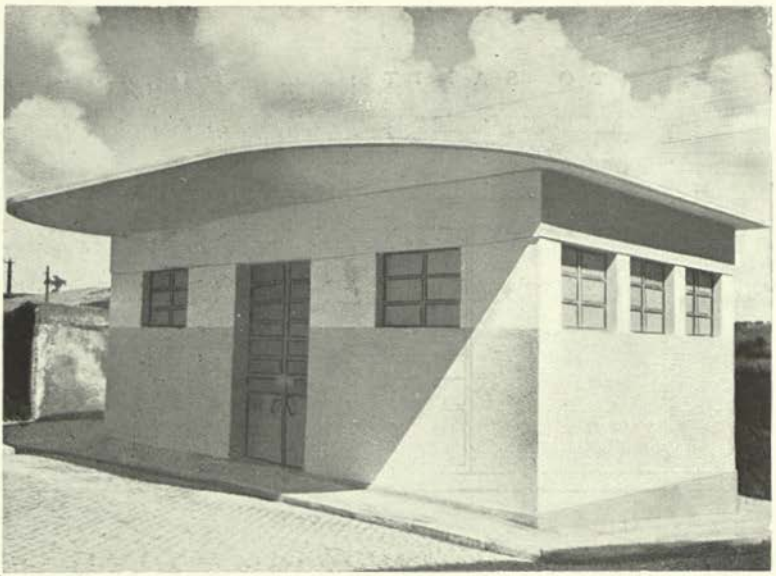
Para todos os outros postos que, pelas razões citadas, necessitam ser renovados ou substituídos, impõe-se a elaboração imediata dos es-

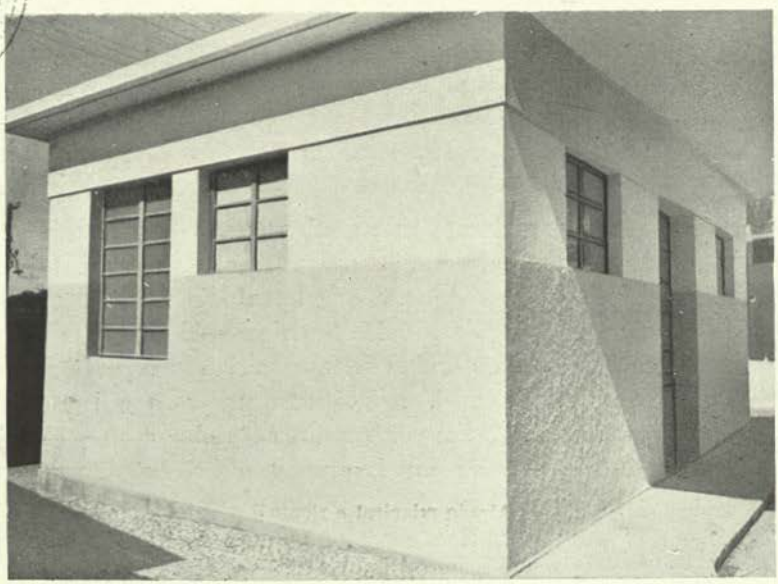
NOVO PÔSTO SANITÁRIO DO AREEIRO



Alçado principal e planta

NOVO PÔSTO SANITÁRIO DO AREEIRO





Aspectos do exterior

tudos respectivos. São êles: o do Lumiar, o de Campolide, o do Poço do Bispo, o de Benfica, o de Belém, o de Santos e o do Cais do Sodré.

Os restantes postos vão ser beneficiados, dentro das possibilidades orçamentais, com pinturas, caiações, arranjos construtivos e de mobiliário, etc.

No programa de melhoramentos do Serviço de Inspecção Sanitária, não poderão deixar de se incluir, a bem da sua dignificação, as novas instalações para o chefe, secretaria e anexos e, bem assim, o estabelecimento de um laboratório convenientemente apetrechado, para análise dos diferentes produtos que se apresentem em condições de dúvida para serem aprovados.

Esta última instalação, requerida há muito pelo Serviço, completaria a sua eficácia e evitaria as despesas freqüentes, feitas com o pagamento de análises requisitadas fóra e que nem sempre servem a inspecção em condições de urgência.

*
* *

A Inspecção Sanitária exerce a sua acção também, como se disse, nos mercados municipais, sem que os serviços dêstes se subordinem ao Serviço da Inspecção.

A índole especial dos mercados abastecedores de peixe (de Santos e da Ribeira) onde a inspecção se exerce continuamente, desde a abertura até ao encerramento dêles, impõe todavia, por conveniências de disciplina e outras, que êstes mercados fiquem sob a superintendência directa e exclusiva da Inspecção Sanitária.

Não se suponha, porém, resolvido o problema das instalações. Muito há ainda que corrigir e melhorar.

O mercado abastecedor de Santos, pelo seu aspecto provisório de barracão, não dignifica, como devia, o primeiro município do país.

Grandes e pequenas deficiências ainda existentes são motivadas, principalmente, pela falta dum plano preconcebido a que deveriam ter-se subordinado tôdas as obras.

Não existe, por exemplo, qualquer instalação para a conservação do peixe pelo frio. Por agora, apenas se conseguiu que o Inspector

Sanitário, Sr. Dr. Monteiro da Costa, fôsse encarregado de visitar o pôrto holandês de Ijmuidem e de elaborar, sôbre o assunto, o seu relatório.

A urbanização futura da zona marginal da cidade vem condenar, como suponho, o actual mercado abastecedor de Santos, como o da Ribeira. Seria, pois, conveniente, depois de fixados os novos locais, proceder-se ao estudo das instalações definitivas, a orientar por programas cuidadosamente elaborados pelos diferentes serviços interessados, municipais e do Estado.

b) — Higienização do leite

Pela relação das diferentes atribuïções do Serviço, verifica-se que a sua organização nada determina sôbre a inspecção dos leites.

Se ao Serviço compete, como dissemos, a fiscalização sanitária das carnes, do peixe, das frutas, dos produtos hortícolas, dos ovos, queijos e manteigas, ¿porque se absterá a Câmara da inspecção dos leites destinados a consumo dos habitantes da Cidade?

É que se trata dum problema delicado e complexo que, a-pesar-de estudos sucessivos há muito iniciados, não foi possível até agora resolver satisfatòriamente.

Em 2 de Fevereiro de 1933, foi nomeada — por proposta do Sr. Coronel Linhares de Lima, então ilustre Vice-Presidente da Câmara—uma comissão, encarregada de estudar os processos de higienização do leite e a possibilidade de se municipalizarem os respectivos serviços, sem esquecer a intervenção sanitária e económica junto dos produtores e dos vendedores.

Em 12 de Outubro do mesmo ano, como resultado dos estudos da referida comissão, aprovava-se a abertura dum concurso para a construção duma Central Leiteira.

Em 7 de Fevereiro de 1935, depois de se ter verificado que nenhum dos concorrentes satisfizera as obrigações do Caderno de Encargos, foi, por proposta do Sr. Vereador Álvaro Frade, anulado o concurso e nomeada uma segunda comissão, encarregada de apresentar novas condições e de fixar o local para o edifício — trabalhos que deveriam ser acompanhados das bases financeiras em que poderia erguer-se a Central e iniciar-se o funcionamento.

Passados meses, porque havia transitado de pelouro o Sr. Vereador Álvaro Frade, foram entregues ao seu sucessor no Pelouro o Arquitecto Sr. Paulino Montez os elementos necessários para se levar a efeito a construção duma Central Leiteira, na Quinta de Alvalade, ao fundo do Campo 28 de Maio.

A verba necessária foi calculada, por estimativa, em Escudos 12.000.000$00: Esc. 4.000.000$00, para o edifício; Esc. 6.000.000$00, para máquinas e aparelhos, e Esc. 2.000.000$00, para transportes, direitos e exploração.

*
* *

Até à data da elaboração do presente plano, a actual Comissão Administrativa — tomando embora na devida consideração os estudos feitos — não se decidira ainda definitivamente sôbre a oportunidade do estabelecimento da Central.

Novas interrogações se puzeram, à margem do problema da higienização do leite:

¿Deverá a Câmara Municipal tomar o exclusivo da preparação de todo o leite destinado à Cidade, ou deverá limitar-se ao estabelecimento duma Central modêlo, continuando a permitir a liberdade da iniciativa particular?

¿Deverá proceder-se à higienização do leite com alheamento absoluto das condições sanitárias dos centros produtores?

¿Deverá a Câmara desinteressar-se da acção presente e futura do Estado, ou convirá antes promover uma organização conjunta de esforços, no sentido de se criar um mercado regulador de abastecimento, tal como se fez para frutas e produtos hortícolas?

Supondo demorada a resolução do problema da Central Leiteira ¿não conviria, independentemente ou como complemento da sua organização, estabelecer desde já, a bem da saúde pública, uma inspecção dos leites, por sumária que fôsse?

*
* *

A estas interrogações não respondem concretamente os relatórios apresentados pelas duas comissões de estudos.

E sendo assim, para que possa, finalmente, dar-se um passo mais decisivo neste importante sector de inspecção sanitária, foi proposta a nomeação de uma terceira comissão especialmente encarregada:

1.º — de estudar as bases necessárias para que possa exercer-se uma eficiente fiscalização dos leites destinados ao consumo dos habitantes da cidade;

2.º — de estudar as condições económicas e regulamentares da produção, comércio e consumo dos leites, nas suas relações com o Estado e o Município;

3.º — de estudar as condições em que possa estabelecer-se um mercado regulador de abastecimento de leite, sem prejuizo da instalação duma Central modêlo.

Esta comissão, constituìda pelos Srs. Drs. João Inácio Lopes Ribeiro, Artur Figueirôa Rêgo e Carlos Gomes da Silva, prossegue nos seus trabalhos e apresentou já, as linhas gerais que, em seu parecer, deveriam orientar a acção municipal:

Estabelecer-se-iam postos fiscais nas barreiras da cidade, aproveitando-se muitos dos postos sanitários existentes e criando-se outros, em locais a fixar.

Nas actuais circunstâncias êsses postos limitar-se-iam a fiscalizar a entrada dos leites, as condições do seu transporte e envasilhamento em potes de modêlo oficial, beneficiados e selados; e a passar guias de trânsito até aos depósitos dum Mercado Abastecedor.

Êste serviço far-se-ia com a necessária coadjuvação e rigorosa vigilância da Polícia Municipal.

O Mercado Abastecedor, atendendo às várias procedências do leite, às respectivas distâncias, aos trajectos percorridos e ao modo de transporte, não seria instalado num único local.

A concentração e subseqüente distribuïção do produto indicam a conveniência de se instalarem quatro ou cinco depósitos de recepção, que no conjunto constituiriam o Mercado Abastecedor.

Em cada um dêsses depósitos seria instalado um pequeno laboratório, com a aparelhagem necessária para a limpeza do leite (por filtração ou centrifugação) e para a lavagem e beneficiação do vasilhame, que os fornecedores teriam em duplicado.

No depósito central, onde se instalaria a administração do conjunto, haveria um laboratório bem apetrechado para efeito de análises mais completas, bacteriológicas e de recurso.

A capacidade e apetrechamento de cada depósito seriam condicionados ao consumo, movimento e extensão da área da cidade, a abastecer.

Os distribuïdores que adquirissem leite em determinado depósito, não deveriam ultrapassar a respectiva área de influência, o que permitiria facilitar a fiscalização.

Periòdicamente os distribuidores inscritos seriam sujeitos a uma inspecção médica, e diàriamente examinar-se-ia o seu asseio e o do seu material.

A construção dos postos fiscais e dos depósitos do Mercado Abastecedor, a aquisição da aparelhagem, as despesas a fazer com o pessoal técnico e auxiliar não exigiriam pesado encargo para o Município.

Uma taxa sanitária mínima cobriria todos os gastos de instalação e de manutenção.

*

* *

Como introdução a estas linhas gerais, escreve o relator da Comissão, Sr. Dr. Artur Figueirôa Rêgo:

«A nova orientação traçada, sem invalidar os trabalhos anteriores, nem arredar a solução integral do problema, procura dar-lhe fundamentos sólidos. As miseráveis condições em que se efectua a produção, o transporte e a distribuïção do leite fornecido aos habitantes de Lisboa, reclamam uma intervenção enérgica das autoridades sanitárias. Sem isso, a higienização através da Central Leiteira, é imcompleta, porque exige pesados sacrifícios e uma complicada actuação.

Como medidas iniciais, é ao Estado que incumbe, pelos organismos competentes, mandar fazer o estudo agronómico e climatológico das zonas produtoras de leite, investigar do estado sanitário e classe zootécnica do gado leiteiro, das condições higiénicas dos seus alojamentos, etc.

Nos centros produtores de leite há que determinar a relação entre os efectivos pecuários e a área cultivada, a natureza dos seus recursos forraginosos e pascigosos, a divisão da propriedade, a facilidade de comunicações, a sua distância aos centros consumidores, etc.

É sabido que êstes factores influem poderosamente no valor altriz e na salubridade do leite.

A sua qualificação higiénica depende fundamentalmente das condições em que se realiza a produção. Pelo grau inicial de impurezas, pela contagem, inocuïdade ou nocividade dos micróbios de que o leite é portador, se afere das conseqüências da hígienização.

É ao Estado, por legislação adequada a promulgar, e por uma ponderada actuação, que compete cuidar da inspecção veterinária do gado leiteiro, da profiláxia das doenças transmissíveis, do saneamento dos estábulos, da matrícula e inspecção médica amiudada dos tratadores, ordenhadores e demais pessoal que intervenha na manipulação, transporte e distribuïção do leite, bem como da sua educação profissional.

A normas especiais, por êle prescritas, devem ser sujeitos todos os trabalhos de higienização.

Os veículos, o vasilhame, sua limpeza e beneficiação, devem obedecer a ditames legais.

Mas para que esta acção seja profícua, é indispensável uma insistente e persistente assistência técnica e financeira oficial, ordenada segundo um plano criteriosamente fixado para todos os centros produtores e consumidores.

A uma equilibrada solução do problema interessa a organização corporativa dos produtores e dos vendedores, quer estabelecidos, quer ambulantes, que todos nela deverão colaborar em justa medida e com respeito pelos legítimos interesses em causa, mas também sem lesão do consumidor.

O Município tem a íntegra consciência de magnitude do assunto, pois coleccionou fartos elementos através dos estudos das suas comissões técnicas.

Por agora, no estado actual da questão, que tem de ser enfrentada desde o início, a colaboração municipal afirmar-se-á chamando para ela a especial atenção do Govêrno, solicitando-lhe base legal para poder exercer a sua fiscalização sanitária e estabelecendo um mercado regulador do abastecimento de leite.

SECÇÃO II

Serviço de Saúde

Para desempenhar as funções, já referidas noutra parte dêste *Anuário*, dispõe o Serviço de Saúde de quatro médicos apenas, incluíndo o que recentemente lhe foi agregado, do Serviço do Corpo de Salvação Pública.

Pode ajuízar-se fàcilmente do reduzido número de médicos do Serviço de Saúde, observando os seguintes números relativos ao ano de 1934, extraídos do seu relatório:

Na assistência feita nos domicílios, registaram-se 2.300 consultas.

Na assistência feita nos postos clínicos, deram-se 13.015 consultas a funcionários e jornaleiros.

As consultas dadas em 1934 por 3 médicos, nos postos clínicos e nos domicílios, atingem a totalidade de 15.315.

Além dêste excessivo trabalho de consultas, fizeram-se ainda, nos diferentes postos: 18.799 tratamentos a doentes e 5.799 tratamentos a sinistrados, ou seja um total de 24.598 pensos.

Se anotarmos, sôbre êstes números (que não incluem os das diferentes e múltiplas inspecções), as deficiências de instalação e de aparelhagem dos postos, e as canseiras motivadas pelas visitas aos domicílios—instalados, muitos dêles, em últimos andares ou em bairros excêntricos de acesso difícil e moroso—temos suficientemente justificada a necessidade de se aumentar o quadro dos médicos, e do respectivo pessoal de enfermagem do Serviço de Saúde.

Com a vinda recente e provisória de mais um médico, retirado, como se disse, ao Serviço de Bombeiros, foi já possível abrir o posto clínico da Mitra, que se encontrava fechado desde longa data.

Impõe-se ainda, todavia, independentemente da necessidade de mais pessoal substituto, a entrada dum novo clínico para o posto a criar no Matadouro, em substituïção do actual sub-posto, onde os tratamentos, em 1934, já passavam de 8.000.

Quanto a assistência a sinistrados, o Serviço só poderá desempenhar convenientemente a sua missão, com o necessário pessoal técnico e com a criação dum posto especial, devidamente apetrechado.

É evidente que sem as instalações necessárias, sem aparelhos apropriados e sem médicos especializados, se não poderá proceder, com perfeita eficiência, ao tratamento de certas lesões muitas vezes graves, provocadas pelos desastres no trabalho.

Da criação desta secção, dependerá seguramente, um maior e melhor rendimento de trabalho, não só do pessoal sinistrado, mas de todo o pessoal camarário que viesse a utilizar-se dêsses novos serviços de policlínica.

As instalações existentes, quer dos serviços centrais, quer dos quatro postos clínicos pode dizer-se que, na sua totalidade, se encontram em péssimas condições higiénicas e muito pobres de aparelhos ou de mobiliário. É por isso indispensável proceder-se à elaboração dos projectos de novas construções e de melhoramentos transitórios sem excluir a aquisição de todos os apetrechos necessários.

*
* *

Dois problemas importantíssimos têm preocupado muito o Serviço de Saúde: o das *doenças venéreas* e o da *tuberculose*.

Em 1923, estabeleceu a Câmara, por proposta do falecido professor e antigo Vereador Dr. Melo Breyner, quatro postos anti-venéreos, destinados não apenas ao pessoal camarário, mas principalmente aos habitantes da Cidade.

Os serviços eram nocturnos, no intuito de se prestar assistência aos doentes que durante o dia não pudessem procurar o tratamento nos hospitais.

Os postos acabaram em 1928.

Mas porque, pelas consultas diárias nos postos, se nota a abundância de casos de doenças venéreas, e porque são sobejamente conhecidos os inconvenientes que podem advir da indiferença votada a êstes casos, deverá, novamente, criar-se novos postos anti-venéreos, para funcionarem, como os que foram extintos, fora das horas de trabalho, mas apenas destinados ao pessoal camarário.

Quanto à *tuberculose*, os doentes são inúmeros, e prejuizos de tôda a ordem resultam para a Câmara, enquanto as necessárias medidas de combate não fôrem postas em prática, em condições de segura eficiência.

A doença e o seu perigo de contágio levam a afastar do trabalho, por longos meses, o pessoal doente.

Por outro lado, as dificuldades de entrada nos hospitais ou sanatórios, ampliam enormemente os prazos que antecedem os tratamentos, contribuindo em larga escala para o agravamento da doença.

Não deveriam os serviços limitar-se ao diagnóstico — como sucede actualmente — mas tratar da doença, combatendo-a eficazmente por todos os meios que lhes pudessem ser facultados.

Assim, será muito conveniente estudar a possibilidade de criação de um grande estabelecimento de cura e de repouso, destinado não apenas aos doentes que esperam a assistência facultada pelo Estado, mas principalmente aos pre-tuberculosos e predispostos, mais necessitados de tratamento e de repouso.

Conhecidas como são do Serviço de Saúde, as péssimas condições das moradias de grande parte do pessoal camarário — moradias que muito devem facilitar a propagação da tuberculose — seria igualmente de recomendar a construção de bairros económicos erguidos com uma nítida preocupação de higiene, e destinados a substituir, ainda que pouco a pouco, os inúmeros casebres insalubres onde se recolhem, muitas vezes a monte, as famílias mais necessitadas do referido pessoal.

Tais bairros de moradias económicas muito viriam prestigiar, sob os aspectos moral e social, o primeiro Município do País. Com transportes fáceis assegurados, melhorar-se-ia também enormemente o serviço de assistência ao domicílio, actualmente feito em penosíssimas circunstâncias para os clínicos, com prejuizo conseqüente para os doentes.

ANEXOS

I

Caixa de Socorros e Reformas dos Operários e Assalariados da Câmara

A Caixa de Socorros e Reformas dos Operários e Assalariados da Câmara Municipal de Lisboa, foi fundada em 5 de Abril de 1897, por Manuel Alves do Rio, com o intüito de proporcionar aos operários da Câmara, a assistência clínica e reforma na velhice.

Iniciada com 1.696 contribuintes, possui hoje 5.258, que perfazem uma quotização anual de 1.000 contos.

Além das regalias inicialmente concedidas, a Caixa dá, ainda, um subsídio para funeral, assistência clínica e farmacêutica gratuita, não só aos associados como também aos filhos menores dêstes.

Como o exprime o bem elaborado relatório que precede a apresentação de contas, esta Caixa, embora não se possa considerar ainda com a sua situação normalizada quanto às reservas que terá de constituir para trabalhar em bases técnicas, marca contudo um progresso apreciavel no sentido desejado. São também de salientar os benefícios que já hoje esta instituição presta aos seus associados e a progressiva compreensão que se vai tendo das vantagens que oferecem as instituições desta natureza.

A fidelidade dos números confirmam a justeza destas asserções.

Assim o número de sócios desta Caixa de Socorros que em Junho de 1934 era de 4.911, subiu para 5.258 em Dezembro de 1935. Do mesmo modo, o Capital Social que em Junho de 1934 se elevava a Esc. 452.440$05, era expresso em Dezembro de 1935, pelo valor de Esc. 1.155.911$05.

Os subsídios por doença abonados no Exercício de 1933/34 foram de 26.863 dias, no de 1934/35, na proporção de doze meses, elevaram-se a 45.838 dias.

As importâncias das pensões de Invalidez e Velhice, abonadas nos mesmos períodos dos doze meses considerados, foram respectivamente de Esc. 761.652$55 e Esc. 862.250$52. Na modalidade *Lutuosa* verifica-se que os *Subsídios* para Funeral e as *Pensões*, foram, sempre nos mesmos períodos, de Esc. 59.926$00 e Esc. 88.600$00, respectivamente contra Esc. 102.686$64 e Esc. 125.466$67.

Nem tudo porém, nos pode dar motivo para regosijo.

Os trabalhos estatísticos sôbre o capítulo *Doença* que constam do relatório que se apresenta, merecem ser meditados e observados atentamente, porque se nos afiguram bem pouco tranqüilizadores. Há que promover uma acção profilática decidida, de modo a, pelos menos, suster o preocupante aumento de doentes, especialmente de tuberculose.

A propósito cabe salientar um facto proeminente na vida desta Caixa. Quero aludir ao bairro de casas económicas que se projecta construirem e para o qual já foi adquirido o terreno necessário no Casal do Alvito.

A primeira fase dêste empreendimento está orçada em Esc. 1.520.000.000$00.

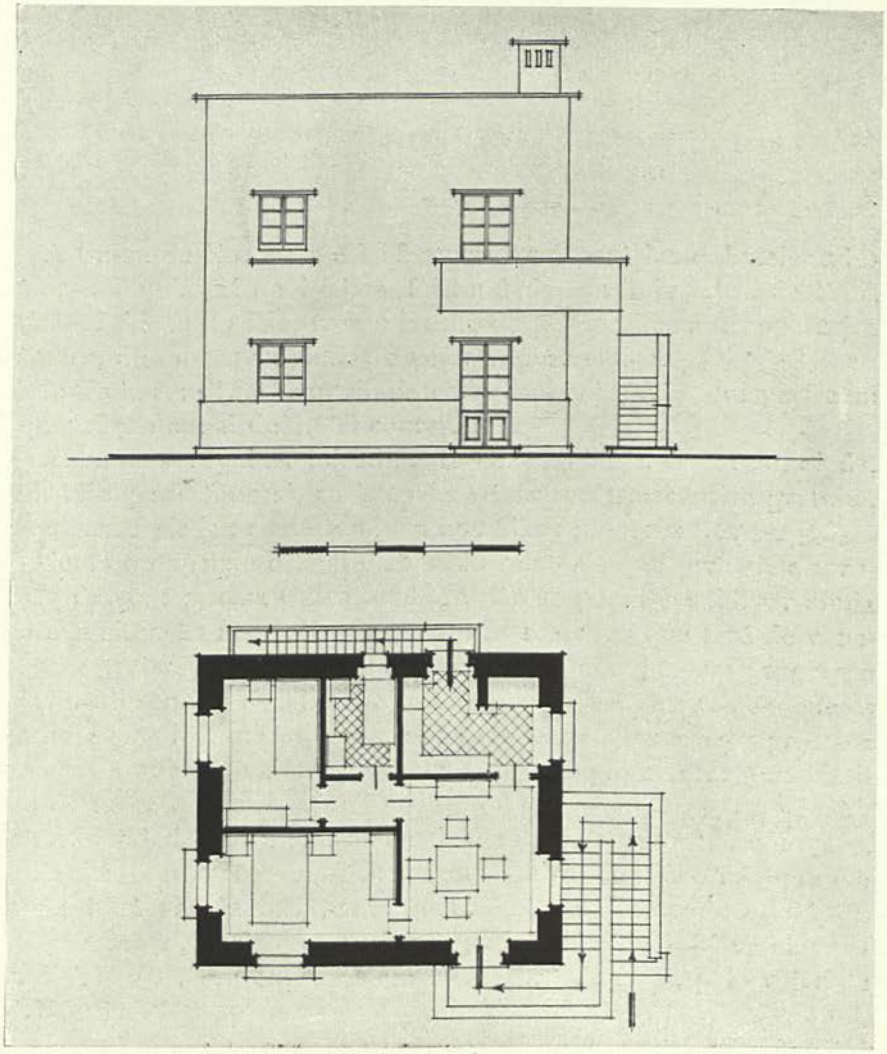
A habitação salubre é factor importante para a melhoria do estado sanitário do pessoal, bem precário em alguns sectores; e se por si só não pode aquela iniciativa resolver êste problema que reputamos de magna importância social, estou certo de que para tal concorrerá com apreciavel contribuïção. No prosseguimento e efectivação plena desta obra, sentimo-nos decididamente empenhados e a todos aqueles que compreendendo o seu alcance, souberam prestar-lhe e ainda lhe estão prestando, a sua devotada cooperação, queremos manifestar o mais veemente agradecimento.

Mas a resolução do problema da saúde do pessoal camarário, excede, pela sua grandeza, o âmbito desta agremiação, por isso o Município o encará também e, de conjunto, se levará a bom termo a realização de obra útil.

Estamos certos de que assim se fará, e pela nossa parte, sentimo-nos animados do mais decidido propósito de prosseguir na senda marcada, a-pesar-de tanta descrença manifestada e de tanta dificuldade surgida na realização do pouco que já se acha feito e, porventura do muito que ainda há que fazer.

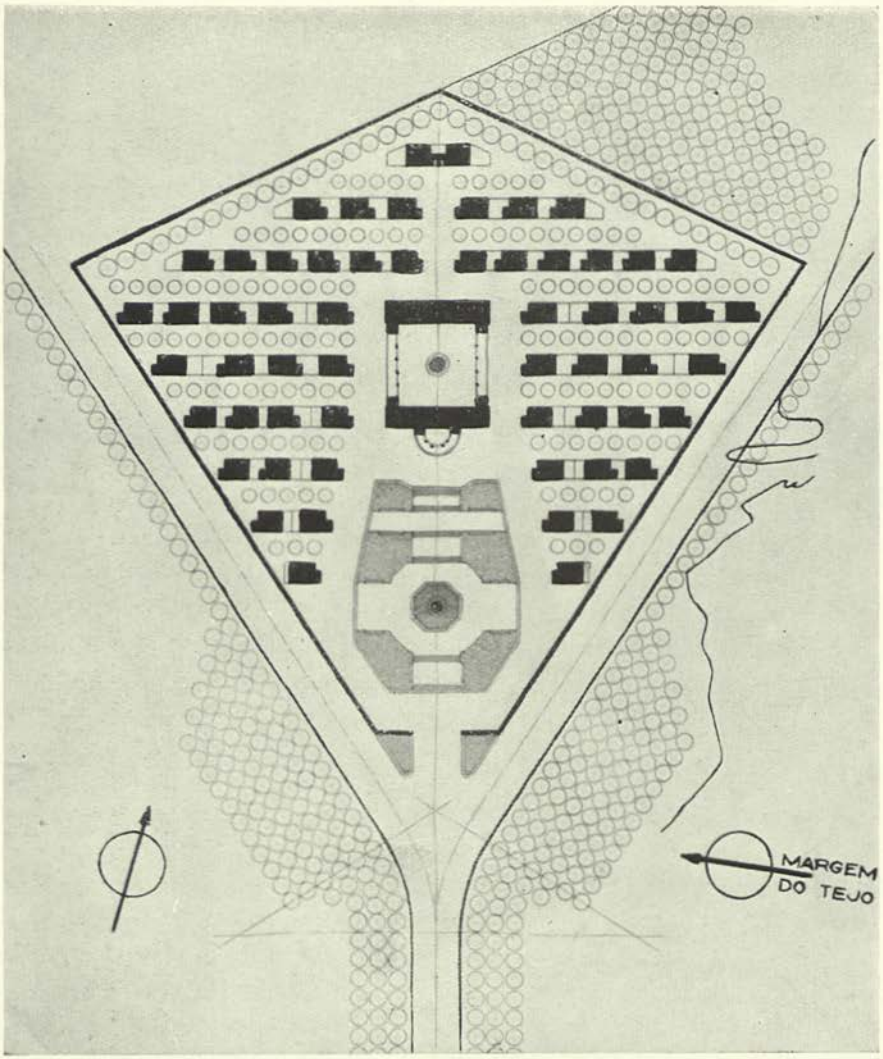
Assim caminha na vanguarda das suas congéneres procurando, dentro das possibilidades, proporcionar o maior número de regalias aos seus contribuintes.

CASAS ECONÓMICAS DA CAIXA DE SOCORROS E REFORMAS DOS OPERÁRIOS E ASSALARIADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



Planta do primeiro pavimento e alçado principal duma casa do bairro a construir no Casal do Alvito

CASAS ECONÓMICAS DA CAIXA DE SOCORROS E REFORMAS DOS OPERÁRIOS E ASSALARIADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



Planta geral dum bairro a construir no Casal do Alvito (a Ocidente do vale de Alcântara). Moradias, grupo escolar, arruamentos, arborização e jardim

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

II

Relação das propostas e deliberações apresentadas pelos Ex.mos Vogais da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa no decorrer do ano de 1935

I

Pelouro da Presidência

A) — Secretaria Geral

Proponentes	Rubricas	Assuntos	Datas
B. Junqueira	**Arquivo Municipal**	Aprovando a adaptação duma parte do edifício do Arco do Cego, para êste fim	22/8
D. Sousa	**Arquivo Municipal**	Levantamento de documentos apensos a processos	26/12
»	**Bustos de S. Ex.as os Srs. Presidentes da República e do Conselho**	Adjudicação dos mesmos	5/12
»	**Idem, idem**	Estado para sua aquisição	27/6
P. Montez *(a)*	**Casas económicas**	Admitindo diverso pessoal para sua construção	5/12
D. Sousa	**Comissão Administrativa**	Distribuição de Pelouros	28/3-7/11
»	» »	Gratificação ao Sr. Capitão Crato	24/1
		Indicando as licenças dos Ex.mos Vogais	15/8
C. Administrativa	» »	Louvores	28/11
D. Sousa	» »	Mudança de data de sessão	24/1
A. Barreto	» »	Nomeação de Vogais, para várias comissões internas	3/1
D. Sousa	» »	Substituição de Vogais, no impedimento de outros	15/8-22/8 26/12
»	**Comissões do Recrut. Militar** ...	Nomeações para estas comissões	4/4-12/12
B. Junqueira	**Companhias Reunidas Gás e Electricidade**	Nomeando o delegado da Câmara, na transferência da fábrica de gás e gazómetro	12/9

(a) Esta proposta é também subscrita pelos Ex.mos Srs. Alvaro Barreto, Cortez Lobão e Alvaro Frade.

Proponentes	Rubricas	Assuntos	Datas
D. Ferrão	**Idem, idem**	Propondo a aprovação imediata duma proposta do Ex.mo Presidente, sôbre a transferência da fábrica de gás e gazómetro	8/8
D. Sousa	**Idem, idem**	Sôbre a mudança da fábrica de gás e gazómetro	8/8
»	**Conselho Disciplinar**	Nomeações para êste Conselho	3/1-4/4
»	**«Diário Municipal»**	Mandando iniciar a sua publicação	4/7
R. Ferreira	**Estandarte da Cidade**	Aquisição de vitrine para o mesmo	25/4
G. Oliveira	**Inquéritos e inspecções**	Mandando iniciar inquéritos às 2.ª e 3.ª Secções da Secretaria Geral	7/2
B. Junqueira	**Pessoal**	Abono de diferença de vencimentos	28/11
P. Montez	»	Abono de vencimentos	20/6
A. Barreto	»	Aposentações	21/11
A. Frade	»	Aprovando a acta do concurso para 3.os Oficiais	12/9
A. Barreto	»	Concursos para preenchimento de vagas	20/6-25-18/7 29/8-17/24/10 28/11-12-19/12
B. Junqueira	»	Idem, idem	17/10-12/12
P. Coelho	»	» »	13/12
P. Montez	»	» »	28/11
D. Ferrão	»	» »	12/2-10/10
C. Administrativa	»	» »	22/8
B. Junqueira	»	Condições de admissão de assalariados	22/8-12/12
D. Ferrão	»	Demissões	21/2
C. Administrativa	»	Dispensando um amanuense do serviço	7/11
A. Barreto	»	Distribuindo-o pelos quadros e Pelouros da Câmara	7-28/11
P. Coelho	»	Encarregando a Polícia Municipal, das rondas dos Jardins	22/8
D. Sousa	»	Fardamentos	31/10-26/12
P. Montez	»	Fardamentos	27/6
D. Sousa	»	Gratificações	22/8
A. Barreto	»	»	11/4-29/8 5/12
B. Junqueira	»	»	12/12
P. Coelho	»	»	19/12
P. Montez	»	»	27/6-12/12

Proponentes	Rubricas	Assuntos	Datas
D. Sousa	**Pessoal**	Gratificações por intensificação de serviço	7/11
A. Barreto	»	Idem, idem	18/7
B. Junqueira	»	» »	28/11-9/12
C. Lobão	»	Incluindo no mapa do pessoal adventício, um engenheiro	26/12
»	»	Idem, idem, um escriturário	19/12
R. Ferreira	»	Indicando a fórma de abono ao pessoal assalariado	25/4
»	»	Indicando as cauções dos funcionários da Tesouraria	21/11
»	»	Indicando as verbas para aquisição de fardamentos	25/4
P. Coelho	»	Louvando uma professora	22/8
D. Sousa	»	Louvores	2/5
»	»	Nomeações	7/2-17/4
A. Barreto	»	» interinas	19/2
D. Sousa	»	» de candidatos a concursos	17/10-7/11 26/12
A. Barreto	»	» » » a »	29/8
D. Ferrão	»	» » » a »	19/12
»	»	Nomeando o ajudante do Notário	5/12
B. Junqueira	»	Nomeando o Chefe da 6.ª Secção da 3.ª Repartição	28/11
A. Frade	»	Nomeando o Chefe da 6.ª Repartição, interinamente	28/2
P. Coelho	»	Idem, idem, da 8.ª Repartição	17/4
D. Ferrão	»	Nomeando a Comissão de Estado do Código das Posturas	14/3
D. Sousa	»	Nova fórma do registo individual	16/5
A. Barreto	»	Novos vencimentos	28/11
D. Ferrão	»	Penalidades	17-30/1-14/2 30/5-27/6 5/9-12/2
»	»	Readmissão dum Inspector do Pelouro de Higiene	5/9
D. Sousa	»	Rectificação sôbre Bilhetes de Identidade	8/8
D. Ferrão	»	Sôbre as atribuições do funcionário ajudante do Notário	11/4

Proponentes	Rubricas	Assuntos	Datas
C. Administrativa	**Pessoal**	Substituindo o Secretário Geral, durante um dia de licença	29/8
A. Navarro	**Petições e requerimentos**	Mandando arquivar aquêles que tenham obtido dois despachos desfavoráveis	30/1
D. Sousa	**Radio Clube Português**.....	Auxílio para sua reconstrução	7/11
»	**Secretário Geral**	Substituições em dias de licença.....	8/12-20/6
»	**Serviços Municipais**...	Instruções relativas ao expediente da Secretaria Geral.....	26/12
A. Barreto	**Voto de congratulação**	Pela reeleição de Sua Excelência o Sr. Presidente da República	21/2
D. Sousa	» » **reconhecimento**	Ao Ayuntamento de Caceres.....	6/6
»	» » **reconhecimento**	Ao Sub-Secretário do Estado das Corporações	7/11
P. Coelho	» » **sentimento**.....	Pela morte do Mestre Roque Gameiro	8/8

B) — Polícia Municipal

A. Frade	**Conservas de peixe**.....	Livre entrada aos veículos, transportando peixe para êste fim	30/1
D. Sousa	**Polícia Municipal**.....	Aumentos ao efectivo	27/6-15/8
P. Coelho	» »	Encarregando esta Polícia das rondas dos Jardins	22/8
D. Sousa	» »	Fixando o seu quadro.....	31/10

C) — Batalhão de Sapadores Bombeiros

C. Administrativa	**Bombeiros**.....	Acordando sôbre o destino a dar ao saldo do vencimento dum bombeiro	5/9
D. Sousa	»	Adjudicação de calçado	24/10
»	»	Adjudicação de material automóvel ..	30/5-8/8
»	»	Aumento do número de recrutas.....	18/7-8/8
C. Administrativa	»	Aprovando o auto de recepção de calçado	12/9-28-11
»	»	Idem, de material automóvel	15/8
»	»	Compra de material para a instalação duma Oficina de Mangueiras.....	22/8
D. Sousa	»	Concursos para aquisição de calçado	14/3
»	»	Idem, de material automóvel	24/1

Proponentes	Rubricas	Assuntos	Datas
A. Barreto	**Bombeiros**.....	Idem, idem	21/2
G. Oliveira	»	Finalizando a comissão de serviço, de que foi encarregado o seu Chefe da Contabilidade.....	24/1
D. Sousa	»	Fixando os graus de hierarquia	4/7
»	»	Fornecimento de calçado	26/12
»	»	Fornecimento de material automóvel	24/1
»	»	Louvores ao pessoal	16-5-18/7
»	»	Nomeações.....	24/1
»	»	Novas tabelas de vencimentos	4/7
»	»	Pensões de inabilidade	4/7-21/11 e 12/12
B. Junqueira	»	Portões em quarteis	28/3-13/6
»	»	Obras em quarteis.....	2/5
D. Sousa	»	Reconstrução e transferência de jazigos.....	17/4
»	»	Solicitando a apresentação de um oficial, para Ajudante do B. S. B.	17/4
»	»	Solicitando ao Ministério do Interior, uma condecoração	23/5

II

Pelouro de Finanças

2.ª Repartição — Finanças

Proponentes	Rubricas	Assuntos	Datas
R. Ferreira	**Adicionais**	Indicando as percentágens sôbre as contribuições directas do Estado, para as despesas do Município	28/3-28/11
»	**Areia**	Revogação sôbre a concessão de licenças, para espalhar areia na via pública	25/4
»	**Arrendamentos**	Dum terreno ao Lisbon S. Clube	18/7
D. Ferrão	»	Idem, idem	8/8-22/8
A. Frade	»	Idem, da Quinta do Alvalade, ao Sporting Clube de Portugal	9/5
D. Ferrão	»	Idem, idem	30/5
D. Sousa	**Caixa de Aposentações**	Nomeando o Conselho Fiscal e Administrativo	7/11
A. Frade	**Caixa de Socorros e Reformas**	Nomeando uma comissão de estudo, das alterações do Regulamento	30/1
R. Ferreira	**Casas económicas**	Contraindo um empréstimo para a sua construção	15/8
»	**Colónia balnear da Cruz Quebrada**	Contribuindo com uma quantia para seu auxílio	25/4
»	**Companhias de Seguros**	Indicando a contribuição das mesmas, para as despesas com o Serviço de Incêndios, em 1934	17/4
»	**Contratos**	Permitindo depósitos de garantia dos mesmos, em papéis de crédito do Estado	10/10
»	**Empréstimos**	Prorrogando prazos para pagamento de juros e reembolsos	4/7-15/8 7/11

Proponentes	Rubricas	Assuntos	Datas
D. Ferrão	**Escrituras**	De arrendamentos	20/6
»	»	Rectificações	2/5-22/8
»	»	Transacção referente a obrigações do empréstimo municipal	12/12
R. Ferreira	**Inquéritos e inspecções**	Abono de ajuda de custo a sindicantes	9/5-8/8
D. Sousa	**Orçamento**	Apresentações	21/3
R. Ferreira	»	Apresentações	20/6-19/12
C. Administrativa	»	Aprovações	
D. Sousa	»	Marcando sessão extraordinária para sua aprovação	28/3-27/6 19/12
R. Ferreira	»	Modificações	18/7-29/8-31/10
C. Administrativa	»	Rectificações	4/7
D. Sousa	»	Reforço de verbas	22/8
»	»	Sessão extraordinária e sua aprovação	31/12
P. Montez	»	Transferência de verbas	25/4
A. Frade	»	Transferência de verbas	30/1-12/12
G. Oliveira	**Posturas**	Eliminando um artigo da Postura, sôbre isenção de impostos para cabazes e carros de mão	30/1
»	»	Nova redacção da Postura sôbre comércio e indústria de vendedores ambulantes	21/12
»	»	Taxa de imposto de terrado na Feira da Ladra	14/2
»	»	Taxas para a venda de chocolates em aparelhos automáticos	14/2
R. Ferreira	**Quiosques**	Reformando a licença de um	27/6
»	**Reg.to da Caixa de Aposentações**	Eliminando um seu artigo	22/8
»	**Reg.to da Caixa de Aposentações**	Sua aprovação	10/10
»	**Reg.to dos Serviços do Património**	Sua aprovação	31/10
»	**Senhas**	Aprovando o Regulamento da sua distribuição	7/11
»	**Senhas**	Encarregando a Repartição de Contabilidade da sua distribuição	22/8
G. Oliveira	**Taxas de licenças camarárias** ...	Arredondando-as em escudos	14/2
R. Ferreira	» —**Isenção e modificações**..	Advogados e solicitadores	3/10
»	» — » e » ..	Associações de Socorros Mutuos	8/8
»	» — » e » ..	Associações e clubes de recreio	27/6-4/7-3/10
»	» — » e » ..	Balanças automáticas	17/4
»	» — » e » ..	Médicos e dentistas	17/4

Proponentes	Rubricas	Assuntos	Datas
R. Ferreira	**Taxas — Isenção e modificações** ..	Sociedades de *films* sonoros	8/8
»	» — » e » ..	Veículos pertencentes a estabelecimentos públicos	27/6
»	**Veículos hipomóveis**	Aprovando o projecto do seu Regulamento	21/11
»	» »	Mandando fazer uma vistoria anual, aos mesmos	8/8
»	» »	Nomeando a comissão para elaborar o projecto do seu Regulamento	17/10
»	» »	Prorrogando o prazo para apresentação do seu Regulamento	7/11
»	» »	Suspendendo os Editais sôbre as licenças para os mesmos	25/4

III

Pelouro de Engenharia

A) — 3.ª Repartição — Engenharia

Proponentes	Rubricas	Assuntos	Datas
C. Administrativa	**Adjudicações**	Material automóvel para o serviço do Ex.mo Presidente.....	14/3
»	»	Palha para diversos Serviços.....	6/6
»	»	Várias tintas	15/8
B. Janqueira	**Arruamentos—Acções Judiciais** ..	Fixando o débito à Câmara, resultante duma demolição	21/2
C. Administrativa	» — » » ..	Intentar acções por obras efectuadas sem licença	—
»	» — » » ..	Tomar posse de construções para demolir, conforme sentença	—
B. Janqueira	» **—Balneários e urinois**	Balneários da Alfama e Xabregas, urinois de Avenida Duque de Loulé, Praça Luiz de Camões e Escadinhas do Carmo	27/6
»	» — » e »	Aprovando o orçamento para alterações no Balneário de Xabregas e urinois das Escadinhas do Duque ..	26/12
»	» **—Claraboias e sargetas**.....	Rua do Borja.....	14/3
C. Administrativa	**Arruamentos—Diversos**	Aprovando o auto de avaliação, dum grupo de edifícios nas Telheiras....	20/6
»	» — »	Aprovando o parecer do Vogal do Pelouro das Finanças, sôbre o direito de opção do trespasse duma loja...	26/9
B. Janqueira	» — »	Construção do muro de suporte na Avenida Manuel da Maia.....	8/8

Proponentes	Rubricas	Assuntos	Datas
C. Administrativa	**Arruamentos—Diversos**	Demolição sumária de construções feitas, sem licença, nos seguintes locais:	
»	» — »	Bairro da Liberdade	18/7
»	» — »	Casal Ventoso de Cima (Vila Barata)	11/4
»	» — »	Estrangeira de Cima	31/10
»	» — »	Travessa André Valente	2/5
»	» — »	Travessa n.º 3 (à Calçada da Quintinha)	22/8
C. Lobão	» — »	Eliminando uma estação de eléctricos na Rua dos Fanqueiros	17/10
»	» — »	Mandando tirar um tapume dum terreno, no Caminho do Fôrno do Tijôlo	11/4
B. Junqueira	» —**Esgôtos**	Construção e reparação	—
»	» —**Iluminação**	Bairro dos Actores, Caminho da Feiteira, Estrada da Tôrre, Rua Pinto Ferreira, Travessas D. João de Castro e D. Vasco	9/5
C. Administrativa	» —**Intimações**	Demolição e reparação de prédios em mau estado	—
B. Junqueira	» —**Municipalizações**..	Ruas Actor João Rosa, Casimiro Freire e Marcelino Mesquita	12/9
»	» — » ..	Ruas de Macau e Timor	15/8
»	» —**Novos**	Avenida Cinco de Outubro, ligação com a Avenida da República	17/11
»	» — »	Idem, anulando esta proposta	25/7
»	» — »	Bairro Novo da Lapa	15/8
»	» — »	Ruas Cesário Verde, Martins Sarmento e Padre Sena de Freitas	16/5
»	» — »	Ruas Cesário Verde, Martins Sarmento e Visconde de Juromenha	18/7
»	» — »	Ruas Cesário Verde, Martins Sarmento e Nery Delgado	17/10
»	» — »	Rua Joaquim A. de Aguiar	21/11
»	» — »	Ruas n.ºs 1, 2 e 3 (à Rua D. Carlos Mascarenhas)	21/11
C. Lobão	» — »	Quinta da Conceição	3/10
»	» — »	Quinta do Mousinho (a Campolide) ...	24/1-25/4 14/11